

**Assessoria à Implementação de Propostas de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo nos Territórios do Estado de São Paulo**

**Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo - SEBRAE-SP**

**Produto 2.15 – Manual Técnico da Regional de Franca: Mapeamento Técnico – 2ª Versão**

**30 de outubro de 2020**



## FICHA TÉCNICA

<b>Objeto</b>	Assessoria à implementação de propostas de políticas públicas de fomento ao empreendedorismo nos territórios do Estado de São Paulo
<b>Data de Assinatura do Contrato</b>	20 de maio de 2020
<b>Prazo de Execução</b>	24 (vinte e quatro) meses
<b>Contratante</b>	SEBRAE – SP
<b>Contratada</b>	Fundação Getulio Vargas
<b>Gerente Executivo</b>	José Bento Carlos Amaral Junior
<b>Coordenador</b>	Orlando Cattini Junior

## EQUIPES ENVOLVIDAS NO PROJETO

### FGV

#### COORDENAÇÃO

##### Gerente Executivo

Prof. José Bento Carlos Amaral Junior

##### Coordenador Geral

Prof. Orlando Cattini Junior

##### Coordenador Operacional

Lucas Cavalcanti

#### MAPEAMENTO TÉCNICO

##### Coordenador responsável

Prof. Eduardo José Grin

##### Consultores

Eduardo Rosseti

Pierre Oberson de Souza

##### Análise e tratamento de dados

Alexandre Rabelo

Ana Flávia Lima

Caio Castro

Felipe Barros

Fernanda Oliveira

Ítalo Soares

Thiago Gimenis

#### ESCRITÓRIO DE INTELIGÊNCIA

##### Coordenação

Fábio Dias Bahia

Felipe Bittencourt

##### Consultoras

Bárbara Aparecida de Souza

Daiane Neves dos Santos

##### Apoio

Jurídico contratual, Qualidade e Administrativo financeiro

### SEBRAE - SP

#### UNIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

##### Gerente

Beatriz Gusmão Sanches Pereira

##### Coordenadora de Políticas Públicas

Manuela Correia Botelho Colombo

##### Gestor Responsável

Filipe Rubim de Castro Souza

##### Equipe técnica

Aline Vilas Boas Oliveira

Beatriz Rennó Biscalchim

Camila Patricio

Filipe Rubim de Castro Souza

Gisela Maria Bernardes Solymos

Guilherme Santos e Campos

Jocely Teixeira Junior

Patrícia Costa Silva

Priscilla Evelyn Cubas de Moraes (estagiária)

Thais Escridelli da Silveira

Tiago Sousa Ramos

Vinícius Souza Fernandes (estagiário)

#### UNIDADE GESTÃO ESTRATÉGICA

##### Gerente

Bruno Shibata Ramos da Silva

##### Coordenadora

Carolina Fabris Ferreira

##### Equipe técnica

Pedro João Gonçalves

Renan Rodrigues Silva Sousa (estagiário)

##### Apoio

Rede de Atendimento Sebrae-SP (Escritórios Regionais)

## Sumário

1.	INTRODUÇÃO .....	5
2.	DIMENSÃO SOCIAL.....	10
2.1	DEMOGRAFIA E POPULAÇÃO .....	10
2.2	EDUCAÇÃO .....	33
2.3	SAÚDE.....	45
2.4	ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	57
2.5	ÍNDICES DE DESENVOLVIMENTO HUMANO .....	66
3.	DIMENSÃO ECONÔMICA.....	77
3.2	VOCAÇÕES ECONÔMICAS .....	86
4.	DIMENSÃO INSTITUCIONAL.....	128
4.1	FISCAL .....	128
4.2	GESTÃO MUNICIPAL .....	143
4.3	ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO.....	160
4.4	COMPRAS GOVERNAMENTAIS E AGRICULTURA FAMILIAR.....	175
4.5	INCLUSÃO PRODUTIVA .....	200
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	225
	ANEXO ÚNICO - ROTEIROS DAS PESQUISAS PRIMÁRIAS REALIZADAS .....	230

## 1. Introdução

---

Este documento apresenta o **Produto 2.15 - Manual Técnico da Regional de Franca: Mapeamento Técnico**, referente a **Fase 1 do Projeto**, conforme previsto no Contrato de Prestação de Serviço Nº 011/2020 firmado entre o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo – SEBRAE-SP e a Fundação Getulio Vargas – FGV em 20 de maio de 2020.

O Mapeamento Técnico foi concebido em conformidade com a metodologia sugerida pela FGV em sua proposta FGV Projetos Nº 073-a/20, parte integrante do contrato supracitado e com os aprimoramentos discutidos entre as partes nas reuniões de alinhamento do projeto, apresentando os resultados do mapeamento para a região de Franca, levando em consideração as 7 (sete) dimensões apresentadas no Termo de Referência - TR Nº 170/2020 do SEBRAE-SP, as quais constam indicadas a baixo:

- ▣ Desenvolvimento Local e Regional;
- ▣ Compras Governamentais e da Agricultura familiar;
- ▣ Agentes de Desenvolvimento;
- ▣ Desburocratização e Melhoria do Ambiente de Negócios;
- ▣ Inovação no Setor Público e Economia Criativa;
- ▣ Legislações de Desburocratização e Fortalecimento das Micro e Pequenas Empresas; e
- ▣ Associativismo e Cooperativismo.

As atividades para a elaboração do Mapeamento Técnico contemplam o período de 30 de junho a 15 de setembro de 2020. Tendo em vista a convergência entre as dimensões citadas no TR, conforme acordado com o SEBRAE-SP, o mapeamento da região de Franca foi dividido em três seções principais, i) Dimensão Social, ii) Dimensão Econômica e iii) Dimensão Institucional.

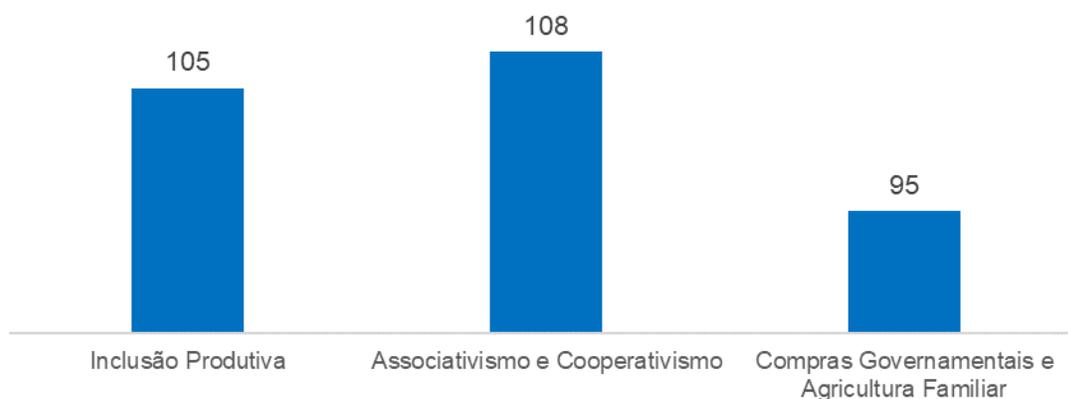
Para cada uma dessas seções, foram selecionadas com o SEBRAE-SP, o conjunto de variáveis de interesse disponíveis em bases de dados secundárias públicas ou de propriedade do próprio SEBRAE. Dentre as bases selecionadas estão IBGE, MUNIC, SUAS, SUS, RAIS, CAGED, CAPAG, Receita Federal e Tesouro Nacional. Fruto desta análise, as três dimensões foram divididas conforme descrito a seguir:

- ▣ Dimensão Social:
  - Demografia e população, incluindo informações referentes ao perfil da população, crescimento, estrutura etária e indicadores de fecundidade e mortalidade;
  - Educação básica, média, superior e profissionalizante;
  - Saúde, incluindo descrição dos equipamentos de saúde, perfil de mortalidade e perfil de internações; e
  - Assistência Social, incluindo o levantamento dos equipamentos da região e indicadores de pobreza e IDH.
  
- ▣ Dimensão Econômica:
  - PIB da região;
  - Vocações econômicas, com base no número de vínculos por setor e porte das empresas e informalidade; e
  - Agropecuária, com base nas características dos estabelecimentos produtores e das características produtivas da região.
  
- ▣ Dimensão Institucional
  - Situação fiscal da região, contemplando receitas e despesas correntes, com análise por função e de acesso a financiamentos por meio de análise do CAPAG;
  - Consórcios municipais, identificando a presença ou não de consórcios na região;
  - Instrumentos de planejamento, com informações referentes a instrumentos das gestões municipais utilizados ou não pelas prefeituras da região;
  - Inclusão produtiva, identificando as principais ações adotadas pelos municípios da região;
  - Associativismo e cooperativismo, identificando a participação de empresas na região com vínculo a associações; e
  - Compras governamentais, incluindo a análise do tipo de produto adquirido, o porte dos fornecedores e o canal utilizado para os processos licitatórios.

Além da análise de dados secundários, conforme descrito acima, foram realizadas pesquisas primárias para os três últimos itens, Inclusão Produtiva, Associativismo/Cooperativismo, e Compras

Governamentais. As pesquisas foram realizadas por meio da consulta a atores de 150 prefeituras randomicamente selecionadas nas 28 regiões do Estado, de tal forma que os resultados obtidos possuem representatividade estadual, uma vez que a taxa de respostas foi superior a 63%, atingindo aproximadamente 15% do total de Municípios no Estado para a pesquisa de compras governamentais, conforme indicado a baixo.

**Figura 1 - Total de Municípios respondentes para cada uma das pesquisas primárias até o dia 19.08.2020**



Fonte: Elaboração FGV com base na coleta de dados realizada entre 28/07/2020 e 19/08/2020

Conforme será apresentado adiante, o estudo da região de Franca foi realizado comparando-se os resultados da região com os índices médios do Estado e das outras 28 regiões<sup>1</sup> do Estado, sendo que as variáveis de dados secundários foram coletadas em nível municipal e agregadas para a região, obtendo-se um indicador único para cada localidade. Conforme destacado na Figura 2, a região de Franca, localizada na área Noroeste do Estado de São Paulo é integrada por 23 municípios que, somados, formam um território com 780.684 habitantes, o que representa cerca de 1,47% da população do Estado de São Paulo.

<sup>1</sup> O Projeto engloba 28 regiões de articuladores. Entretanto, o município de São Paulo foi dividido em duas regiões: Capital Leste e Capital Sul. Com isso, quando possível, os resultados deste documento consideraram esta divisão territorial e nestes casos, a comparação considerou 28 regiões. Em casos contrários, quando a informação não pôde ser segmentada, a comparação considerou 27 regiões.

**Figura 2 - Divisão regional dos Municípios do Estado de São Paulo, com destaque para a Região de Franca**



Fonte: elaboração FGV com base na divisão regional determinada pelo SEBRAE-SP

Como pode ser observado na Figura 2, o Estado de São Paulo foi dividido em 28 regiões, as quais contemplam todos os 645 Municípios do Estado. Como resultado desta análise é esperado que sejam gerados insumos suficientes para que, após discussão dos resultados com atores regionais, seja possível elaborar planos de ação coerentes com as vocações regionais e que permitam o preenchimento de lacunas que afetam o desenvolvimento da região. A Tabela 1 apresenta os municípios que compõem a região de articuladores de Franca com as respectivas regiões Administrativas e Escritórios Regionais.

Tabela 1 – Lista de Municípios do Estado de São Paulo que pertencem a Região de Franca

Município	Região Administrativa Central	Escritório Regional
Aramina	Franca	Franca
Batatais	Franca	Franca
Buritizal	Franca	Franca
Cristais Paulista	Franca	Franca
Franca	Franca	Franca
Guará	Franca	Franca
Igarapava	Franca	Franca
Ipuã	Franca	Barretos
Itirapuã	Franca	Franca
Ituverava	Franca	Franca
Jeriquara	Franca	Franca
Miguelópolis	Franca	Franca
Morro Agudo	Franca	Barretos
Nuporanga	Franca	Franca
Orlândia	Franca	Ribeirão Preto
Patrocínio Paulista	Franca	Franca
Pedregulho	Franca	Franca
Restinga	Franca	Franca
Ribeirão Corrente	Franca	Franca
Rifaina	Franca	Franca
Sales Oliveira	Franca	Ribeirão Preto
São Joaquim da Barra	Franca	Franca
São José da Bela Vista	Franca	Franca

Fonte: elaboração FGV com base na divisão regional determinada pelo SEBRAE-SP

O próximo capítulo traz os resultados da Dimensão Social, seguido pelo capítulo com os da Dimensão Econômica e, por fim, os dados relativos à Dimensão Institucional são apresentados. Após os capítulos que descrevem os resultados obtidos no mapeamento, tem-se as principais análises e conclusões do mapeamento.

O Objetivo deste documento é fornecer insumos para a implementação do projeto conduzido em conjunto pelo **SEBRAE-SP** e a **Fundação Getúlio Vargas – FGV** que tem como objetivo promover a discussão e implementação de Políticas Públicas de Fomento ao Empreendedorismo nos Territórios do Estado de São Paulo. Com base nas informações levantadas nesta etapa, os Laboratórios de Formação de Agenda, a serem realizados nas 28 regiões analisadas, possibilitarão que os atores regionais agreguem seu conhecimento sobre a região, gerando insumos para a criação de planos de ação a serem implementados ao longo do projeto.

## 2. Dimensão Social

---

Este capítulo apresenta dados e informações de desenvolvimento social da região de Franca. Serão abordados e analisados os seguintes tópicos:

- ▣ Demografia e População;
- ▣ Educação;
- ▣ Saúde;
- ▣ Assistência Social; e
- ▣ Índice de Desenvolvimento Urbano.

Em cada uma destas dimensões serão comparados indicadores para da região com Estado de São Paulo e, quando necessário, serão apresentadas as características dos municípios com o intuito de indicar as potencialidades e os gargalos para o desenvolvimento social.

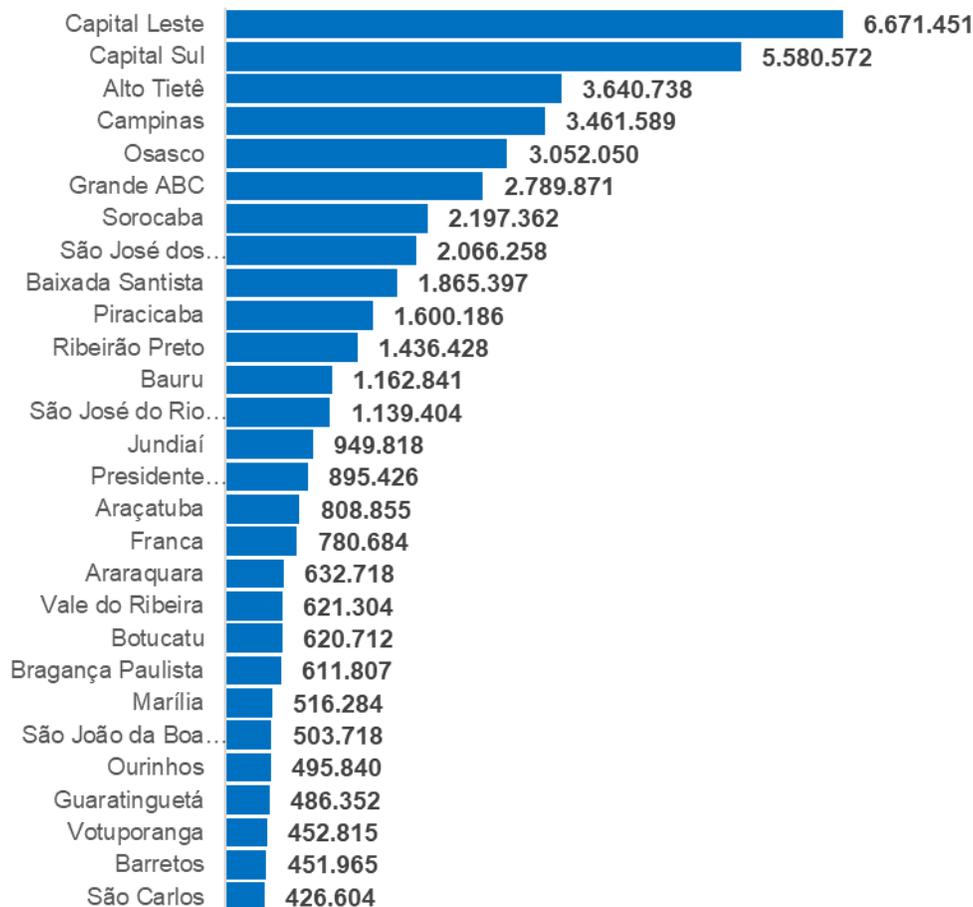
### 2.1 Demografia e População

Traçar o perfil sociodemográfico da população é uma atividade essencial para a melhor compreensão sobre potencialidades de uma determinada região. Nos próximos subcapítulos será feita uma descrição da região de Franca com foco nos seguintes pontos: (i) população absoluta, (ii) variação populacional, (iii) pirâmide etária, (iv) razão de sexos, (v) índice de envelhecimento e (vi) razão de dependência.

#### 2.1.1 Totais de população

A região de Franca ocupa a décima sétima posição entre as 28 regiões do Estado de São Paulo em relação à população total, ficando entre Araraquara e Araçatuba. A região possui um total de 780.684 habitantes, representando 1,7% da população total do Estado. A distribuição populacional com relação a gênero é bastante igualitária: 49,34% de homens e 50,66% de mulheres.

**Figura 3 - Ranqueamento das regiões paulistas segundo populações totais.**



Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

Por sua vez, a distribuição da população intrarregional não é homogênea com grande parte da população se concentrando em poucos municípios, como pode-se ver na Tabela 2. Pode-se dividir a região em termos de população em 3 categorias: i) Acima de 300 mil habitantes, que inclui apenas a cidade de Franca, que, sozinha, representa 45,24% da população total da região; ii) Entre 40 e 70 mil habitantes, que inclui os municípios de Batatais, São Joaquim da Barra, Orlandia e Ituverava, que são responsáveis por 25,65% da população da região. ii) Municípios com população menor que 40 mil habitantes, categoria essa em que se encontram os outros 18 municípios da região e que responde pelos 29,11% restante da população da região.

**Tabela 2 – Municípios segundo populações.**

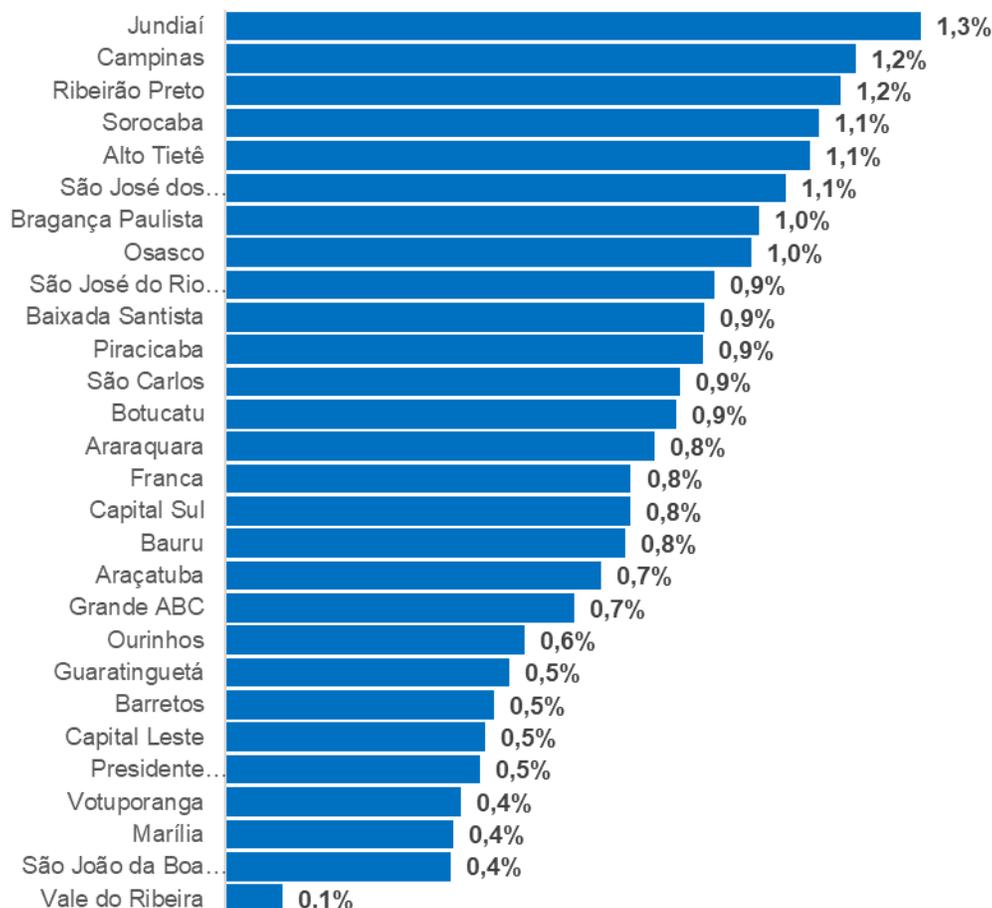
Rank	Município	Valor
1	Franca	353.187
2	Batatais	62.508
3	São Joaquim da Barra	51.888
4	Orlândia	44.028
5	Ituverava	41.824
6	Morro Agudo	32.968
7	Igarapava	30.432
8	Miguelópolis	22.226
9	Guará	21.220
10	Pedregulho	16.744
11	Ipuã	16.409
12	Patrocínio Paulista	14.670
13	Sales Oliveira	11.890
14	São José da Bela Vista	8.928
15	Cristais Paulista	8.631
16	Restinga	7.593
17	Nuporanga	7.432
18	Itirapuã	6.499
19	Aramina	5.620
20	Ribeirão Corrente	4.718
21	Buritizal	4.481
22	Rifaina	3.629
23	Jeriquara	3.159

Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

## 2.1.2 Crescimento entre 2019 e 2018

É importante entender não apenas o número absoluto, como também a evolução populacional da região. Para isto, neste subcapítulo, serão apresentadas comparações populacionais entre 2018 e 2019, com foco em verificar quais municípios apresentaram crescimento e quais apresentaram redução populacional. Comparativamente com as demais regiões do Estado de São Paulo, a região de Franca apresentou um crescimento na média das demais regiões do estado, aumentando sua população em 0,77%, enquanto a média de crescimento das demais regiões foi de 0,79%.

**Figura 4 - Ranqueamento das regiões paulistas segundo variação populacional.**



Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

Na região de Franca, os municípios tiveram um crescimento populacional médio de 0.7%. Este valor foi puxado principalmente por municípios pequenos como os municípios de Ipuã, Restinga, Cristais Paulista e Morro Agudo, que cresceram mais de 1,0% no período analisado. Como pode ser visto na Tabela 3, os maiores municípios da região - Franca (0.80%), Batatais (0.78%), São Joaquim da Barra (0.86%) e Orlandia (0.78%) - apresentaram um crescimento acima da média. Estes municípios tiveram o maior crescimento em termos absoluto na região. Por sua vez, Jeriquara, o município menos habitado da região, foi o único a apresentar retração em sua população.

**Tabela 3 - Municípios segundo variação populacional.**

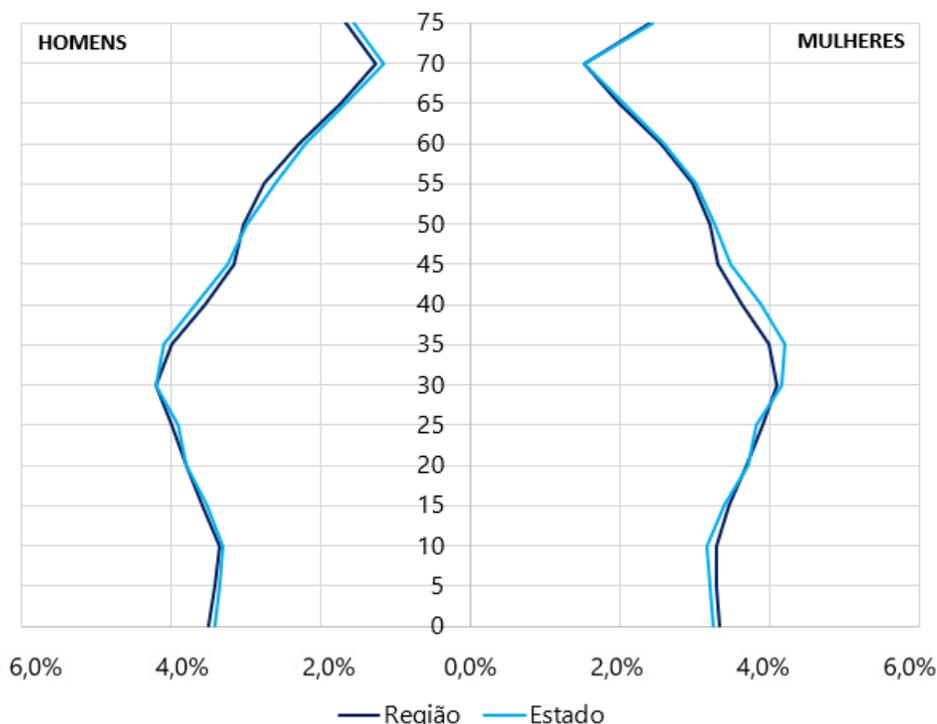
<b>Rank</b>	<b>Município</b>	<b>Valor</b>
1	Ipuã	1,23%
2	Restinga	1,19%
3	Cristais Paulista	1,05%
4	Morro Agudo	1,00%
5	Patrocínio Paulista	0,97%
6	Sales Oliveira	0,94%
7	São Joaquim da Barra	0,86%
8	Franca	0,80%
9	Orlândia	0,78%
10	Batatais	0,78%
11	Ribeirão Corrente	0,77%
12	Buritizal	0,76%
13	Itirapuã	0,71%
14	Aramina	0,63%
15	Nuporanga	0,62%
16	Igarapava	0,61%
17	Miguelópolis	0,60%
18	Ituverava	0,54%
19	Guará	0,43%
20	Pedregulho	0,41%
21	São José da Bela Vista	0,37%
22	Rifaina	0,30%
23	Jeriquara	-0,28%

Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

### **2.1.3 Indicadores de estrutura etária**

A Figura 5 caracteriza a população em termos de estrutura etária por gênero, comparando a região de Franca com o Estado de São Paulo como um todo. Observa-se uma estrutura muito similar, com maior parte da população sendo composta por pessoas entre 25 e 45 anos de idade. A diferença é mais notória quando olha-se para a estrutura etária das mulheres. A região de Franca possui proporcionalmente um número ligeiramente maior de crianças do sexo feminino (abaixo de 15 anos de idade), e menos mulheres entre 30 e 50 que o Estado de São Paulo como um todo.

Figura 5 - Pirâmides etárias.



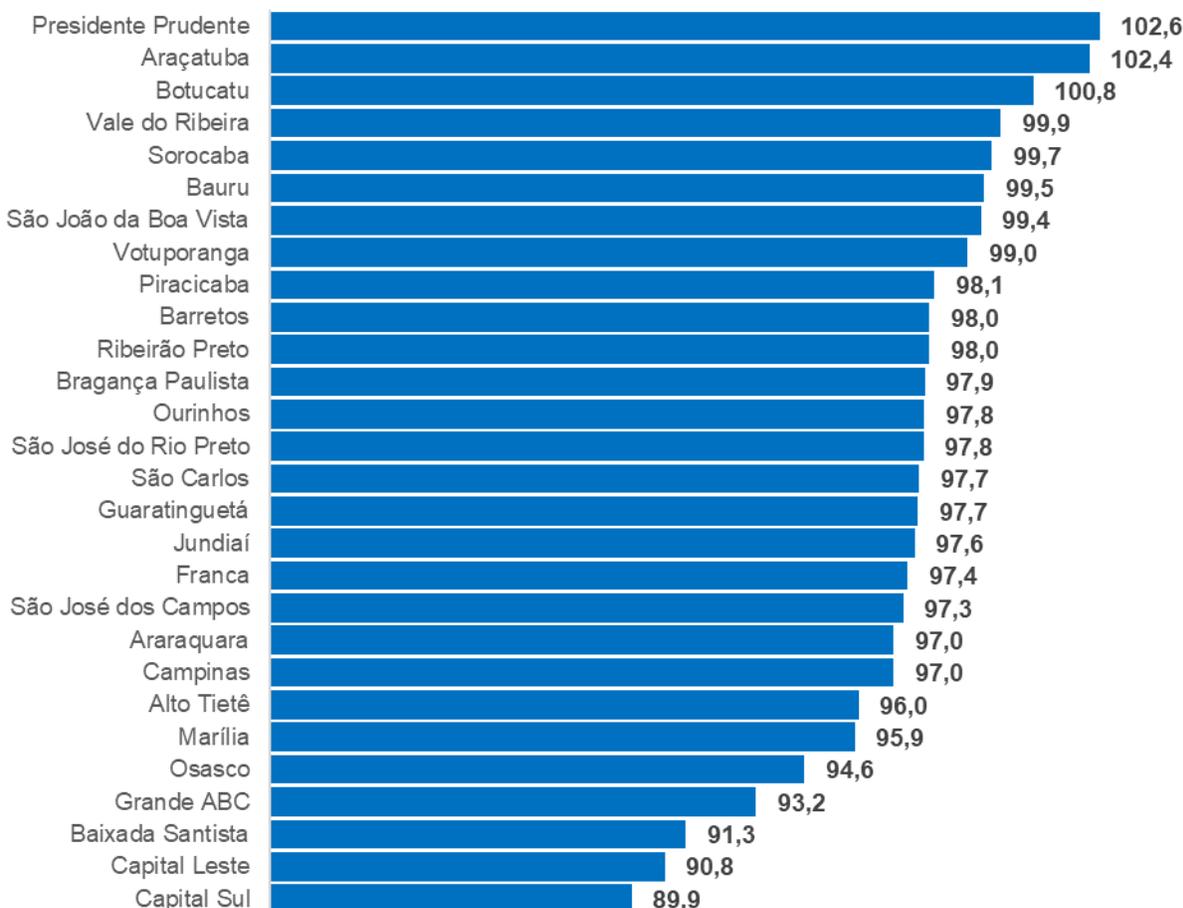
Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

Para melhor descrição do perfil demográfico, apresenta-se a seguir três importantes indicadores: razão de sexo, índice de envelhecimento e razão de dependência.

### RAZÃO DE SEXO

A razão de sexo, como o nome adianta, revela a quantidade de homens em razão de número de mulheres. Aqui, será apresentado este indicador como número de homens para cada 100 mulheres. A Figura 6 mostra que a região de Franca, quando comparada com as demais regiões do Estado de São Paulo, é a décima oitava no ranqueamento segundo razão de sexo. Para cada 100 mulheres, a região possui 97,38 homens. Este número é quase idêntico a média das demais regiões do Estado, que é de 97,30 homens para cada 100 mulheres.

**Figura 6 - Ranqueamento das regiões paulistas segundo razão de sexos.**



Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

A Tabela 4 desagrega os dados da razão de sexo para os municípios da região de Franca. É interessante notar que as cidades menores estão no topo, como, por exemplo, São José da Bela Vista (108.70), Ribeirão Corrente (107.29) e Buritizal (107.17). Doze, dos 28 municípios que compõe a região, apresentam índice acima de 100, ou seja, possuem população majoritariamente masculina. Por sua vez, as quatro maiores cidades da região - Franca, Orlandia, São Joaquim da Barra e Batatais - estão entre os 5 municípios com menor razão de sexo.

**Tabela 4 - Municípios segundo razão de sexo.**

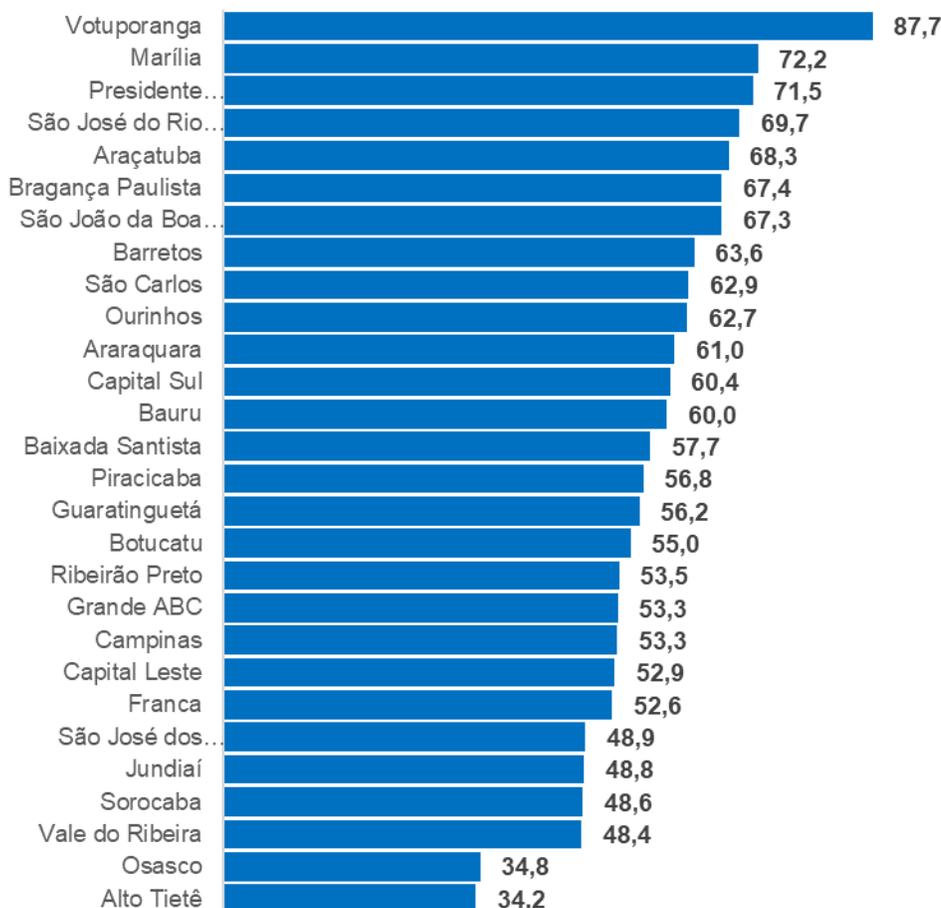
Rank	Município	Valor
1	São José da Bela Vista	108,70
2	Ribeirão Corrente	107,29
3	Buritizal	107,17
4	Cristais Paulista	105,74
5	Morro Agudo	105,50
6	Ipuã	105,16
7	Pedregulho	103,97
8	Patrocínio Paulista	103,21
9	Itirapuã	102,84
10	Igarapava	100,77
11	Miguelópolis	100,69
12	Aramina	100,14
13	Guará	99,51
14	Jeriquara	99,43
15	Nuporanga	99,20
16	Restinga	99,03
17	Rifaina	97,55
18	Sales Oliveira	97,38
19	Batatais	96,76
20	São Joaquim da Barra	96,42
21	Orlândia	95,97
22	Ituverava	95,05
23	Franca	94,94

Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

## ÍNDICE DE ENVELHECIMENTO

Este indicador é calculado a partir da razão entre o número de indivíduos com mais de 65 anos em relação ao número crianças menores de 14 anos de idade. A região de Franca possui em média 52,57 idosos para 100 crianças, sendo a décima nona região no *ranking* de índice de envelhecimento no Estado de São Paulo. Com isso, tem-se que esta região apresenta uma população menos envelhecida que o restante do estado. A título de comparação, ao fazer-se a média deste índice para as demais regiões, chega-se a um valor de 58,26, ou seja, maior que o observado na região de Franca.

**Figura 7 - Ranqueamento das regiões paulistas segundo índice de envelhecimento**



Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

Ao olhar-se para esse índice intraregionalmente, observa-se que existe uma grande dispersão entre os municípios. Alguns dos municípios menos povoados da região, como Rifaina, Aramina, e Buritizal apresentam uma população com alto índice de envelhecimento: 75,64, 71,37 e 69,78, respectivamente. Por outro lado, outros municípios pouco povoados, como Ribeirão Corrente e Morro Agudo possuem os menores índices de envelhecimento na região de Franca, com pouco mais de 32 idosos para cada 100 crianças. Entre os municípios maiores, Franca (52,58), São Joaquim da Barra (55,31) e Orlandia (56,43) apresentam um perfil de envelhecimento próximo a média regional de 51.86. Por sua vez,

Batatais (67.76), apresenta uma estrutura populacional mais envelhecida quando comparada com municípios de similares em termos de número de habitantes.

**Tabela 5 - Municípios segundo índice de envelhecimento**

Rank	Município	Valor
1	Rifaina	75,64
2	Aramina	71,37
3	Buritizal	69,78
4	Sales Oliveira	68,39
5	Ituverava	68,28
6	Batatais	67,76
7	Nuporanga	61,08
8	Orlândia	56,43
9	São Joaquim da Barra	55,31
10	Igarapava	54,87
11	Franca	52,58
12	Cristais Paulista	51,56
13	Itirapuã	49,10
14	Pedregulho	49,04
15	Patrocínio Paulista	46,23
16	Miguelópolis	41,82
17	Jeriquara	40,11
18	Guará	39,37
19	São José da Bela Vista	38,74
20	Ipuã	37,43
21	Restinga	32,85
22	Morro Agudo	32,74
23	Ribeirão Corrente	32,21

Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

## RAZÃO DE DEPENDÊNCIA

Um dos indicadores demográficos mais relevantes para se analisar potenciais regionais e políticas econômicas é a razão de dependência. Este indicador é calculado pela razão entre a soma de crianças (abaixo de 14 anos de idade) e idosos (acima de 65 anos) com relação a população em idade ativa (entre 15 e 64 anos de idade). Então, uma menor razão de dependência pode indicar uma menor fração

19 / 237

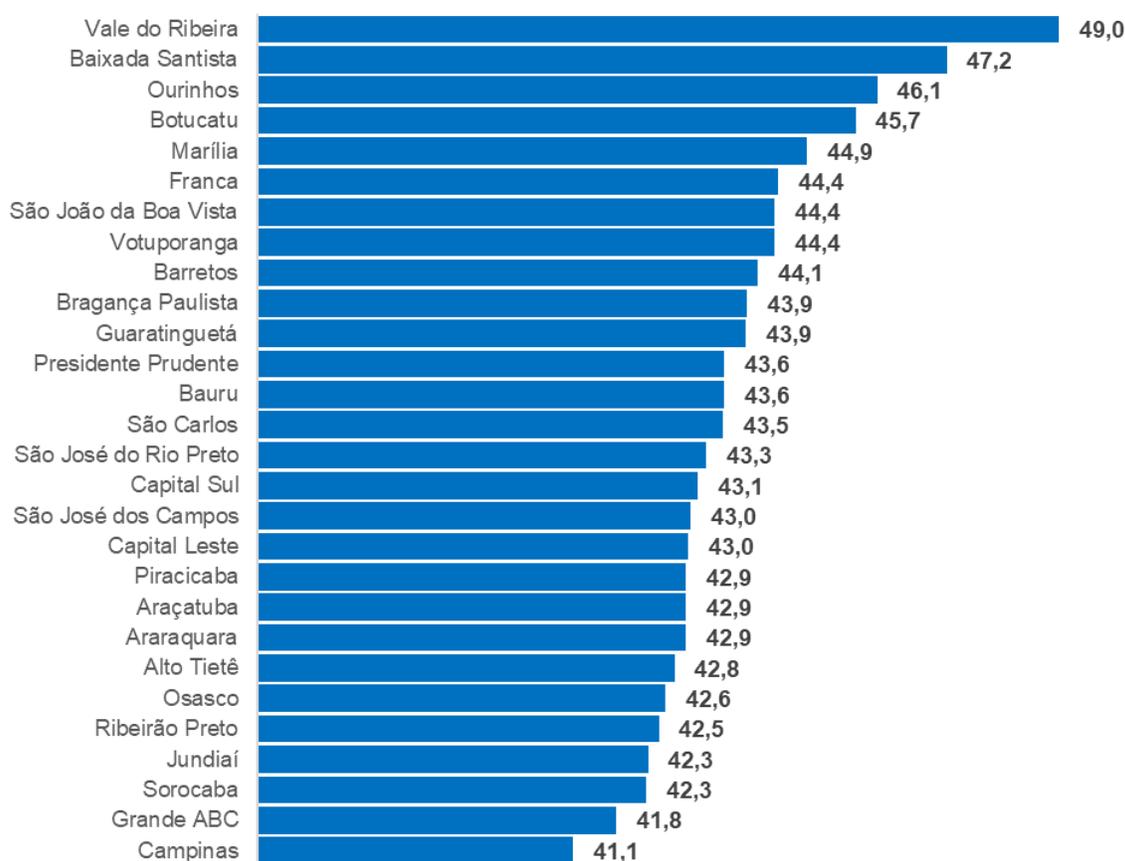
FGV Projetos CE Nº 1156/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

da renda da população ativa gasta com crianças e idosos, e, portanto, uma maior disponibilidade de investimento.

A Figura 8 apresenta a ordenação deste índice entre as 28 regiões do Estado de São Paulo, destacando a região de Franca. Observa-se pouca variabilidade entre as regiões em relação a esse indicador, com uma amplitude entre 41.11 e 49.01. A região de Franca tem uma razão de dependência de 44,45, ou seja, para cada 100 habitantes em idade ativa, existem 44,45 crianças ou idosos. Esse valor é pouco acima da média (43.75) e da mediana (43.49) de todas as regiões do Estado. Como viu-se anteriormente a estrutura etária desta região é muito similar à do Estado de São Paulo como um todo.

**Figura 8 - Ranqueamento das regiões paulistas segundo razão de dependência**



Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

Intraregionalmente, observa-se uma ligeira variação da razão de dependência, como pode ser visto na Tabela 6. A média entre os municípios da região é de 45,85. O município com maior razão de dependência é São José da Bela Vista, com 52,49, e o menor é Orlandia, com 41,60. O maior município da região, Franca, tem 43,88 crianças ou idosos para cada 100 pessoas em idade ativa. Batatais (44,70) e São Joaquim da Barra (43,49) também possuem uma razão de dependência um pouco abaixo da média regional.

**Tabela 6 - Municípios segundo razão de dependência**

Rank	Município	Valor
1	São José da Bela Vista	52,49
2	Itirapuã	52,20
3	Restinga	49,06
4	Jeriquara	48,66
5	Guará	48,47
6	Patrocínio Paulista	47,05
7	Rifaina	47,04
8	Ribeirão Corrente	46,34
9	Pedregulho	46,31
10	Buritizal	46,20
11	Igarapava	45,59
12	Ituverava	45,06
13	Miguelópolis	44,87
14	Morro Agudo	44,80
15	Batatais	44,70
16	Sales Oliveira	44,37
17	Franca	43,88
18	Aramina	43,81
19	São Joaquim da Barra	43,49
20	Nuporanga	43,12
21	Ipuã	43,10
22	Cristais Paulista	42,38
23	Orlandia	41,60

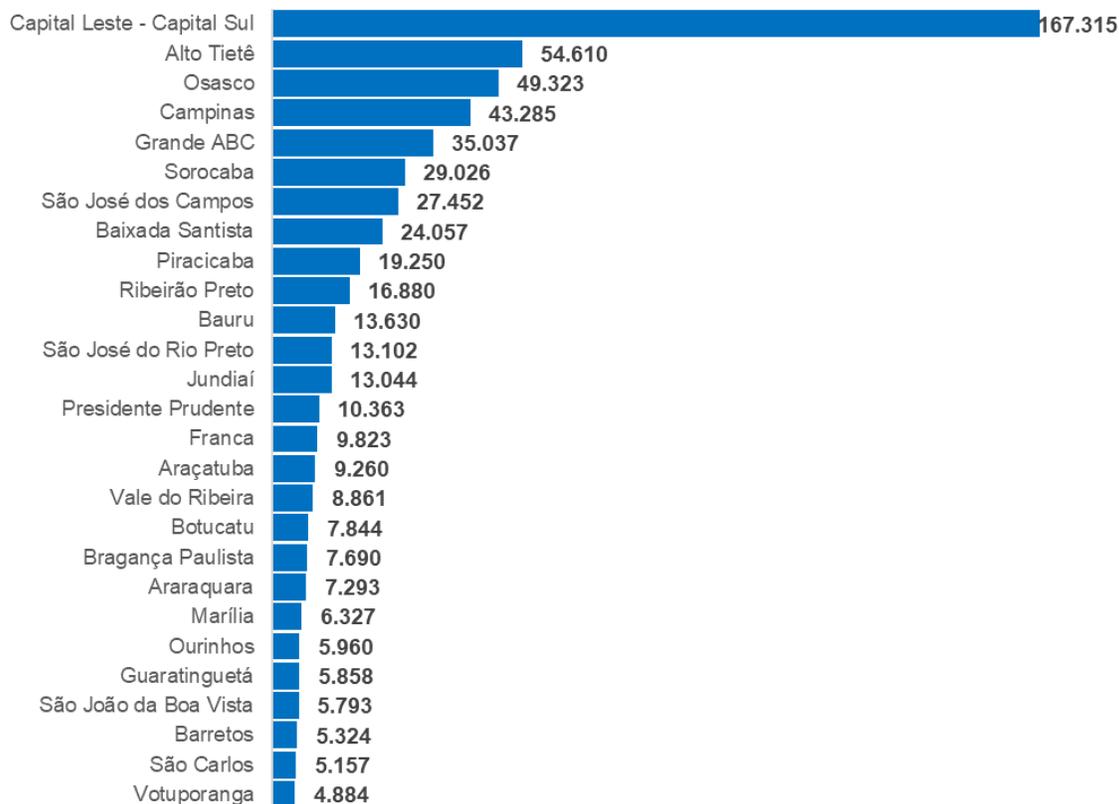
Fonte: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2019.

## 2.1.4 Fecundidade

## NASCIDOS VIVOS

Entre 2016 e 2018, a região de Franca apresentou uma média anual de 9.823 registros de crianças nascidas vivas. Esse valor representa 1,6% do total de 606.447 registros em todo o Estado de São Paulo. Como mostra a Figura 9, no *ranking* regional, Franca a décima quinta colocação, pouco abaixo da mediana das regiões, que é 10.363.

**Figura 9 - Ranqueamento das regiões paulistas segundo total de nascidos vivos.**



Fontes: SINASC; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016 a 2018.

Intraregionalmente, observa-se que o total não se distribui de forma uniforme na região. A Tabela 7 mostra que as 4 maiores cidades da região, também são as 4 cidades com maior média de nascidos

vivos. Mais que isso, o município de Franca, com 4.977 nascidos vivos, responde por mais da metade dos nascimentos registrados na região.

**Tabela 7 - Municípios segundo total de nascidos vivos.**

Rank	Região	Nascidos Vivos	Participação Regional
1	Franca	4.977	50,7%
2	Batatais	721	7,3%
3	São Joaquim da Barra	581	5,9%
4	Orlândia	469	4,8%
5	Ituverava	450	4,6%
6	Morro Agudo	387	3,9%
7	Igarapava	320	3,3%
8	Miguelópolis	253	2,6%
9	Guará	221	2,2%
10	Patrocínio Paulista	208	2,1%
11	Pedregulho	203	2,1%
12	Ipuã	177	1,8%
13	Sales Oliveira	128	1,3%
14	Cristais Paulista	110	1,1%
15	Restinga	105	1,1%
16	São José da Bela Vista	101	1,0%
17	Nuporanga	79	0,8%
18	Aramina	71	0,7%
19	Itirapuã	69	0,7%
20	Ribeirão Corrente	59	0,6%
21	Buritizal	46	0,5%
22	Jeriquara	43	0,4%
23	Rifaina	39	0,4%

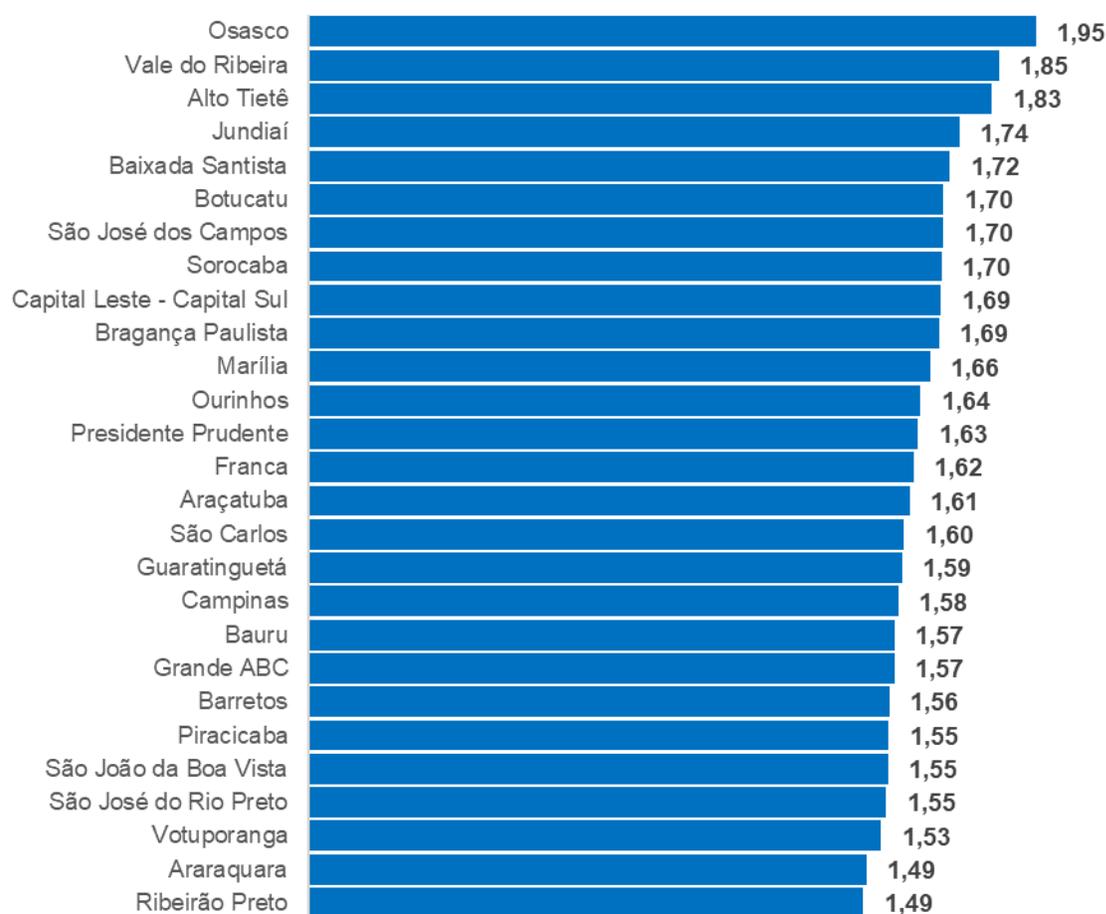
Fontes: SINASC; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016 a 2018.

## TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL

Outro indicador demográfico relevante é a taxa de fecundidade total (TFT), que revela o número médio de filhos nascidos vivos que cada mulher tem ao longo de seu período reprodutivo. A Figura 10 mostra

que não existe grande heterogeneidade regional nesse quesito, com todas as regiões tendo taxa de fecundidade total entre 1,5 e 1,9. A região de Franca ocupa a 14ª posição com um valor de 1,6, coerente com o já citado crescimento demográfico mediano e perfil etário observado na região. Vale ressaltar que o índice de reposição populacional é calculado em 2,1, e a região de Franca encontra-se sensivelmente abaixo desse número, bem como as demais regiões do Estado de São Paulo.

**Figura 10 - Ranqueamento das regiões paulistas segundo taxa de fecundidade total.**



Fontes: SINASC; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016 a 2018.

Analisando a taxa de fecundidade total para cada município da região de Franca, vemos na Tabela 8 que existe uma heterogeneidade considerável. Por um lado, oito das vinte e três cidades da região

apresentam TFT acima da média regional (1,54), com destaque para as cidades de Patrocínio Paulista (1,9) e Franca (1,8). Por outro lado, cidades como Orlandia e Guará possuem uma TFT de 1,3, ou quase 20% menor que a média regional.

**Tabela 8 - Municípios segundo taxa de fecundidade total (TFT).**

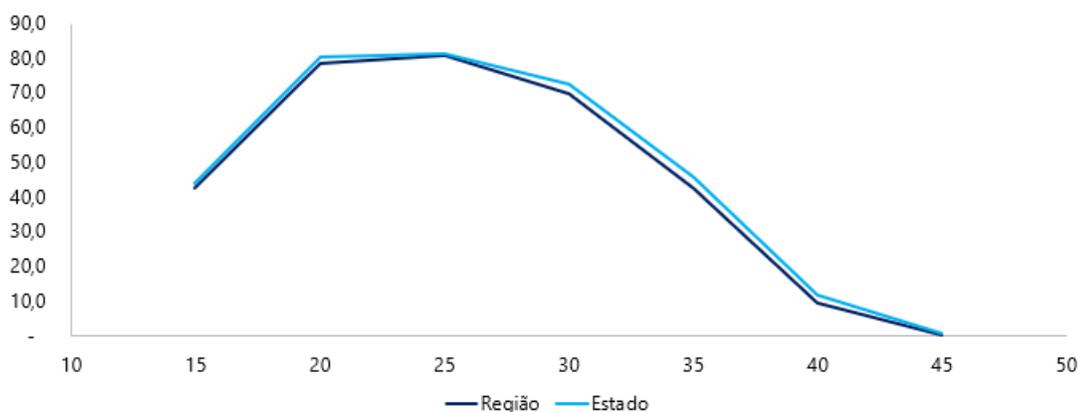
<b>Rank</b>	<b>Região</b>	<b>TFT</b>	<b>Comparação Intra-regional</b>
1	Patrocínio Paulista	1,9	119,8%
2	Franca	1,8	110,9%
3	Jeriquara	1,7	107,1%
4	Restinga	1,7	106,4%
5	Aramina	1,7	103,8%
6	Rifaina	1,7	103,6%
7	Cristais Paulista	1,6	101,1%
8	Ribeirão Corrente	1,6	100,2%
9	Pedregulho	1,6	97,8%
10	São José da Bela Vista	1,5	93,6%
11	Batatais	1,5	92,9%
12	Miguelópolis	1,5	92,8%
13	Morro Agudo	1,5	91,0%
14	Buritizal	1,5	90,0%
15	São Joaquim da Barra	1,4	88,8%
16	Ituverava	1,4	87,8%
17	Nuporanga	1,4	87,3%
18	Igarapava	1,4	86,8%
19	Sales Oliveira	1,4	86,7%
20	Itirapuã	1,3	85,4%
21	Ipuã	1,3	84,6%
22	Guará	1,3	82,2%
23	Orlandia	1,3	81,9%

Fontes: SINASC; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016 a 2018.

## TAXA ESPECÍFICA DE FECUNDIDADE.

É importante também analisar-se a taxa específica de fecundidade (TEF), apresentada na Figura 11. Esse indicador consiste na razão do número de nascidos vivos sobre o total de mulheres segundo grupos de idade da mãe. Observa-se que, como os formatos das curvas da TEF para o estado e para a região de Franca são semelhantes, o padrão regional é o mesmo do Estado de São Paulo como um todo. Ambos atingem o ápice a partir do grupo etário entre 20 e 29 anos de idade. A partir dos 35 anos de idade começa a se observar uma queda mais acentuada da taxa de fecundidade. Vale mencionar que existe uma pequena diferença a partir 30 anos de idade, com a região as mulheres da região de Franca postergando um pouco menos a maternidade do que ocorre no Estado de São Paulo, como se pode observar pelo ligeiro descolamento das curvas a partir dessa faixa etária.

**Figura 11 – Taxas específicas de fecundidade (em milhares).**



Fontes: SINASC; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016 a 2018.

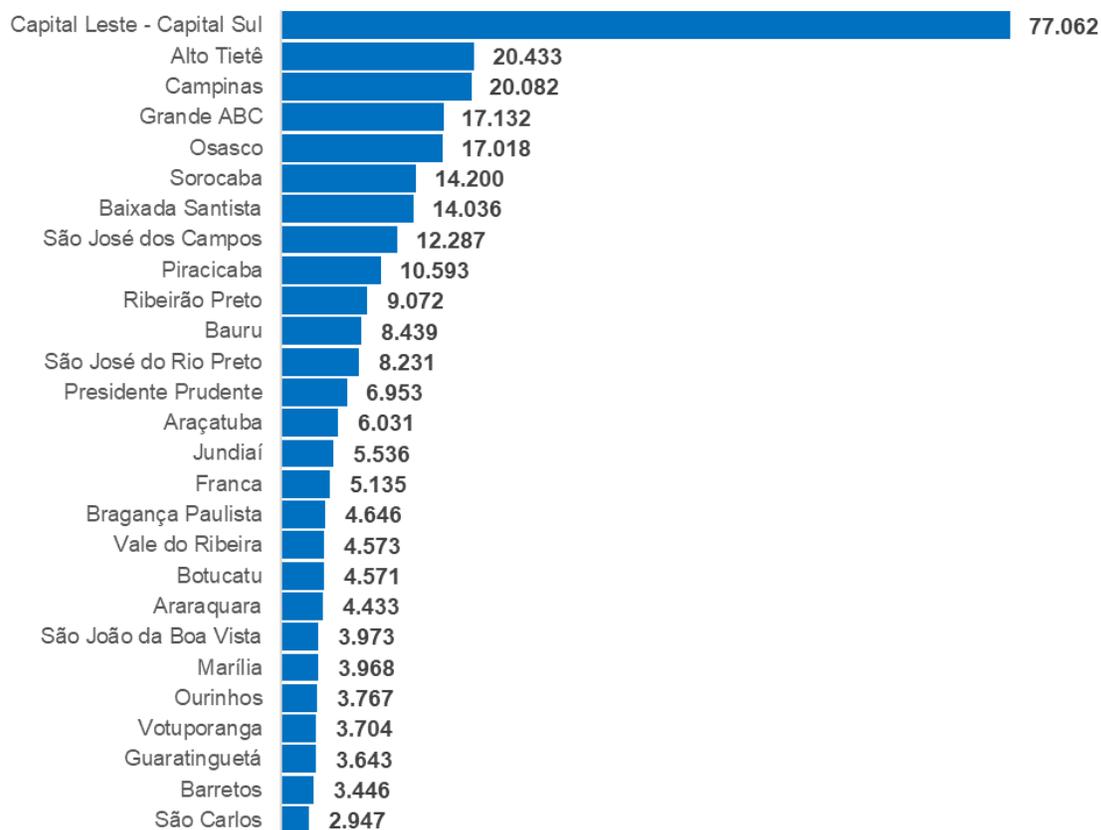
## 2.1.5 Mortalidade

### TOTAIS DE ÓBITOS

Ao olhar-se o total de óbito, tem-se uma grande variação entre as regiões analisadas. No período que vai de 2016 a 2018, a região de Franca registrou 5.135 óbitos, número este que representa 1,7% do total de óbitos no Estado de São Paulo, e coloca a região na décima sexta colocação no ranking entre

as regiões segundo o número de óbitos. Como normalmente observa-se, o número de óbitos entre os homens foi ligeiramente maior que o de mulheres na região, 2.780 contra 2.355.

**Figura 12 - Ranqueamento das regiões paulistas segundo óbitos totais.**



Fontes: SIM; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016 a 2019.

A Tabela 9 apresenta o número de óbitos por município da região de Franca, e o quanto esse número representa do total regional. Quatro entre os 5 maiores municípios da região - Franca (2.271 óbitos), Batatais (467 óbitos), São Joaquim da Barra (350) e Ituverava (321) - possuem mais óbitos que os demais municípios, e juntos são responsáveis por 66,4% do total da região. De forma geral a participação de cada município no número total de óbitos da região é coerente com a participação da população do município no total regional.

**Tabela 9 - Municípios segundo número de óbitos totais.**

<b>Rank</b>	<b>Região</b>	<b>Óbitos</b>	<b>Participação Regional</b>
1	Franca	2.271	44,2%
2	Batatais	467	9,1%
3	São Joaquim da Barra	350	6,8%
4	Ituverava	321	6,3%
5	Orlândia	281	5,5%
6	Igarapava	204	4,0%
7	Morro Agudo	188	3,7%
8	Miguelópolis	148	2,9%
9	Guará	137	2,7%
10	Pedregulho	117	2,3%
11	Ipuã	95	1,9%
12	Patrocínio Paulista	86	1,7%
13	Sales Oliveira	74	1,5%
14	São José da Bela Vista	61	1,2%
15	Cristais Paulista	48	0,9%
16	Nuporanga	44	0,9%
17	Aramina	43	0,8%
18	Itirapuã	41	0,8%
19	Rifaina	41	0,8%
20	Restinga	38	0,7%
21	Buritizal	30	0,6%
22	Ribeirão Corrente	24	0,5%
23	Jeriquara	19	0,4%

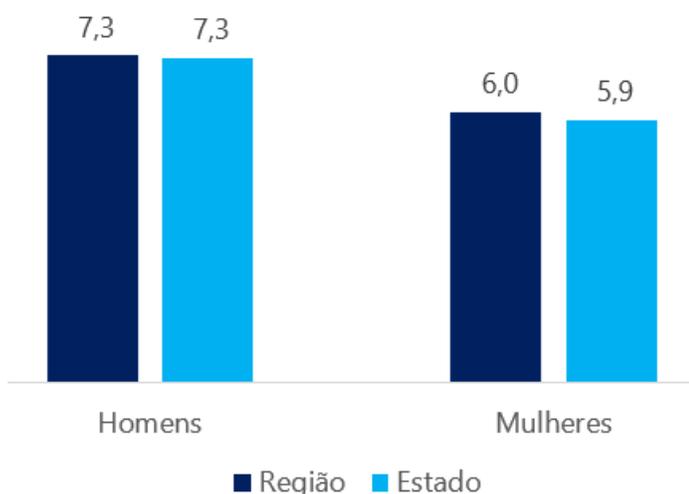
Fontes: SIM; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016 a 2019..

## **TAXA BRUTA DE MORTALIDADE (TBM)**

A taxa bruta de mortalidade (TBM) mostra o número de óbitos por 1.000 habitantes e, além de ponderar pelo tamanho populacional, também reflete o impacto da estrutura etária dos habitantes, uma vez que locais com uma população mais envelhecida tendem a ter TBM mais elevado. Obviamente, isso ocorre, pois, a probabilidade de óbito aumenta com idade do morador. Como anteriormente comentado, a região de Franca apresenta um perfil etário um pouco menos envelhecido do que o restante do estado.

Na Figura 13 ve-se que, apesar disso, TBM da região também é muito similar à do Estado de São Paulo como um todo. Enquanto na região em questão, a TBM é de 7,3 para homens e 6,0 para mulheres, a média do estado é 7,3 óbitos para cada mil habitantes do sexo masculino, e 5,9 óbitos para cada mil habitantes do sexo feminino.

**Figura 13 – Taxas brutas de mortalidade (TBM) segundo sexo.**



Fontes: SIM; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016 a 2019.

Novamente, conseguiu-se visualizar uma grande heterogeneidade em mais um indicador TBM nos municípios que compõem a região. Como já adiantado, apesar de Rifaina ser um dos menores municípios da região em número de habitantes, este município é o com o maior índice de envelhecimento de sua população, e isso é refletido na taxa bruta de mortalidade, a maior da região, com 11,4. A cidade de Franca vem apenas na décima primeira colocação, com 6,5 abaixo da média regional de 6,7. Já Batatais, com TBM igual a 7,6 ocupa a quarta posição neste *ranking*. A diferença entre os dois maiores municípios nesse aspecto reflete diferenças no perfil etário visto anteriormente, com Franca sendo um município mais jovem que Batatais.

**Tabela 10 - Municípios segundo taxa bruta de mortalidade (TBM).**

Rank	Região	TBM	Comparação Intrarregional
1	Rifaina	11,4	170,2%
2	Aramina	7,8	116,9%
3	Ituverava	7,8	116,3%
4	Batatais	7,6	113,7%
5	Pedregulho	7,1	106,1%
6	São José da Bela Vista	6,9	103,6%
7	São Joaquim da Barra	6,9	102,8%
8	Igarapava	6,8	101,9%
9	Buritizal	6,8	101,8%
10	Miguelópolis	6,8	101,3%
11	Franca	6,5	97,8%
12	Guará	6,5	97,7%
13	Orlândia	6,5	97,2%
14	Sales Oliveira	6,4	95,8%
15	Itirapuã	6,4	95,8%
16	Jeriquara	6,2	92,7%
17	Nuporanga	6,1	91,1%
18	Patrocínio Paulista	6,0	89,5%
19	Ipuã	5,9	88,9%
20	Morro Agudo	5,819	87,1%
21	Cristais Paulista	5,720	85,6%
22	Ribeirão Corrente	5,237	78,4%
23	Restinga	5,125	76,7%

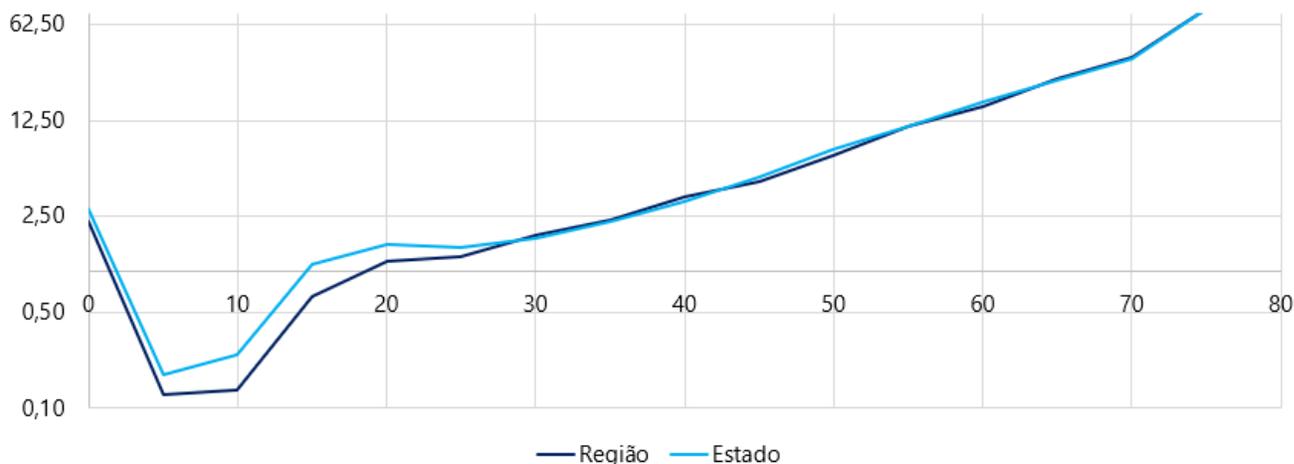
**FONTES: SIM; MINISTÉRIO DA SAÚDE; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2016 A 2019.**

#### **TAXA ESPECÍFICA DE MORTALIDADE (TEM)**

Ao calcular-se a razão do número de óbitos por número de habitantes em grupos quinquenais, tem-se a taxa específica de mortalidade. A Figura 14 apresenta a TEM para homens na região de Franca e no Estado de São Paulo. Interessante notar que as taxas são praticamente sobrepostas para as faixas entre 0 e 5 anos e a partir dos 30 anos de idade. Mas para as faixas entre 10 e 29 anos de idade, observa-se uma TEM maior no estado do que para a região de Franca. Ou seja, a região de Franca

tem uma menor mortalidade entre jovens homens em relação ao restante do Estado de São Paulo, e nas demais faixas etárias, o perfil de mortalidade masculina regional é similar ao que se vê no estado como um todo.

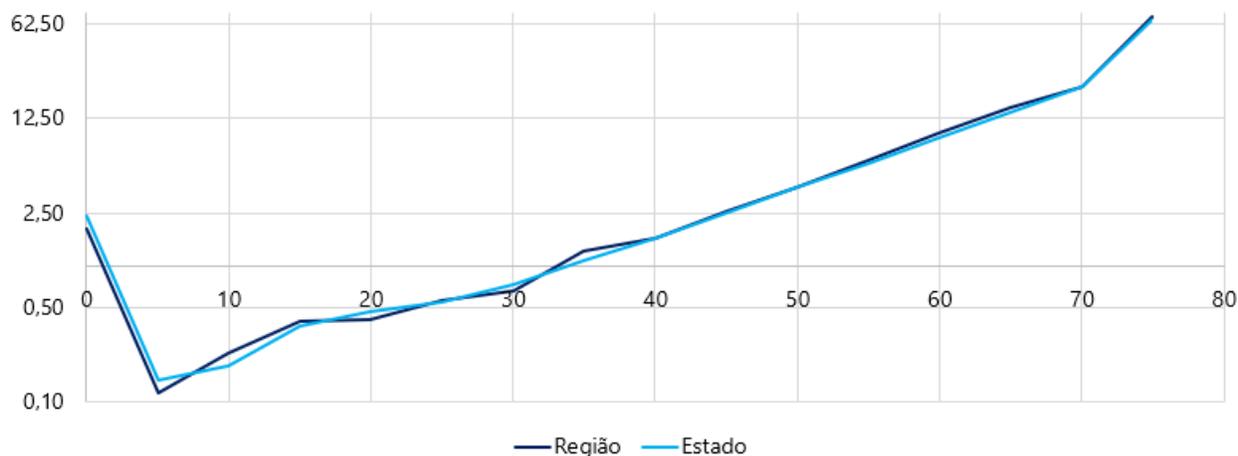
**Figura 14 – Taxa específica de mortalidade (TEM) entre homens.**



Fontes: SIM; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016 a 2019.

A Figura 15 apresenta o mesmo indicador e comparativo, mas agora para mulheres. Agora observa-se um padrão muito parecido entre a região de Franca e o estado para todas as faixas etárias. Ou seja, em comparação com o Estado de São Paulo, a TEM possui padrões diferentes para homens e mulheres como visto na Figura 14 e na Figura 15.

**Figura 15 – Taxa específica de mortalidade (TEM) entre mulheres.**

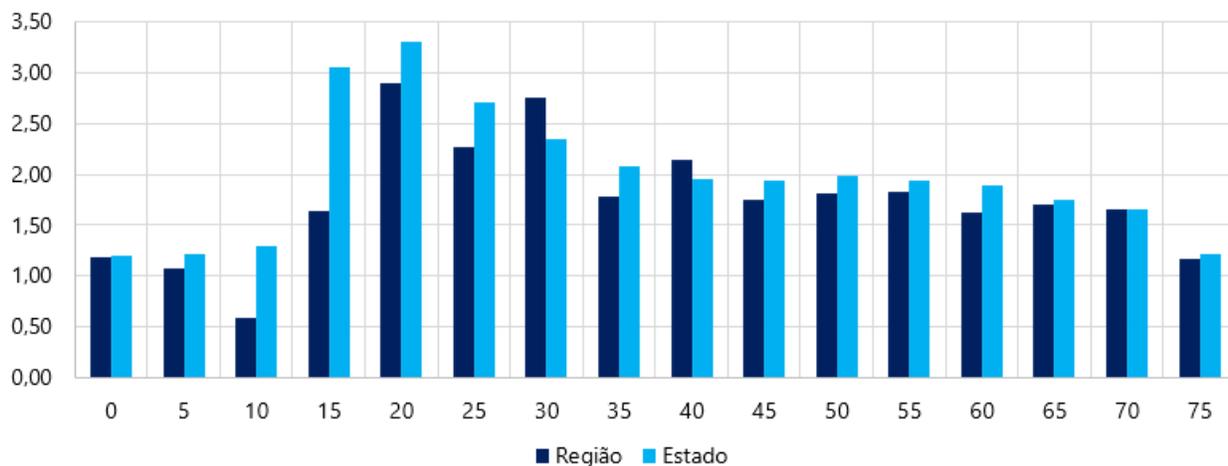


Fontes: SIM; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016 a 2019.

## **SOBREMORTALIDADE MASCULINA**

É importante olhar-se então o indicador de sobremortalidade masculina, que consiste na razão entre a TEM masculina e a TEM feminina, para identificar melhor os diferenciais de mortalidade entre grupos etários de homens e de mulheres. Sobremortalidade masculina acima de 1, indica que morrem mais homens que mulheres e menor que 1 o contrário. Em geral, consegue-se observar maior diferença nos grupos etários entre 15 e 39 anos de idade, devido as altas taxas de mortalidade masculina em relação a feminina nesta faixa. Isso se deve a causas externas como violência e acidentes de transporte. Nessa faixa etária, como pode-se ver na Figura 16 a sobremortalidade na região de Franca é menor do que no restante do estado, excetuando-se para a faixa etária entre 30 e 34 anos de idade. O que chama a atenção é o fato da sobremortalidade masculina ser menor que 1 em Franca entre 10 e 14 anos de idade enquanto no Estado de São Paulo este valor chega a quase 1,5. A mortalidade, principalmente masculina, nessa faixa etária é usualmente ligada à criminalidade juvenil, e este dado pode informar que a região tem menos jovens envolvidos em atividades criminosas do que no restante do estado. Observa-se o padrão da sobremortalidade ser maior que 1 para praticamente todas as faixas etária, com pico entre 20 e 34 anos de idade.

**Figura 16 – Sobremortalidade masculina.**



**Fontes: SIM; Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2016 a 2019.**

## 2.2 Educação

Compreender os atributos do sistema educacional das regiões é importantíssimo para fazer de forma completa o mapeamento das regiões do estado de São Paulo. Entender as características educacionais da população e suas principais particularidades permite a elaboração de políticas públicas de empreendedorismo que supram demandas mais específicas. Muitas vezes a política pode inclusive ser para suprir alguma lacuna educacional específica de uma determinada localidade. Caso contrário, o uso de uma política que não considere as peculiaridades educacionais de uma determinada região pode não ser tão eficiente ou até mesmo não gerar os resultados desejados. Educação assume papel importante para o desenvolvimento regional, pois seus indicadores de avanços e progressos podem ser associados produtividade econômica e desenvolvimento social da população. Tanto que educação é uma das dimensões chave do IDH.

Nos próximos subcapítulos serão apresentados aspectos relacionados a diferentes tipos de educação: básica, técnica e superior. Para cada um destes níveis educacionais, serão apresentados indicadores relacionados tanto a oferta de cursos (como, por exemplo, número de matrículas por docente, números de instituições na região) quanto dimensão qualitativa (nota no IDEB e caracterização dos cursos

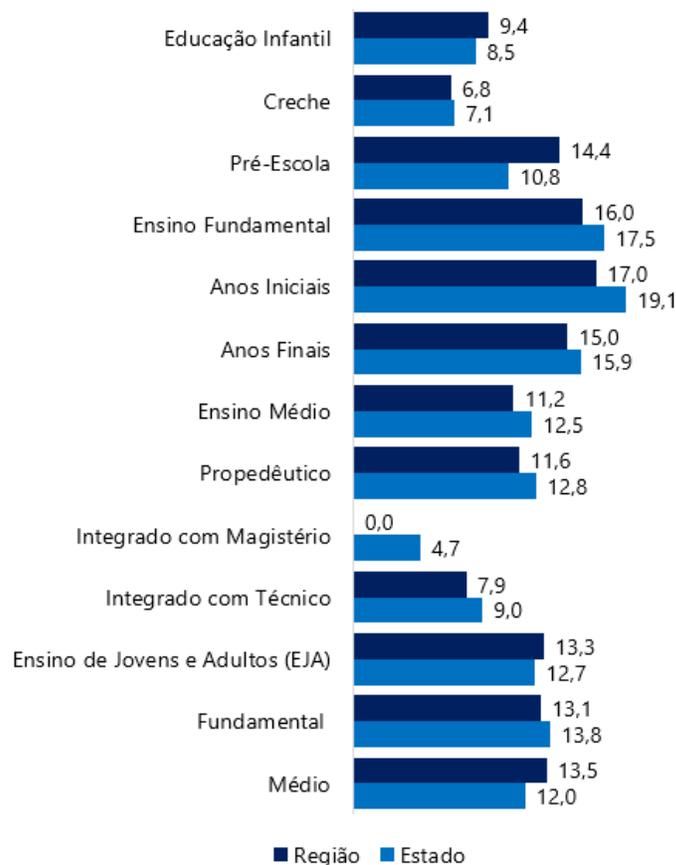
ofertados). De forma a complementar a análise, além de apresentar a comparação entre os indicadores regionais com os estaduais, serão apresentadas informações desagregadas por dependência administrativa, focando na mensuração e comparação da rede pública com a rede privada. Dessa forma, as informações apresentadas nos próximos parágrafos caracterizam as principais dimensões relacionadas ao perfil educacional da região de Franca.

### 2.2.1 Educação Básica

Primeiro, serão apresentadas as características da educação básica da região de Franca. A Educação Básica, a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - 9.394/96), passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando a Educação Infantil, o Ensino Fundamental obrigatório de nove anos e o Ensino Médio.

A primeira análise será acerca do número de matrículas por docente. Serão apresentados os dados subdividindo as etapas da educação básica e incluindo também a Educação para Jovens e Adultos (EJA). Trata-se de um dado relevante pois ele é um indicativo de quão sobrecarregado o sistema educacional está. Observe-se que em todas as etapas do ensino básico, a região apresenta um número de alunos por professor menor, porém bastante similar, do que a média do estado como um todo. A exceção é a Pré-Escola, em que observa-se um número razoavelmente maior de alunos por docente na região (14,4) que a média do Estado de São Paulo (10,8). Isso pode indicar um possível gargalo na oferta e qualidade educacional para esta etapa de ensino.

**Figura 17 - Matrículas por Docente no Ensino Básico**



Fonte: Censo da Educação Básica, INEP, 2019

O próximo passo é entender como estão distribuídas as matrículas na região segundo dependência administrativa. As escolas públicas podem ser municipais, estaduais ou federais. Percebe-se que, para o Ensino Fundamental, Médio e EJA, na região de Franca o número absoluto de matrículas em escolas públicas é muito maior que o mesmo indicador em instituições privadas. Por sua vez, a rede privada possui um número de matrículas próximo a da rede pública para a Educação Infantil. Na região de Franca, 54% das crianças em educação infantil estão matriculadas em instituições privadas, enquanto 46% estão matriculadas em escolas públicas. Esta característica é pouco comum ao olhar-se para as demais regiões do estado, onde vê-se uma proporção de 65% de matrículas em instituições públicas e 35% em instituições privadas, para esta etapa educacional. Isto pode estar correlacionada com o alto número de matrículas por docente na pré-escola, previamente apresentado. Como esperado, tanto as

matrículas em Educação Infantil quanto as no Ensino Fundamental estão concentradas em entidades municipais. De acordo com o Pacto Federativo da Educação, a educação básica e ensino fundamental são de responsabilidade da administração pública municipal enquanto o ensino médio é de responsabilidade da administração pública estadual. Por fim, tanto o número de matrículas no Ensino Médio, quanto no EJA, tem uma maior concentração nas instituições estaduais.

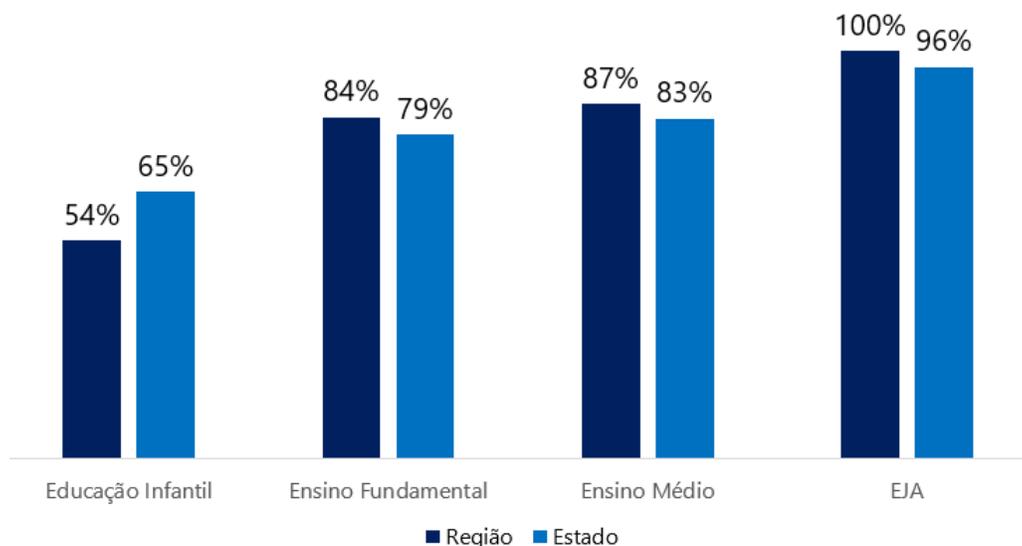
**Tabela 11 - Número de matrículas de educação básica por etapa de ensino e dependência administrativa**

<b>Etapas de Ensino</b>	<b>Educação Infantil</b>	<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Ensino Médio</b>	<b>EJA</b>
<b>Público</b>	<b>18.673</b>	<b>73.268</b>	<b>22.622</b>	<b>5.421</b>
Federal	-	-	-	0
Estadual	20	30.550	22.273	1.379
Municipal	18.653	42.718	349	4.042
<b>Privada</b>	<b>16.225</b>	<b>14.310</b>	<b>3.364</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>34.898</b>	<b>87.578</b>	<b>25.986</b>	<b>5.421</b>

Fonte: Censo da Educação Básica, INEP, 2019

Além disso, é importante entender como essa participação de escolas públicas na região se compara com o estado como um todo. Observe que para o Ensino Infantil a presença de escolas públicas em relação ao total é menor na região (54%) do que no estado como um todo (65%), como já adiantado no parágrafo anterior. Por sua vez, para as demais etapas de ensino a importância das entidades públicas é muito parecida com o restante do estado.

**Figura 18 – Participação de escolas públicas no Ensino Básico**



Fonte: Censo da Educação Básica, INEP, 2019

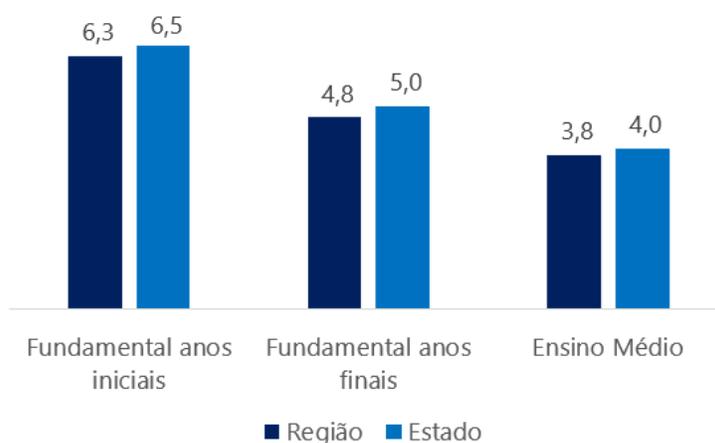
Agora será analisada a qualidade da educação da região de Franca através do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O IDEB é um indicador que tem como finalidade mensurar a qualidade da educação através de dois conceitos complementares – o fluxo escolar e as médias de desempenho em avaliações.

Assim, em comparação ao restante do estado, tem-se que, para todas as etapas de ensino, a média do IDEB da região é ligeiramente inferior à do estado como um todo. Porém, esse dado é insuficiente, uma vez que existe grande heterogeneidade na condição inicial da qualidade do ensino nos diversos municípios brasileiros.

Dessa forma, para entender melhor a qualidade de educação, pode-se olhar o número de municípios na região que estão abaixo da sua meta. Note-se que a meta municipal não é homogênea para todos os municípios: ela depende de características de cada uma das cidades e varia inclusive entre localidades que estão em uma mesma região. Percebe-se que na região o maior gargalo está nos primeiros anos do ensino fundamental, já que, apesar de 43% dos municípios da região não atingirem a meta, essa proporção é quase o dobro da encontrada no estado como um todo (27%). Esse dado

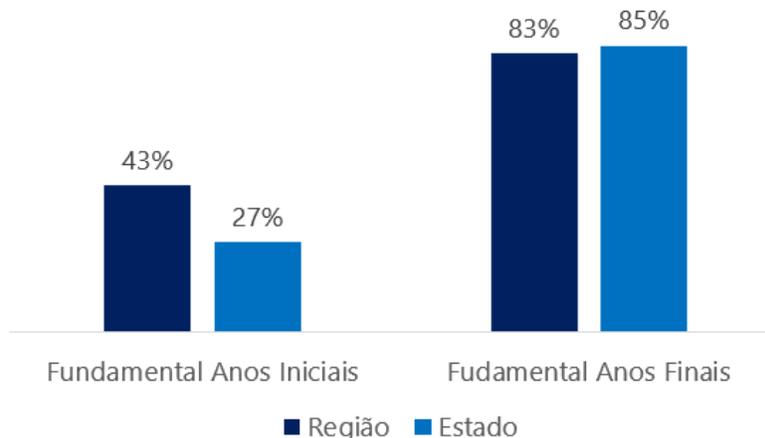
pode indicar que os alunos da região saem da Educação Infantil com uma possível defasagem no aprendizado em relação aos seus pares no restante do estado, se refletindo em um pior desempenho nos anos iniciais do ensino fundamental. Para os anos finais do fundamental, esta proporção para a região de Franca (83%) é ligeiramente inferior à proporção de municípios que estão abaixo da meta no estado como um todo (85%).

**Figura 19– Nota do IDEB por etapa de ensino**



Fonte: IDEB, INEP, 2017

Figura 20 – Fração de municípios abaixo da meta da nota do IDEB



Fonte: IDEB, INEP, 2017

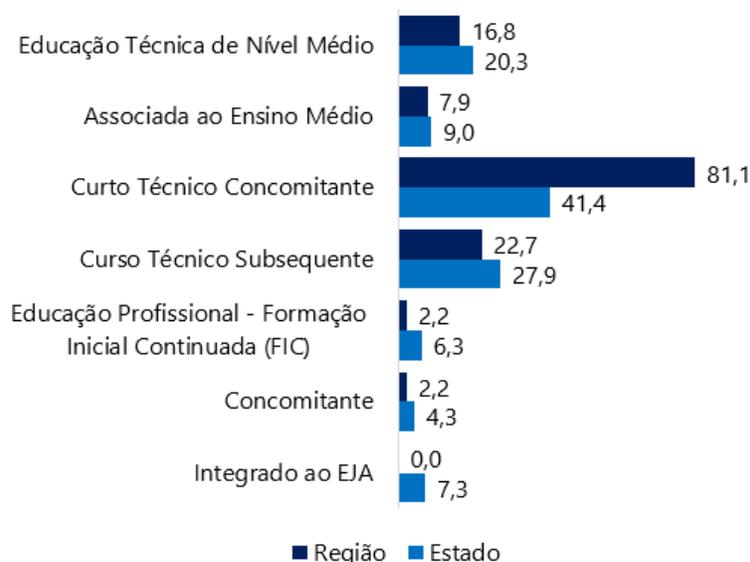
## 2.2.2 Educação Técnica

O próximo passo para apresentar a caracterização completa do sistema educacional da região de Franca é descrever as características do ensino profissionalizante. Em muitos setores produtivos ele é fundamental para fornecer mão de obra capacitada em curto período e é um importante aliado de possíveis políticas de empreendedorismo em qualquer região - inclusive para os programas desenvolvidos pelo SEBRAE-SP, especialmente os voltados à **Inclusão Produtiva e de Desenvolvimento Econômico Local**.

Primeiramente será analisado o número de matrículas por docentes para diferentes tipos de ensino técnico, comparando com o restante do estado. Destaca-se que a região tem uma das 24 que ofertam Educação Profissional - Formação Inicial Continuada (FIC) no estado. Esta modalidade oferta cursos com objetivo de aprimorar habilidades de profissionais que já estão no mercado de trabalho. Para a Educação Técnica de Nível Médio, vemos que a região apresenta valor de matrículas por docente (16,8) abaixo a do estado como um todo (20,3), o que é positivo. Note, no entanto, que para uma categoria desse tipo de educação técnica, Curso Técnico Concomitante, a região tem valor consideravelmente maior do que o estado como um todo (81,1%, contra 41,4%). Ou seja, para essa

modalidade, em média, cada professor da região leciona para o dobro de alunos que o observado para os demais professores do estado.

**Figura 21 – Matrículas por Docente no Ensino Técnico**



Fonte: Censo da Educação Básica, INEP, 2019

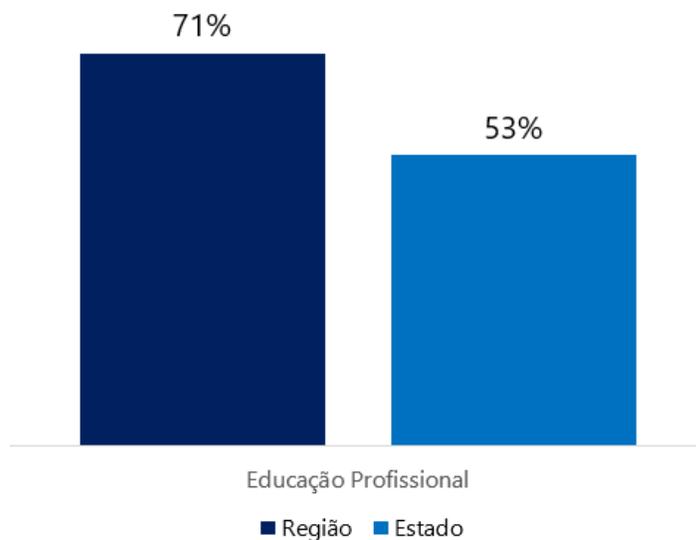
Em seguida, busca-se entender como estão distribuídas as matrículas em cursos de educação profissional na região de acordo com a dependência administrativa. Nota-se que existe um número maior de matrículas em instituições públicas, sendo a sua maioria estaduais. Além disso a proporção de matrículas público/privado da região de Franca (71%) é superior à do estado como um todo (53%). Um ponto de destaque é que as instituições que ofertam esses cursos estão razoavelmente distribuídas nas cidades da região. As 24 instituições que ofertam cursos profissionalizantes estão localizadas nos municípios Batatais, Ituverava (1 instituição pública e 1 privada), Franca (2 públicas e 10 instituições privadas), Miguelópolis, Morro Agudo, Orlândia (1 pública em cada), Igarapava (2 públicas), e São Joaquim da Barra (2 instituição de ensino profissional pública e 1 instituição privada).

**Tabela 12- Número de matrículas em cursos de educação profissional por dependências administrativas.**

Dependência Administrativa	Educação Profissional
<b>Público</b>	<b>5.522</b>
Federal	-
Estadual	5.444
Municipal	78
<b>Privada</b>	<b>2.265</b>
<b>Total</b>	<b>7.787</b>

Fonte: Censo da Educação Básica, INEP, 2019.

**Figura 22 – Participação de escolas públicas no Ensino Técnico**



Fonte: Censo da Educação Básica, INEP, 2019.

### 2.2.3 Educação Superior

A educação de nível superior no Brasil apresentou na última década mudanças tanto em sua distribuição espacial quanto na oferta e acesso a seus cursos. A ideia principal por trás dessas mudanças é de que as instituições de ensino superior são ferramentas-chaves para impulsionar o desenvolvimento regional, aumentando o capital intelectual e social da população, e assim melhorando

sua produtividade e capacidade de inovação. Por isso é relevante entender-se sua estrutura e eixos temáticos presentes na região aqui abordada.

A Tabela 13 e a Tabela 14 apresentam, respectivamente, o número de instituições de ensino superior por categoria administrativa e organização, para a região de Franca e o Estado de São Paulo. A região de Franca possui 10 instituições de ensino superior (3 públicas e 7 privadas), sendo 2 Centros universitários, 1 universidade e 7 faculdades. É importante ressaltar que a cidade de Franca concentra 6 dessas instituições de ensino superior. As demais estão distribuídas pelos municípios de Ituverava (2), Batatais e São Joaquim da Barra (1 instituição de ensino superior em cada município).

**Tabela 13 - Número de instituições de ensino superior segundo categoria administrativa**

<b>Categoria Administrativa</b>	<b>Região</b>	<b>Estado</b>	<b>Participação Estadual</b>
<b>Pública</b>	<b>3</b>	<b>106</b>	<b>2,8%</b>
Federal	-	5	0,0%
Estadual	1	77	1,3%
Municipal	2	24	8,3%
<b>Privada</b>	<b>7</b>	<b>506</b>	<b>1,4%</b>
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>612</b>	<b>1,6%</b>

Fonte: Censo do Ensino Superior, INEP, 2018

**Tabela 14 - Número de instituições de ensino superior segundo organização acadêmica**

<b>Organização Acadêmica</b>	<b>Região</b>	<b>Estado</b>	<b>Participação Estadual</b>
Universidade	1	38	2,6%
Centro Universitário	2	71	2,8%
Instituto Federal	-	1	0,0%
Faculdade	7	502	1,4%
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>612</b>	<b>1,6%</b>

Fonte: Censo do Ensino Superior, INEP, 2018

O número de matrículas reforça a dependência da região de Franca do ensino superior privado, como pode ser visto na Tabela 15. A região possui 3,7% dos matriculados em cursos superiores do Estado de São Paulo, e esse valor corresponde a 82.712 alunos, um número significativo quando comparado às demais regiões. Destes, 3.983 estão matriculados em instituições públicas e 78.729 estão em instituições de ensino privadas. É interessante notar que a maior parte das matrículas são em curso a

distância. Os 62.625 alunos matriculados em cursos nessa modalidade, correspondem a 10,8% do total de matriculados em cursos superior a distância em todo o Estado de São Paulo. Portanto, a região de Franca está entre as que mais aderiu a essa modalidade no estado, atrás apenas da capital do estado.

**Tabela 15 - Número de matrículas em cursos de ensino superior segundo categoria administrativa**

<b>Categoria Administrativa</b>	<b>Região</b>	<b>Estado</b>	<b>Participação Estadual</b>
<b>Pública</b>	<b>3.983</b>	<b>328.375</b>	1,2%
Federal	-	52.444	0,0%
Estadual	844	230.799	0,4%
Municipal	3.139	45.132	7,0%
<b>Privada</b>	<b>78.729</b>	<b>1.904.313</b>	4,1%
<b>Total</b>	<b>82.712</b>	<b>2.232.688</b>	<b>3,7%</b>

Fonte: Censo do Ensino Superior, INEP, 2018

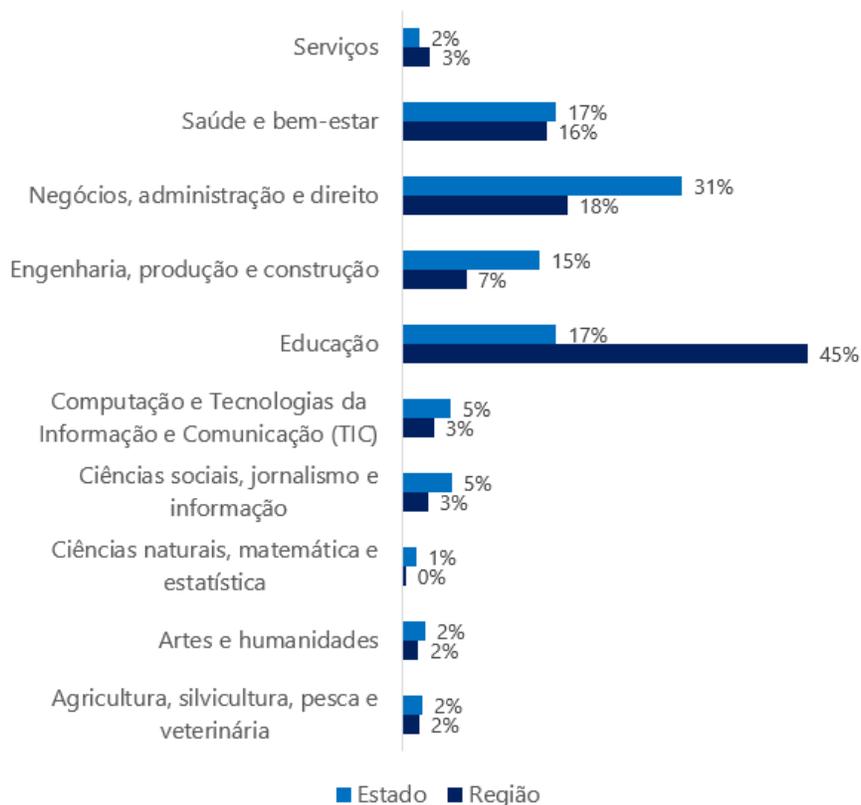
**Tabela 16 - Número de matrículas em cursos de ensino superior segundo modalidade de ensino.**

<b>Modalidade de Ensino</b>	<b>Região</b>	<b>Estado</b>	<b>Participação Estadual</b>
Presencial	19.087	1.643.637	1,2%
Distância	63.625	589.051	10,8%
<b>Total</b>	<b>82.712</b>	<b>2.232.688</b>	<b>3,7%</b>

Fonte: Censo do Ensino Superior, INEP, 2018

A Figura 23 apresenta o perfil dos cursos de ensino superior, comparando a região de Franca com o Estado de São Paulo através do percentual de matrículas por eixo temático. Observamos que a região em questão possui um padrão de distribuição das matrículas razoavelmente similar ao observado no estado como um todo. As exceções são que a região em questão tem menos matriculados em cursos de “Negócios, administração e direito” e “Engenharia, produção e construção” que o restante do estado. Por outro lado, a proporção de matriculados em cursos de “Educação” é quase três vezes maior que o observado no estado como um todo (45% contra 17%).

**Figura 23 – Perfil dos cursos de ensino superior**



Fonte: Censo da Educação Superior, INEP, 2018.

## 2.2.4 Considerações referentes à educação na região

Em linhas gerais, pode-se caracterizar a região de Franca como um local que possui indicadores de oferta do ensino básico similar ao estado como um todo, excetuando-se para a pré-escola, em que tem um número maior de matriculados por docentes que o restante do estado. Nesse sentido, vale ressaltar que a região possui uma proporção de matriculados em instituições públicas de Educação Infantil do que o observado no estado. A média das notas do IDEB para região são ligeiramente inferiores à média estadual, porém, e mais preocupante, é o fato de que 43% dos municípios ficaram abaixo da meta do IDEB para os anos iniciais do ensino fundamental, um número quase duas vezes maior do que o do Estado de São Paulo. Com relação ao ensino profissional, destaca-se o fato de a modalidade predominante ser o curso técnico subsequente ao ensino médio, porém os cursos técnicos

concomitantes ao ensino médio possuem o dobro da razão matrículas/docente do estado. Por último, o ensino superior na região é significativamente dependente do setor privado, sendo majoritariamente feito à distância e caracterizado por um número acima da média estadual de matriculados em cursos de Educação, e com uma proporção menor de matriculados em cursos de “Negócios, administração e direito” e “Engenharia, produção e construção”.

## 2.3 Saúde

Outro aspecto importante a ser considerado na análise dos níveis de desenvolvimento social das regiões paulistas é a área da saúde. Desse modo, apresentar-se-á a seguir alguns dos principais indicadores da área com ênfase sobre (i) os equipamentos de saúde disponíveis, (ii) o perfil de internações e (iii) o perfil de mortalidade. Destaca-se, também, nesse conjunto, o levantamento realizado a respeito de leitos de internação, leitos em UTI e quantidade de respiradores no sistema, equipamentos, esses, de disponibilidade ainda mais fundamental dada a pandemia de COVID-19 atualmente enfrentada.

A saúde assume papel preponderante para o desenvolvimento regional, pois a articulação entre território e política de saúde tem na regionalização, e no caso brasileiro, na descentralização que organiza o SUS uma de suas características chave. Desenvolvimento local e humano está associado com qualidade de vida, tanto que saúde contém indicadores chave para o cálculo do IDH

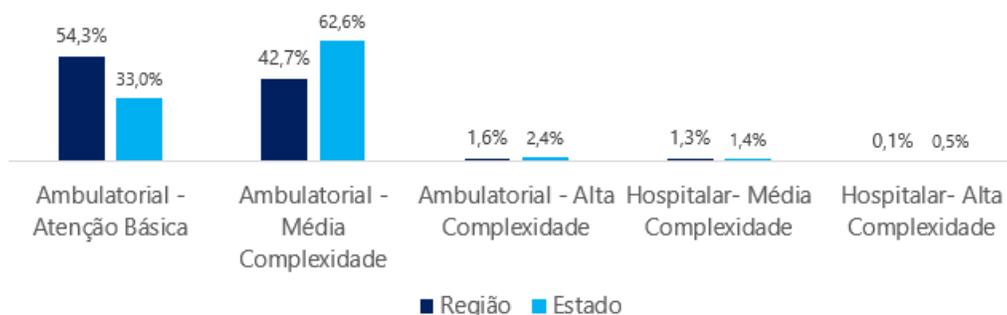
### 2.3.1 Equipamentos de saúde

#### TIPOS DE ESTABELECIMENTOS

Os municípios da região de Franca respondem, conjuntamente, por cerca de 2,0% (ou 1.731) do total de 86.020 de estabelecimentos de saúde disponíveis no Estado de São Paulo em junho de 2020. Apesar de aparentemente pouco equipada, a região se mostra, na verdade, sobrerrepresentada quando tal participação é confrontada com a sua parcela na distribuição da população estadual (1,7%). Na

comparação com o restante do estado, nota-se que há na região a ênfase na rede ambulatorial de atenção básica, que representa mais da metade dos estabelecimentos de saúde na região de Franca (54,3%). Tal participação se mostra superior ao índice estadual (33,0%). A região também possui 42,7% da sua rede de atendimento composta por ambulatorios de média complexidade, número significativamente menor do que o do restante do estado, 62,60%. Para os demais estabelecimentos de saúde mostrado na Figura 24, para os quais a região revela padrões similares ao restante do estado. Com relação às unidades ambulatoriais de atenção básica e de média complexidade vale ainda enfatizar que todas as 940 existentes na região, bem como os totais 28.428 presentes no estado, referem-se majoritariamente a equipamentos das redes municipais de saúde.

**Figura 24 – Equipamentos de saúde agrupados por nível de atenção.**



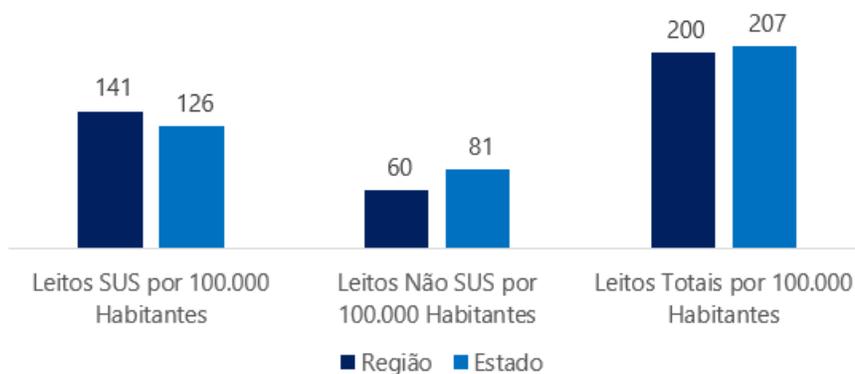
Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020.

## LEITOS DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Em termos de disponibilidade de leitos de internação hospitalar, a região de Franca se mostra bem equipada quando se adota o conjunto do Estado de São Paulo como padrão para análise. Nesse contexto, vale dizer que a participação regional nos leitos estaduais disponíveis tanto na rede SUS (1,9%) quanto na rede privada (1,2%) estavam, em junho de 2020, em níveis próximos aos que seriam esperados dada a participação da região no total da população do estado. Como consequência, a comparação região-estado dos indicadores de leitos por 100.000 habitantes exibidos na Figura 25, revela que os municípios da região de Franca têm, relativamente à sua população, menor

disponibilidade de leitos de internação hospitalar tanto na rede privada (60 contra 81). Por sua vez na rede SUS da região apresenta um índice de leitos por cem mil habitantes maior que no Estado de São Paulo (141 contra 126 leitos). Entretanto, em termos de sua distribuição intrarregional, os leitos de internação hospitalar têm presença heterogênea na região dado que Franca (695), São Joaquim da Barra (135), Batatais (133) e Ituverava (120) respondem por cerca de 69% do total de leitos disponíveis nos municípios da região (1.083 de 1.565).

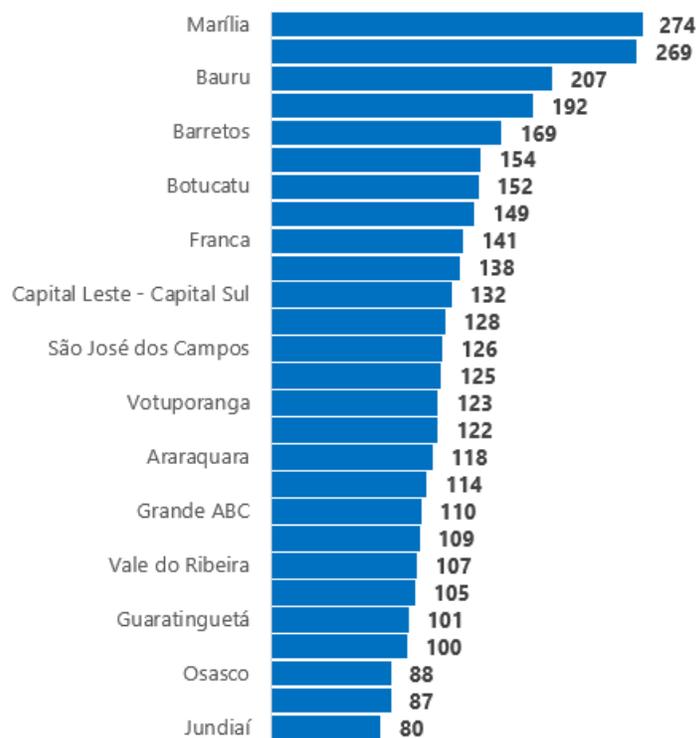
**Figura 25 – Leitos de internação hospitalar disponíveis por 100.000 habitantes.**



Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2020.

Não surpreende, portanto, que, de acordo com a Figura 26, a região de Franca esteja entre as 5 no *ranking* regional de disponibilidade de leitos de internação hospitalar na rede SUS entre as 27 regiões do estado, com 141 leitos SUS por cem mil habitantes.

**Figura 26 - Ranqueamento das regiões segundo leitos de internações do SUS por 100.000 habitantes.**



Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2020.

## LEITOS EM UTI

De modo complementar aos leitos de internação hospitalar, também os leitos em UTI são essenciais à estruturação de sistemas de saúde. A partir da Figura 27 tem-se que, também a esse respeito, a região de Franca se encontra, abaixo da média apresentada pelo conjunto do Estado de São Paulo. Entretanto, esta disponibilidade não decorre de padrões semelhantes nas redes pública e privada. Enquanto a rede SUS na região exibe 7 leitos por cem mil habitantes contra um índice de 8 no estado, na rede particular esta diferença aumenta, com disponibilidade menor na região de Franca (3) frente o Estado de São Paulo (11). Tal heterogeneidade se revela também na distribuição dos leitos em UTI entre os municípios da região, uma vez que todos os 87 se localizam em apenas 3 das 23 cidades, a saber Franca (46), Batatais (8), e São Joaquim da Barra (8).

48 / 237

FGV Projetos CE Nº 1156/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

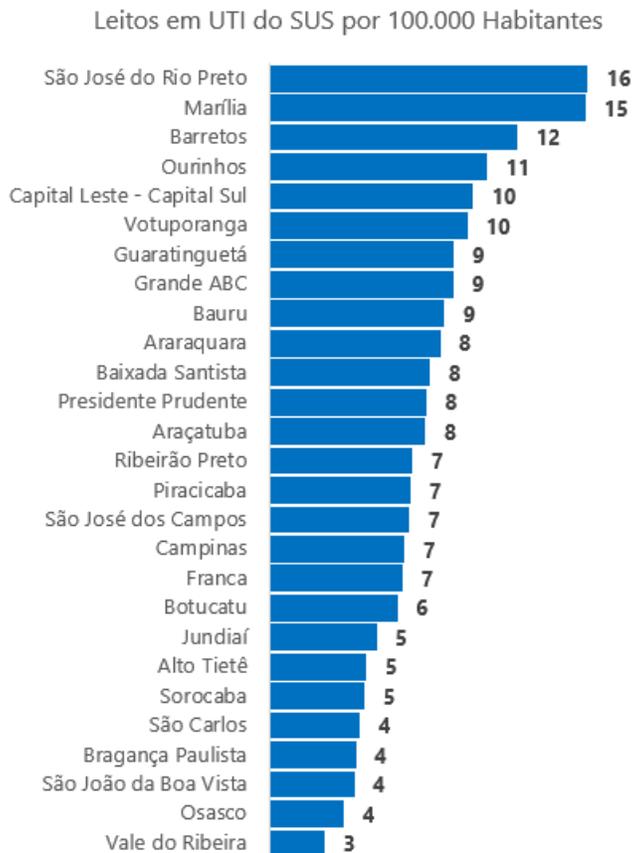
**Figura 27 – Leitos em UTI disponíveis por 100.000 habitantes.**



Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2020.

Ao contrário do que ocorre a respeito dos leitos de internação hospitalar, também quanto às UTIs a região de Franca desponta entre aquelas com menor disponibilidade de leitos na rede SUS, ao figurar na 18ª posição entre as 27 regiões do Estado de São Paulo e com marca de 7 leitos SUS por 100.000 habitantes.

**Figura 28 - Ranqueamento das regiões segundo leitos em UTI do SUS por 100.000 habitantes.**



Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2020.

## RESPIRADORES

Ventiladores pulmonares, ou respiradores, são equipamentos muito comentados desde o início da pandemia de COVID-19, sendo, inclusive, objeto de disputas comerciais em função de sua centralidade no tratamento dos pacientes mais gravemente acometidos pela enfermidade. Com base em dados de dezembro de 2019, nota-se que a região de Franca apresentava, em contexto pré-pandêmico, uma disponibilidade de respiradores menor que o restante do estado (22 ante 39 respiradores por 100.000 residentes). Entretanto, quando se analisam as redes pública e privada separadamente tem-se que

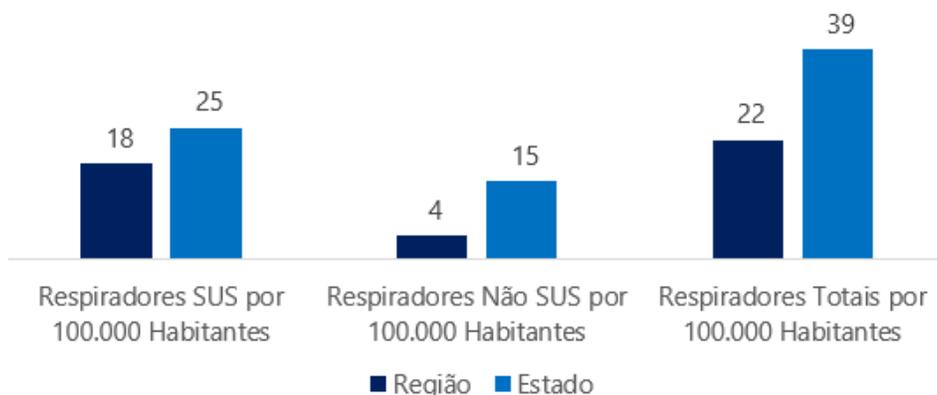
50 / 237

FGV Projetos CE Nº 1156/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

disponibilidade na região é bastante inferior ao conjunto do estado (4 ante 15), na rede SUS esta diferença é menor (18 na região ante 25 no estado). Vale destacar, ainda, que a distribuição de respiradores não se dá de maneira uniforme na região, os quais se encontram concentrados em Franca (117 unidades do total de 174 da região).

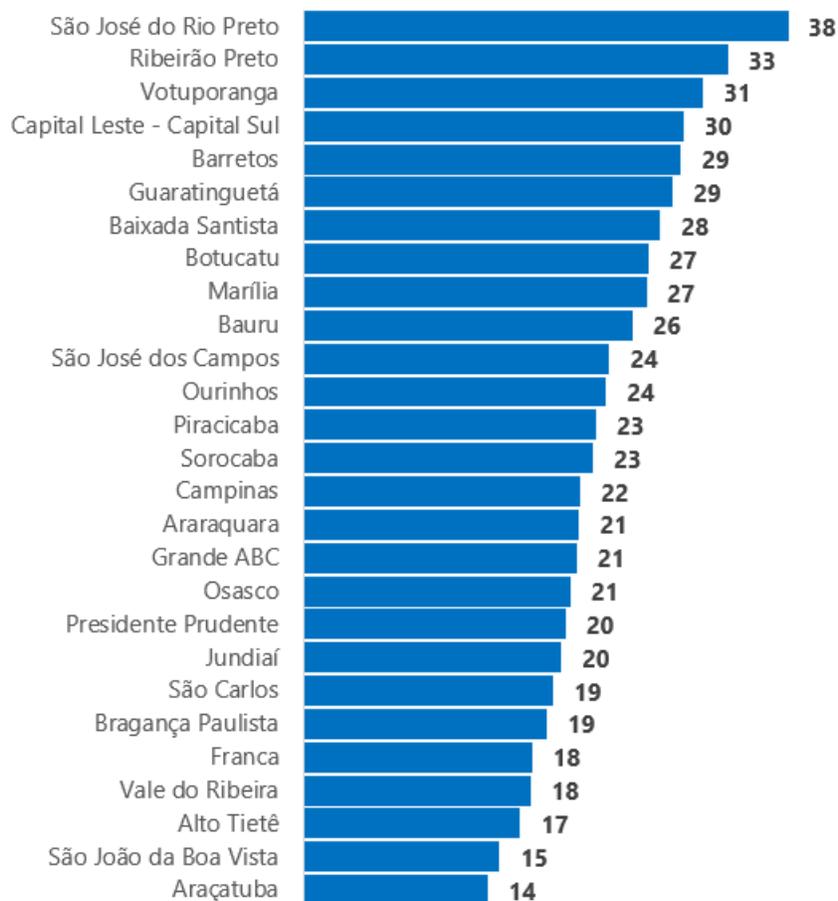
**Figura 29 – Respiradores disponíveis por 100.000 habitantes.**



Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2020.

Na comparação das 27 regiões exibidas na Figura 30, Franca, se apresenta como uma daquelas regiões com rede SUS razoavelmente equipadas ao ocupar a 23ª posição, com índice de 18 respiradores/100.000 moradores.

**Figura 30 - Ranqueamento das regiões segundo respiradores do SUS por 100.000 habitantes.**



Fontes: Ministério da Saúde; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Seade, 2020.

### 2.3.2 Perfil de internações

As causas de internação na região são representadas na Figura 31. Os Algarismos correspondem às condições clínicas e enfermidades presentes na Classificação Internacional de Doenças (CID-10), segundo Tabela 17. O gráfico ilustrado na Figura 31 mostra a relação entre o quociente locacional – razão entre a incidência relativa de determinada doença na região e no estado – e a participação da doença no total de internações. A linha tracejada representa o limiar do quociente locacional acima do qual os Algarismos representam causalidades com maior incidência na região em comparação ao estado e abaixo, ao contrário, representam as causalidades com menor incidência.

**Tabela 17 - Capítulos da classificação CID-10**

Capítulo CID-10	Descrição
Cap I	Algumas doenças infecciosas e parasitárias
Cap II	Neoplasmas [tumores]
Cap III	Algumas doenças infecciosas e parasitárias
Cap IV	Neoplasmas [tumores]
Cap V	Transtornos mentais e comportamentais
Cap VI	Doenças do sistema nervoso
Cap VII	Doenças do olho e anexos
Cap VIII	Doenças do ouvido e da apófise mastoide
Cap IX	Doenças do aparelho circulatório
Cap X	Doenças do aparelho respiratório
Cap XI	Doenças do aparelho digestivo
Cap XII	Doenças da pele e do tecido subcutâneo
Cap XIII	Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo
Cap XIV	Doenças do aparelho geniturinário
Cap XV	Gravidez, parto e puerpério
Cap XVI	Algumas afecções originadas no período perinatal
Cap XVII	Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas
Cap XVIII	Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte
Cap XIX	Lesões, envenenamentos e algumas outras consequências de causas externas
Cap XX	Causas externas de morbidade e de mortalidade
Cap XXI	Fatores que influenciam o estado de saúde e o contato com os serviços de saúde

Fonte: Ministério da Saúde.

As causas mais comuns de internação na região de Franca em 2019 foram: gravidez, parto e puerpério (XV), doenças do aparelho digestivo (XI) e doenças do aparelho circulatório (IX), cujas internações corresponderam a 16,2%, 11,3%, 10,8% do total de internações no período, respectivamente.

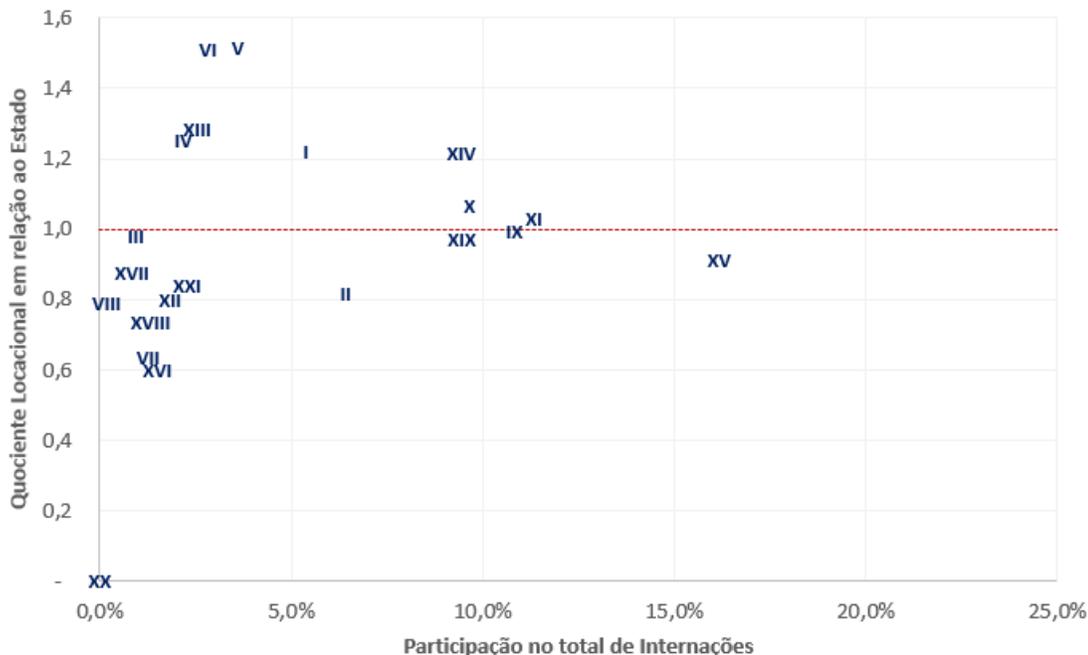
Embora a gravidez, parto e puerpério sejam a segunda causa de internação na região, sua incidência localiza-se abaixo do limiar do quociente locacional, ou seja, é menor do que àquela apresentada pelo estado. Esta constatação está em consonância com a taxa de fecundidade total da região previamente apresentada.

De maneira similar, as doenças do aparelho digestivo e do aparelho circulatório estão em níveis similares ao observados para o estado como um todo.

Na figura também é possível observar que as causalidades designadas pelos algarismos “V” e “VI” se mostram muito acima do limiar do quociente locacional. Estes algarismos se referem respectivamente a internações por conta de “Transtornos mentais e comportamentais” e “Doenças do sistema nervoso” e embora representem, somadas, menos de 6% do total de internações na região encontra-se em um patamar 50% maior em comparação as demais regiões do estado.

Por fim, outra causalidade que merece destaque está representada pelo algarismo “XIX” que neste subcapítulo, refere-se às causalidades provocadas por fatores externos, como acidentes e violência que constituem a sétima maior causa de internações na região (9,5% do total de internações), entretanto, sua incidência encontra-se um pouco abaixo da média das regiões do estado ( 9,8%).

Figura 31 – Comparação dos perfis de internação região-estado.



Fontes: SIHSUS, Ministério da Saúde, 2019.

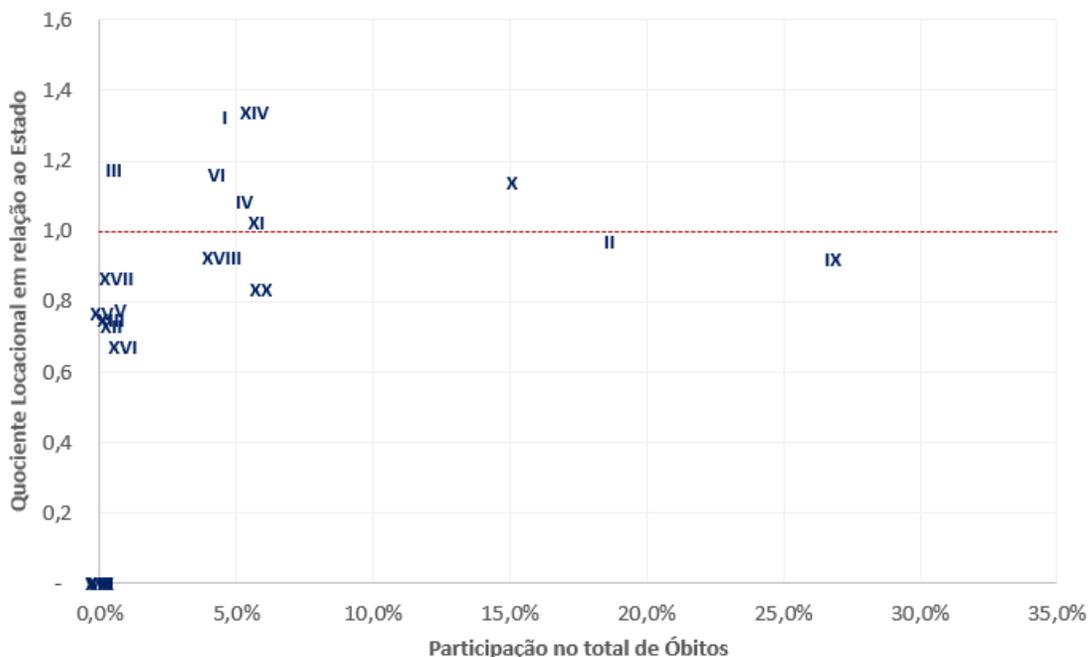
### 2.3.3 Perfil de mortalidade

Observa-se uma mudança no perfil de causas de óbito em relação ao apresentado para causas de internação. Para óbitos doenças do aparelho circulatório (IX), neoplasmas (II) e doenças do aparelho respiratório (X) são as principais causas de morte na região e correspondem, respectivamente, a 26,8%, 18,6% e 15,1% do total de óbitos. Dessas três principais causas de óbitos, apenas a associada a doenças do sistema respiratório possui coeficiente locacional maior que 1, ou seja, uma incidência por habitante maior que no estado.

Embora tenha-se constatado que uma alta incidência de doenças do aparelho digestivo (XI) nas causas de internação, este padrão não se repete na análise das causas de mortalidade.

Vale ressaltar que acidentes e violência também aparecem como uma das principais causas de mortalidade na região (5,9% do total de óbitos) e nesta seção estão representados pelo algarismo “XX”. Porém, a participação dos acidentes e da violência entre as principais causas de mortalidade na região encontra-se abaixo do percentual apresentado pelo estado.

**Figura 32 – Comparação dos perfis de mortalidade região-estado.**



Fontes: SIM, Ministério da Saúde, 2018.

### 2.3.4 Considerações referentes à saúde na região

De maneira geral, a região de Franca possui uma estrutura hospitalar em linha com a média do estado. Se por um lado, apresenta uma presença da rede de atendimento ambulatorial de atenção básica a saúde maior que o observado no estado como um todo, e uma razão de leitos por habitante próximo a média estadual, por outro observa-se uma deficiência em termos de leitos de UTI e respiradores. Um ponto positivo é que na região de Franca essas deficiências são menores quando se faz a comparação apenas entre a rede pública regional e estadual. Vale ressaltar que, de maneira geral, estes

equipamentos estão concentrados na cidade de Franca, e, em menor escala, nos municípios de Batatais e São Joaquim da Barra.

Tanto o perfil de internação quando as causas de óbito estão em consonância com o observado no restante do Estado. Entre as causas de internação mais prevalentes estão "Gravidez, parto e puerpério", "Doenças do aparelho digestivo", e "Doenças do aparelho circulatório". Já as principais causas de morte são "Doenças do aparelho circulatório", "Neoplasmas (tumores)" e "Doenças do aparelho respiratório". Tanto internação quanto óbitos por motivos de acedentes e violência apresentam incidências menor do que observado no Estado de São Paulo.

## 2.4 Assistência Social

Na assistência social, assim como nas demais áreas sociais, os municípios têm papel fundamental pois são os executores dos programas, serviços e ações. Dentro do Sistema de Único de Assistência Social (SUAS) os municípios atuam em dois níveis de atenção: o Preventivo – através da Proteção Básica – e o Protetivo – através da Proteção Especial. Assim, dentro desse contexto, os principais representantes das unidades de atuação e oferta de serviços voltados a assistência social ao nível municipal são os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS).

Este subcapítulo busca apresentar indicadores sobre a infraestrutura de atendimento à população através dos totais de equipamentos públicos disponíveis, bem como da sua distribuição espacial. Além disso, são apresentados indicadores complementares sobre o perfil dos beneficiários e de suas respectivas famílias por meio do uso dos dados do Cadastro Único.

Aqui vale ressaltar que a estrutura e infraestrutura da assistência social em nível municipal apresenta forte correlação com os temas de estudo e as políticas desenvolvidas pelo SEBRAE-SP, especialmente as voltadas a **Inclusão Produtiva, Capacitação de Mão de Obra e Associativismo e Cooperativismo** – tanto para aos projetos voltados a agricultura familiar quanto aos voltados para a economia solidária. Entretanto, os mecanismos de gestão municipal - instrumentos e políticas -

pertencentes ao tema serão abordados com mais detalhes no Capítulo 3 deste documento, referente à dimensão institucional.

## 2.4.1 Equipamentos Públicos

Em relação à oferta de equipamentos para serviços públicos, a região de Franca conta com 29 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), e 9 Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), respondendo por cerca de 2,5% e 3%, respectivamente, do total de equipamentos disponíveis no estado de São Paulo. A região não conta com unidades do Centro POP – Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – porém possui 276 Centros DIA de Referência para Pessoa com Deficiência – aproximadamente 3,4% do total estadual. Ainda assim, a região apresenta 54 Unidades de Acolhimento, equipamento público responsável pelo acolhimento institucional a indivíduos e famílias afastados temporariamente do núcleo familiar e/ou que se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos. Os dados absolutos e relativos dos equipamentos públicos da região estão disponíveis na Tabela 18.

Cabe notar que, como destacado anteriormente, a região de Franca possui 780.684 habitantes, representando 1,7% da população total do Estado. Portanto, a cobertura relativa de equipamentos na região – na faixa entre 1,8% e 3,4% - é proporcional com a fração da população paulista presente no território de Franca.

**Tabela 18 – Equipamentos públicos na região de Franca.**

Equipamento	Região	Estado	Comparação Estadual
CRAS	29	1.142	2,5%
CREAS	9	298	3,0%
Centro POP	1	56	1,8%
Centro DIA	276	8.136	3,4%
Unidade de Acolhimento	54	1.587	3,4%

Fonte: Censo Suas, Ministério do Desenvolvimento Social, 2019.

## 2.4.2 Perfil Cadastro Único

As famílias em situação de vulnerabilidade social no Brasil podem se registrar Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social (CadÚnico). O CadÚnico é a porta de entrada para o acesso a programas sociais, como o Bolsa Família. Dessa forma, entender o perfil dos cadastrados no CadÚnico, em determinada região é um importante indicador das vulnerabilidades socioeconômicas às quais os indivíduos e famílias estão expostos.

No intuito de aprofundar a descrição da região de Franca, é interessante compreender indicadores sobre a composição das famílias em situação de vulnerabilidade e cadastradas no CadÚnico. A região de Franca, no ano de 2020, possui o total de 59.059 famílias cadastradas no CadÚnico, representando 1,4% do total de 4.173.780 de famílias cadastradas no estado de São Paulo.

No entanto, o perfil dessas famílias é diverso. A região de Franca possui atualmente 2 famílias indígenas, 5 famílias quilombolas, 38 famílias de agricultores familiares, 78 famílias em assentamentos de reforma agrária, 988 famílias de catadores de materiais recicláveis em 863 famílias em situação de rua. A Tabela 19 apresenta os dados de perfil familiar da região de Franca e a comparação com o perfil estadual.

**Tabela 19 – Perfil de famílias cadastradas no CadÚnico na região de Franca.**

Descrição	Região	Estado	Comparação Estadual
Total de Famílias Cadastradas no CadÚnico	59.059	4.173.780	1,4%
Famílias Indígenas	2	1.346	0,1%
Famílias Quilombolas	5	1.525	0,3%
Famílias de Agricultores Familiares	38	4.869	0,8%
Famílias em Assentamentos de Reforma Agrária	78	7.800	1,0%
Famílias de Catadores de Materiais Recicláveis	988	34.457	2,9%
Famílias em Situação de Rua	863	61.503	1,4%

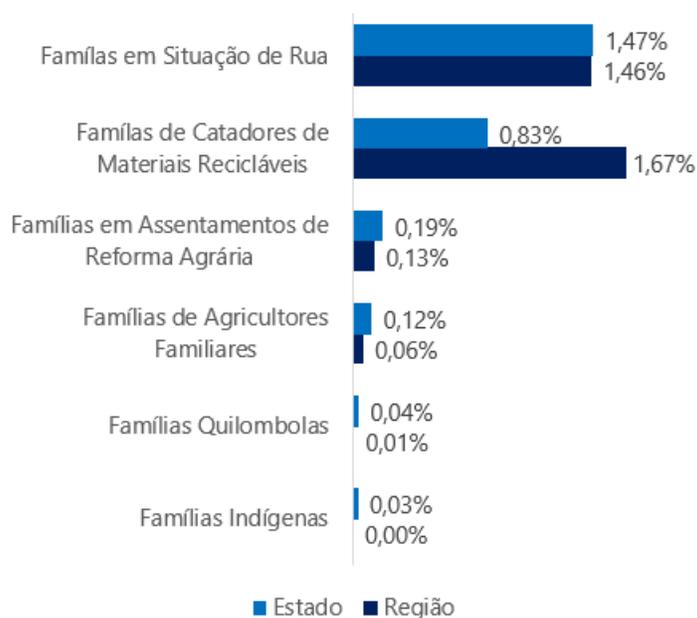
Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

No entanto, é preciso observar se o perfil de famílias vulneráveis da região de Franca é correlato com o perfil de famílias do CadÚnico no estado de São Paulo, visto que a diferença pode revelar características regionais que fortalecem o diagnóstico. Em comparação com o estado de São Paulo, a região apresenta menor percentual tanto nos perfis de famílias em assentamentos de reforma agrária

quanto de famílias de agricultores familiares, representando 0,13% e 0,06% do total da região, respectivamente. Dentre os outros perfis de cadastrados presentes na região, destaca-se que 1,46% das famílias da região estão em situação de rua, 1,67% são famílias de catadores de materiais recicláveis, 0% são famílias indígenas, e um número muito reduzido é composto por famílias quilombolas.

O perfil de famílias cadastradas no CadÚnico revela as formas de vulnerabilidades socioeconômicas vivenciadas nas regiões e está diretamente relacionado com os objetivos e o grau de cobertura das políticas públicas e a estrutura econômica das regiões e do estado.

**Figura 33 – Perfil de famílias cadastradas no CadÚnico em comparação com o perfil estadual.**



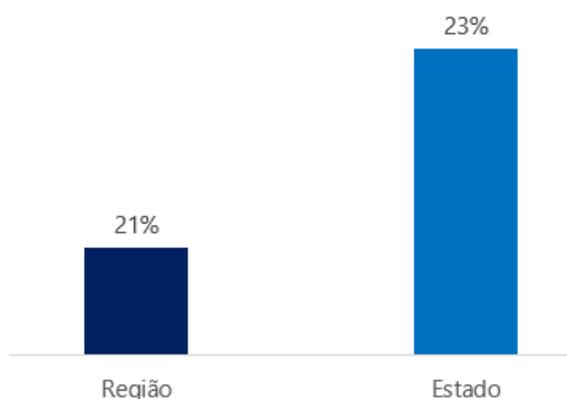
Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

## EXTREMA POBREZA

Neste subcapítulo são apresentados dados referentes ao percentual da população cadastrada no **Cadastro único**, bem como o percentual da população considerada em **extrema pobreza**. Ambos os dados correspondem ao ano de 2020.

Sobre a população do Cadastro único, na região de Franca, 21% da sua população faz parte desse cadastro.

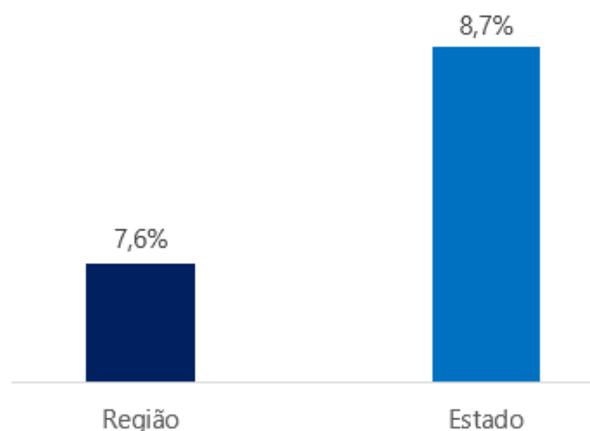
**Figura 34 – Proporção de População Cadastrada no Cadastro Único.**



Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

O conceito de extrema pobreza corresponde às pessoas em famílias com rendimento per capita entre R\$0,00 e R\$89,00. A região de Franca, possui 7,6% da sua população nessa faixa de renda. Assim, Franca possui um menor percentual de pessoas cadastradas no CadÚnico e em extrema pobreza que o observado no Estado de São Paulo. Porém, ainda existe uma parte considerável da população que necessita de atenção.

Figura 35 – Proporção da população cadastrada no Cadastro Único em extrema pobreza.



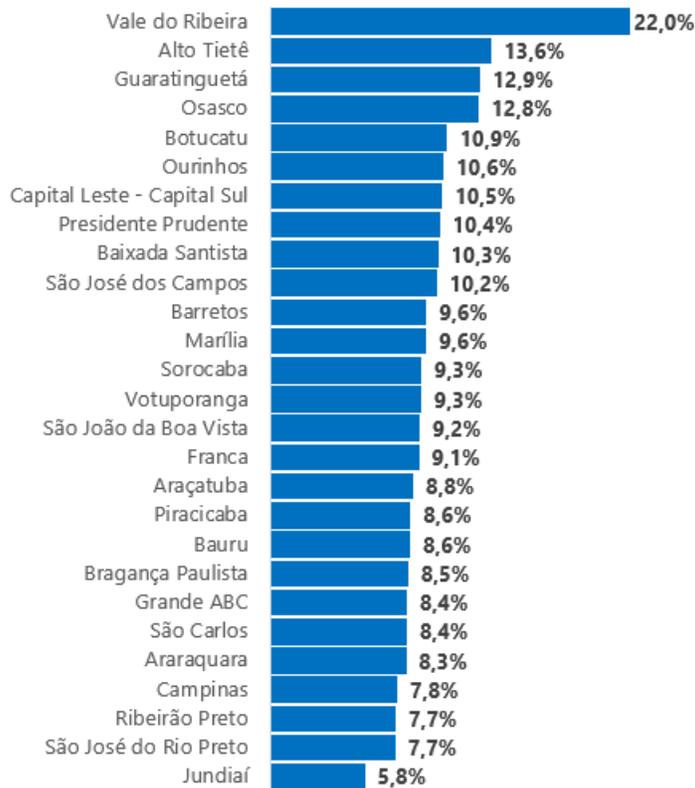
Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

Considerando os Municípios dessa região, é interessante perceber que Itirapuã ultrapassa os 33,2% da sua população na extrema pobreza. Comparados aos 642 municípios do Estado, Itirapuã está na 5ª posição de maior percentual de extrema pobreza. Por sua vez, São Joaquim da Barra tem apenas 1,6% da sua população em extrema pobreza, ocupando a 634ª colocação neste mesmo *ranking*. Outro ponto que vale ressaltar é o fato de que, dos municípios da região de Franca, 9 deles possuem extrema pobreza acima da média da região de 9,7%.

### 2.4.3 Transferência de Renda

Com relação à transferência de renda, o principal programa pelo qual cidadãos recebem auxílio financeiro mensal é o Bolsa Família. É elegível ao recebimento do benefício pessoas que estejam na faixa de extrema pobreza, ou seja, aquelas famílias no qual a renda per capita familiar fica em torno de R\$0 a R\$89,00. A região de Franca, ocupa uma posição mediana no *ranking* estadual, de parcela da população beneficiária do auxílio. A Figura 36 indica que Franca ocupa a 16ª posição com aproximadamente 9,1% de sua população recebendo o benefício.

**Figura 36 – Ranqueamento de beneficiários do Bolsa Família, por região.**



Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

A região de Franca, possui 71.196 pessoas que recebem o auxílio, representando assim 1,5% do total do estado de São Paulo. O valor despendido pelo programa na região é de R\$ 4.353.477,00, o que representa 1,6% do total do estado, este montante quando dividido pelo total de beneficiários do PBF, obtém-se um valor de R\$ \$ 61,15 por beneficiário, o que representa um valor menor para o *ticket* médio pago no estado (R\$ 59,01). A Tabela 20 mostra os valores relativos ao programa para a região de Franca.

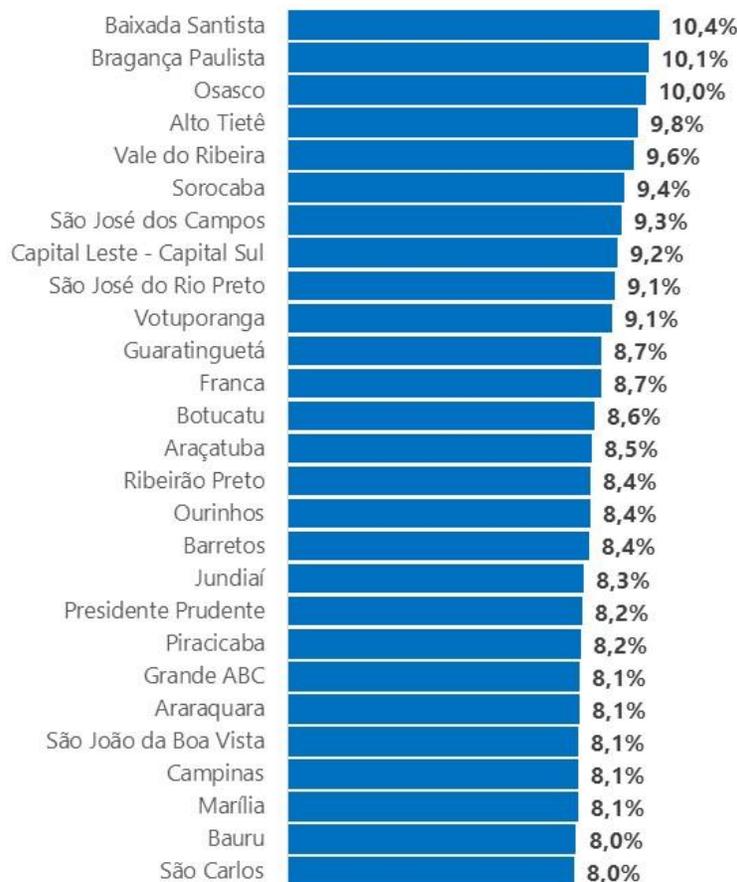
Tabela 20 – Beneficiários do Bolsa Família.

Descrição	Região	Estado	Comparação Estadual
Total de Pessoas em famílias que receberam bolsa Família	71.196	4.654.667	0,9%
Valor pago total	R\$ 4.353.477,00	R\$ 274.682.781,00	1,0%
Valor médio por beneficiários	R\$ 61,15	R\$59,01	95,7%
% de Pessoas que receberam auxílio emergencial	9%	10%	94,5%

Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

Outra modalidade de transferência de renda que ganhou espaço em tempos recentes, devido à pandemia da Covid-19, foi o auxílio emergencial. São elegíveis ao programa aqueles indivíduos que se encontram desempregados durante a pandemia e aqueles já beneficiários do Bolsa Família. Com relação a este auxílio, Franca ocupa a 12ª posição no *ranking* de beneficiados pelo programa, com 8,7% da sua população recebendo a o auxílio emergencial. A Figura 37 mostra o *ranking* das regiões do estado da parcela da população que recebe o auxílio.

**Figura 37 – Ranqueamento de beneficiários do Auxílio Emergencial, por região.**



Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

A região de Franca, possui 68.191 pessoas que recebem o auxílio, representando assim 1,6% do total do estado de São Paulo. O valor despendido pelo programa na região é de R\$ 45.207.000,00, o que representa 1,6% do total do estado, este montante, quando dividido pela população de Franca, obtém-se um valor de R\$ 662,95 por beneficiário, o que representa um valor similar ao *ticket* médio pago no estado, R\$ 663,14. A Tabela 21 mostra os valores relativos ao programa na comparação região-estado.

**Tabela 21 – Beneficiários do Auxílio Emergencial.**

Descrição	Região	Estado	Comparação Estadual
Total de Pessoas que receberam auxílio emergencial	41.878	4.134.536	1,0%
Valor pago total	R\$ 27.574.200,00	R\$ 2.741.785.200,00	1,0%
% de Pessoas que receberam auxílio emergencial	8,4%	9,0%	93,8%

Fonte: Cadastro Único, Ministério do Desenvolvimento Social, 2020.

#### 2.4.4 Considerações referentes à assistência social na região

Em suma, neste subcapítulo sobre assistência social, nota-se que a região de Franca apresenta volume considerável de equipamentos de serviços públicos, proporcional à representação populacional da região no estado de São Paulo. Embora a análise não explicitamente os efeitos da implementação das políticas públicas por esses aparelhos, é possível notar que a cobertura das políticas de assistência social na região é coerente.

Sobre as famílias cadastradas no CadÚnico, a região de Franca possui um perfil diversificado. A participação relativa dos tipos de família varia em comparação ao estado. A composição desse perfil é um importante indicador da configuração das famílias vulneráveis da região e deve estar no mapa de qualquer diagnóstico de intervenção.

Com relação ao cadastro único e à pobreza, Franca chama a atenção por possuir cadastros em nível similar ao Estado. Nota-se que 7,6% do total de sua população estão em situação de pobreza extrema o que ainda representa um valor expressivo. Já com relação aos programas de transferência de renda, especificamente o Programa Bolsa Família, a região de Franca apresenta níveis medianos de recebimento de auxílios, quando comparado ao restante do estado. Com relação ao auxílio emergencial, a região está da metade do *ranking* do recebimento proporcional desse auxílio.

## 2.5 Índices de Desenvolvimento Humano

Uma das maneiras de avaliar os fatores sociais, demográficos e econômicos é analisando os índices de desenvolvimento humano dentro das regiões de estudo. Esses índices complementam as análises

apresentadas nas seções anteriores pois apresentam as condições sociais inerentes às populações residentes em cada região.

## 2.5.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

O **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)** é composto pela combinação de 3 indicadores sintéticos: IDH Educação, IDH Renda e IDH Longevidade. Cada um destes indicadores é composto por um conjunto de variáveis ou combinação das mesmas, a saber:

- ▣ IDH Educação:
  - ▣ % de jovens e adultos com 18 anos ou mais com o fundamental completo;
  - ▣ % de crianças de 5 a 6 anos na escola;
  - ▣ % de crianças de 11 a 13 anos no 2º ciclo do fundamental; e
  - ▣ % de jovens de 15 a 17 anos com o fundamental completo e % de jovens de 18 a 20 anos com o médio completo.
  
- ▣ IDH Longevidade:
  - ▣ Esperança de Vida ao Nascer.
  
- ▣ IDH Renda:
  - ▣ Renda per capita.

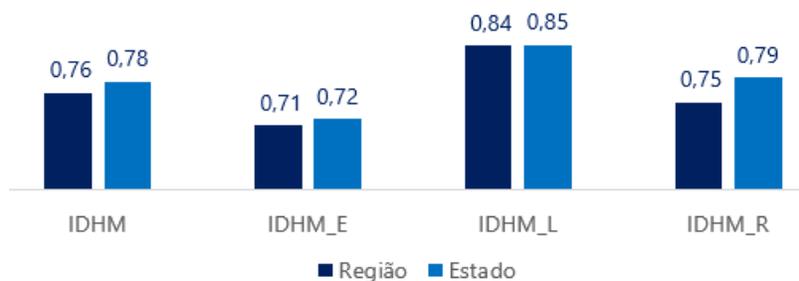
Assim, a análise do IDHM busca compreender e mensurar os níveis de desenvolvimento social de uma forma mais ampla abordando em sua análise os níveis de acesso à Educação, Saúde (Longevidade) e Renda da população estudada. É importante mencionar que o IDHM pode ser classificado entre cinco faixas:

- ▣ Muito Baixo: entre 0 e 0,499;
- ▣ Baixo: entre 0,500 e 0,599;
- ▣ Médio: entre 0,600 e 0,699;
- ▣ Alto: entre 0,700 e 0,799; e

- ▣ Muito Alto: entre 0,800 e 1.

A região de Franca apresenta, quando comparada ao Estado de São Paulo, valores de IDHM, IDH Educação e Longevidade praticamente iguais. É observada diferença entre o IDH Renda - com valor um pouco mais baixo que o Estado. Pode-se inferir que a população da região tem menor acesso à renda do que a média Estadual. Entretanto, para todos indicadores do IDHM os valores são considerados altos.

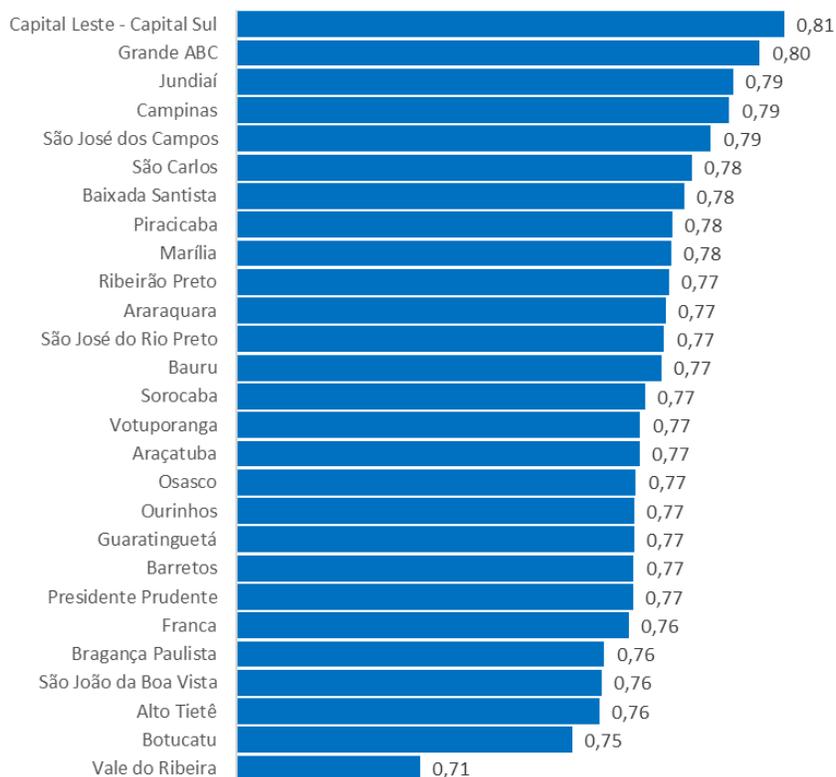
**Figura 38 – IDHM da Região de Articulador de Franca comparada ao Estado de São Paulo.**



Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

De maneira geral, o IDHM é classificado como alto ou muito alto entre todas as Regiões de Articuladores que compõe este projeto. No caso específico da Região de Franca pode-se auferir, conforme apresentado na Figura abaixo, que o IDHM está entre os menores do Estado com destaque para o IDHM Longevidade que ocupa a vigésima quinta colocação no ranqueamento regional.

**Figura 39 – Ranqueamento do IDHM entre as Regiões de Articuladores.**



Fonte: PNUD, Atlas do Desenvolvimento Humano, 2013.

Apesar de ser um índice tradicional e comumente utilizado, o IDHM apresenta algumas limitações, especialmente as relativas à base de dados referencial utilizada em seus cálculos: Censo Demográfico de 2010. Ou seja, o IDHM reflete as condições sociais do território com defasagem de mais de 10 anos. Além disso, quando se considera os municípios paulistas, os indicadores, em especial o IDHM Longevidade, apresentam pouca variabilidade comparativa já que foram desenhados conceitualmente para mensurar o contexto nacional, que apresenta heterogeneidade maior do que a observada internamente ao Estado de São Paulo. Neste sentido, o IDHM pode não ser suficientemente sensível para se captar os diferenciais sociais entre os municípios paulistas. Assim, para avançarmos na análise, explorar-se-á no próximo subcapítulo o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS).

## 2.5.2 Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)

O IPRS é baseado nos mesmos conceitos de desenvolvimento humano compreendidos pelo IDHM, isto é, apresenta indicadores sintéticos para mensurar as dimensões riqueza, escolaridade e longevidade. Sua concepção teórica, porém, foi desenvolvida para caracterizar as especificidades internas dos municípios paulistas e captar mudanças de curto prazo. Além disso, o IPRS apresenta resultados mais recentes que abrangem o ano de 2018. As variáveis que compõe cada um dos três eixos temáticos do IPRS são apresentadas abaixo:

- ▣ Riqueza:
  - ▣ PIB per capita;
  - ▣ Remuneração dos empregados formais e beneficiários previdenciários;
  - ▣ Consumo residencial de energia elétrica; e
  - ▣ Consumo de energia na agricultura, no comércio e nos serviços.
  
- ▣ Longevidade:
  - ▣ Mortalidade perinatal;
  - ▣ Mortalidade Infantil;
  - ▣ Mortalidade de pessoas de 15 a 39 anos; e
  - ▣ Mortalidade de pessoas de 60 a 69 anos.
  
- ▣ Escolaridade:
  - ▣ Proporção de alunos da pública com nível adequado nas provas de Língua Portuguesa e Matemática;
  - ▣ Taxa de atendimento escolar na faixa de 0 a 3 anos; e
  - ▣ Taxa de distorção idade-série no ensino médio.

Por fim, o IPRS apresenta uma tipologia de classificação – 5 grupos e sem ordenação – baseadas nas condições municipais para os três eixos, conforme tabela abaixo.

**Tabela 22 – Grupos de Classificação municipal do IPRS.**

Grupo	Riqueza	Longevidade e Escolaridade
Dinâmicos	Alta	Média ou Alta
Desiguais	Alta	Baixa Longevidade e Média/Alta Escolaridade ou Baixa Escolaridade e Média/Alta Longevidade
Equitativos	Baixa	Média ou Alta
Em transição	Baixa	Baixa Longevidade e Média/Alta Escolaridade ou Baixa Escolaridade e Média/Alta Longevidade
Vulneráveis	Baixa	Baixa Longevidade e Baixa Escolaridade

Fonte: Fundação Seade, 2018.

A comparação Estadual dos indicadores IPRS para a região de Franca é um pouco diferente daquele observado no IDHM. A região apresenta valor acima para Educação e Longevidade, mas abaixo para a dimensão de Renda, quando comparado com o restante do Estado.

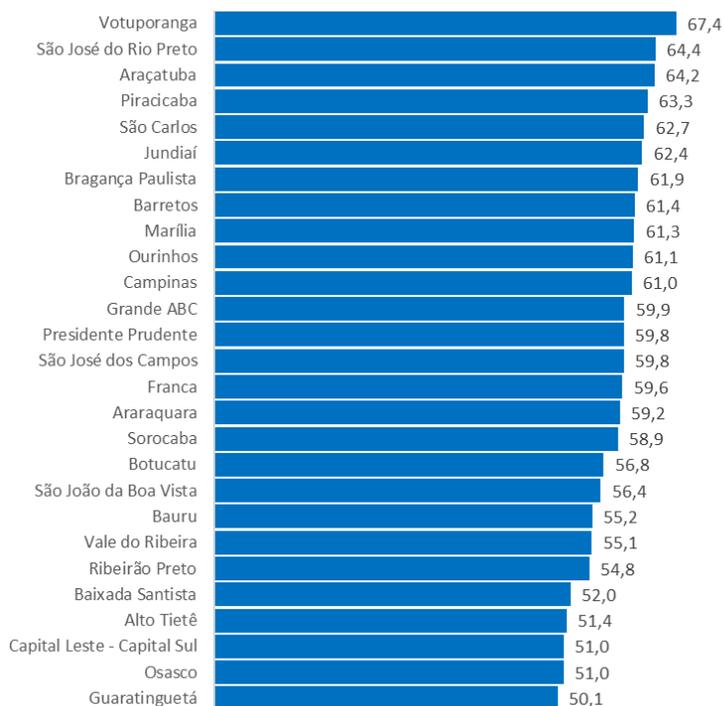
**Figura 40 – IPRS da Região de Articulador de Franca comparada ao Estado de São Paulo. (Valores médios entre municípios)**



Fonte: Fundação Seade, 2018.

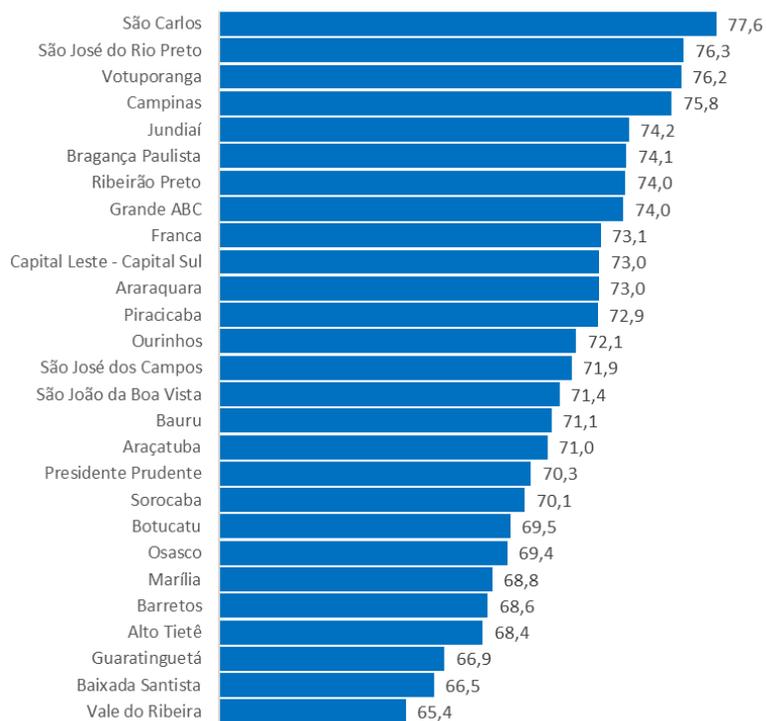
É interessante notar que quando se compara as médias municipais das demais regiões, a região de Franca ocupa nos *Rankings* de Educação, Longevidade e Renda, respectivamente, os 15<sup>a</sup>, 9<sup>a</sup> e 17<sup>a</sup> posições.

**Figura 41 – Ranqueamento do IPRS Educação por Região de Articulador.  
(Valores médios entre municípios)**



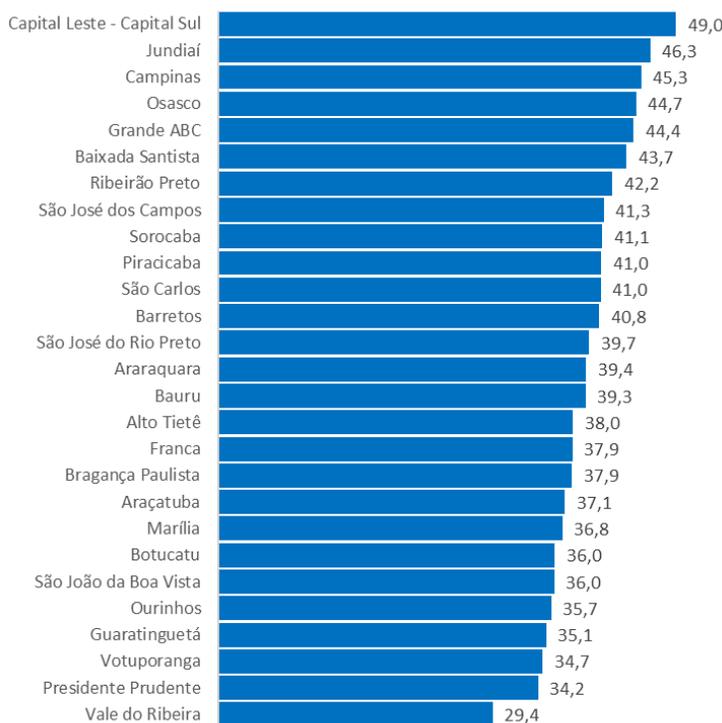
Fonte: Fundação Seade, 2018.

**Figura 42 – Ranqueamento do IPRS Longevidade por Região de Articulador.  
(Valores médios entre municípios)**



Fonte: Fundação Seade, 2018.

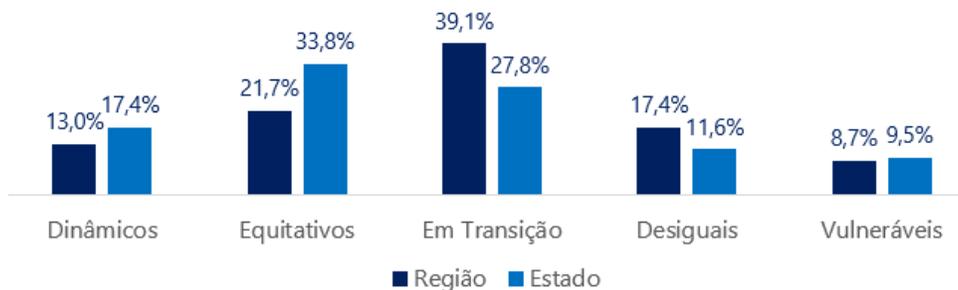
**Figura 43 – Ranqueamento do IPRS Renda por Região de Articulador  
(Valores médios entre municípios)**



Fonte: Fundação Seade, 2018.

Quanto aos grupos de IPRS a maior parte dos municípios da região (39,1%) são classificados como “Em Transição”, com uma proporção maior que no estado (21,7%). Também relevante é o percentual de municípios classificados como “Equitativos” (21,7%) e “Desiguais” (17,4%). Comparativamente ao estado, a distribuição municipal da região difere principalmente quando se olha para a proporção de municípios “Equitativos”, e indica que os altos níveis de acesso a renda e saúde são determinantes para a situação social da população residente na região.

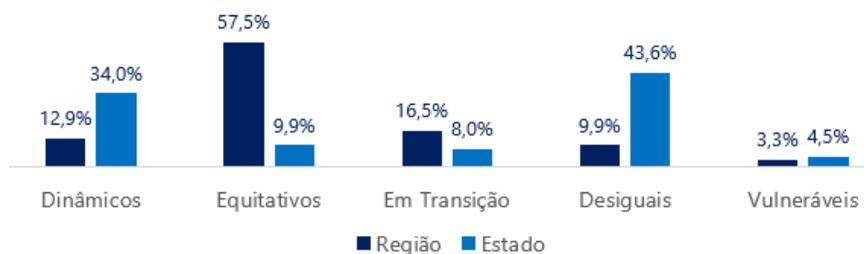
**Figura 44 – Distribuição dos Municípios da Região de Franca por grupos de IPRS.**



Fonte: Fundação Seade, 2018.

Entretanto, quando se compara a distribuição populacional municipal por grupos de IPRS tem-se concentração de 57,5% no grupo de municípios “Equitativos” e de 16,5% no grupo “Dinâmicos”. Isso ocorre por que o município de maior população – Franca - é classificado como “Equitativo”. Assim, é possível apontar uma disparidade entre as características sociais dos municípios da região, mesmo que o impacto na população seja diluído pela concentração populacional no município de Franca. Observa-se que a distribuição da população por grupos municipais de IPRS qualifica a região a níveis mais reduzidos de vulnerabilidade do que a média do Estado.

**Figura 45 – Distribuição da População dos Municípios da Região de Franca por grupos de IPRS.**



Fonte: Fundação Seade, 2018.

### 2.5.3 Considerações referentes ao IDH na região

Finalizando, a Região de Franca apresentou, tanto para o IDHM quanto para o IPRS, níveis levemente diferentes para as três dimensões quando comparada à média Estadual e as demais regiões de articuladores. Quanto à classificação dos municípios por grupos de IPRS, existe concentração de municípios nos grupos “Equitativos” e “Em Transição” apesar da população, em sua maioria, residir em Municípios classificados como equitativos. Em contrapartida, ao se comparar com o Estado, a população residente em municípios classificados como “Vulneráveis” é relativamente baixa.

### 3. Dimensão Econômica

---

Este capítulo apresenta dados e informações de desenvolvimento econômico para a região de Franca. Serão abordados e analisados os seguintes tópicos:

- ▣ Produto Interno Bruto (PIB);
- ▣ Vocações Econômicas;
- ▣ Economia Criativa; e
- ▣ Agropecuária.

Em cada uma destas dimensões serão comparados indicadores para da região com o Estado de São Paulo e, quando necessário, serão apresentadas as características dos municípios com o intuito de apresentar as potencialidades e os gargalos para o desenvolvimento econômico.

#### 3.1 Produto Interno Bruto (PIB)

Uma das formas de compreender com maior precisão a situação econômica das diferentes regiões do Estado consiste em analisar o PIB dos Municípios que compõem a região. Por meio da análise deste indicador é possível verificar i) a situação econômica da região, especialmente analisando-se o PIB per capita, ii) comparar o desenvolvimento econômico regional em relação ao restante do Estado, iii) verificar os principais responsáveis pelo PIB da região, demonstrando as potenciais vocações econômicas regionais e iv) verificar a heterogeneidade entre os Municípios da região, indicando a necessidade ou não de abordagens diferenciadas dentro da região analisada.

Para a realização desta análise foram utilizados dados do PIB por Município referentes ao ano de 2017, ano da última disponibilização de dados estratificados a nível municipal publicado pelo IBGE. A partir destes dados, com detalhamento de Valor Agregado (VA) e Impostos, os quais compõem o PIB e de sua divisão entre PIB relativo à agropecuária, à Indústria, à Serviços e Comércio e à Administração Pública, comparado à população de cada Município, conforme dados já abordados nas seções

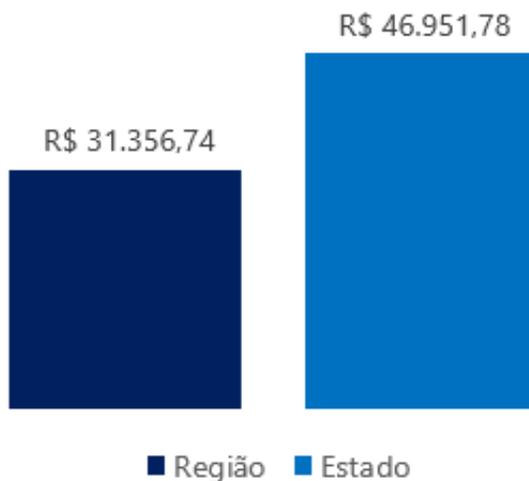
anteriores, verifica-se a possibilidade de analisar o desenvolvimento econômico da região de Franca de forma precisa e confiável.

As informações trazidas neste subcapítulo são insumo essencial para que os planos de ação a serem desenvolvidos para esta região sejam condizentes com as características produtivas da localidade. Os diferenciais econômicos invariavelmente são uma tradução das potencialidades regionais, que podem ser aprimorados por meio de ações que levem em consideração as vocações regionais.

### 3.1.1 PIB da Região de Franca

O primeiro dado analisado refere-se à comparação do PIB da região de Franca com o PIB do Estado de SP. Em valores totais, o PIB da região de Franca, obtido por meio da soma de todos os Municípios pertencentes à região, foi de R\$ 24,10 bilhões em 2017, sendo que o PIB total do Estado foi de R\$ 2,1 trilhões. Quando considerada a população total, observa-se que o PIB per capita é menor na região de Franca do que no Estado, conforme ilustrado a seguir:

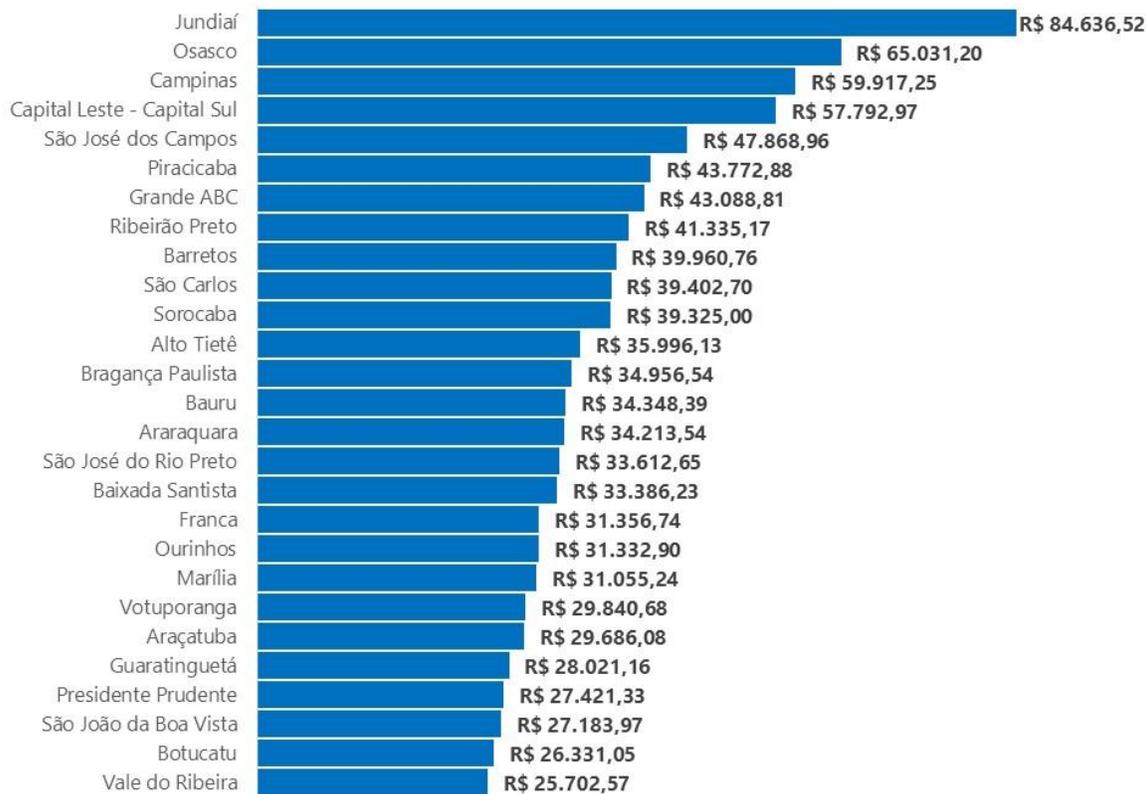
Figura 46 - PIB per capita da região de Franca comparado ao PIB per capita do Estado de São Paulo



Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE; Estimativas de População, Ministério da Saúde, 2017.

Conforme apresentado na Figura 46, o PIB per capita de Franca corresponde a 66,8% do PIB per capita médio do Estado, indicando que o desenvolvimento econômico da região é inferior ao verificado do restante do Estado. Buscando aprofundar esta análise e verificar comparar de forma mais clara a região de Franca com as demais, é apresentado a seguir o ranking de PIB per capita das 27 regiões analisadas:

**Figura 47 - Ranking de PIB per capita das 27 regiões do Estado de São Paulo**



Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE; Estimativas de População, Ministério da Saúde, 2017.

Conforme demonstrado na Figura 47, a região de Franca figura apenas como décimo oitavo maior PIB per capita do Estado, com seu valor correspondendo a 37% do PIB da região de Jundiaí. Esta disparidade demonstra a distância, no sentido econômico, entre as regiões, o que leva ao entendimento preliminar de que há espaço significativo de melhora para a região objeto desta análise. De fato, tal análise corrobora com os níveis da renda do IPRS da região e apresentados anteriormente.

Ainda no sentido de comparação da região, agora no comparativo entre os Municípios pertencentes à região de Franca, verifica-se grande variabilidade entre o PIB per capita, com o Município de Itirapuã possuindo PIB per capita correspondente a apenas 39% da média regional, enquanto o de Nuporanga apresenta uma razão de 229% em relação à média da região. Estes dados revelam a importância de

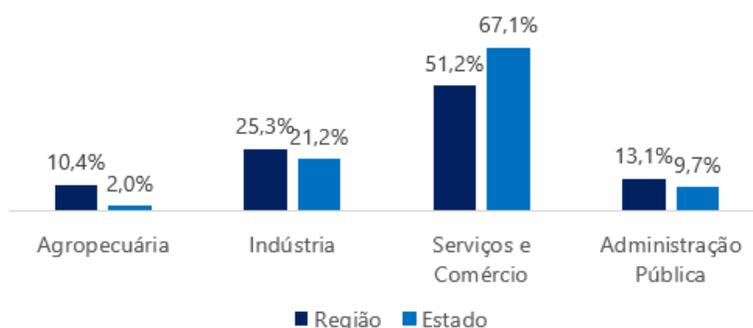
políticas públicas que atentem para estas diferenças, restando claro que os desafios para determinados Municípios são muito superiores que para outros.

### 3.1.2 Composição setorial do PIB

Uma vez analisada a situação geral da região de Franca, comparando-se o PIB per capita regional com o do Estado, bem como verificando-se as diferenças intrarregionais, este subcapítulo tem como objetivo principal analisar a composição do PIB, estratificando os dados de Valor Agregado por atividade econômica (agropecuária, Indústria, Serviços e Comércio e Administração Pública). Estes dados são relevantes para se verificar quais as principais atividades econômicas da região, indicando sua vocação.

A seguir é apresentado o comparativo entre a composição do valor agregado do PIB para a região de Franca com a média da composição para o Estado, possibilitando que não apenas sejam verificadas as principais vocações da região, mas também seja analisado como esta localidade adere às atividades econômicas do Estado como um todo.

**Figura 48 - Composição do Valor agregado do PIB da região de Franca em comparação à média do Estado**



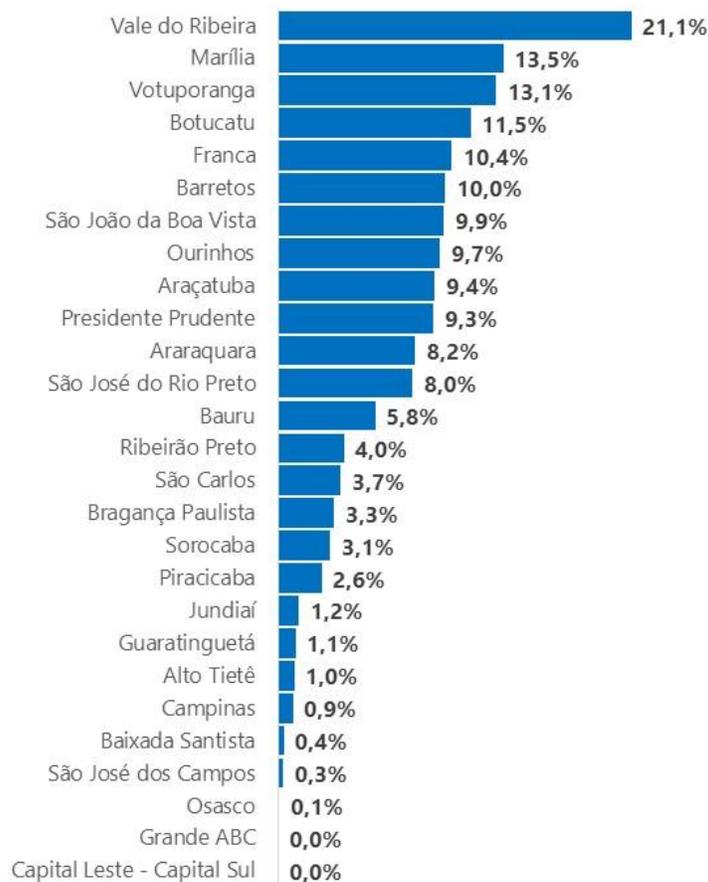
Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE, 2017.

Conforme fica evidenciado na Figura 48, a região de Franca possui grande parte de sua economia relacionada a serviços e comércio, apesar do valor neste setor ser substancialmente inferior à média

do Estado. Por outro lado, a região apresenta uma proporção do PIB dependente da indústria e do setor agropecuário um pouco maior do que o apresentado pelo estado.

Analisando-se em maior profundidade a composição do valor agregado, é apresentado a seguir o *ranking* de representatividade do agronegócio para as 27 regiões do Estado:

**Figura 49 - Representatividade da agropecuária para o valor agregado nas 27 regiões do Estado**

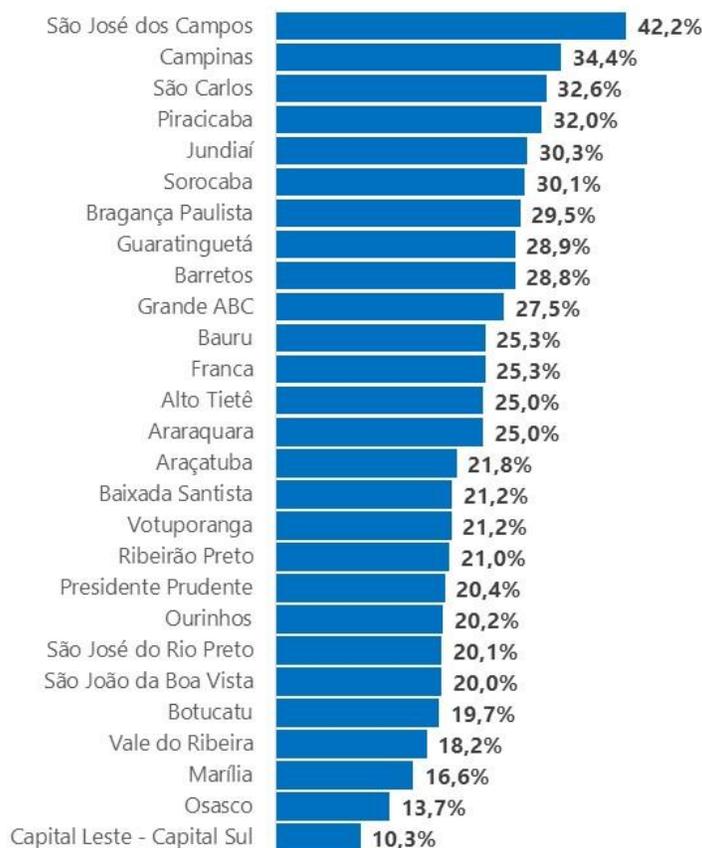


Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE, 2017.

Conforme fica evidenciado na Figura 49, a região de Franca é 5ª em termos de representatividade da agropecuária para o PIB regional, indicando i) boa vocação da região para agropecuária e ii) o possível papel chave desse setor para o desenvolvimento da economia local.

Analisando-se o setor industrial da região, é possível observar que a região de Franca possui representatividade da indústria em sua economia similar à que se observa no restante do Estado, sendo a região com a décima segunda maior participação desse setor. A Figura 50 demonstra a moderada representatividade da indústria para o PIB da região de Franca em comparação com as demais regiões do Estado.

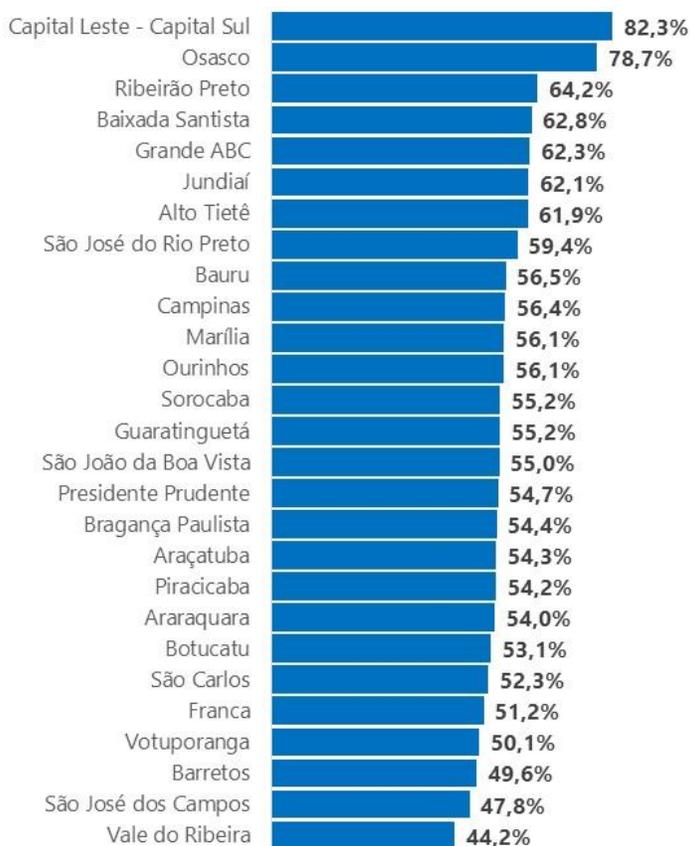
**Figura 50 - Representatividade da Indústria para o valor agregado nas 27 regiões do Estado**



Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE, 2017.

A seguir a análise da representatividade do setor de serviços e comércio é apresentada, indicando as regiões nas quais este setor é mais ou menos relevante para a composição do PIB:

**Figura 51 - Representatividade do setor de serviços e comércio para o valor agregado nas 27 regiões do Estado**



Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE, 2017.

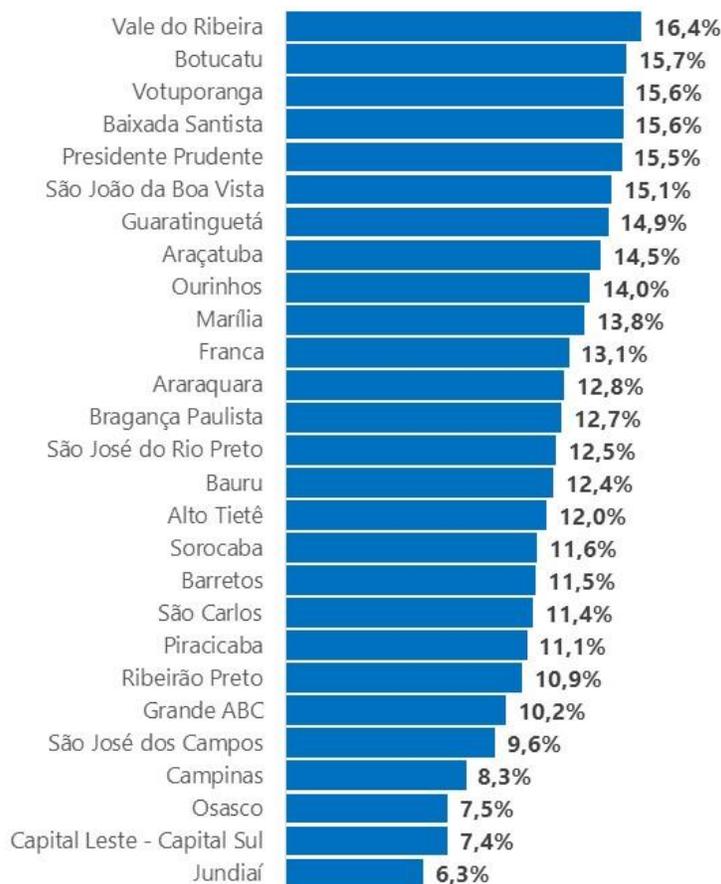
Analisando-se a Figura 51, fica demonstrado que a disparidade da representatividade do setor de serviços e comércio é menor entre as regiões, com a região de Franca situando-se em um nível inferior no *ranking*, o que indica que existe ausência de consumo na região e potencial para crescimento. De maneira preliminar, tendo em vista a necessidade de agregação de maiores informações para uma avaliação mais precisa, demonstra-se que indícios de falta de demanda por serviços na região, o que seria verificado em regiões com baixas representatividades deste setor no PIB regional. Por fim, é apresentado a seguir o ranking de representatividade do setor de serviços públicos para o PIB regional:

84 / 237

FGV Projetos CE Nº 1156/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

**Figura 52 - Representatividade do setor de serviços públicos para o valor agregado nas 27 regiões do Estado**



Fonte: Produto Interno Bruto Municipal, IBGE, 2017.

A representatividade do setor de serviços públicos indica a presença das estruturas governamentais na economia local. Franca, apesar de ser a décima primeira região com maior representatividade dos serviços públicos para o PIB apresenta um índice de 13,1%, indicando que está entre as regiões com mediana representatividade deste setor. Em geral, o que se verifica é que este é um indicador de que a economia local possui certas deficiências que acabam compensadas por serviços públicos, levando ao entendimento de que há necessidade de foco no desenvolvimento regional para melhora nos índices econômicos.

### 3.1.3 Considerações referentes à análise do PIB regional

Este subcapítulo buscou analisar, por meio de dados referentes ao PIB dos municípios que compõem a região de Franca, os principais indicadores relativos à geração de riqueza da região. Por meio da comparação do PIB da região com o PIB médio do Estado, bem como das demais 26 regiões analisadas, está evidenciada a disparidade entre a atividade econômica da região de Franca com o restante do Estado.

Além da disparidade verificada entre o PIB regional com o do Estado e das demais regiões, a análise do PIB intrarregional evidencia que os Municípios pertencentes à região de Franca são extremamente diferentes, com certos Municípios podendo ser considerados “ricos” e outros “pobres”. Esta disparidade indica que o relativo desempenho econômico abaixo da média na região como um todo não pode ser explicado por fatores geográficos, o que demonstra o potencial de crescimento da região, caso Municípios com baixa geração de riqueza tenham atividades que alavanquem sua produtividade.

Com PIB per capita de 66,8% do valor médio do Estado verifica-se que se trata de uma região relativamente pobre, o que gerou a necessidade de aprofundamento quanto à composição do PIB da região de Franca e posterior comparação com as outras regiões. A maior diferença é observada na representatividade da agropecuária para o PIB regional de Franca em comparação com o restante do estado, demonstrando a vocação da região para esta atividade econômica. Ao mesmo tempo, a região possui um nível industrial melhor que a média estadual, que pode ser um canal importante para o crescimento do PIB da região.

Por fim, chama a atenção a média representatividade dos serviços públicos para a composição do PIB regional, o que indica existência de espaço para a iniciativa privada para ocupar e desenvolver esta região, que possui diversos Municípios com atividade econômica significativa e outros com em situação oposta. Os dados agregados neste subcapítulo aprimoram de sobremaneira o mapeamento regional, uma vez que possibilita a visualização do principal indicador econômico existente.

## 3.2 Vocações Econômicas

Este subcapítulo tem por objetivo analisar as principais vocações econômicas da região de Franca por meio do levantamento de dados de emprego, renda e perfil das empresas que atuam na localidade. As bases de dados utilizadas para este subcapítulo foram:

- ▣ RAIS (2019);
- ▣ PNAD Contínua (2018, 2019 e 2020);
- ▣ CAGED (dados de 2020); e
- ▣ Cadastro de MEIs2 (setembro 2020).

Conforme apresentado a seguir, são discutidos dados referentes ao nível de ocupação, participação de empresas por natureza jurídica, quantidade de vínculos empregatícios por porte de empresas e nível de informalidade. Após a análise dessas informações, são apresentados, na sequência, os dados relativos à relevância de cada tipo de atividade na região por meio do cálculo do quociente locacional, considerando o número de vínculos formais de emprego por atividade produtiva.

### 3.2.1 Nível de desocupação no Estado de São Paulo

A taxa de desocupação, obtida por meio da PNAD contínua, não apresenta representatividade amostral dos resultados por município, tornando inviável a análise detalhada da região de Franca para esta variável. O detalhamento é disponibilizado apenas entre Capital e Interior, conforme apresentado a seguir:

---

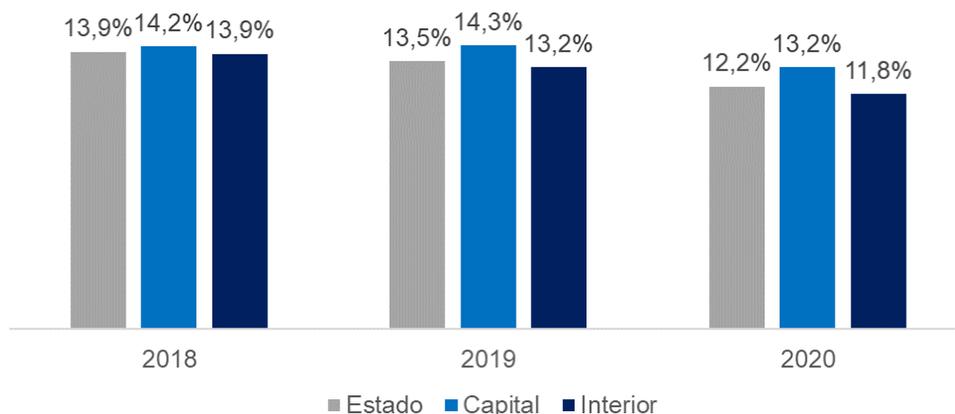
2 Cadastro de MEI's por CNAE e por Município. Disponível em:  
<http://www22.receita.fazenda.gov.br/inscricaoemei/private/pages/relatorios/opcoesRelatorio.jsf>

87 / 237

FGV Projetos CE Nº 1156/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

**Figura 53 – Evolução no nível de desocupação no Estado de São Paulo, estratificado entre Interior e Capital.**



Fonte: PNAD Contínua, IBGE, Primeiro Quadrimestre de 2018 a 2020.

Com base na evolução da taxa de desocupação, é possível observar que o interior do estado, grupo no qual Franca está inserida, apresentou redução contínua neste indicador. O resultado para o interior do estado é oposto ao observado para a capital do Estado que, em 2019, apresentou aumento na taxa de desocupação, demonstrando que o decréscimo na taxa de desocupação entre 2018 e 2019 se deu devido ao maior nível de emprego observado no interior paulista.

### 3.2.2 Perfil dos estabelecimentos formais na região de Franca

Nos próximos parágrafos são apresentadas as características dos estabelecimentos empresariais na região de Franca, o que possibilita uma maior compreensão da região objeto do estudo. O critério de classificação de porte da empresa adotado se apoiou no número de pessoas ocupadas, conforme especificação do Sebrae. Observa-se que para os setores de agropecuária foram adotados os mesmos critérios de segmentação do setor de comércio e serviços.

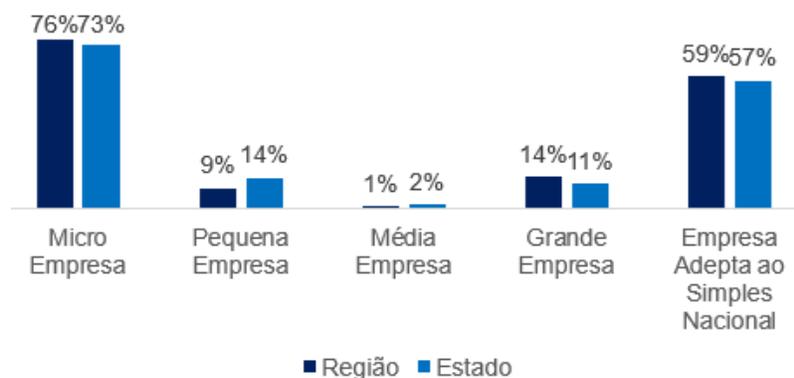
Tabela 23 – Critério de classificação do porte das empresas por pessoas ocupadas.

PORTE	SETORES	
	SERVIÇOS, COMÉRCIO E AGROPECUÁRIA	INDÚSTRIA
MICROEMPRESA	ATÉ 09 PESSOAS OCUPADAS	ATÉ 19 PESSOAS OCUPADAS
PEQUENA EMPRESA	DE 10 A 49 PESSOAS OCUPADAS	DE 20 A 99 PESSOAS OCUPADAS
MÉDIA EMPRESA	DE 50 A 99 PESSOAS OCUPADAS	DE 100 A 499 PESSOAS OCUPADAS
GRANDE EMPRESA	ACIMA DE 100 PESSOAS	ACIMA DE 500 PESSOAS

Fonte: SEBRAE.

A região de Franca possui 21.937 empresas formalmente registradas, sendo englobadas neste número todas as micro, pequenas, médias e grandes empresas, que representam 2,2% do total de empresas registradas no Estado. A seguir é apresentada a distribuição das empresas por porte:

Figura 54 – Distribuição das empresas na região de Franca.

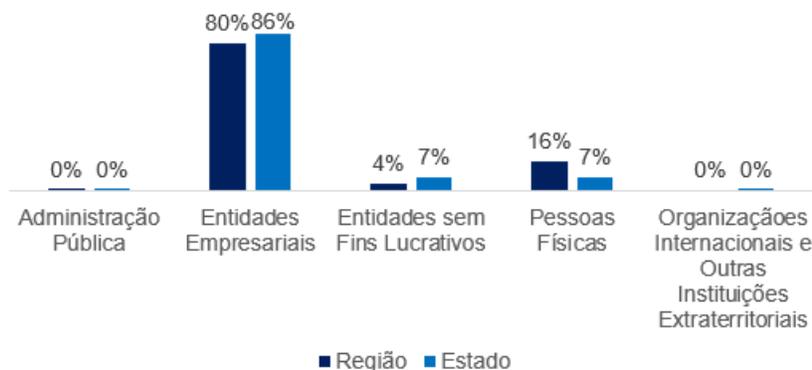


Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

Conforme pode ser observado na Figura 54, a distribuição, por porte, é similar em Franca e no restante do Estado. Além do porte similar, é verificado que a adesão ao Simples Nacional é igualmente similar, uma vez que na região de Franca 59,0% das empresas estão incluídas neste regime de tributação, contra 57,0% no estado. Aprofundando-se a análise das empresas localizadas na região de Franca,

foram avaliadas as suas naturezas jurídicas, conforme os grupos de classificação indicados pela Comissão Nacional de Classificação (CONCLA3). Os dados são apresentados a seguir:

**Figura 55 – Natureza jurídica das empresas registradas na região de Franca.**



Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

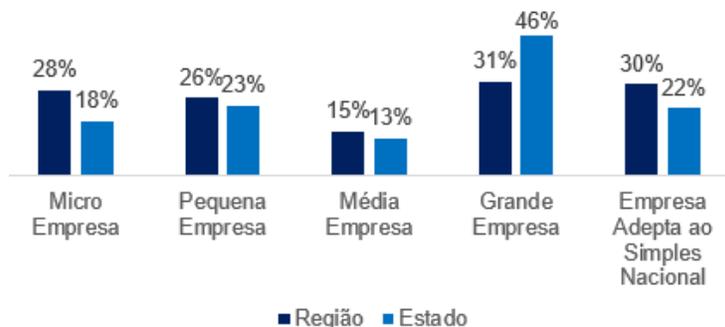
A partir da análise da natureza jurídica das empresas, é possível verificar a maior proeminência da classificação “pessoa física” em relação ao restante do Estado de São Paulo. Desse tipo de natureza jurídica fazem parte produtores rurais, o que condiz com os resultados verificados para o PIB setorial na região. Além de analisar o porte e natureza jurídica das empresas, foram levantados dados referentes aos vínculos formais na região conforme abordado nos próximos parágrafos.

### 3.2.3 Perfil dos vínculos formais na região de Franca

A primeira análise consiste na avaliação da participação de vínculos formais na região de Franca em comparação com a média estadual, conforme ilustrado a seguir:

<sup>3</sup> <https://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2018>.

Figura 56 – Participação de vínculos formais por porte de empresa na região de Franca.

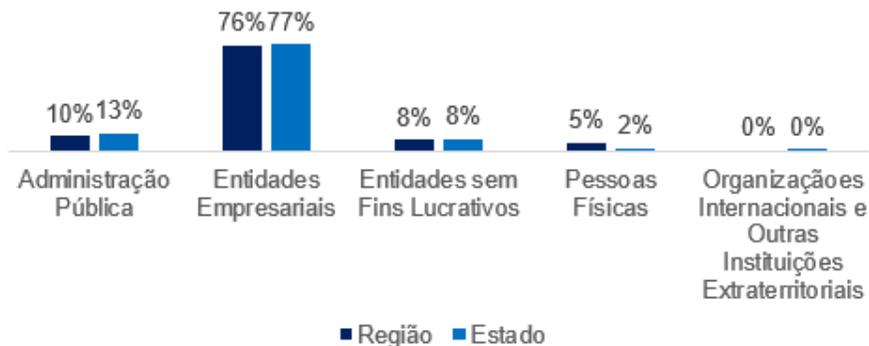


Fonte: RAIS, 2019.

Apesar da distribuição do número total de empresas, em termos de porte, ser similar na região de Franca e no restante do estado, verifica-se maior importância de microempresas na geração de vínculos empregatícios na região. Esse resultado demonstra que as microempresas empregam mais pessoas, em média, em Franca, do que no restante do Estado. A diferença é compensada nos níveis de emprego das médias e pequenas empresas, que, em média, empregam menos pessoas na região do que no conjunto do estado.

Após realização de análise similar àquela feita para número de empresas, têm-se os seguintes resultados para participação dos vínculos empregatícios conforme natureza jurídica:

Figura 57 – Participação de vínculos formais por natureza jurídica na região de Franca.

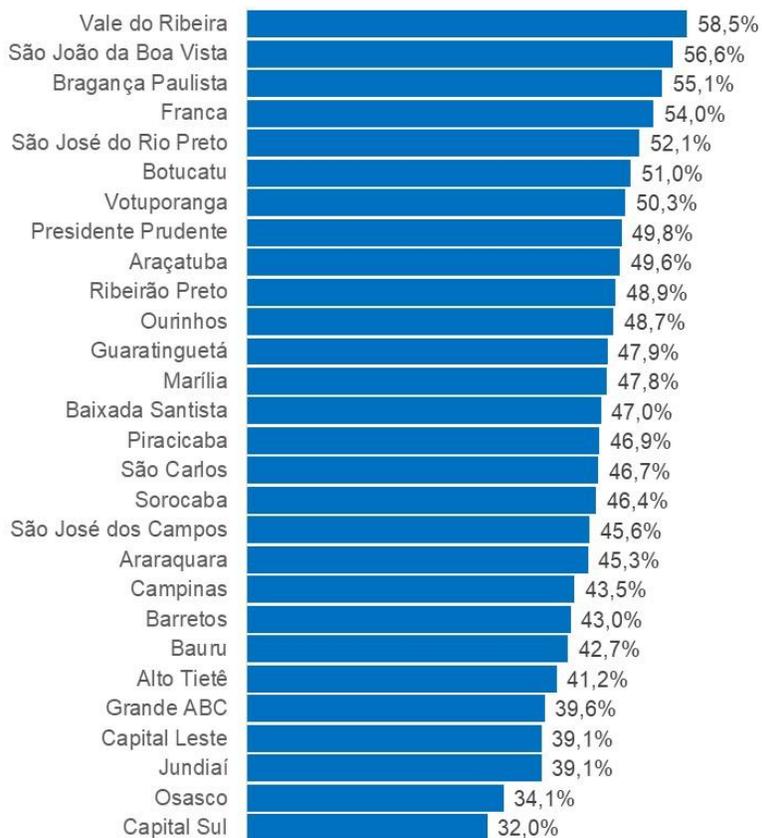


Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

Conforme esperado, uma vez que há proeminência de empresas classificadas como “pessoa física”, a quantidade de vínculos para este tipo de natureza jurídica é igualmente diferente da média estadual. Nas demais naturezas jurídicas a distribuição de vínculos é similar na região e no estado como um todo.

Analisando-se as 28 regiões do Estado, verifica-se que a importância das micro e pequenas empresas (MPEs) para o número total de vínculos difere significativamente entre as regiões. O ranqueamento com base nos resultados por ordem decrescente de representatividade das MPEs é apresentado a seguir:

**Figura 58 – Ranqueamento das regiões segundo participação das MPEs no total de vínculos empregatícios.**

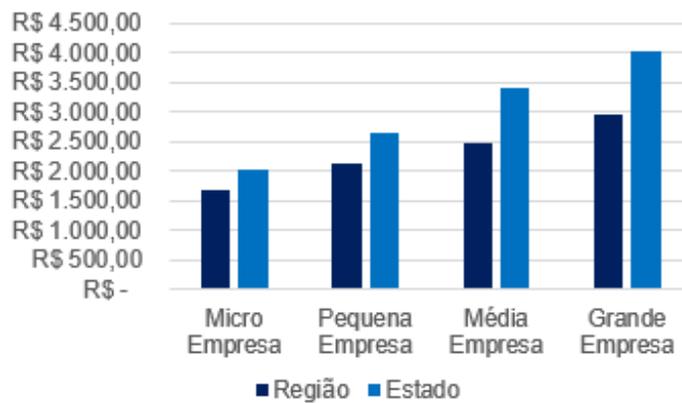


Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

Conforme apresentado na Figura 58, a importância das MPEs para o total de vínculos varia entre 32,0% (Capital Sul) e 58,5% (Vale do Ribeira), sendo que a região de Franca se encontra na quarta colocação, com 54,0% dos vínculos formais de emprego relacionados à MPEs.

Além de analisar a quantidade de vínculos por porte e natureza jurídica, foi avaliado também o rendimento médio dos trabalhadores na região, estratificado por porte da empresa, conforme disposto a seguir:

**Figura 59 – Rendimento médio dos trabalhadores de Franca ante a média paulista.**

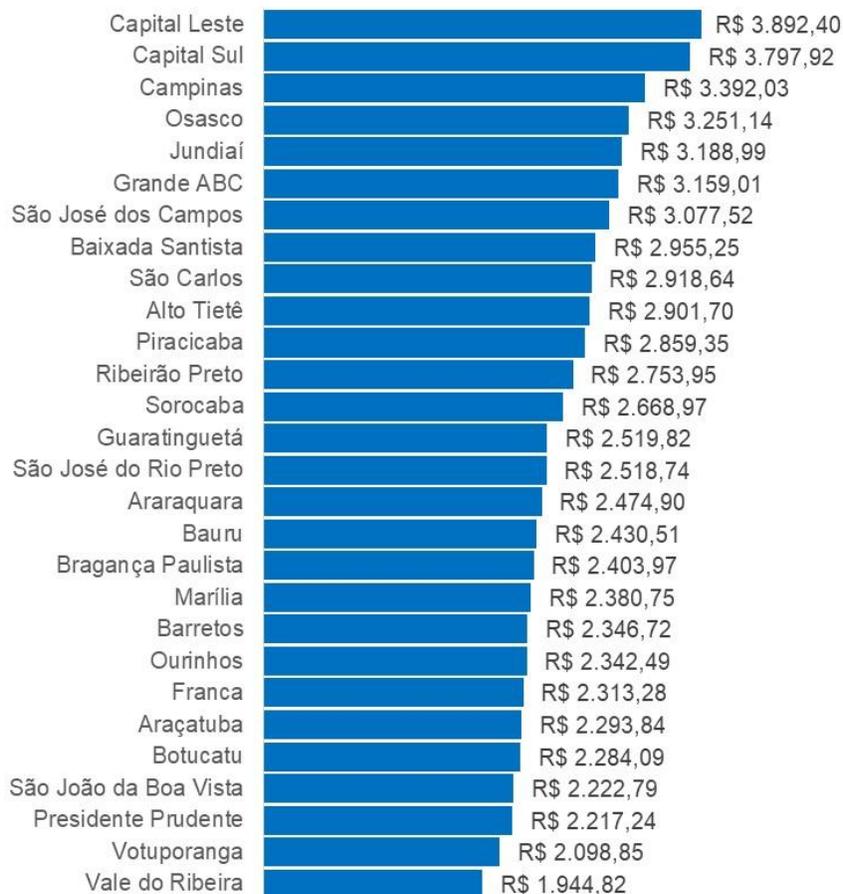


Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

Conforme demonstrado na Figura 59, o rendimento médio dos trabalhadores de Franca, independentemente do porte da empresa, é consistentemente inferior à média estadual, o que está em linha com os resultados verificados para o PIB da região, igualmente inferior à média estadual. Quando analisados de forma agregada, os dados de renda revelam que os trabalhadores de Franca ganham o equivalente a 71,0% da média estadual.

Buscando situar a região de Franca comparativamente às demais áreas paulistas, e não apenas à média estadual, é apresentado a seguir o rendimento médio dos trabalhadores nas 28 regiões analisadas:

**Figura 60 – Ranqueamento das regiões segundo rendimento médio dos trabalhadores formais.**



Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

Nesse contexto, a Figura 60 revela a grande heterogeneidade entre as regiões do Estado, com os maiores rendimentos médios observados na capital e região metropolitana. A região de Franca é apenas a 22ª entre aquelas com maiores rendimentos médios, condizente com os resultados verificados para o PIB per capita na região.

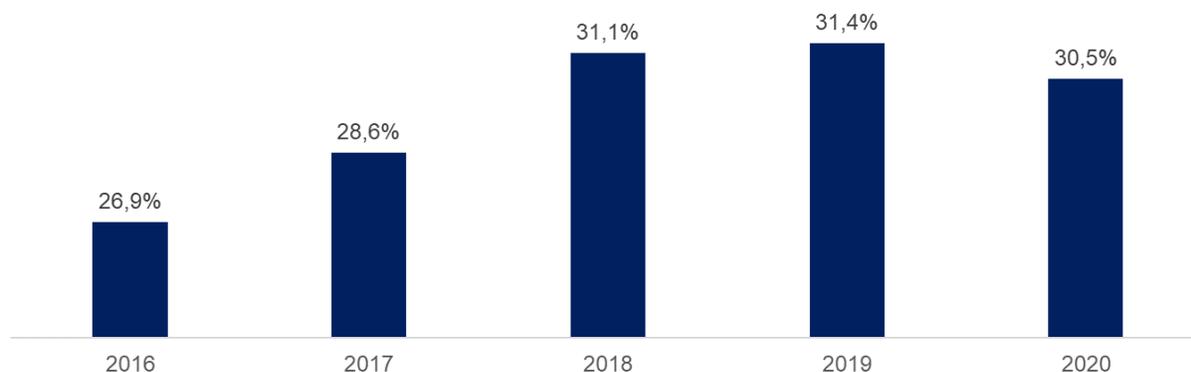
Além de analisar os vínculos formais e rendimento, vê-se como fator importante para compreensão da região, a análise da informalidade, que com frequência tem papel preponderante na economia local. O subcapítulo a seguir aborda informações levantadas sobre informalidade.

### 3.2.4 Informalidade no estado e em Franca

A informalidade no mercado de trabalho é característica presente no Brasil, onde grupos significativos de indivíduos trabalham sem vínculos formais em funções diversas. Em geral, os trabalhadores informais atuam em trabalhos com baixa remuneração, tratando-se, portanto, de parcela mais vulnerável da sociedade. Nesse grupo se encontram os trabalhadores domésticos e demais trabalhadores sem carteira assinada, bem como empreendedores (empregadores ou não), que não possuem CNPJ e, por fim, trabalhadores familiares.

Tendo em vista a falta de informações em nível municipal para informalidade, foram levantados dados em nível estadual (2016-2020) a respeito da participação de trabalhadores informais no agregado da população ocupada na região.

**Figura 61 – Participação de trabalhadores informais em relação ao total de ocupados no Estado de São Paulo entre 2016 e 2020.**



Fonte: PNAD Contínua, IBGE, Primeiro Quadrimestre de 2016 a 2020.

A análise da Figura 61 permite que se verifique a evolução da informalidade entre 2016 e 2020 – dados para o primeiro quadrimestre de cada ano – indicando a precarização da mão de obra no Estado de São Paulo. No ano de 2020 é possível verificar uma redução na informalidade, no entanto, é necessário levar em consideração o efeito da pandemia sobre o indicador, uma vez que é natural que muitos trabalhadores informais tenham deixado de trabalhar nesse período, o que tende a diminuir a sua proporção entre o total de pessoas ocupadas.

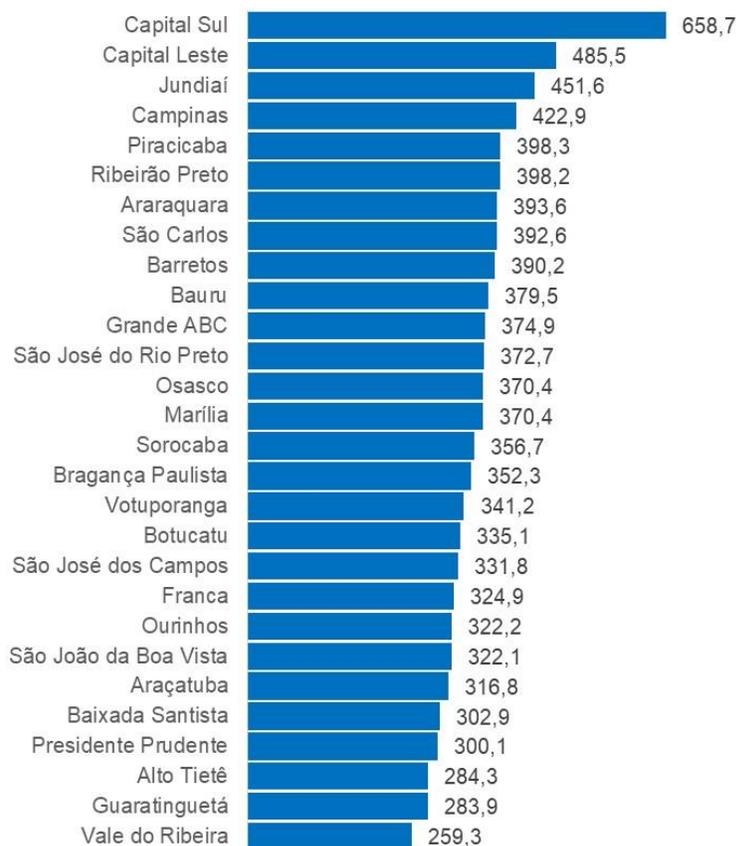
96 / 237

FGV Projetos CE Nº 1156/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

Devido à falta de dados detalhados e recentes sobre a informalidade nos municípios, foram coletados dados quanto à proporção de vínculos formais na região em relação à população em idade economicamente ativa (15 a 65 anos). Por meio dessa análise, é possível avaliar quantos vínculos formais ativos há na localidade em relação a cada 1.000 pessoas entre 15 e 65 anos. Esse indicador objetiva mensurar o nível de atividade formal nas regiões, o que por consequência indicaria, ainda que de maneira indireta, quais os níveis de informalidade.

**Figura 62 – Ranqueamento das regiões segundo total de vínculos formais para cada grupo de 1000 pessoas em idade economicamente ativa (15 a 65 anos).**

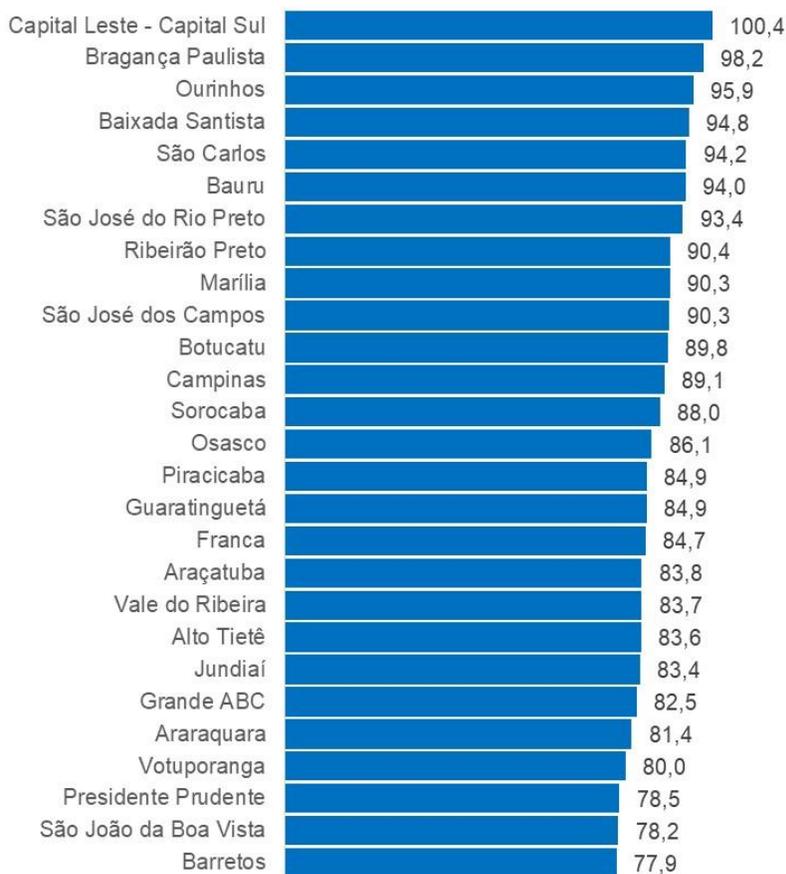


Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

A análise de Figura 62 revela que, em Franca, para cada 1.000 habitantes entre 15 e 65 anos há, em média, 324,9 vínculos formais (20ª maior média). Infelizmente, não é possível realizar inferências sobre a informalidade com base nesse dado, uma vez que para tanto seria necessário conhecer a quantidade total de pessoas ocupadas entre a população entre 15 e 65 anos. De qualquer forma, o ranqueamento das regiões indica que a formalidade na região de Franca está em nível elevado quando comparada às outras regiões.

Nessas circunstâncias, aspecto relevante, especialmente no processo de formalização da economia e de acesso do trabalhador no sistema de seguridade social, refere-se aos microempreendedores individuais (MEIs). Para analisar a importância dos MEIs nas diferentes regiões do Estado foram analisados o número total de registros ativos em cada região. Os resultados são apresentados de forma relativa à população da localidade em idade economicamente ativa (15 a 65 anos).

**Figura 63 – Ranqueamento das regiões segundo total de MEIs para cada grupo de 1000 habitantes entre 15 e 65 anos.**



Fonte: Portal do Empreendedor, Receita Federal, em setembro de 2020.

Conforme fica evidenciado na Figura 63, Franca possui 84,7 MEIs registrados para cada grupo de 1.000 habitantes em idade economicamente ativa, sendo a região paulistas com menor média. Esse resultado dá indícios de menor tendência empreendedora da região, uma vez que este tipo de modalidade jurídica é usualmente utilizado para pequenos negócios ou prestação de serviços.

### 3.2.5 Principais atividades produtivas na região de Franca

Ao longo do processo de levantamento de dados aprofundados em relação às atividades econômicas desenvolvidas na região de Franca, foram analisados os vínculos empregatícios para 65 classificações<sup>4</sup>. A partir desses dados, foram calculados os valores relativos para a região, correspondendo à distribuição de vínculos verificados em cada atividade produtiva. Tais estudos são necessários para que se identifiquem as vocações econômicas regionais e para que se direcione as políticas públicas, especialmente aquelas voltadas ao **Desenvolvimento Local**.

Os dados foram coletados para todas as empresas da natureza jurídica 2 – Entidades Empresariais – e segregadas, na Tabela 24, para a totalidade das atividades (“Economia Total”) e para as pequenas e médias empresas (“PMEs”). Tal segmentação se justifica pela necessidade de diagnóstico das relações econômicas intrínsecas das cadeias produtivas internas à região, dado que setores produtivos estão inseridos em um contexto econômico geral.

Por meio dos valores relativos para cada atividade, foi possível comparar os resultados obtidos aos valores relativos médios para o Estado de São Paulo. Tal comparação está expressa na Tabela 24 pelo quociente locacional, ou seja, a razão entre Região (%) e Estado (%). Valores de quociente locacional acima de 1 indicam que a atividade econômica é mais prevalente na região do que na média paulista; valores abaixo de 1 indicam o contrário, isto é, quanto mais distante do valor “1”, mais distinto é aquele setor na região em relação ao restante do estado.

**Tabela 24 – Quociente Locacional com base na distribuição setorial de vínculos formais registrados na região e no estado.**

Descrição do Setor Econômico	Economia Total			PME's		
	Região Valores Relativos (%)	Estado Valores Relativos (%)	Quociente Locacional	Região Valores Relativos (%)	Estado Valores Relativos (%)	Quociente Locacional
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	1,5%	0,9%	<b>1,63</b>	1,5%	0,4%	<b>3,69</b>
Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	0,2%	0,2%	<b>1,16</b>	0,2%	0,2%	<b>1,02</b>

<sup>4</sup> Foram utilizados como referência as classificações econômicas do Sistema de Contas Nacionais do IBGE. 100 / 237

Descrição do Setor Economico	Economia Total			PME's		
	Região Valores Relativos (%)	Estado Valores Relativos (%)	Quociente Locacional	Região Valores Relativos (%)	Estado Valores Relativos (%)	Quociente Locacional
Produção florestal; pesca e aquicultura	0,1%	0,1%	0,40	0,1%	0,1%	0,82
Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	0,1%	0,1%	0,82	0,2%	0,2%	0,78
Extração de petróleo e gás, inclusive as atividades de apoio	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%	0,00
Extração de minério de ferro, inclusive beneficiamentos e a aglomeração	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%	0,00
Extração de minerais metálicos não ferrosos, inclusive beneficiamentos	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%	0,00
Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	2,6%	0,8%	<b>3,19</b>	0,8%	0,4%	<b>2,14</b>
Fabricação de Outros produtos alimentares	2,0%	1,7%	<b>1,19</b>	1,7%	1,4%	<b>1,23</b>
Fabricação e refino de açúcar	9,0%	1,0%	<b>8,62</b>	0,0%	0,0%	0,00
Fabricação de bebidas	0,1%	0,3%	0,28	0,1%	0,1%	0,97
Fabricação de produtos do fumo	0,0%	0,0%	<b>3,61</b>	0,0%	0,0%	<b>2,88</b>
Fabricação de produtos têxteis	0,3%	0,9%	0,35	0,5%	0,7%	0,69
Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	1,2%	1,3%	0,95	1,8%	2,0%	0,88
Fabricação de calçados e de artefatos de couro	12,9%	0,5%	<b>28,44</b>	13,6%	0,5%	<b>25,87</b>
Fabricação de produtos da madeira	0,3%	0,2%	<b>1,17</b>	0,4%	0,3%	<b>1,37</b>
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	0,3%	0,6%	0,41	0,4%	0,4%	<b>1,04</b>
Impressão e reprodução de gravações	0,2%	0,4%	0,61	0,4%	0,5%	0,80
Refino de petróleo e coquerias	0,0%	0,1%	0,00	0,0%	0,0%	0,00
Fabricação de biocombustíveis	0,0%	0,3%	0,00	0,0%	0,0%	0,00
Fabricação de químicos orgânicos e inorgânicos, resinas e elastômeros	0,5%	0,3%	<b>1,48</b>	0,3%	0,2%	<b>1,47</b>
Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0,5%	0,5%	0,96	0,5%	0,5%	<b>1,01</b>
Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	0,5%	0,4%	<b>1,17</b>	0,3%	0,3%	0,95

Descrição do Setor Econômico	Economia Total			PME's		
	Região Valores Relativos (%)	Estado Valores Relativos (%)	Quociente Locacional	Região Valores Relativos (%)	Estado Valores Relativos (%)	Quociente Locacional
Fabricação de produtos farmacêuticos e farmacêuticos	0,1%	0,5%	0,24	0,0%	0,1%	0,35
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	1,2%	1,8%	0,69	0,9%	1,7%	0,55
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	0,3%	0,9%	0,37	0,6%	1,0%	0,55
Produção de ferro gusa/ferroligas, siderurgia e tubos de aço sem costura	0,8%	0,2%	<b>4,40</b>	0,0%	0,1%	0,44
Metalurgia de metais não ferrosos e a fundição de metais	0,3%	0,3%	0,82	0,3%	0,3%	<b>1,14</b>
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	1,4%	1,5%	0,89	1,3%	2,2%	0,60
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	0,1%	0,5%	0,16	0,1%	0,4%	0,37
Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	0,7%	0,7%	<b>1,07</b>	0,4%	0,5%	0,71
Fabricação de máquinas e equipamentos mecânicos	2,2%	1,5%	<b>1,42</b>	1,0%	1,5%	0,70
Fabricação de automóveis, caminhões e ônibus, exceto peças	0,0%	0,6%	0,01	0,0%	0,1%	0,13
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	0,2%	1,5%	0,13	0,3%	0,5%	0,62
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	0,0%	0,3%	0,13	0,1%	0,1%	0,54
Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	1,1%	1,2%	0,96	1,3%	1,5%	0,84
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	0,5%	0,6%	0,96	0,6%	0,9%	0,63
Energia elétrica, gás natural e outras utilidades	0,2%	0,3%	0,63	0,3%	0,2%	<b>1,23</b>
Água, esgoto e gestão de resíduos	0,9%	0,8%	<b>1,17</b>	0,5%	0,6%	0,82
Construção	4,1%	5,2%	0,78	4,6%	6,2%	0,75
Comércio por atacado e varejo	30,4%	25,8%	<b>1,18</b>	38,3%	36,1%	<b>1,06</b>
Transporte terrestre	3,2%	4,8%	0,67	3,5%	3,2%	<b>1,10</b>
Transporte aquaviário	0,0%	0,0%	0,00	0,0%	0,0%	0,00
Transporte aéreo	0,0%	0,3%	0,00	0,0%	0,0%	0,00

Descrição do Setor Econômico	Economia Total			PME's		
	Região Valores Relativos (%)	Estado Valores Relativos (%)	Quociente Locacional	Região Valores Relativos (%)	Estado Valores Relativos (%)	Quociente Locacional
Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	0,7%	2,1%	0,34	0,9%	1,7%	0,51
Alojamento	0,5%	0,7%	0,70	0,8%	1,0%	0,80
Alimentação	3,4%	5,2%	0,66	5,2%	8,2%	0,63
Edição e edição integrada à impressão	0,1%	0,2%	0,58	0,2%	0,2%	0,79
Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	0,2%	0,3%	0,62	0,3%	0,3%	<b>1,07</b>
Telecomunicações	0,4%	0,5%	0,80	0,3%	0,4%	0,75
Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	0,5%	2,0%	0,27	0,7%	1,2%	0,60
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	2,9%	3,4%	0,86	2,5%	2,8%	0,89
Atividades imobiliárias	0,3%	0,5%	0,62	0,5%	0,7%	0,64
Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	1,0%	1,7%	0,63	1,7%	2,2%	0,77
Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P & D	0,2%	0,8%	0,26	0,2%	0,6%	0,37
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	0,5%	0,9%	0,53	0,5%	0,8%	0,68
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	0,3%	0,6%	0,61	0,5%	0,8%	0,63
Outras atividades administrativas e serviços complementares	2,9%	12,2%	0,23	2,4%	4,7%	0,52
Atividades de vigilância, segurança e investigação	0,5%	1,8%	0,26	0,3%	0,3%	<b>1,11</b>
Administração pública, defesa e seguridade social	0,0%	0,1%	0,09	0,0%	0,0%	<b>1,10</b>
Educação	2,7%	2,8%	0,96	3,0%	3,6%	0,82
Saúde	2,0%	2,8%	0,72	1,7%	2,6%	0,65
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	0,3%	0,5%	0,64	0,5%	0,8%	0,64
Organizações associativas e outros serviços pessoais	0,5%	0,9%	0,58	0,8%	1,4%	0,62
Serviços domésticos	0,0%	0,0%	<b>6,78</b>	0,0%	0,0%	<b>6,53</b>
<b>TOTAL</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,00</b>	<b>100,0%</b>	<b>100,0%</b>	<b>1,00</b>

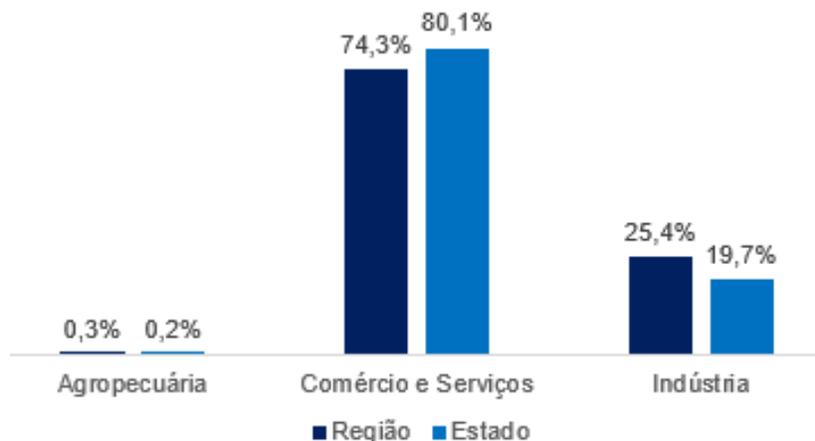
Fonte: RAIS, Ministério da Economia, 2018.

Com base nas informações disponibilizadas na Tabela 24, é possível verificar algumas atividades de destaque, como a fabricação de calçados e de artefatos de couro, responsável por 12,9% do total de vínculos formais na região, mas por apenas 0,5% no conjunto do Estado de São Paulo. Padrão semelhante, embora em menor intensidade, se dá entre as PMEs, onde este setor tem peso maior nos vínculos empregatícios formais na região (13,6%) do que no estado (0,5%). Outra atividade relevante é a fabricação e refino de açúcar, cuja sobrerrepresentação nos vínculos formais de Franca e região leva a um quociente locacional de 8,62, porém setor este que tem nula participação das PME. Além disso, a agricultura é responsável por 1,5% dos vínculos na região. Quando analisados somente para as PME, observa-se que um quociente locacional de 3,69, mostrando o quanto que a agricultura desse porte se destaca na região em relação ao estado.

O objetivo da apresentação da tabela completa com os 65 setores da economia e respectivos quocientes locacionais permite uma análise completa da situação da região, restando clara a correlação com os dados apresentados anteriormente, por exemplo, relativos ao PIB. No subcapítulo dedicado ao PIB foi destacada a importância da agropecuária, com a adição das informações contidas neste subcapítulo resta claro que a atividade agrícola é um diferencial para a região, revelando a importância de informações detalhadas sobre a região em estudo.

Adicionalmente à análise dos vínculos formais por setor produtivo, foram analisados os setores de atuação dos MEIs, possibilitando uma visão mais completa da região. Quando os setores de atuação são divididos em três grupos (i) agropecuária, (ii) comércio e serviços e (iii) indústria, é possível observar o grande peso de comércio e serviços na distribuição de MEIs (74,3%), porém sobrerrepresentação regional apenas entre os MEIs dos setores agropecuário e industrial, conforme indicado a seguir:

**Figura 64 – Distribuição de MEIs por atividade produtiva em comparação com a média estadual.**



Fonte: Receita Federal, 2018.

Por fim, de maneira similar ao realizado para a análise dos setores produtivos com base no número de vínculos formais gerados por atividade econômica, o quociente locacional para os MEIs registrados em Franca foi calculado para os setores destacados na a seguir:

**Tabela 25 – Quociente Locacional com base na distribuição de MEIs por setor na região e no Estado.**

Setor Econômico	Região		Estado		Quociente Locacional
	Total de MEI's	Valores Relativos (%)	Total de MEI's	Valores Relativos (%)	
Agricultura, inclusive o apoio à agricultura e a pós-colheita	103	0,2%	4.670	0,2%	<b>1,40</b>
Pecuária, inclusive o apoio à pecuária	27	0,1%	1.378	0,0%	<b>1,25</b>
Produção florestal; pesca e aquicultura	6	0,0%	338	0,0%	<b>1,13</b>
Extração de carvão mineral e de minerais não metálicos	0	0,0%	7	0,0%	0,00
Abate e produtos de carne, inclusive os produtos do laticínio e da pesca	29	0,1%	1.143	0,0%	<b>1,61</b>
Fabricação e refino de açúcar	0	0,0%	37	0,0%	0,00
Outros produtos alimentares	753	1,7%	42.944	1,5%	<b>1,11</b>

105 / 237

FGV Projetos CE Nº 1156/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

Fabricação de bebidas	0	0,0%	79	0,0%	0,00
Fabricação de produtos do fumo	38	0,1%	73	0,0%	<b>33,09</b>
Fabricação de produtos têxteis	333	0,7%	19.377	0,7%	<b>1,09</b>
Confecção de artefatos do vestuário e acessórios	1.059	2,3%	63.875	2,2%	<b>1,05</b>
Fabricação de calçados e de artefatos de couro	1.902	4,2%	6.083	0,2%	<b>19,88</b>
Fabricação de produtos da madeira	158	0,3%	8.459	0,3%	<b>1,19</b>
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	62	0,1%	4.171	0,1%	0,94
Impressão e reprodução de gravações	140	0,3%	12.086	0,4%	0,74
Fabricação de defensivos, desinfestantes, tintas e químicos diversos	0	0,0%	43	0,0%	0,00
Fabricação de produtos de limpeza, cosméticos/perfumaria e higiene pessoal	18	0,0%	583	0,0%	<b>1,96</b>
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	28	0,1%	1.556	0,1%	<b>1,14</b>
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	64	0,1%	5.612	0,2%	0,72
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	529	1,2%	33.067	1,1%	<b>1,02</b>
Fabricação de máquinas e equipamentos elétricos	4	0,0%	244	0,0%	<b>1,04</b>
Fabricação de peças e acessórios para veículos automotores	10	0,0%	559	0,0%	<b>1,14</b>
Fabricação de móveis e de produtos de indústrias diversas	685	1,5%	48.286	1,7%	0,90
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	491	1,1%	35.670	1,2%	0,87
Água, esgoto e gestão de resíduos	132	0,3%	8.034	0,3%	<b>1,04</b>
Construção	5.136	11,3%	278.373	9,6%	<b>1,17</b>
Comércio por atacado e varejo	14.164	31,0%	725.381	25,0%	<b>1,24</b>
Transporte terrestre	1.181	2,6%	149.730	5,2%	0,50
Transporte aquaviário	10	0,0%	989	0,0%	0,64
Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	523	1,1%	104.626	3,6%	0,32
Alojamento	31	0,1%	3.327	0,1%	0,59
Alimentação	4.408	9,7%	318.321	11,0%	0,88
Edição e edição integrada à impressão	205	0,4%	36.416	1,3%	0,36
Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação/edição de som e imagem	89	0,2%	14.360	0,5%	0,39
Telecomunicações	41	0,1%	5.980	0,2%	0,44

Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	12	0,0%	1.416	0,0%	0,54
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	0	0,0%	2	0,0%	0,00
Atividades imobiliárias	0	0,0%	2	0,0%	0,00
Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	20	0,0%	2.704	0,1%	0,47
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	1.789	3,9%	141.364	4,9%	0,80
Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	263	0,6%	13.105	0,5%	<b>1,28</b>
Outras atividades administrativas e serviços complementares	1.591	3,5%	175.134	6,0%	0,58
Atividades de vigilância, segurança e investigação	73	0,2%	2.158	0,1%	<b>2,15</b>
Educação	1.360	3,0%	124.066	4,3%	0,70
Saúde	354	0,8%	28.232	1,0%	0,80
Atividades artísticas, criativas e de espetáculos	364	0,8%	31.770	1,1%	0,73
Organizações associativas e outros serviços pessoais	6.290	13,8%	395.536	13,6%	<b>1,01</b>
Serviços domésticos	1.152	2,5%	48.959	1,7%	<b>1,50</b>
<b>Total</b>	<b>45.627</b>	<b>100%</b>	<b>2.900.325</b>	<b>100%</b>	

Fonte: Portal do Empreendedor, Receita Federal, em setembro de 2020.

Conforme indicado na Tabela 25, a região de Franca possui 45.627 registros de MEIs, sendo que certas atividades produtivas se destacam devido ao alto quociente locacional. Dentre as atividades proporcionalmente mais proeminentes na região, verifica-se a Fabricação de calçados e de artefatos de couro (19,88) e Fabricação de Produtos de Fumo (33,09). Em menor escala também ve-se certo destaque para agricultura e pecuária.

### 3.2.6 Análise da evolução do nível de emprego no 1º semestre de 2020

A pandemia de COVID-19 afetou significativamente praticamente todas as atividades produtivas. A pesquisa PNAC-COVID19, do IBGE, disponibiliza resultados e indicadores sobre mercado de trabalho do Estado de São Paulo e nos permite contextualizar alguns impactos decorrentes da pandemia.

**Tabela 26 – Indicadores de mercado de trabalho para o Estado de São Paulo.**

Indicador	Maio	Junho	Julho
População Residente (mil pessoas)	46.232	46.263	46.293
Pessoas de 14 anos ou mais de idade (mil pessoas)	37.769	37.841	37.856
Pessoas ocupadas (mil pessoas)	20.187	19.949	19.628
Pessoas desocupadas (mil pessoas)	2.560	3.141	3.295
Pessoas na força de trabalho (mil pessoas)	22.747	23.091	22.923
Pessoas fora da força de trabalho (mil pessoas)	15.022	14.750	14.933
Taxa de participação na força de trabalho (%)	60,2%	61,0%	60,6%
Taxa de desocupação (%)	11,3%	13,6%	14,4%
Percentual de pessoas ocupadas e afastadas do trabalho que tinham devido ao distanciamento social no total da população ocupada (%)	17,6%	13,1%	7,0%
Percentual de pessoas ocupadas e não afastadas do trabalho, que trabalhavam de forma remota, no total da população ocupada e não afastada do trabalho (%)	19,7%	18,0%	16,8%
Percentual de pessoas não ocupadas que não procuraram trabalho, mas que gostariam de trabalhar na semana anterior, no total de pessoas fora da força de trabalho (%)	31,0%	31,2%	32,0%
Proxy da taxa de informalidade das pessoas ocupadas (%)	28,3%	28,3%	27,2%
Percentual de pessoas ocupadas com rendimento do trabalho e que tiveram rendimento efetivo menor que o normalmente recebido, no total de pessoas ocupadas e com rendimento do trabalho (%)	35,4%	35,5%	30,1%

Fonte: PNAD-COVID19, IBGE, 2020.

A análise da Tabela 26 aponta alguns pontos importantes sobre o contexto pandêmico:

- ▣ Aumento da Taxa de Desocupação;
- ▣ Estabilidade na Taxa de Participação na Força de Trabalho, ou seja, estabilidade no total de pessoas com 14 anos ou mais ocupadas ou desocupadas;
- ▣ Redução no mês de julho de pessoas ocupadas afastadas do trabalho por conta do isolamento social;
- ▣ Redução no mês de julho de pessoas ocupadas em trabalho remoto;

- ▣ Aumento do percentual de pessoas não ocupadas e que não estão procurando trabalho por causa da pandemia;
- ▣ Redução da Taxa de Informalidade; e
- ▣ Impactos negativos no nível do rendimento efetivo das pessoas ocupadas.

Os dados apresentados anteriormente não permitem analisar o contexto regional. De tal sorte, buscando avaliar o impacto na região de Franca e possibilitar a comparação com as demais regiões do estado, foram levantadas informações referentes ao saldo de empregos formais disponibilizados no CAGED. A Tabela 27 apresenta os totais de admitidos, desligados e o saldo de movimentação de empregos formais entre Janeiro e Julho de 2020 para região.

**Tabela 27 – Totais de admitidos, desligados e saldo de empregos formais para a região de Franca.**

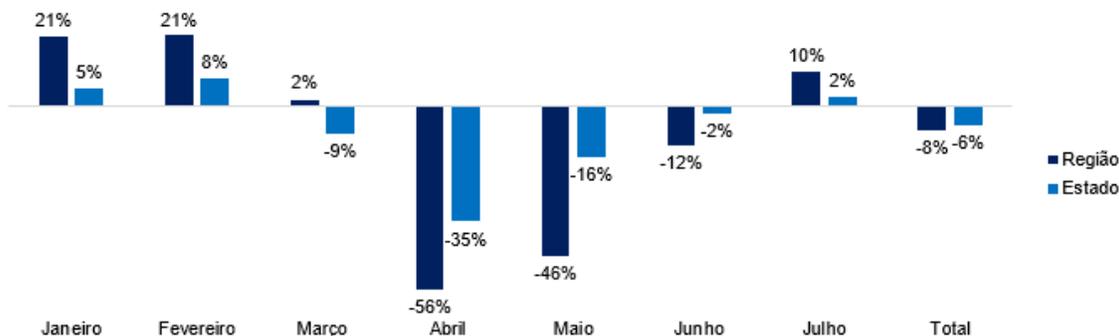
Mês de 2020	Admitidos	Desligados	Saldo	Saldo Relativo à Movimentação
Janeiro	7.835	5.117	2.718	21%
Fevereiro	7.910	5.134	2.776	21%
Março	8.024	7.768	256	2%
Abril	2.844	10.021	-7.177	-56%
Maio	2.720	7.282	-4.562	-46%
Junho	3.703	4.725	-1.022	-12%
Julho	4.404	3.601	803	10%
<b>Total</b>	<b>37.440</b>	<b>43.648</b>	<b>-6.208</b>	<b>-8%</b>

Fonte: CAGED, Ministério da Economia, 2020.

A análise dos resultados mostra que a região apresentou saldo negativo apenas em abril, ou seja, após o início efetivo da pandemia no Estado de São Paulo, cujo primeiro caso oficialmente confirmado se deu nos últimos dias de fevereiro. Essa tendência de desligamentos se prorrogou nos dois meses subsequentes, levando o saldo de empregos acumulado no trimestre ao patamar de -12.761 vagas. A partir de então houve uma retomada crescente nas contratações mensais que levou o saldo anual até o mês de julho a -6.208, muito por conta do saldo positivo acumulado no período pré-pandemia.

De modo a que se possa comparar região e estado, foi utilizado um indicador calculado por meio da razão entre a diferença do número de vagas criadas e suprimidas e o total de desligamentos e contratações. Este indicador compara o saldo de empregos com o total de movimentação observadas e pode ser analisado como a direção dos impactos no contexto do mercado formal. Por exemplo, quanto maior o total de desligamentos comparado às admissões, menor é o saldo e menor é o valor do indicador. Assim, valores negativos indicam a maior direção do mercado formal para desligamentos e destruição de postos de trabalho.

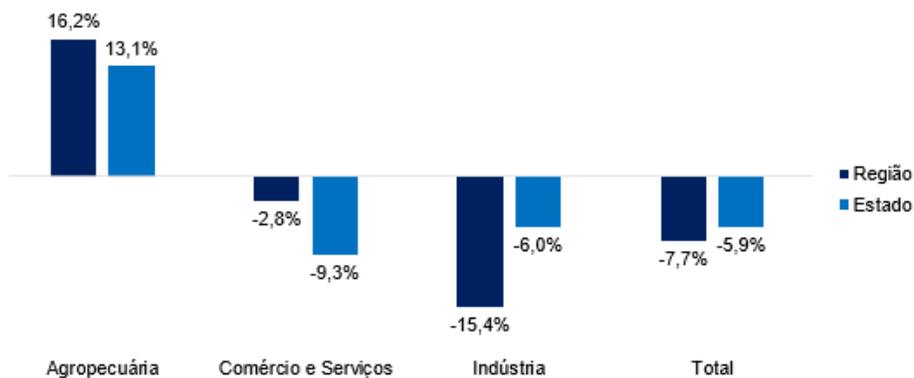
**Figura 65 – Direção da movimentação de empregos do mercado formal por mês na região de Franca e no Estado de São Paulo.**



Fonte: CAGED, Ministério da Economia, 2020.

Conforme demonstrado na Figura 65, a região de Franca experimentou sentiu de maneira mais intensa o choque negativo sobre o mercado de trabalho que o estado como um todo. Porém, a partir de julho, mostra uma capacidade de recuperação também mais forte. De forma geral, observa-se uma maior variância no mercado formal da região de Franca do que no restante do estado. Ou seja, em momentos positivos, a região tem um aumento no emprego formal mais amplificado, porém em momentos ruins, a região sofre um efeito negativo maior do que o observado no estado como um todo.

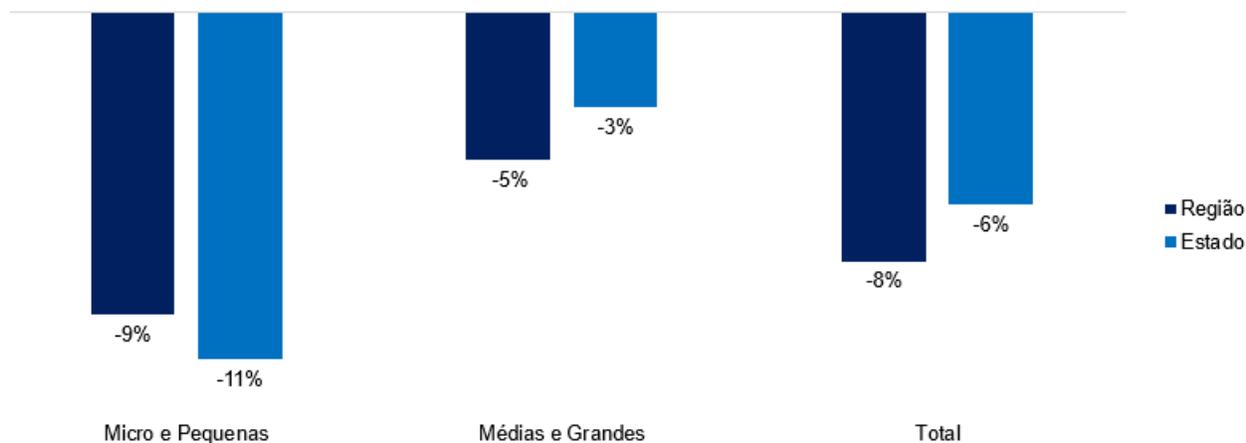
**Figura 66 – Direção da movimentação de empregos do mercado formal por setor de atividade na região de Franca e no Estado de São Paulo.**



Fonte: CAGED, Ministério da Economia, 2020.

Conforme apresentado na Figura 66, o maior responsável pela criação de empregos na região de Franca, entre janeiro de julho de 2020, foi o setor agropecuário. Por sua vez, o setor de comércio e serviços se mostrou menos afetados em Franca do que no restante do estado, ao contrário do observado no setor industrial que foi severamente mais afetado do que no estado. Além da análise do saldo de empregos por setor, foram avaliados os impactos por porte das empresas, separando-se os resultados para micro e pequenas empresas e para médias e grandes, conforme apresentado a seguir:

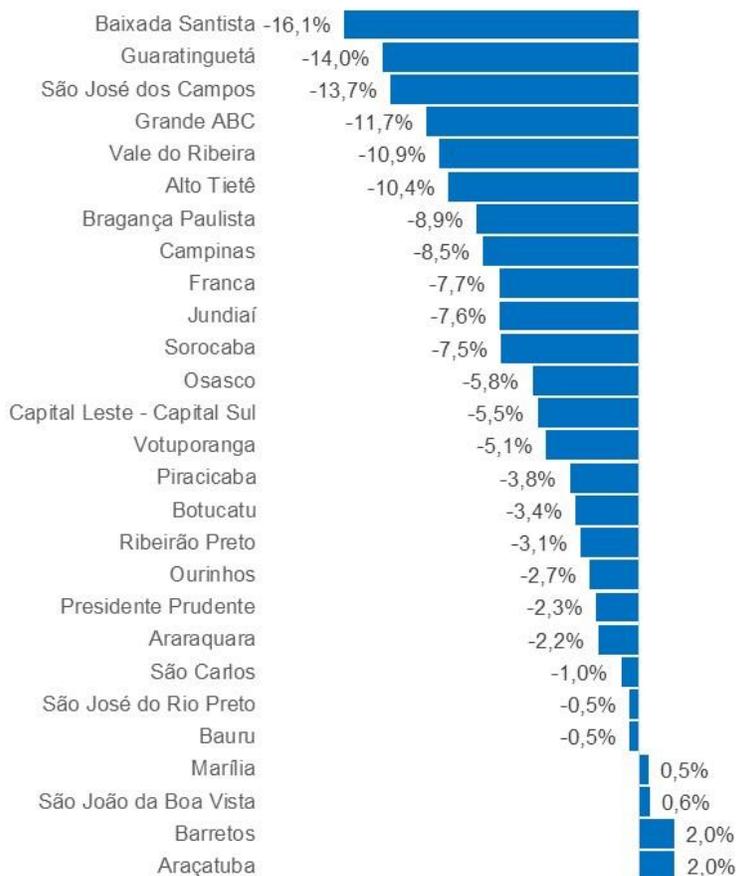
**Figura 67 – Direção da movimentação de empregos do mercado formal por porte de empresa na região de Franca e no Estado de São Paulo.**



Fonte: CAGED, Ministério da Economia, 2020.

Os dados apresentados na Figura 67 demonstram que as micro e pequenas empresas foram menos afetadas na região do que no restante do estado. Esse padrão se altera ao olhar-se as médias e grandes empresas. Isso contribuiu para que o mercado de trabalho fosse mais afetado na região do que no Estado de São Paulo, porém com valores razoavelmente similares tanto no agregado quando ao separar-se por porte. Por fim, os resultados obtidos por meio da análise do CAGED possibilitam a comparação da região de Franca com as outras 27 analisadas, conforme ilustrado a seguir:

**Figura 68 – Ranqueamento das regiões segundo direção da movimentação de empregos do mercado formal.**



Fonte: CAGED, Ministério da Economia, 2020.

Conforme apresentado na Figura 68, dentre as regiões que apresentaram direção negativa no saldo de empregos no período, Franca está entre aquelas que apresentam menor crescimento. Com um indicador de -7,7%, a região ocupa a nona posição neste *ranking*, o que demonstra certa fragilidade da região causada pela situação extrema deflagrada pela pandemia da COVID-19. Grande parte do resultado pode ser explicado pela vocação econômica da região que, voltada para a indústria de bens finais, que depende, comparativamente, mais do setor de comércio e serviços, que foram os mais afetados pela diminuição da circulação de pessoas durante a pandemia.

### 3.2.7 Considerações referentes às vocações econômicas da região

Este subcapítulo buscou apresentar a análise de um amplo espectro de informações relativas à atividade econômica na região de Franca, dando indícios das suas principais vocações econômicas. Por meio da análise dos vínculos formais por porte de empresa é possível compreender que Franca possui maior prevalência de microempresas quando comparada ao restante do Estado, o que demonstra a importância de políticas que incentivem este tipo de empreendimento na região.

Por se tratar de uma área com menor desenvolvimento econômico, foi possível verificar que o rendimento médio dos trabalhadores da região é inferior àquele observado no restante do Estado, independentemente do porte da empresa. No que tange à informalidade, apesar da ausência de informações detalhadas em nível municipal, é possível estimar que o número de pessoas atuando informalmente na região está em nível superior, quando comparado às demais regiões paulistas.

A análise dos setores produtivos por meio do quociente locacional – calculado com base no número de vínculos formais por atividade produtiva – corrobora a avaliação de que a região possui vocação para a produção de calçados e agricultura. Além desse destaque, vê-se na região de Franca o desenvolvimento da fabricação e refino de açúcar, responsável por 9,0% no total de vínculos formais e um quociente locacional de 8,62 na análise da economia total, porém com 0% de participação entre as PMEs.

Por fim, a análise do saldo de empregos entre os meses de janeiro e julho de 2020 revela que houve um forte aumento de vagas formais na região de Franca no período pré pandemia (janeiro e fevereiro). Porém durante os meses de abril, maio e junho, a região sofreu com uma queda de vínculos formais proporcionalmente maior do que o restante do estado. A prevalência de atividades de indústria consumo final possivelmente foi fator preponderante para o resultado observado para o emprego no momento de pandemia, uma vez que esta atividade tem um maior grau de dependência do setor de comércio e serviços, que foram as mais afetadas pela situação sanitária.

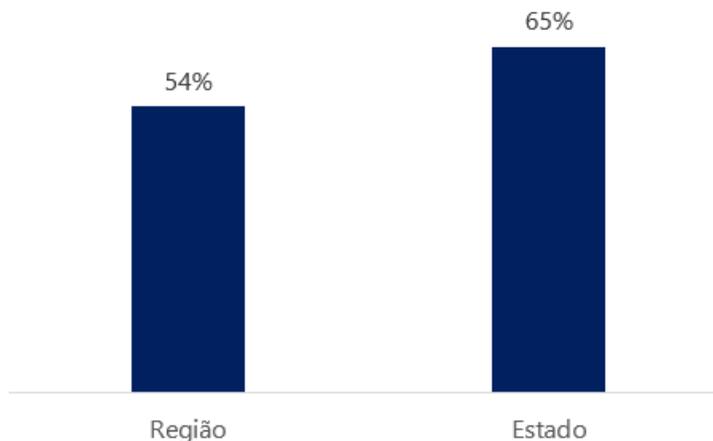
### 3.3 Agropecuária

A agropecuária desponta como uma das principais atividades econômicas não somente em âmbito nacional como também em contexto subnacional. Entretanto, de modo a que se possa entendê-la é importante, inicialmente, reconhecer que não se trata de setor econômico homogêneo, mas sim, diversificado em termos de sua estrutura e atividades produtivas. Neste subcapítulo será dada ênfase à análise do setor agrícola da região tendo por base a discussão do porte e o total de estabelecimentos, das formas de associativismo existentes, da presença e tipo de assistência técnica disponível aos produtores rurais e, por fim, das vocações agrárias características da produção regional. Vale ressaltar que todas essas questões apresentam grande interface com temas caros ao SEBRAE-SP com destaque ao interesse institucional por apoiar o desenho de políticas públicas relacionadas ao fomento do **associativismo e cooperativismo**, à maior eficiência das **compras governamentais e agricultura familiar**.

#### 3.3.1 Estabelecimentos e Produtores

Assim como observado no restante do Estado de São Paulo, a região de Franca apresenta predominância da agricultura familiar entre seus estabelecimentos. A Figura 69 substancia essa afirmação ao revelar que 54% dos produtores agropecuários da região comandam estabelecimentos pertencentes a tal grupo, apesar do índice ser inferior ao observado no conjunto do Estado de São Paulo (65%). Nota-se, que a participação da agricultura familiar é heterogênea entre os municípios da região, variando entre 29% em Sales Oliveira e 76% em Restinga.

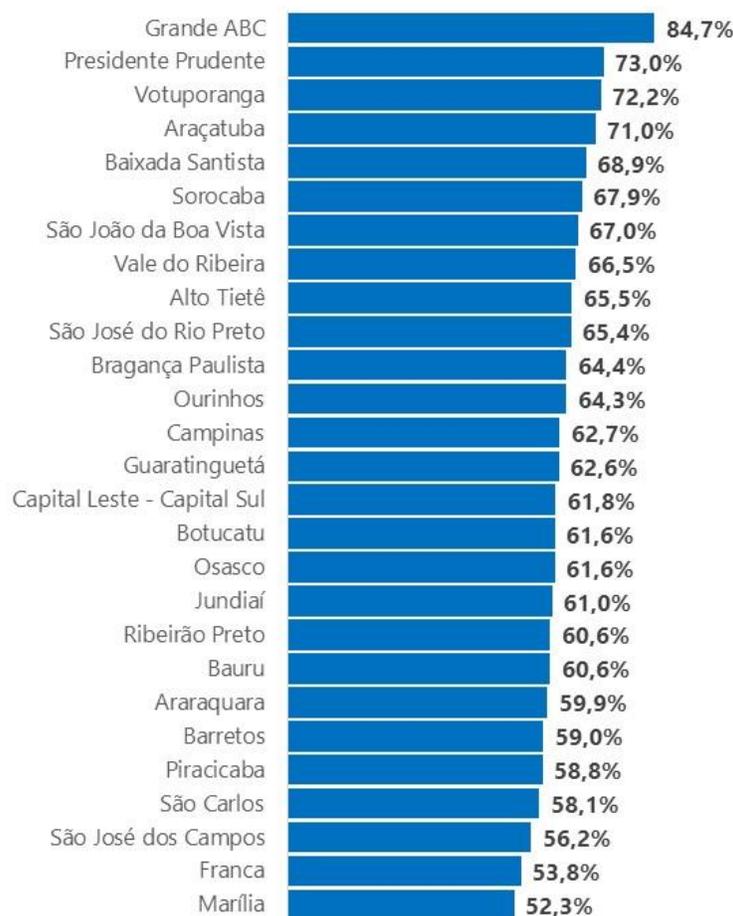
**Figura 69 – Participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos da região.**



Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

Além da comparação região-estado e do olhar intrarregional abrangendo as localidades que compõem a região de Franca é interessante que se observe como a região se insere na comparação com as demais regiões de acordo com as quais o Estado de São Paulo foi dividido para os fins desse trabalho. Nesse contexto, nota-se que Franca se caracteriza pela baixa participação da agricultura familiar no seu conjunto de estabelecimentos agropecuários, o que a classifica na 26ª posição dentre as 27 regiões.

**Figura 70 – Ranqueamento das regiões segundo participação da agricultura familiar no total de estabelecimentos.**

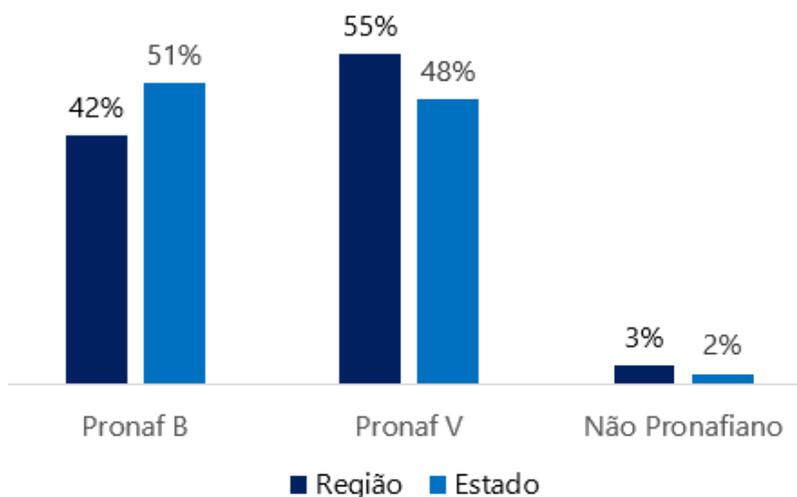


Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

Criado através do decreto presidencial nº 1.946 de 1996, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) é uma política federal duradoura de incentivo ao pequeno agricultor. Através do programa, é disponibilizado crédito a custos mais baixos ao agricultor familiar, grupo que tradicionalmente encontra maiores dificuldades de acesso a linhas de crédito, com objetivos tais como aumentar a produtividade e a renda e reduzir as desigualdades. Na Figura 71 apresenta-se a penetração do Pronaf – grupos B (renda familiar anual até R\$ 23.000) e V (até R\$ 415.000) – entre os estabelecimentos agropecuários familiares da região. Constatase, inicialmente, que o programa se

encontra altamente difundido tanto na região de Franca quanto no conjunto do Estado de São Paulo, uma vez que apenas, respectivamente, 3% e 2% dos pequenos agricultores não aderiram ao programa. Entretanto, a análise das modalidades revela padrões distintos na comparação região-estado. Na região 55% dos estabelecimentos está incluída no Pronaf V – superior ao do estado (48%). Já em relação ao Pronaf B, a região tem patamar abaixo daquele do estado (42% contra 51%). Tal distribuição indica que o produtor familiar da região possui renda anual comparativamente mais alta de modo a que se possa inserir entre os elegíveis ao grupo V do Pronaf.

**Figura 71 – Participação dos estabelecimentos de agricultura familiar segundo grupos do Pronaf.**



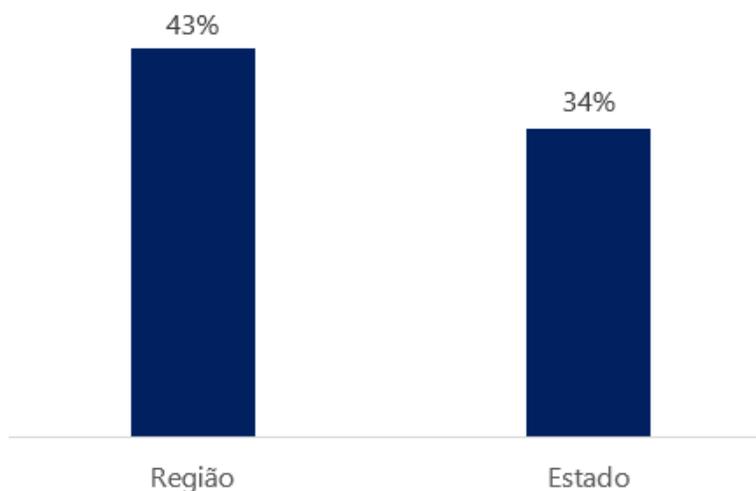
Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

Outra iniciativa existente de fomento ao produtor rural é o Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), instituído em 2010. Trata-se de oportunidade de crédito destinado a um grupo de produtores rurais que não se enquadram nos requisitos à participação no Pronaf e tampouco têm acesso a linhas de crédito tradicionais destinadas ao grande produtor agrícola. Por meio do programa, preenche-se tal hiato ao disponibilizar a produtores rurais com renda anual de até R\$

2.000.000 acesso a financiamento para apoio às atividades produtivas e geradoras de trabalho e renda no campo.

Do total de estabelecimentos agropecuários registrados nos municípios da região de Franca, 43% participam do Pronamp, participação maior do que o patamar de 34% aferido no conjunto do Estado de São Paulo.

**Figura 72 – Participação dos estabelecimentos no Pronamp.**

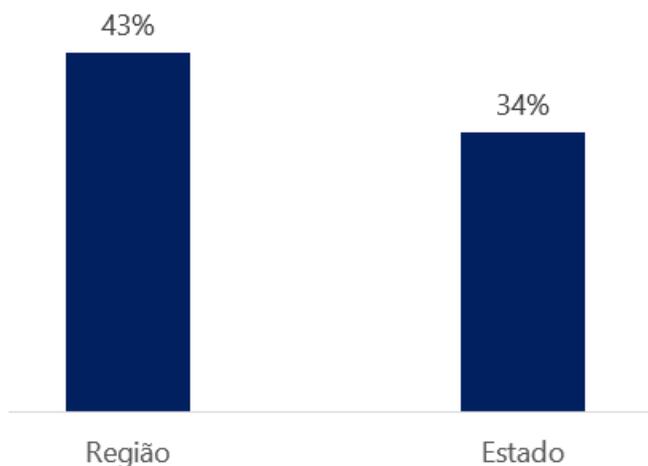


Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

### 3.3.2 Associativismo

O associativismo indica a participação dos agricultores em cooperativas, entidades de classe ou outros movimentos da sociedade civil e pode indicar a capacidade de organização e articulação desses agricultores em torno de reivindicações de classe, econômicas e/ou políticas. Da mesma forma que a região de Franca localiza-se entre aquelas com menor participação da agricultura familiar nos estabelecimentos de produção agrícola no estado, o nível de associação entre os estabelecimentos agropecuários apresenta-se abaixo daquele atribuído as demais regiões, conforme explicitado na Figura 73. Observa-se que 43% do total de estabelecimentos pertencem a algum tipo de associação, um número maior do que existente no estado, que é 34%.

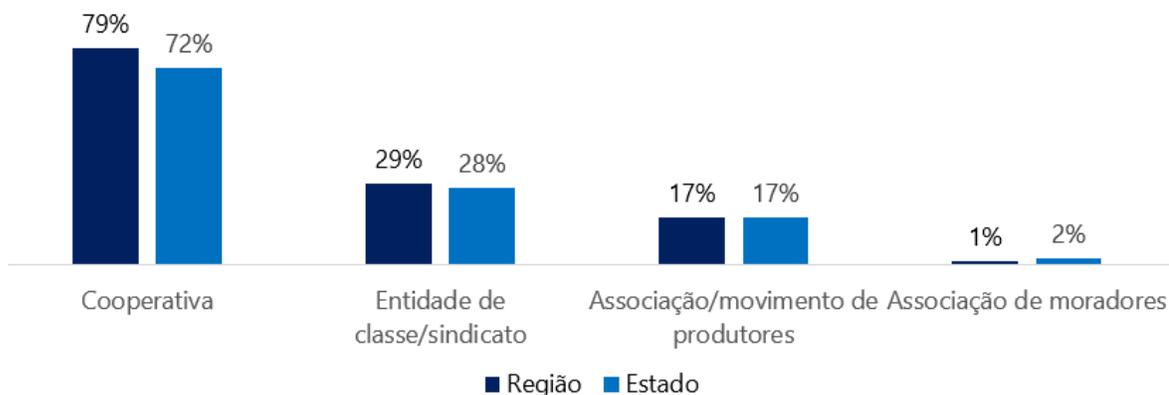
Figura 73 – Proporção de estabelecimentos associados.



Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

Na Figura 74 são explicitados os percentuais de participação dos estabelecimentos em cada uma das categorias de associação analisadas neste estudo. Note que enquanto o cooperativismo na região é maior que a média do estado (79% contra 72%), enquanto o resto da distribuição é muito similar na região e no estado como um todo.

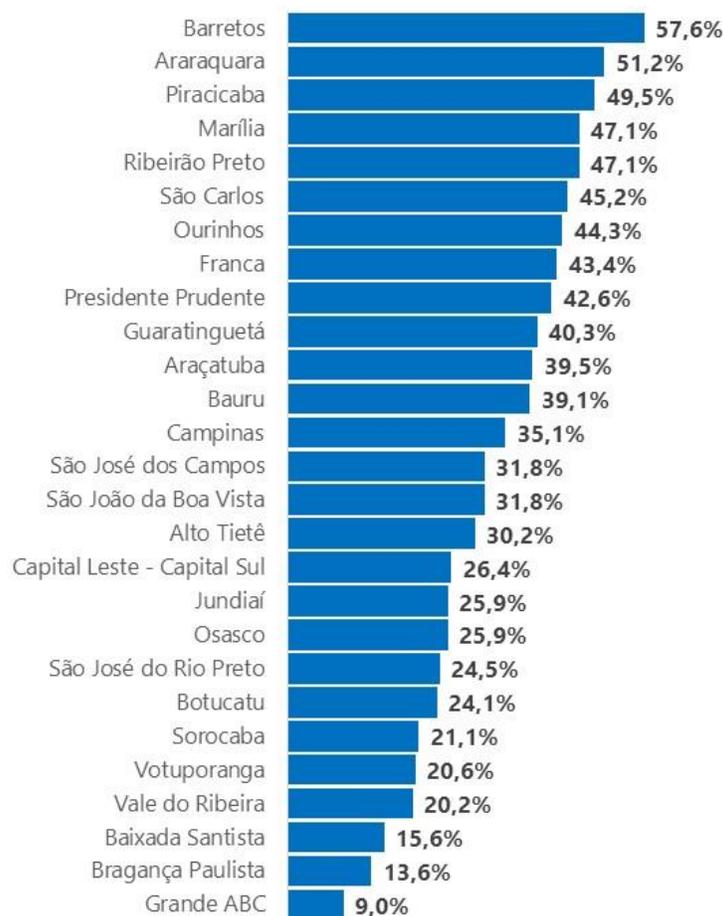
**Figura 74 – Distribuição dos estabelecimentos associados por tipo de associação.**



Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

A Figura 75 apresenta o ranqueamento das 27 regiões em termos de estabelecimentos associados. Note que a região de Franca é a oitava colocada neste *ranking*, ressaltando essa importante característica da região.

**Figura 75 – Ranqueamento das regiões segundo participação de estabelecimentos associados.**



Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

### 3.3.3 Assistência Técnica

A assistência técnica, definida como a orientação prestada por profissionais habilitados, como engenheiros agrônomos, florestais ou agrícolas; médicos veterinários; zootecnistas; biólogos; técnicos agrícolas; tecnólogos de alimentos ou economistas domésticos, com a finalidade de transmitir conhecimento e orientar os produtores agropecuários, também é um importante indicador para a formulação de políticas públicas destinadas ao setor uma vez que revela o nível de sofisticação da

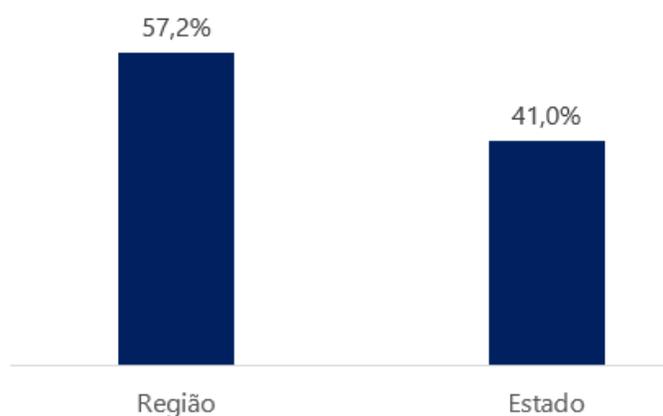
122 / 237

FGV Projetos CE Nº 1156/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

atividade agrícola e os possíveis gargalos que eventualmente possam atravancar a produção. Dos total de estabelecimentos da região de Franca, 57,2%, recebem algum tipo de assistência técnica, o que corresponde a 3,7% da participação estadual, uma parcela significativa. Na Figura 76 é possível constatar que este percentual é superior àquele contabilizado para o restante do estado. Na região de Franca, portanto, a maioria dos estabelecimentos agropecuários conta com algum tipo de assistência técnica.

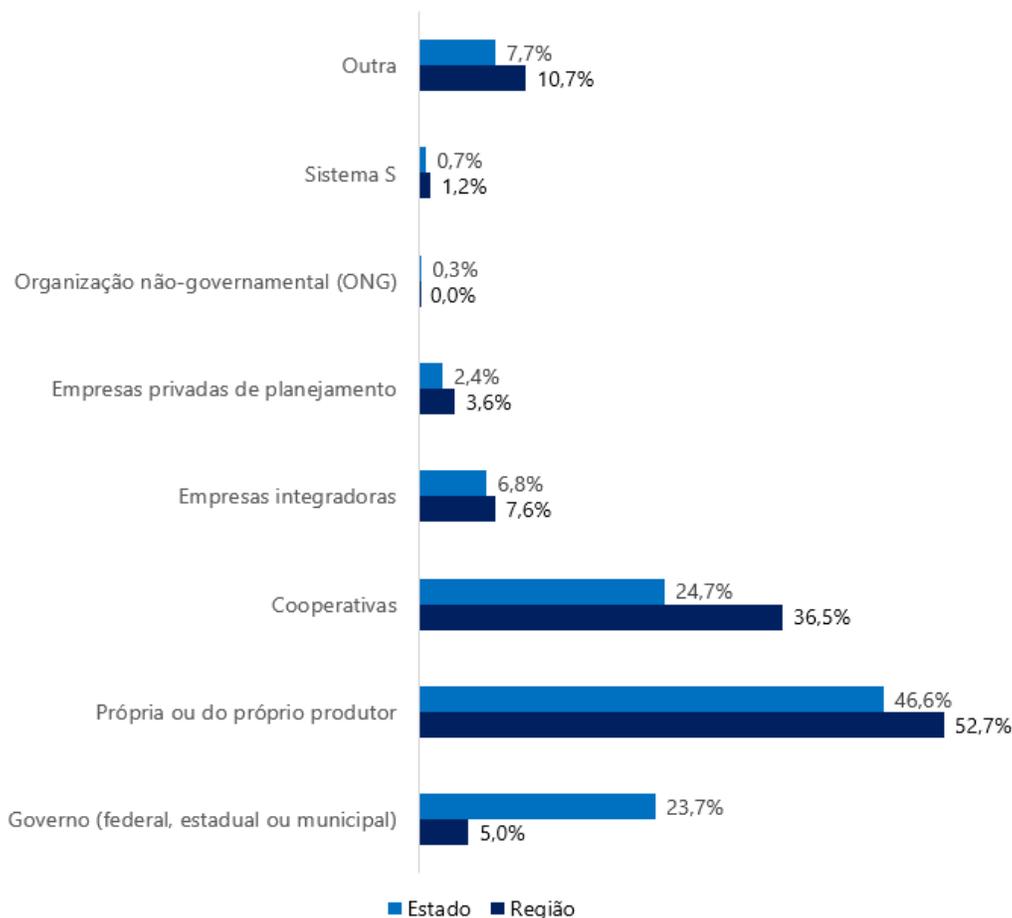
**Figura 76 – Proporção de estabelecimentos que recebem orientação técnica.**



Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

Dentre os estabelecimentos que recebem assessoria, 34,9% correspondem a assessoria própria, 5,8% recebem assessoria de empresas integradoras, 10,7% contam com assessorias de outros tipos e 36,5% com assessoria proveniente de cooperativas. Tem-se que apenas 5% dos estabelecimentos recebem assessoria governamental. Na Figura 77 estão evidenciadas estas distribuições de origem da assistência técnica para a região, comparando com suas incidências no estado. É possível constatar que a região de Franca apresenta uma maior proporção das assessorias categorizadas como “cooperativa” e, em menor escala, assessoria “própria ou do próprio produtor” que o observado no estado. Por outro lado, a proporção de assessorias técnicas oriundas do Governo Federal encontra-se significativamente sub representadas na região.

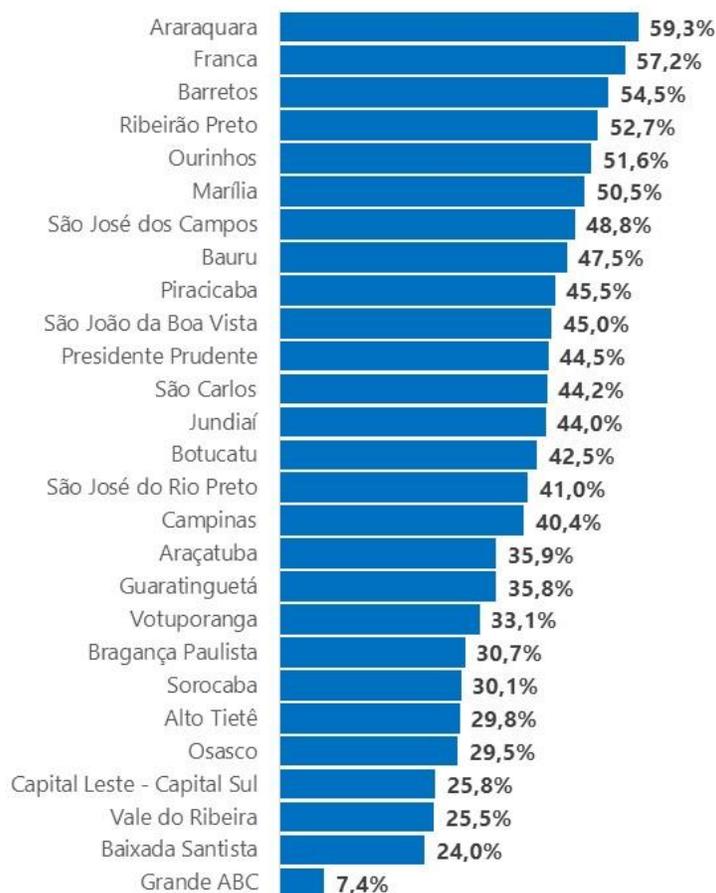
**Figura 77 – Distribuição dos estabelecimentos por origem da assistência técnica recebida.**



Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

A região de Franca está 2ª colocação no *ranking* estadual em termos de assistência técnica, coerente com sua boa colocação no *ranking* de estabelecimentos associados e com os dados de assessoria previamente apresentados.

**Figura 78 – Ranqueamento das regiões segundo cobertura da assistência técnica entre estabelecimentos.**



Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

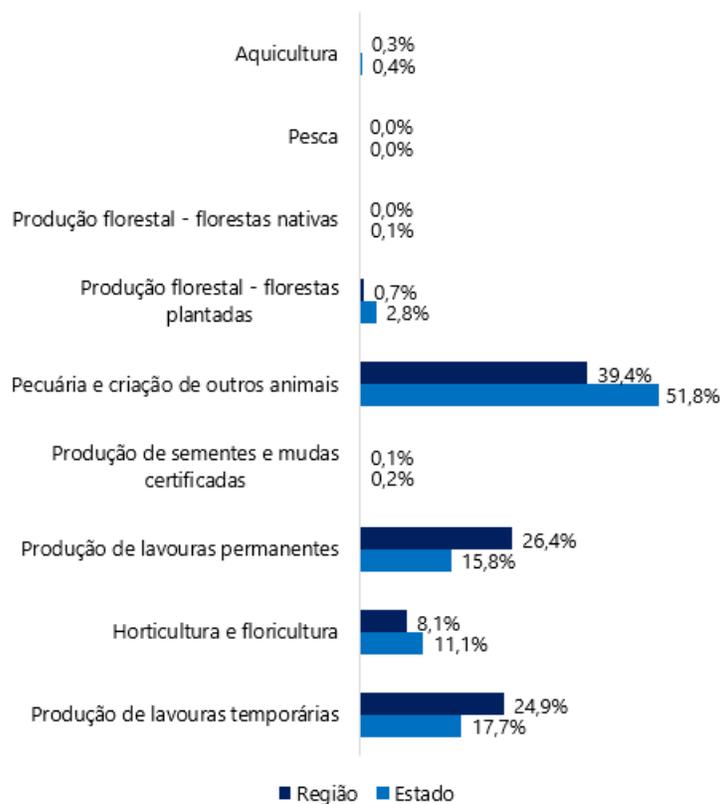
### 3.3.4 Produção

A análise do tipo de produção predominante na região oferece indícios sobre sua vocação agrária e pode ser importante para a elaboração de políticas públicas de incentivo ao setor. Na Figura 79 é possível constatar que a produção “pecuária e criação de outros animais” é a atividade predominante com a participação de 39,4% apesar de estar abaixo da média estadual que é 51,8%. Porém, se olhar-se a participação conjunta da produção de lavouras, permanentes ou temporárias, chega-se a uma

proporção de pouco mais de 50% da produção total da região. Esse valor é substancialmente maior que a soma da participação das lavouras no estado, que é cerca de 33%.

A produção de sementes e mudas certificadas, pesca, aquicultura e produção florestal não apresentaram proporção relevante de estabelecimentos o que está em consonância com o restante das regiões.

**Figura 79 – Distribuição dos estabelecimentos por grupos de atividades.**



Fonte: Censo Agropecuário de 2017, IBGE.

De forma geral a região de Franca apresenta razoável participação da agricultura familiar entre os estabelecimentos agropecuários, apesar de ser a segunda região com menor proporção desse tipo de estabelecimento. Estes, em sua maioria, aderem ao Pronaf, programa de incentivo à agricultura familiar do governo federal. Entre os agricultores médios cerca de 43% aderem ao programa de incentivo Pronamp, número acima do apresentado pelo restante do estado (34%).

Com relação ao associativismo, dentre os estabelecimentos agropecuários cerca de 43% aderem a algum tipo de associação. Esta aderência dos agricultores a algum tipo de associação coloca a região de Franca na oitava posição no *ranking* estadual desse aspecto. Além disso, 42,8% dos estabelecimentos agropecuários da região não acessam nenhum tipo de assistência técnica. Dentre os que o fazem, a maioria recorre a cooperativas ou a assessoria própria. É importante destacar a baixa participação da assessoria proveniente do Governo Federal.

Por fim, as atividades que mais se destacam na região são a pecuária (39,4%), a produção de lavouras permanentes (26,4) e temporárias (24,9%). Estas duas últimas têm participação maior na região do que na média estadual, e se mostram possíveis diferenciais em relação as demais regiões.

## 4. Dimensão Institucional

---

Este capítulo apresenta dados e informações a respeito da dimensão institucional na região e no Estado de São Paulo. Serão abordados e analisados os seguintes tópicos:

- ▣ Gestão Fiscal;
- ▣ Compras Governamentais;
- ▣ Associativismo e Cooperativismo; e
- ▣ Inclusão Produtiva.

Para cada um dos temas foram comparados, sempre que possível, indicadores da região e do Estado de São Paulo e, quando necessário, serão apresentadas as características dos municípios com o intuito de apresentar as potencialidades e os gargalos existentes na dimensão institucional. Importa observar que as informações coletadas na pesquisa primária com os municípios representam uma avaliação para o estado como um todo.

### 4.1 Fiscal

Entender os aspectos fiscais das regiões é parte fundamental dos mapeamentos das regiões do Estado de São Paulo. É importante compreender como é a situação orçamentária da região, pois ela explica muito do que acontece em outros indicadores como, por exemplo, saúde e educação. Além disso, saber quais são as fontes das receitas da região pode ajudar a explicar possíveis gargalos e pontos de política. Em adição a isso, temos também que entender como a região gasta os recursos pode também direcionar ações específicas e mais eficientes. É importante destacar que o uso de uma política que não considere as peculiaridades fiscais de uma determinada região pode gerar distorções, não gerar os efeitos desejados e muitas vezes gerar incentivos que levam a uma má alocação dos recursos públicos

Nos próximos subcapítulos serão apresentados aspectos relacionados tanto à receita, quanto às despesas. No que se refere à receita, serão apresentados dados *per capita*, como as diferentes fontes contribuem para o montante (receita própria, transferências federais, transferências estaduais, outras transferências públicas), além de algumas especificidades de municípios que compõem a região. Já em relação aos gastos, também serão apresentados os gastos por indivíduo, comparando com todas as regiões, e apresentar como essa despesa se divide entre saúde, educação, assistência social, agricultura e outros tipos de gastos.

### 4.1.1 Receitas

Inicialmente, é importante discutir, mesmo que de maneira breve, quais as principais fontes de receita dos municípios brasileiros. Uma característica importante das receitas municipais brasileiras é sua dependência da arrecadação tributária. Tomando como base o ano de 2018, em média, 66,14% das receitas municipais foram oriundas de transferência. Essas transferências incluem, entre outras coisas, o ICMS e do FPM (Fundo de Participação dos Municípios). A receita tributária municipal ainda é responsável, em média, por 19,07% das receitas total, com destaque para o ISS, que representa 9,18%.<sup>5</sup>

A redução na atividade econômica devido a medidas para contenção da contaminação por Covid-19, impactará negativamente a arrecadação tributária, que por sua vez tem efeito nas receitas municipais. Porém é difícil de quantificar o impacto das medidas restritivas sobre as receitas, devido às incertezas sobre evolução da pandemia nos municípios brasileiros e de como será a retomada econômica dos mesmos. Mas é importante ter em mente que o momento é de uma tendência clara de queda na receita dos municípios tanto no presente quanto no médio prazo, o que por sua vez inibirá o investimento municipal.

Em 2018, os municípios da região de Franca tiveram uma receita total de 2.316,52 milhões de reais, o que corresponde a 1,3% da soma das receitas de todos os municípios do Estado de São Paulo. A Figura 80 mostra que a região teve uma receita *per capita* (R\$ 3.037,00) menor do que a observada no

---

<sup>5</sup> Fonte: Observatório de Informações Municipais: <http://www.oim.tmunicipal.org.br/>  
129 / 237

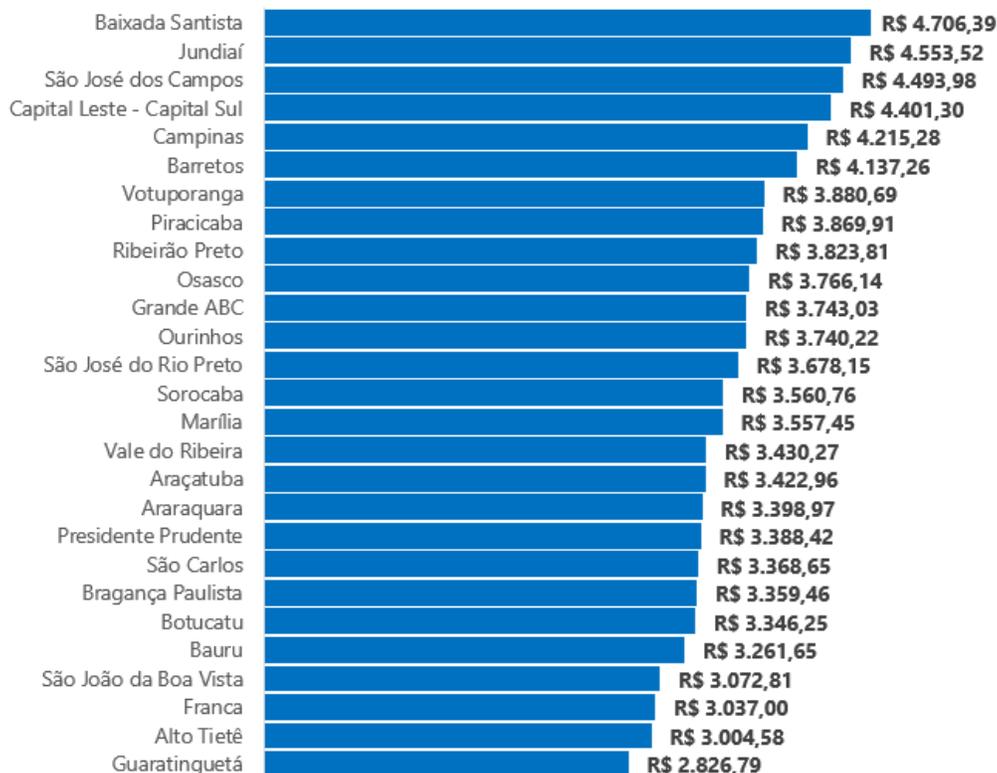
estado como um todo (R\$ 3.910,65). Ao olhar-se o *ranking* regional, apresentado na Figura 81, tem-se que Franca possui apenas a 25ª maior receita per capita entre as 27 regiões paulistas. Vale ressaltar que entre os municípios da região, existe uma grande heterogeneidade. Alguns municípios, como Rifaína (R\$ 7.883,62), Buritizal (R\$ 6.427,06) e Jeriquara (R\$ 5.445,23) possuem receita per-capita significativamente maior que a média da região (R\$ 4.128,50). A maior cidade da região, Franca também é uma cidade com uma receita per capita menor que a média, com um valor de R\$ 2.265,21

**Figura 80 – Receita Per-capita**



Fonte: Tesouro Nacional, 2018

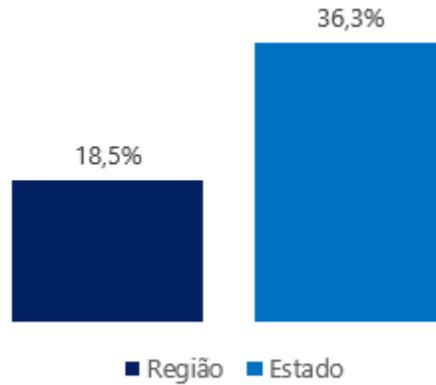
**Figura 81 – Ranking Regional - Receita Per-capita**



Fonte: Tesouro Nacional, 2018

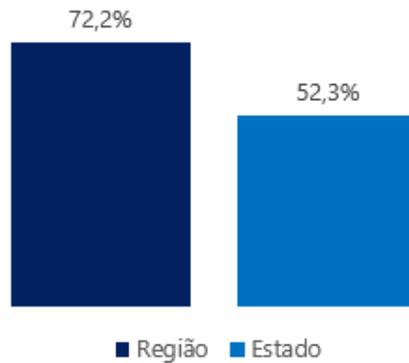
Como já mencionado, é importante entender-se o quanto a receita dos municípios da região depende de participação própria e de transferências. A Figura 82 mostra que a importância de receitas próprias nos municípios da região de Franca é muito abaixo do observado no restante do estado. Enquanto os municípios do estado possuem 36,3% do total da receita vindo do próprio município, na região de Franca esse percentual é inferior, 18,5%. Como esperado, é possível ver na Figura 83 que a região de Franca depende bastante das transferências. Cerca de 72,2% das receitas dos municípios da região em questão vem de transferências, enquanto esse número para o Estado de São Paulo é de 52,3%. Isso coloca a região de Franca como a oitava com maior dependência de transferências em termos de receita.

Figura 82 – Participação Da Receita Própria



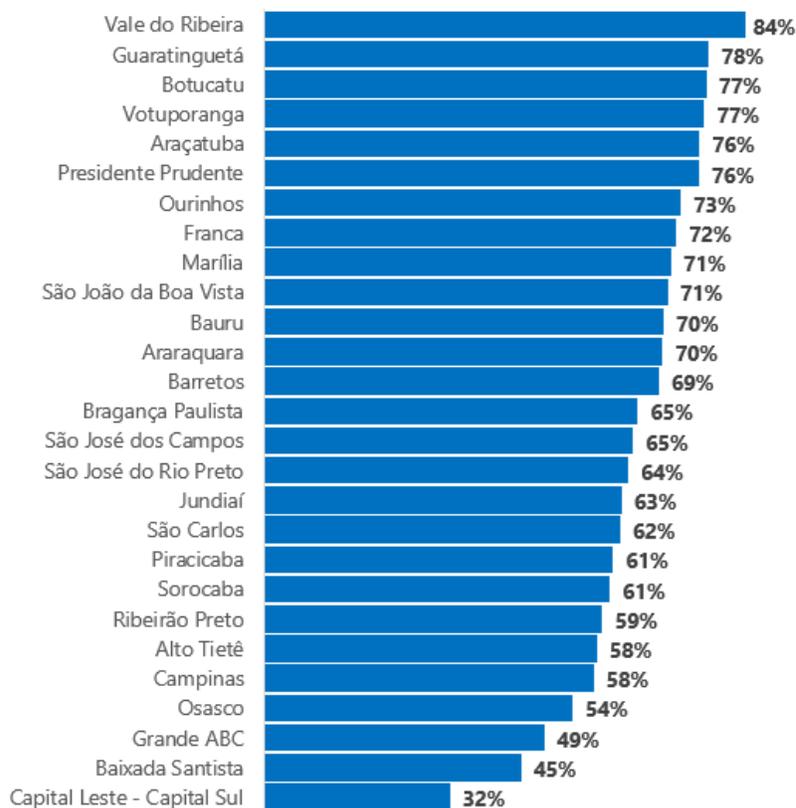
Fonte: Tesouro Nacional, 2018

Figura 83 – Participação Das Transferências



Fonte: Tesouro Nacional, 2018

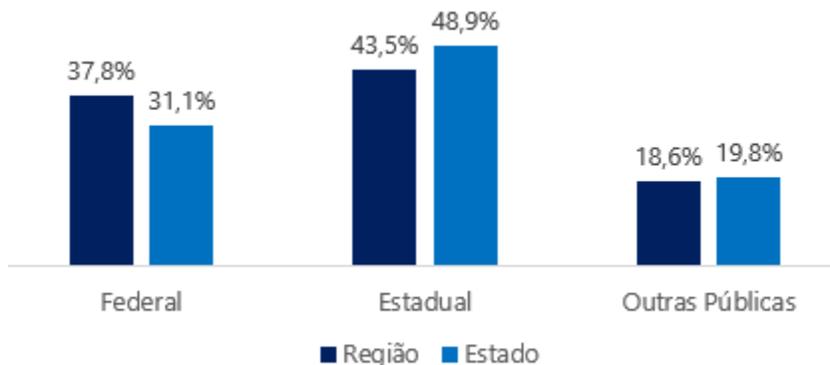
**Figura 84 – Ranking Dependência de Transferências**



Fonte: Tesouro Nacional, 2018

Outra peculiaridade da região de Franca é o fato de a composição das transferências recebidas serem diferentes do que ocorre no estado. Na região, as transferências estaduais e federais são de importância muito similar, respondendo, cada uma, respectivamente, por 43,5% e 37,8%. Enquanto isso, ao olhar-se para a totalidade dos municípios paulistas, vê-se que estes dependem majoritariamente de transferências estaduais, 48,9%, e as transferências federais tendo importância secundária, com 31,1% do total.

Figura 85 - Composição das Transferências<sup>6</sup>

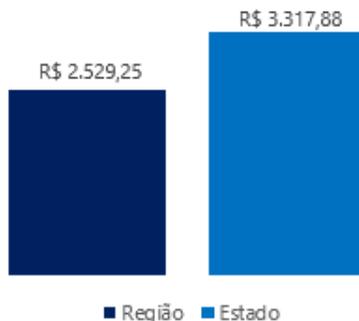


Fonte: Tesouro Nacional, 2018

## 4.1.2 Despesa

Agora serão apresentados os dados relativos aos gastos da região de Franca. Os 22 municípios da região são responsáveis por um gasto de R\$ 1.929,23 milhões, que representa 1,3% de todos gastos de todo o Estado. Ao levar-se em conta a sua população de 762.768, tem-se que a região apresenta um gasto de R\$ 2.529,25 por habitante da região, o que é menor do que o valor médio para todo o Estado de São Paulo (R\$ 3.317,68). Pode-se observar isso na Figura abaixo:

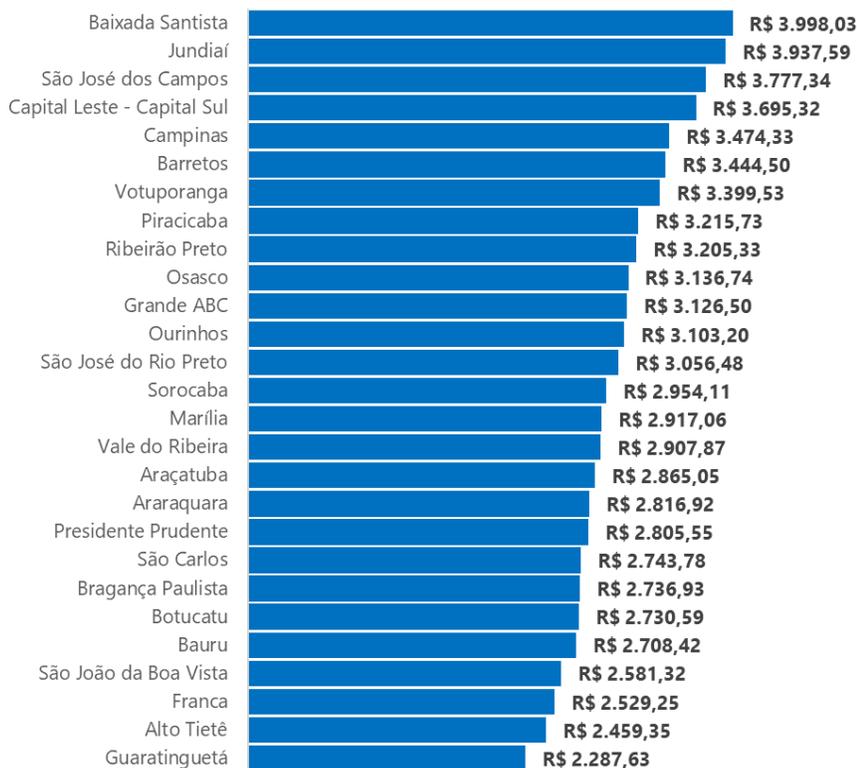
<sup>6</sup> A rubrica "Outras públicas inclui: i) Transferências de outras instituições públicas, específicas de Estados, DF e Municípios; ii) Transferências de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB; iii) Outras transferências multigovernamentais

Figura 86 – Despesa Corrente *Per Capita*

Fonte: Tesouro Nacional, 2018.

Em seguida, pode-se comparar as despesas correntes per capita da região de Franca em relação às outras 26 regiões. Ao fazer tal análise, percebe-se que a região ocupa a vigésima quinta colocação, a mesma que ocupa no *ranking* de receitas. Destaca-se alguns pontos sobre os municípios da região: o maior município da região, Franca, é aquele que apresenta o maior valor total de despesa corrente, com um total de R\$ 469.831.037,64. No entanto, ao controlar-se pela população, o município com o maior valor per capita é Rifaina, que também possui a maior receita per capita.

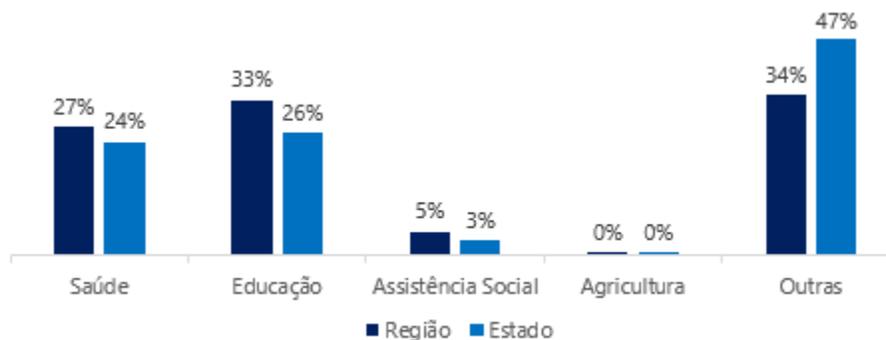
**Figura 87 – Ranking de Despesa Corrente Per Capita**



Fonte: Tesouro Nacional, 2018

Por fim, pode-se analisar o perfil das despesas em diferentes áreas na região de Franca. Conforme vê-se na Figura 88, a região gasta de forma muito semelhante do que o Estado como um todo nas dimensões de Saúde, Agricultura, Assistência Social e, em menor escala, Outras (que engloba, por exemplo, Transportes e Urbanismo). Em educação a região gasta um pouco mais (33%) que a média estadual (26%).

**Figura 88 – Composição de Despesa por Função**



Fonte: Tesouro Nacional, 2018

Ao analisar-se as despesas municipais, um ponto importante é verificar os gastos com pessoal do poder executivo municipal, normalmente responsável por uma grande parcela dos gastos. Essa informação é apresentada na Figura 89, como proporção da Receita Corrente Líquida (RCL). Nela vê-se que os municípios da região de Franca gastam 6% a mais com pessoal do que os municípios em todo o estado. Apesar de essa ser uma diferença considerável, para entender o quanto o gasto com pessoal compromete a situação fiscal do município, é relevante analisar-se quantos municípios cumprem a o limite imposto pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Para atender o dispositivo dessa lei, os municípios devem gastar menos que 54% da RCL com pessoal (incluindo os encargos sociais).

Mais especificamente, quando a despesa pessoal fica entre o percentual de 51,3% e 54%, o município está no chamado “Limite Prudencial”, e indica que o município está próximo ao teto estabelecido pela LRF. A partir desse patamar, o município passa a ter entraves para a criação de cargos, contratações e concessão de reajustes. Quando o município está acima do máximo permitido - mais que 60% da RCL – o município tem que corrigir os excessos em até 8 meses e caso não o faça, está sujeito a punições como ficar impossibilitado de receber transferências voluntárias e contratar operações de créditos, afetando diretamente as finanças públicas municipais.

A Tabela 28 mostra que 61% dos municípios da região de Franca estavam em conformidade com a LRF fiscal, enquanto em todo o estado, 74% dos municípios estavam abaixo do limite prudencial em

2018. Em todo Estado de São Paulo, apenas 8 estão acima do limite máximo. Destes nenhum deles pertenciam a região de Franca.

**Figura 89 – Participação de Despesas com Pessoal na Receita Corrente Líquida - Executivo**



Fonte: Tesouro Nacional, 2018

**Tabela 28 – Apuramento do cumprimento legal da LRF**

Distribuição dos Municípios	Total de Municípios	%	Total de Municípios	%
Em conformidade	14	61%	476	74%
Acima do Limite Prudencial (54%)	-	0%	25	4%
Acima do Limite de Alerta (57%)	-	0%	10	2%
Acima do Limite Máximo (60%)	-	0%	8	1%
Sem Informação	9	39%	126	20%
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>100%</b>	<b>645</b>	<b>100%</b>

Fonte: Tesouro Nacional, 2018

### 4.1.3 Capacidade de Pagamento

Neste subcapítulo serão analisadas as informações relativas à situação fiscal dos municípios em relação à sua capacidade de pagamento e também sua situação fiscal, extraídos das bases de dados do Tesouro Nacional. Segundo descrição do Tesouro:

“A análise da capacidade de pagamento apura a situação fiscal dos Entes Subnacionais que querem contrair novos empréstimos com garantia da União. O intuito da Capag é apresentar de forma simples e transparente se um novo endividamento representa risco de crédito para o

138 / 237

FGV Projetos CE Nº 1156/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

Tesouro Nacional. A metodologia do cálculo, dada pela Portaria MF nº 501/2017, é composta por três indicadores: endividamento, poupança corrente e índice de liquidez. Logo, avaliando o grau de solvência, a relação entre receitas e despesa correntes e a situação de caixa, faz-se diagnóstico da saúde fiscal do Estado ou Município. Os conceitos e variáveis utilizadas e os procedimentos a serem adotados na análise da CAPAG foram definidos na Portaria STN nº 882/2018<sup>7</sup>.

Ressalta-se nesse sentido que, para qualquer operação de crédito das quais os entes subnacionais dependam de garantias ou aval da União, a CAPAG é o parâmetro de risco de crédito. A metodologia, bem como as descrições das análises de suficiência são objeto da Portaria nº 501, de 23 de novembro de 2017.

A Portaria destaca três requisitos de elegibilidade uma análise de pedido de verificação dos limites e condições de operação de crédito:

- ▣ Que o ente pleiteante tenha capacidade de pagamento calculada e classificada como A ou B;
- ▣ Que haja comprovação de suficiência das contra garantias oferecidas à União.
  - ▣ No caso dos municípios são: 1) IRRF - arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, pelos Municípios, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem; 2) ITR - participação na arrecadação do imposto sobre a propriedade territorial rural; 3) IPVA - participação na arrecadação do imposto sobre a propriedade de veículos automotores; 4) ICMS - participação na arrecadação do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação e; 5) FPM - Fundo de Participação dos Municípios<sup>8</sup>.
- ▣ Que haja manifestação favorável quanto ao custo efetivo da operação de crédito<sup>9</sup>.

---

<sup>7</sup> Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>

<sup>8</sup> a) receitas próprias a que se refere o art. 156 da Constituição Federal; b) recursos a que se refere o art. 158 da Constituição Federal e c) recursos a que se referem o inciso I, "b" do art. 159 da Constituição Federal.

<sup>9</sup> Art. 9º O custo efetivo máximo aceitável das operações de crédito garantidas pela União será determinado com base em metodologia a ser definida pela STN.

A CAPAG será determinada a partir da combinação das classificações parciais dos três indicadores:

- ▣ Indicador de Endividamento;
- ▣ Indicador de Poupança Corrente; e
- ▣ Indicador de Liquidez.

A nota final da CAPAG é determinada pela composição destes 3 indicadores, conforme tabela abaixo:

**Tabela 29 – Tabela de atribuição de notas para a Capacidade de Pagamento (CAPAG).**

Classificação Parcial dos Indicadores			Classificação Final da CAPAG
Endividamento	Poupança Corrente	Liquidez	
A	A	A	A
B	A	A	B
C	A	A	
A	B	A	
B	B	A	
C	B	A	
C	C	C	D
Demais Combinações			C

Fonte: Tesouro Nacional, 2020

Nesse sentido, pode-se observar a partir de informações obtidas da base do Tesouro Nacional - dados para o segundo quadrimestre de 2020 - a distribuição dos municípios da região por notas da CAPAG.

A Tabela 30 apresenta esses dados, comparando os municípios da região com todos os municípios do estado. Observa-se que 4% dos municípios da região de Franca possuem nota final A uma proporção menor do encontrado para o Estado de São Paulo como um todo, que é 10%. A região em questão tem uma proporção pouco menor de municípios com nota final A ou B: 17% dos municípios da região alcançaram uma dessas notas contra 30% dos municípios do estado. Ao analisar cada indicador separadamente, nota-se que a região de Franca possui uma distribuição de notas de Liquidez parecida com a do estado, e notas de Poupança corrente ligeiramente mais desfavoráveis. Para o indicador de

Endividamento, a região possui 91% dos municípios com nota A enquanto esse percentual no estado é de 82%.

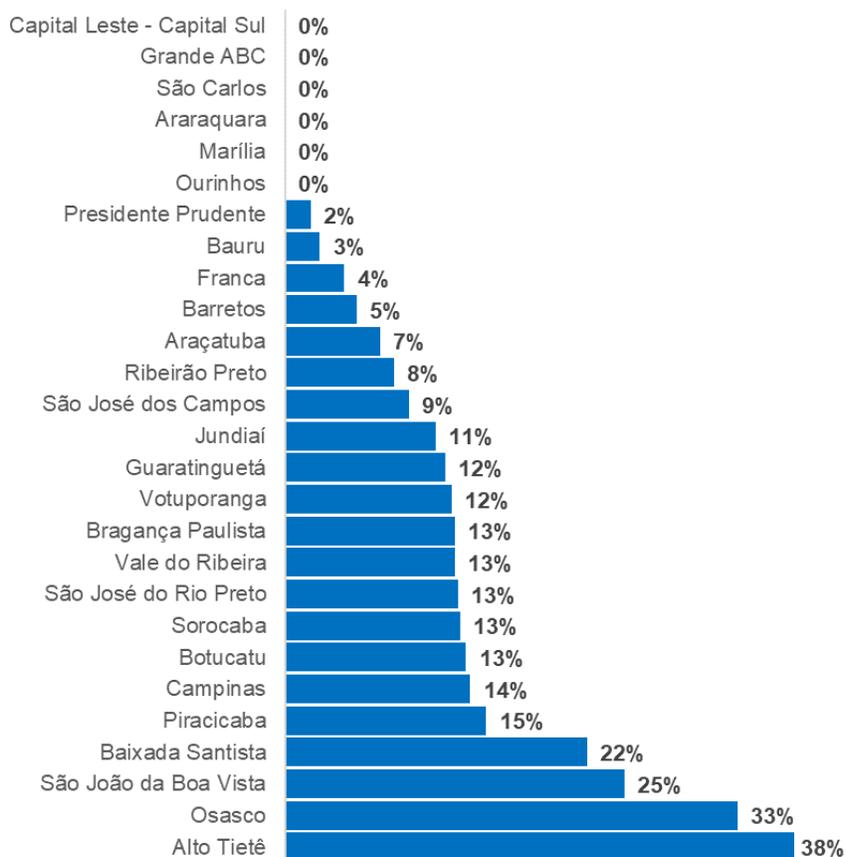
O desempenho no quesito de poupança corrente pode explicar a má colocação da região de Franca no *ranking* estadual proporção de municípios com nota CAPAG A, apresentado na Figura 90. A décima nona colocação nesse *ranking* se deve muito provavelmente ao fato de que região tem sempre uma proporção levemente inferior de municípios com notas A no indicador de poupança do que o observado no restante do estado.

**Tabela 30 – Distribuição por Notas CAPAG dos Municípios da Região e do Estado de São Paulo**

Notas dos Indicadores CAPAG	Total de Municípios da Região	(%)	Total de Municípios do Estado	%	Comparativo Estadual
<b>Indicador de Endividamento</b>					
A	21	91%	529	82%	4,0%
B	1	4%	19	3%	5,3%
C	-	0%	-	0%	0,0%
Sem registro	1	4%	97	15%	1,0%
<b>Indicador de Poupança Corrente</b>					
A	2	9%	110	17%	1,8%
B	7	30%	223	35%	3,1%
C	13	57%	259	40%	5,0%
Sem registro	1	4%	53	8%	1,9%
<b>Indicador de Liquidez</b>					
A	13	57%	357	55%	3,6%
B	-	0%	-	0%	0,0%
C	6	26%	198	31%	3,0%
Sem registro	4	17%	90	14%	4,4%
<b>Nota Final CAPAG</b>					
A	1	4%	64	10%	1,6%
B	3	13%	130	20%	2,3%
C	14	61%	269	42%	5,2%
Sem registro	5	22%	182	28%	2,7%

Fonte: Tesouro Nacional, 2020

**Figura 90 – Ranking da proporção de municípios regionais com Nota CAPAG A**



Fonte: Tesouro Nacional, 2020

#### 4.1.4 Considerações finais sobre a componente Fiscal dos Municípios

Com relação à situação fiscal, a região de Franca se mostra com um nível de receita per capita abaixo da média estadual, e com grande heterogeneidade nesse aspecto entre seus municípios. Em média, a região possui uma participação das receitas próprias menor que a média do Estado de São Paulo. Cabe ressaltar que ao analisar-se a composição das transferências na região, observa-se que, para o ano de 2018, o percentual de transferências estaduais foi semelhante ao percentual de transferências federais. Esse padrão é diferente do restante do Estado de São Paulo como um todo, em que as transferências estaduais possuem um maior peso nas transferências recebidas pelos municípios.

Do ponto de vista das despesas pode-se notar que a região de Franca tem um valor de gastos per capita inferior ao restante do estado de São Paulo. Em comparação às demais regiões, tem-se que esse valor é um dos menores do estado, ocupando a 25ª colocação, mesma posição no *ranking* de receitas. Ao analisar-se o perfil de gastos, percebe-se uma semelhança em relação à distribuição que encontra-se no Estado. A região possui um maior percentual de gasto com pessoal como proporção da receita corrente líquida que a totalidade do estado. Apesar disso, todos os 14 municípios que possuem informação estão de acordo com o cumprimento legal da lei de responsabilidade fiscal.

Por fim, os indicadores de capacidade de pagamento das finanças municipais mostram que a região possui uma proporção de municípios com nota CAPAG final abaixo da média estadual, e isso se deve à diferença entre municípios da região e do estado com essa nota no indicador de poupança corrente.

## 4.2 Gestão Municipal

Com a nova Constituição Federal do país promulgada em 1988, o federalismo brasileiro passou a se organizar de forma cada vez mais descentralizada, de forma que os governos subnacionais assumiram mais responsabilidades, principalmente nas políticas públicas de assistência social (saúde, educação e assistência social), especialmente no nível municipal.

Quanto à gestão administrativa, mais autonomia exige mais capacidade e qualidade técnica e organizacional das prefeituras. Assim, a descentralização prevista na Constituição possibilitou, no campo das políticas sociais, a existência de características cooperativas no federalismo brasileiro<sup>10</sup>. O artigo 23 da Nova Carta estabeleceu como tarefa comum da União, dos estados e dos municípios importantes áreas de políticas públicas, como saúde, assistência social, educação, cultura, habitação e saneamento, meio ambiente, redução da pobreza, etc.

---

10 Abrucio, Fernando Luiz e Sano, Hironobu (2013). *Associativismo Intergovernamental: experiências brasileiras*". Luciana de Oliveira Garcia, Nelcilândia Pereira de Oliveira e Samuel A. Antero (orgs.). Fundação Instituto para o Fortalecimento das Capacidades Institucionais; Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Brasília-DF: Editora IABS.

Ao mesmo tempo, atribuiu forte poder regulatório nas mãos do governo federal para direcionar o processo de descentralização com efeitos duradouros, principalmente no que se refere às características das administrações municipais<sup>11</sup>. De forma especial, e em linha com o tema do capítulo, segundo Grin e Abrucio (2018)<sup>12</sup>: ao instituir uma Federação, o Brasil ampliou a autonomia municipal, mas também ampliou seus poderes comuns com a União e os estados. Este novo estatuto passou a exigir mais capacidade administrativa, visto que a descentralização das políticas aumentou as necessidades de organização e prestação de serviços locais.

A demanda gerencial municipal tornou-se efeito imprevisto de descentralização que cresceu conforme as atribuições foram assumidos localmente<sup>13</sup>. Portanto, é necessário considerar a baixa qualidade das burocracias municipais diante do hiato entre as novas responsabilidades que a descentralização proporcionou e suas capacidades instalado<sup>14</sup>. A descentralização coexiste com a existência de municípios com estrutura administrativa precária e financeiro e seu sucesso é condicionado por essas limitações para responder às atribuições assumidas<sup>15</sup>.

## 4.2.1 Instrumentos de Planejamento

Uma forma de abordagem para avaliar capacidades de gestão em nível municipal é a existência de setores de planejamento. Um *proxy* nessa direção, é a formulação de planos setoriais em algumas políticas públicas, conforme mostra a Figura 90. Como pode ser visto, são poucas as áreas com cultura de planejamento mais disseminada, como é o caso da Saúde. Mas há também um aspecto adicional: nessas políticas, ter planejamento é um dos critérios para o recebimento de transferências intergovernamentais, o que implica a existência de muitos mais planos formais que são efetivamente coordenados por uma unidade de gestão. O mesmo explica os resultados para a educação, uma vez que existe legislação federal que exige isso dos municípios.

---

11 Grin, Eduardo José Grin (2014). *Trajetória e avaliação dos Programas Federais Brasileiros voltados a promover a eficiência administrativa e fiscal dos municípios*. Revista de Administração Pública, v. 48, n. 2, Mar./abr., pp. 459-480.

12 Grin, Eduardo José J e Abrucio, Fernando Luiz (2018). *Las capacidades estatales de los municipios brasileños en un contexto de descentralización de políticas*. Reforma y Democracia, 70, febrero, pp. 93-126.

13 Souza, Celina y Carvalho, Inaiá M. M. (1999). *Reforma do Estado, descentralização e desigualdades*. Lua Nova, N° 48, pp. 187-213.

14 Melo, Marcus André (1996). *Crise federativa, guerra fiscal e 'hobbesianismo municipal': efeitos perversos da descentralização?* São Paulo em Perspectiva, Vol. 10 N° 3, pp. 11-20.

15 Kugelmas, Eduardo y Sola, Lourdes (1999). *Recentralização/descentralização: dinâmica do regime federativo no Brasil dos anos 90*. Tempo Social: Revista de Sociologia da USP, Vol. 11 N° 2, pp. 63-83.

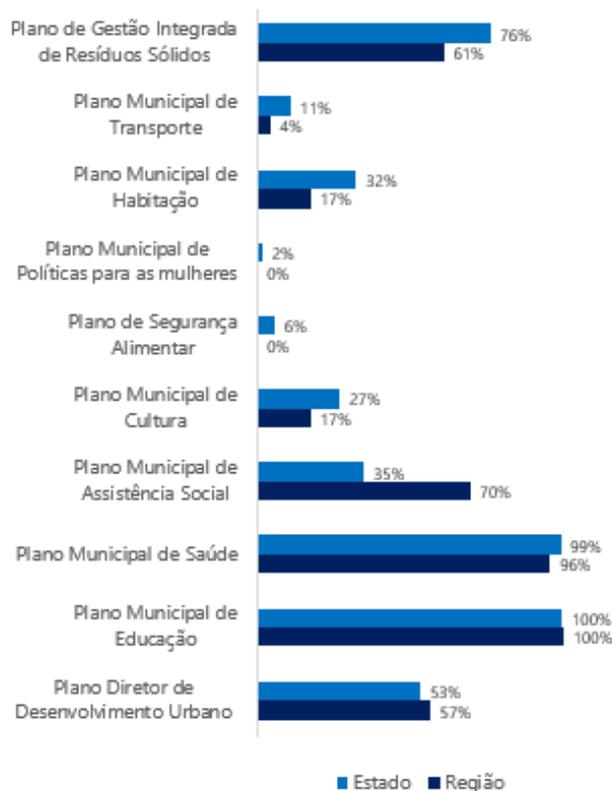
A situação dos resíduos sólidos é semelhante, já que a Lei Nacional de 2010 obriga os municípios a implementarem suas políticas municipais sendo que tais políticas podem ter impacto direto nos temas voltados ao **Associativismo e Cooperativismo**, especialmente aqueles voltados às cooperativas de material reciclável. Em suma, a lógica do planejamento nos municípios é mais setorial e muito mais estimulada pela legislação federal do que sistêmica e elaborada como uma política autônoma dos municípios. Nas áreas onde prevalece a discricionariedade do governo local (segurança alimentar, transporte e políticas para as mulheres) a existência de planejamento é bem menor.

Na área da cultura e habitação, setores em que existe ou houve por um período incentivos mais organizados do governo federal (e.g. Sistema Nacional de Cultura e o PAC e o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social), os números são mais altos. Todavia, mesmo nessas duas políticas, a quantidade de cidades com planos setoriais corresponde a menos de 50% do total regional. No caso do Plano Diretor Municipal, vale registrar que, conforme o Estatuto das Cidades<sup>16</sup>, trata-se de uma obrigatoriedade apenas para as cidades com mais de 20 mil habitantes.

---

<sup>16</sup> Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001.

**Figura 91 – Existência de Planos Setoriais nos municípios por Tema**



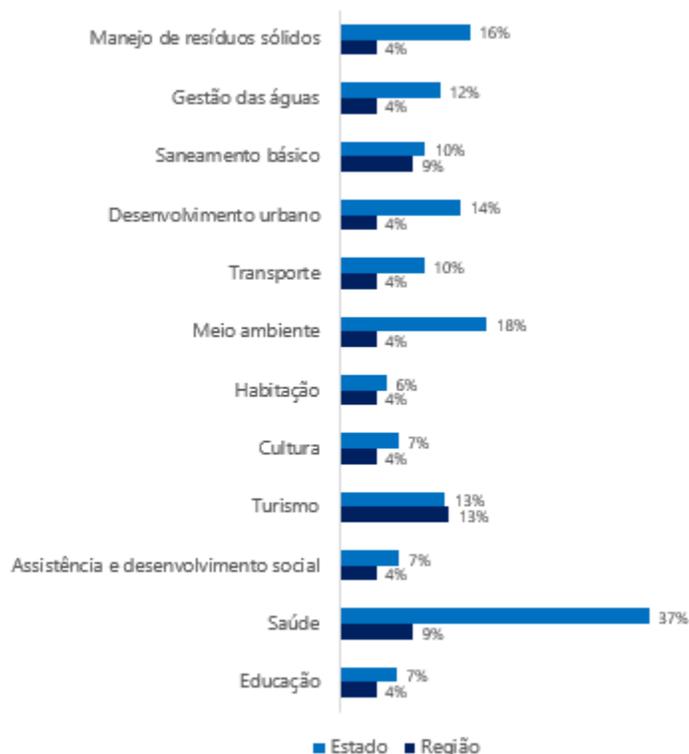
Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2017, IBGE.

Finalizando, levantamento realizado pelo SEBRAE-SP aponta que todos os municípios da região participavam de pelo menos 1 (um) consórcio multifinalitário.

#### 4.2.2 Participação em Consórcios

A realidade dos consórcios – temática correlata as **Relações Institucionais** - na região de Franca difere dos municípios brasileiros e mesmo da média das localidades paulistas. Saúde é área na qual mais há cidades consorciadas no Brasil, o que corresponde à realidade dessa região. Por outro lado, chama atenção o baixo número de cidades consorciadas nesta área (9%), um número muito inferior à situação estadual (37% das cidades). Saneamento também se mostra uma área com uma proporção importante de cidades consorciadas (9%) e mais próximo da realidade estadual (10%).

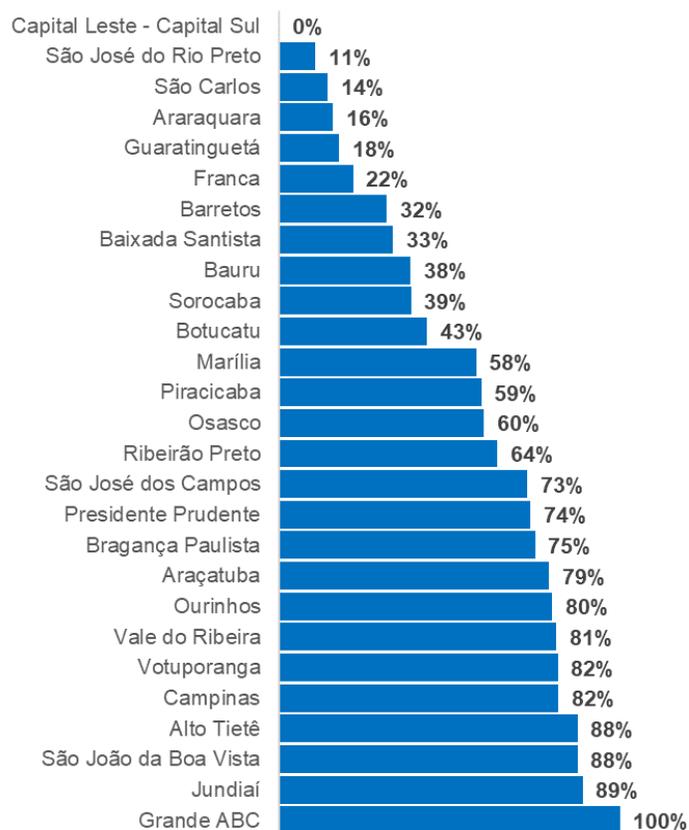
Figura 92 – Municípios participantes de Consórcio Municipal por Tema



Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2015, IBGE.

Em resumo, baseado nos dados apresentados, a região de Franca possui, de forma geral, uma menor propensão ao consorciamento que a média estadual, ao menos para as políticas acima descritas. Com apenas 22% dos municípios participando de ao menos 1 consórcio, Franca ocupa apenas a 22ª nesse *ranking*, como mostrado na Figura 93. Esse indicador é importante como referência para a atuação do SEBRAE-SP visando identificar que estímulos estão por trás do interesse do consorciamento de forma a buscar expandi-lo.

**Figura 93 – Proporção de Municípios de cada região de articuladores que participam de pelo menos 1 consórcio**



Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2015, IBGE.

### 4.2.3 Políticas para Micro e Pequenas Empresas

A Lei Geral<sup>17</sup> estabelece as normas gerais relativas ao tratamento e favorecimento dispensado às Microempresas (ME) e às Empresas de Pequeno Porte (EPP) no âmbito dos poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. Entre os seus benefícios estão: i) regime unificado de apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive com simplificação das obrigações fiscais acessórias; ii) desoneração tributária das

<sup>17</sup> Estatuto Nacional das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte. Instituída pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006

receitas de exportação e substituição tributária; iii) dispensa do cumprimento de certas obrigações trabalhistas e previdenciárias; iv) simplificação do processo de abertura, alteração e encerramento das MPE; v) facilitação do acesso ao crédito e ao mercado; vi) preferência nas compras públicas; vii) estímulo à inovação tecnológica; viii) incentivo ao associativismo na formação de consórcios para fomentação de negócios; ix) incentivo à formação de consórcios para acesso a serviços de segurança e medicina do trabalho; x) regulamentação da figura do pequeno empresário, criando condições para sua formalização; xi) parcelamento de dívidas tributárias para adesão ao Simples Nacional.

Assim, esta Lei é um importante mecanismo normativo e de regulação da gestão municipal perpassando diversos eixos prioritários de atuação do SEBRAE: **Desenvolvimento local e regional; Agentes de Desenvolvimento; Desburocratização e Melhoria do Ambiente de Negócios; e Legislações de desburocratização e fortalecimento das micro e pequenas empresas.** Na prática, a Lei Geral busca modernizar as relações entre as MPEs e a gestão pública tendo como uma das suas metas mobilizadoras a implementação da Lei pelo Poder Público Municipal.

Dada a importância da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, o Sebrae Nacional desenvolveu o projeto **Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros**<sup>18</sup>. Este “monitor” tem como objetivo acompanhar - ao nível municipal - o desenvolvimento de ações que fomentem: o aumento de renda via **uso do poder de compra**; a modernização de seus processos de abertura e baixa de registros empresariais (**desburocratização**); e a institucionalização do **Agente de Desenvolvimento**. Neste sentido, este subcapítulo explora as informações disponibilizadas pelo SEBRAE Nacional e busca contextualizar a região de Franca comparando-a com as informações estaduais e demais regiões de articuladores. Importante ressaltar que estas informações estão defasadas no tempo e, com isso, a proposta analítica aqui apresentada é subsidiar e indicar o panorama observado no passado para os indicadores e fomentar a discussão futura com os atores locais que participarão das oficinas de formulação da agenda.

---

<sup>18</sup> <http://app.pr.sebrae.com.br/leigeralnacional/Home.do>

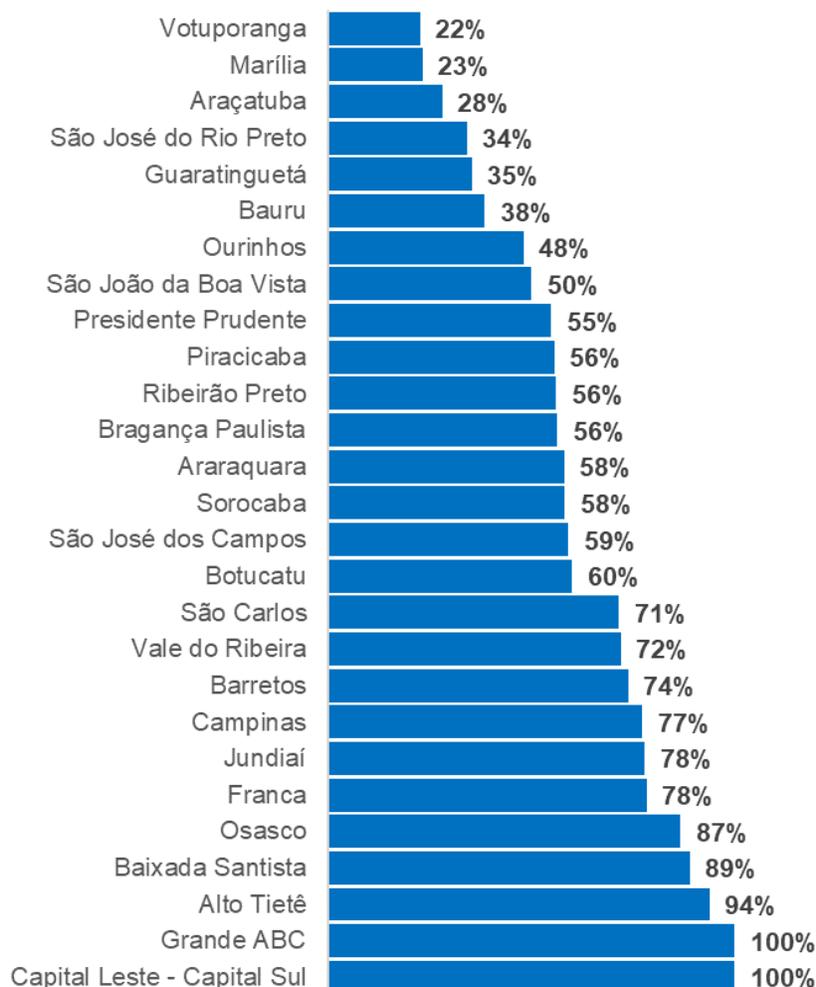
Tabela 31 – instrumentos existentes na Região e no Estado

Pergunta	Região	(%)	Estado	(%)
<b>Implementa a Lei Geral*</b>				
Sim	18	78%	341	53%
Não	5	22%	304	47%
<b>Políticas de Desenvolvimento Implantadas*</b>				
Sim	1	4%	45	7%
Não	22	96%	600	93%
<b>Implementa a Rede Simples*</b>				
Sim	-	0%	-	0%
Não	23	100%	645	100%
<b>Via Rápida Empresa, em 03.08.2020**</b>				
Sim	20	87%	444	69%
Não	3	13%	201	31%
<b>Existência de Sala do Empreendedor/SEBRAE Aqui**</b>				
Sim, tem ambos	6	26%	155	24%
Sim, tem Sala do Empreendedor	4	17%	95	15%
Sim, tem SEBRAE Aqui	3	13%	62	10%
Não	10	43%	333	52%

Fonte: Monitoramento da Implementação de Lei Geral nos Municípios Brasileiros, SEBRAE, 2014\*, UPPRI, SEBRAE-SP, 2020\*\*

De forma geral, a região não possui um desempenho alinhado com a média estadual. Especificamente, a Lei Geral é uma área em que a região de Franca desempenha melhor do que a média estadual. Dos 23 municípios que compõem a região 18 (78%) implementaram a Lei Geral, acima do nível estadual de implementação de 53%. O comparativo com as demais regiões de articuladores, apresentado na Figura 94, é eloquente: a região de Franca está na sexta posição neste quesito. Este é mais um tópico que pode orientar as ações de suporte técnico do SEBRAE-SP. Tais considerações são ainda mais importantes para que os articuladores disponham de uma leitura alinhada com a realidade de suas regiões de atuação. Complementarmente, as aplicações de políticas de **desenvolvimento local** são baixas, vale observar se há fatores particulares da região que podem explicar que nenhuma das cidades as têm implementada - contexto este diferente ao apresentado pelo Estado com nível de implementação de 7%.

**Figura 94 – Comparação da Proporção de Municípios com a Lei Geral Implementada entre as Regiões de Articuladores**

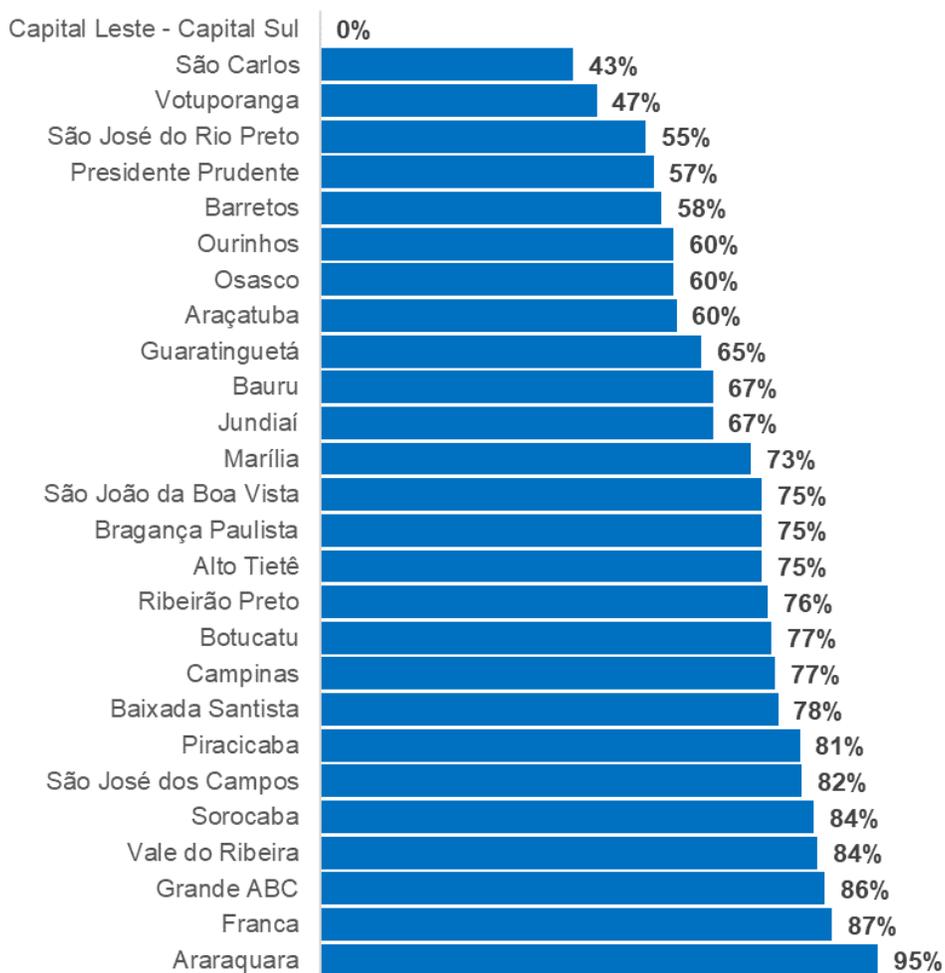


Fonte: Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros, SEBRAE, 2014.

O Via Rápida Empresa é um programa do Governo do Estado de São Paulo com objetivo de facilitar e **desburocratizar** o registro, o licenciamento e a regularização empresarial. Para tal objetivo, o Via Rápida Empresa integra o Cadastro *Web* e o Sistema Integrado de Licenciamento (SIL) e espera-se que para atividades econômicas de baixo risco as empresas possam ser abertas em até 5 (cinco) dias. Na região de Franca, 20 municípios (87%) têm este mecanismo implementado. Comparada ao Estado, com nível de implementação de 69%, a região desempenha melhor. Além disso, comparada às demais

regiões de articuladores, Franca se coloca como a segunda região nesse *ranking*. Portanto, essa é uma característica relevante ao se pensar em políticas para a região.

**Figura 95 – Comparação da Proporção de Municípios com Via Rápida Empresa entre as Regiões de Articuladores**

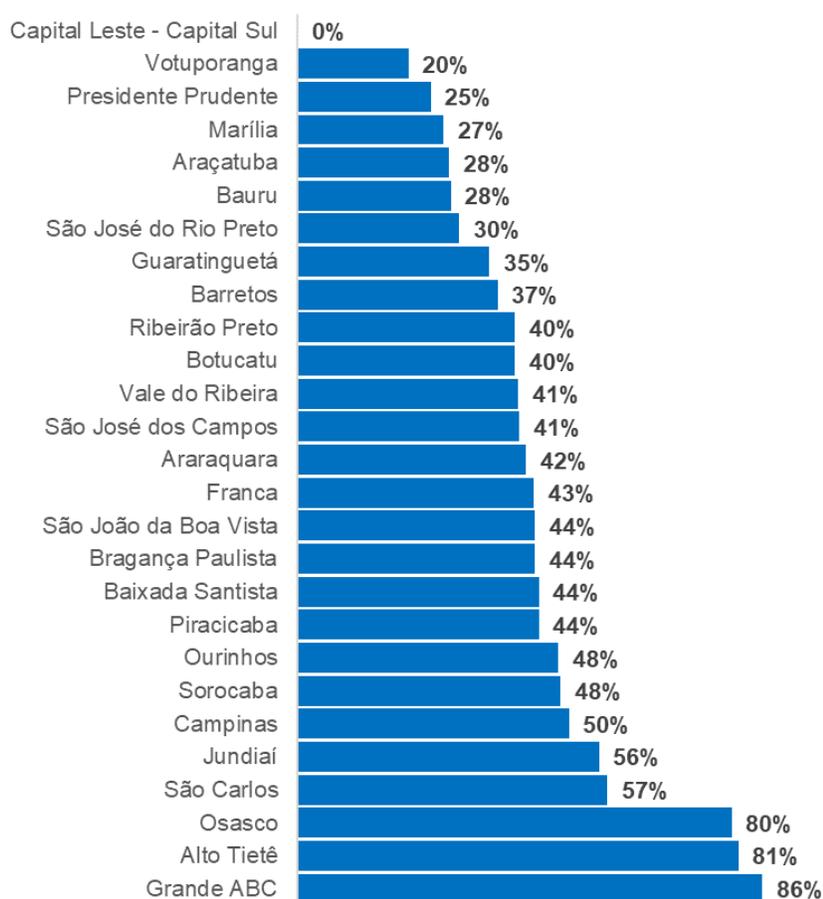


Fonte: UPPRI, SEBRAE-SP, 2020.

No tocante à gestão municipal, se destaca o programa Sala do Empreendedor que consiste em locais de atendimento disponibilizados pelas Prefeituras Municipais voltados à facilitação e orientação do público nos processos de abertura, regularização e baixa de empresas. Novamente, a região de Franca

apresenta baixos níveis de implementação deste mecanismo em seus municípios, com a Sala do Empreendedor implementada em apenas 10 (43%). Isso coloca a região em uma posição intermediária no *ranking* regional. Se considerar-se que este indicador é de 39% para o Estado e os altos níveis de implementação nas regiões de Osasco (80%), Alto Tietê (81%) e do Grande ABC (86%) pode-se concluir que a parceria e orientação do SEBRAE é de importância para superar esta limitação e aprimorar a infraestrutura e a gestão empresarial dos municípios alinhada à promoção de políticas e da cultura do empreendedorismo na região.

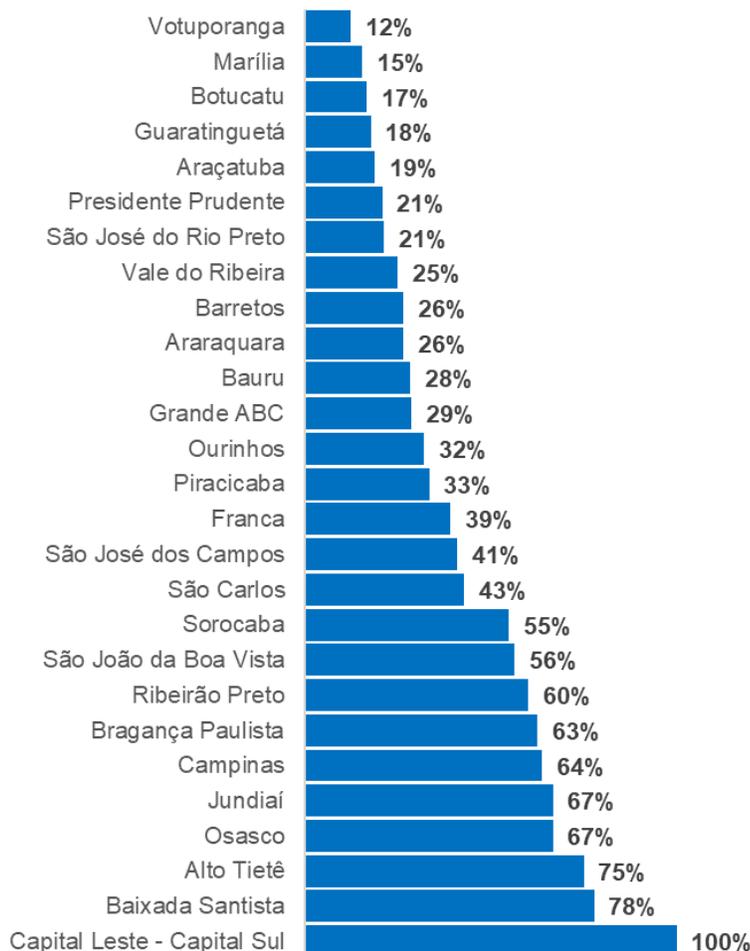
**Figura 96 – Comparação da Proporção de Municípios com Sala do Empreendedor entre as Regiões de Articuladores**



Fonte: UPPRI, SEBRAE-SP, 2020.

Nesse sentido, a atuação do SEBRAE em parceria nas Sala do Empreendedor é importante para a promoção e desenvolvimento das políticas de formalização empresarial, melhoria da gestão e do ambiente de negócios. Porém, a região de Franca apresenta posição intermediária em termos de cobertura e presença de unidades do SEBRAE Aqui nos territórios municipais, conforme pode ser observado na Figura abaixo. É importante observar o contraste relativo entre a presença do SEBRAE Aqui em algumas regiões comparativamente as demais.

**Figura 97 – Comparação da Proporção de Municípios com presença do SEBRAE Aqui entre as Regiões de Articuladores**



Fonte: UPPRI, SEBRAE-SP, 2020.

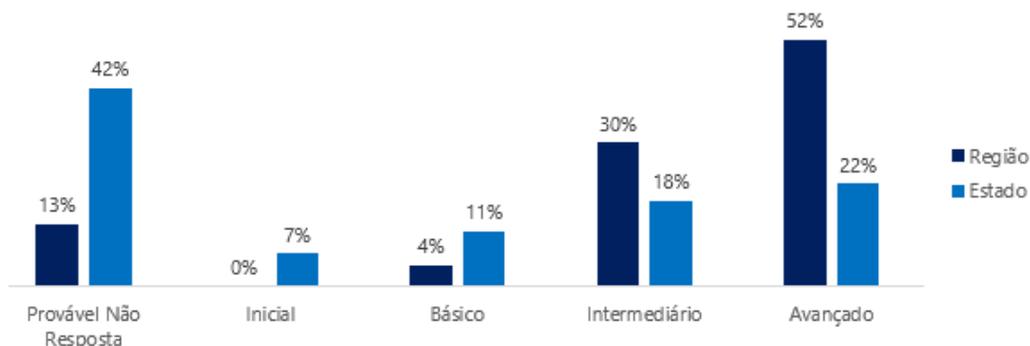
Como resultado dos levantamentos realizados pelo SEBRAE Nacional no seu projeto de Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros, são disponibilizados alguns indicadores de resultados. Estes indicadores são orientados para mensurar o nível de qualificação de políticas prioritárias e calculados através das respostas de perguntas temáticas prioritárias realizadas em pesquisa junto aos municípios. Cada um destes indicadores é classificado em 4 (quatro categorias) categorias de desenvolvimento: i) inicial; ii) básico; iii) intermediário e iv) avançado. Para este diagnóstico foi criada uma categoria extra denominada “Provável não Resposta”, pois, os dados disponibilizados não permitem inferir qual município não respondeu às perguntas prioritárias e conseqüentemente não teve seu indicador calculado.

O primeiro indicador avaliado é o **Uso do Poder de Compras**. Este indicador tem as seguintes perguntas chave para a sua mensuração:

- ▣ A prefeitura realiza licitações exclusivas para participação de MPE nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)?
- ▣ A prefeitura exige dos licitantes a subcontratação de MPE, até o limite de 30% (trinta por cento) do total licitado (valor do objeto licitado)?
- ▣ Na aquisição de bens e serviços de natureza divisível, a prefeitura estabelece cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de MPE?
- ▣ Qual a participação das MPE nas compras totais do município?

A região de Franca encontra-se em uma situação boa em relação à média estadual, em todos os níveis. A região apresenta 82% de seus municípios se considerar-se os níveis intermediário e avançado contra 40% para os municípios do Estado. Chama atenção os percentuais menores de não resposta na região do que o observado no restante do estado. Dado o alto percentual de não resposta do estado, esse comparativo deve ser feito com cautela.

**Figura 98 – Distribuição dos Municípios da Região por classes do indicador de Uso do Poder de Compras**



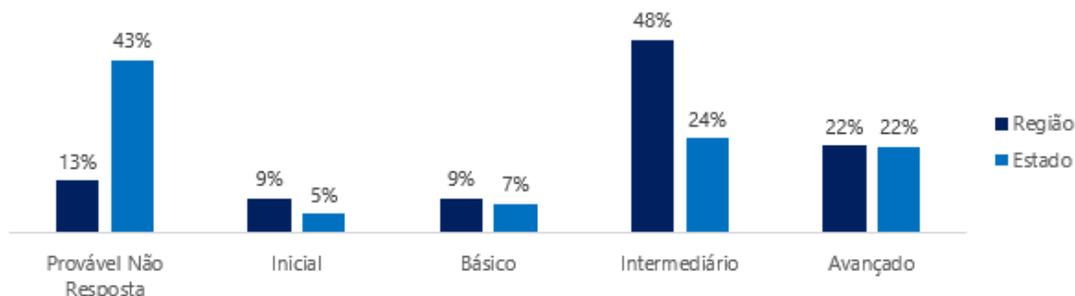
Fonte: Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros, SEBRAE, 2014.

O segundo indicador avaliado é o indicador de **Desburocratização**. Este indicador tem as seguintes perguntas chave para a sua mensuração:

- ▣ A prefeitura especificou quais atividades e seus respectivos graus de risco?
- ▣ A prefeitura concede o Alvará de Funcionamento Provisório para atividades classificadas como de baixo/médio risco?
- ▣ Qual o tempo médio de abertura de empresas, no que tange às responsabilidades do município?

Nesse indicador, a região de Franca encontra-se avançado em relação à média estadual, sobretudo nos níveis básico, intermediário e avançado. A região apresenta 70% de seus municípios se considerarem-se os níveis intermediário e avançado contra 46% para os municípios do Estado. Ressalta-se novamente que os elevados percentuais de não resposta podem gerar inferências erradas para essa comparação.

**Figura 99 – Distribuição dos Municípios da Região por classes do indicador de Desburocratização**



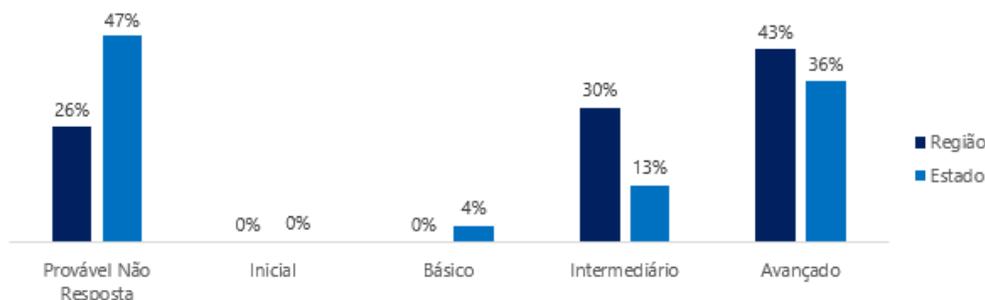
Fonte: Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros, SEBRAE, 2014.

O terceiro indicador avaliado é o indicador de **Agente de Desenvolvimento**. Este indicador tem a seguinte pergunta chave para a sua mensuração:

- A prefeitura designou um plano de trabalho efetivo para o Agente de Desenvolvimento?

A região de Franca encontra-se em melhor posição em relação à média estadual, sobretudo nos níveis intermediário e avançado. Apresenta 73% de seus municípios nos níveis intermediário e avançado contra 49% no comparativo Estadual. Dada a importância dos **Agentes de Desenvolvimento** nas políticas propostas pelo SEBRAE-SP é importante conseguir junto ao SEBRAE Nacional o detalhamento deste Monitoramento e das respostas dos questionários aplicados para se obter maior acurácia nas estimativas destes indicadores.

**Figura 100 – Distribuição dos Municípios da Região por classes do indicador de Agente de Desenvolvimento**



Fonte: Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros, SEBRAE, 2014.

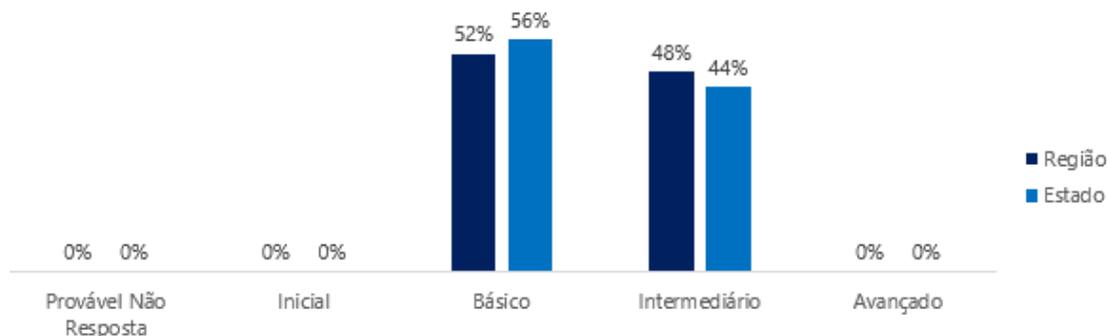
Por fim, o último indicador se refere à **Rede Simples**. Tal indicador foi obtido através das seguintes perguntas chaves:

- O município simplificou e integrou seus processos de abertura de empresas?
- O município considera a atividade empresarial para analisar e responder às consultas de endereço?
- A resposta da consulta de viabilidade é feita pela internet (digitalmente)?
- A resposta da consulta de viabilidade é feita em até 48 horas?
- A consulta de viabilidade é feita de maneira gratuita?

A Rede Simples – programa do Governo Federal - desempenha importante papel nos processos de desburocratização para a abertura de empresas. É importante notar que o levantamento realizado pelo SEBRAE Nacional aponta que nenhum município do Estado possui Rede Simples implementada (ver Tabela 31).

Quanto ao indicador proposto pelo SEBRAE Nacional considera perguntas de ações e direcionamentos internos à Rede Simples para gerar os resultados. Nesse sentido, a região de Franca encontra-se em posição abaixo em relação à média estadual no nível básico, mas acima no nível intermediário. Chama atenção que apenas uma região do estado esteja classificada como avançada.

**Figura 101 – Distribuição dos Municípios da Região por classes do indicador de Rede Simples**



Fonte: Monitoramento da Implementação da Lei Geral nos Municípios Brasileiros, SEBRAE, 2014.

#### 4.2.4 Considerações referentes à gestão municipal

A gestão municipal brasileira sofreu mudanças profundas após a promulgação da Constituição Federal de 1988. A ampliação das responsabilidades crescentemente assumidas pelos municípios em um cenário de descentralização de políticas, cada vez mais, vem associada com a necessidade de qualificar as capacidades de gestão das localidades. E este desafio não vem sendo igualmente respondido, seja pelo critério de distribuição regional, seja pelo tipo de política pública ou instrumento de gestão. Este subcapítulo trouxe alguns indicadores que reforçam esse retrato da realidade local.

Quanto aos instrumentos de planejamento municipal (territorial e setorial), há uma enorme discrepância na sua implementação. Em geral, a regra é que políticas cuja indução federativa ou exigência legal a torne mandatória tendem a ser mais amplamente existentes. Esta é a situação de áreas como saúde (exigência do SUS), educação (exigência do Plano Nacional de Educação) e Assistência Social (exigência do SUAS). Por outro lado, políticas cujo planejamento é mais dependente da vontade política no âmbito da autonomia municipal tendem a ser bem menos planejadas, tendo os planos municipais como *proxy*. Estes são os casos de áreas como políticas para mulheres e segurança alimentar. Em nível intermediário encontram-se setores como resíduos sólidos e habitação que ou possuem legislações federais mais recentes (caso do Plano Nacional de Resíduos Sólidos cuja prorrogação para sua implantação nas cidades foi estendida) ou cujos incentivos federais são menores (caso do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social).

Sobre o consorciamento tem-se que, mesmo áreas com esquemas mais propensos à colaboração federativa, não possuem uma posição destaque na região de Franca, como é o caso da saúde. Por esse mesmo raciocínio deve-se investigar porquê em resíduos sólidos o número de consórcios é bem mais reduzido (o Plano Nacional de Resíduos Sólidos determina que cidades que desejem receber transferências voluntárias da União devem estar consorciadas, o que pode gerar indução negativa, embora essa seja uma hipótese a ser mais bem investigada). Ponto de destaque é o grande número de consórcios em cultura, cuja existência supera em muito a média estadual.

Em resumo, baseado nos dados apresentados pela pesquisa de 2015, a região de Franca possui, de forma geral, uma menor propensão ao consorciamento que a média estadual, ao menos para as políticas acima descritas.

No tocante aos instrumentos de gestão para a área de fomento ao empreendedorismo, no caso da Lei Geral, a região de Franca desempenha melhor do que a média estadual. Quanto à Via Rápida Empresa, a região desempenha acima dos números médios estaduais. Por fim, a Sala do Empreendedor e o SEBRAE são instrumentos usados na região com frequência própria à utilizada na média estadual. O mapa regional dos instrumentos implementados é importante para o SEBRAE-SP orientar suas ações de assessoria técnica na região, visando melhorar sua performance, pois as médias estaduais parecem indicar que há espaços para tanto.

Nos demais instrumentos de gestão local, a situação da região é a que segue. No uso do poder de compras, desburocratização e agentes de desenvolvimento, a região encontra-se avançada em relação à média estadual, sobretudo nos níveis básico e avançado. Na Rede Simples, a região ocupa uma posição pior em relação à média estadual no nível básico, mas mais adiantada no nível intermediário.

### 4.3 Associativismo e Cooperativismo

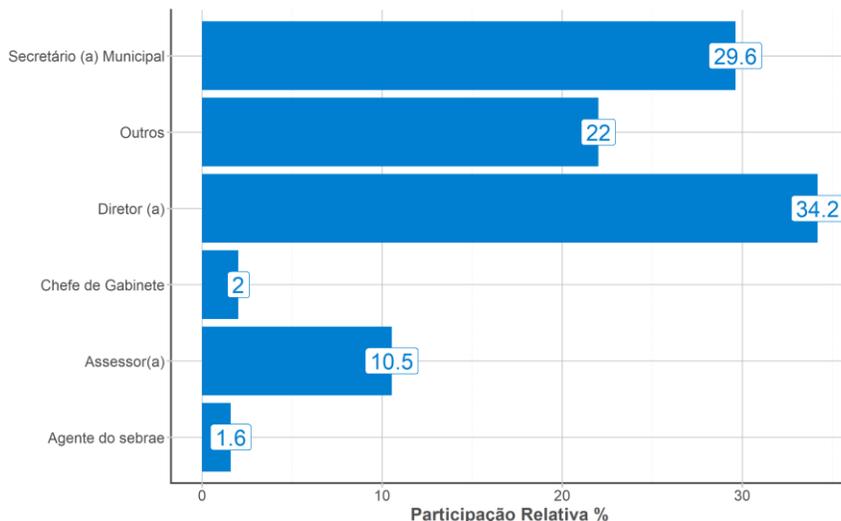
Governos locais têm assumido, na realidade do federalismo brasileiro, desde a Constituição Federal de 1988, diversas responsabilidades. O desenvolvimento econômico local é uma das mais relevantes, pois busca identificar as possibilidades de implementar políticas públicas voltadas a gerar alternativas

de emprego e renda para as suas populações. Ainda que as localidades enfrentem os efeitos de políticas macroeconômicas estaduais e nacionais que limitam os efeitos de suas iniciativas, governos municipais podem atuar na promoção de políticas públicas que visem oportunizar alternativas de emprego e renda. Dentre esse leque de ações, o estímulo à organização de associações e cooperativas na área de resíduos sólidos assume destaque. A informalidade dos trabalhadores desse setor, somada às precárias condições de trabalho, os efeitos gerados para o meio ambiente e à saúde pública, são fatores que têm incidido positivamente em favor do suporte municipal para propor e implementar políticas públicas. O suporte municipal para a organização, capacitação, fomento e gestão de associações e cooperativas de catadores de lixo têm se configurado em política pública para atender esses diversos objetivos inter-relacionados. Essa parte do relatório apresenta os resultados da pesquisa aplicada com gestores municipais responsáveis por essas políticas públicas.

#### 4.3.1 Perfil dos respondentes

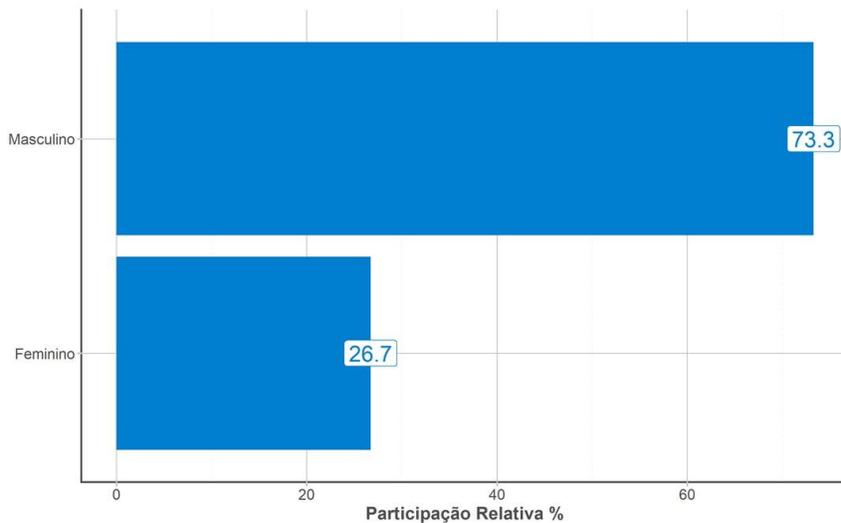
A distribuição dos respondentes por tipo de cargo é sempre uma informação importante, ainda que de difícil inferência em si mesma. Contudo, dado que os municípios possuem diferentes portes populacionais, o mais provável é que nas pequenas cidades, a área responsável por essas políticas possua uma hierarquia menor (diretoria). Já nas localidades maiores, geralmente, uma secretaria assume a gestão dessas iniciativas. De toda forma, resta uma questão que pode ser aprofundada em estudos posteriores: analisar o perfil específico dessa área nos municípios paulistas.

**Figura 102 – Distribuição dos respondentes segundo cargo ocupado na prefeitura municipal.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

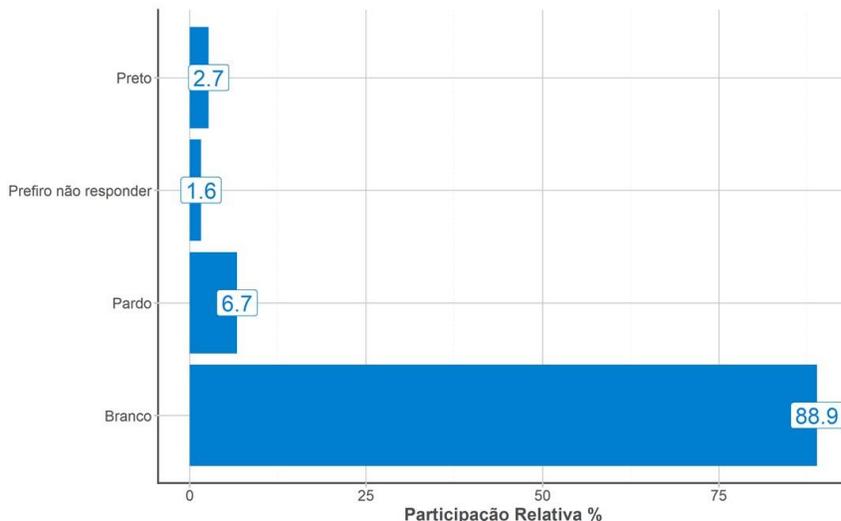
**Figura 103 – Distribuição dos respondentes segundo gênero.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A distribuição por gênero reflete uma realidade da gestão pública brasileira: cargos gerenciais seguem sendo ocupados majoritariamente por homens.

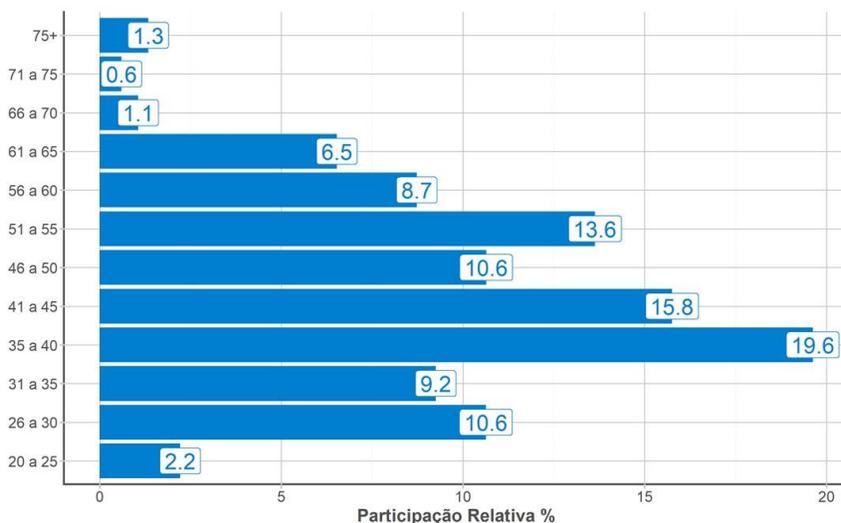
**Figura 104 – Distribuição dos respondentes segundo raça.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A distribuição dos cargos gerenciais pelo critério de raça reproduz uma realidade típica da gestão pública brasileira: negros são o segmento mais excluído dessa possibilidade.

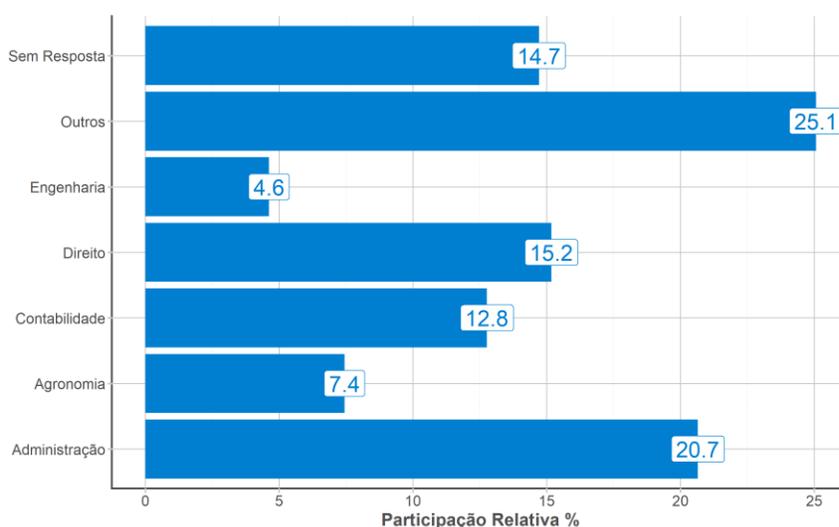
**Figura 105 – Distribuição dos respondentes segundo faixa etária.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A distribuição dos respondentes por faixa etária mostra que: (i) cerca de 35% são profissionais cuja idade varia de 35 a 45 anos; (ii) 24,2% possuem entre 46 e 55 anos; (iii) cerca de 20% possuem de 26 a 35 anos e (iv) cerca de 18% possuem mais de 50 anos. Em resumo, o perfil etário predominante é relativamente jovem, o que pode ser um indicativo da possibilidade para facilitar a implantação de inovações nesse campo de políticas públicas.

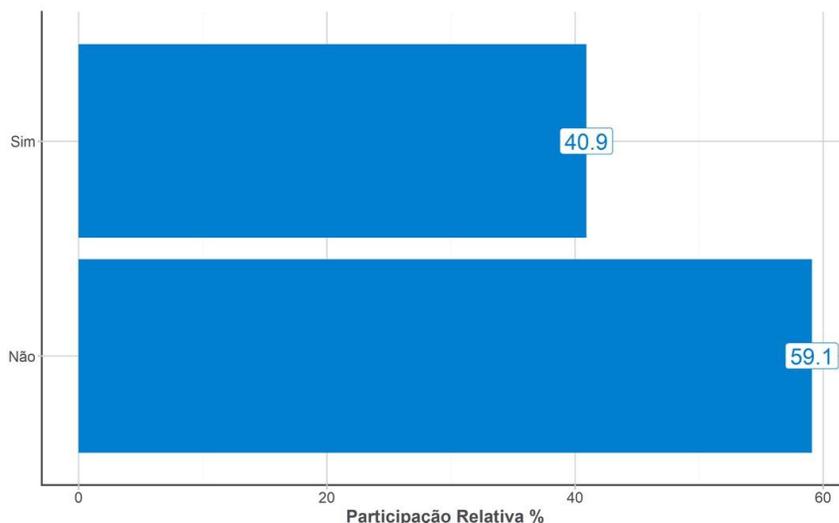
**Figura 106 – Distribuição dos respondentes segundo área de formação acadêmica.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Em termos do nível educacional, há entre os gestores, a predominância de graduados e de pós-graduados, aproximadamente 80% do total, cuja formação acadêmica indica uma predominância da administração, seguida de direito e contabilidade. Gestores públicos não precisam ter como pré-requisito formação específica na área de atuação, contudo chama atenção que engenheiros e agrônomos, profissões que costumam ser mais próximas para atuação na área de resíduos sólidos, representem apenas 12%.

**Figura 107 – Distribuição dos respondentes segundo atuação como empreendedor.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Por fim, a respeito do perfil dos respondentes, destaca-se a menor atuação empreendedora entre os gestores, limitada a 40,9% do total. Curiosamente, no entanto, esse padrão se inverte quando questionados sobre a existência de empreendedores em seu círculo familiar, uma vez que 65% responderam afirmativamente à questão.

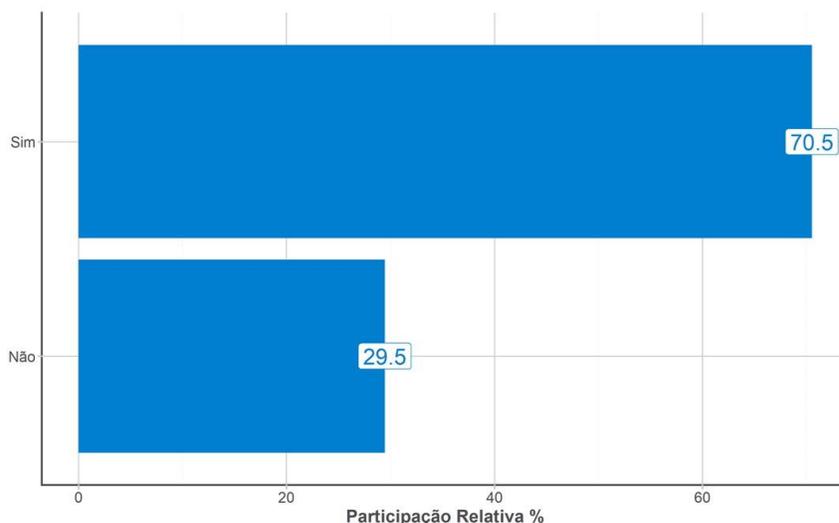
### 4.3.2 Abrangência

Conforme a Confederação Nacional dos Municípios (CNM)<sup>19</sup>, a partir de 1989 as secretarias ou departamentos de agricultura dos municípios passaram a legalmente ser responsáveis pela inspeção, por meio do Serviço de Inspeção Municipal, dos estabelecimentos cujos produtos são comercializados em seu território. A partir de 1998, com a criação dos sistemas brasileiros de inspeção (SISBI), os municípios passaram a ser sua unidade básica, em face de algumas particularidades: (i) conhecem a realidade local das propriedades e das empresas; (ii) possuem informações sobre as principais produções de origem animal e vegetal; (iii) monitoram doenças diagnosticadas; (iv) possuem a capacidade de ajustar a legislação à realidade da local e (v) garantem a qualidade dos alimentos,

<sup>19</sup> Confederação Nacional dos Municípios (2015). *A Importância do Serviço de Inspeção Municipal (Sim) na Gestão Pública e para o Desenvolvimento Agroindustrial*. Brasília: CNM.

principalmente os produzidos pelos pequenos estabelecimentos familiares. Nesse sentido, percebe-se que quase 30% dos municípios paulistas estão em desacordo com essa legislação federal, o que pode indicar uma possibilidade de atuação do SEBRAE-SP para assessorar tecnicamente essas localidades.

**Figura 108 – Distribuição das respostas segundo existência de Serviço de Inspeção Municipal.**

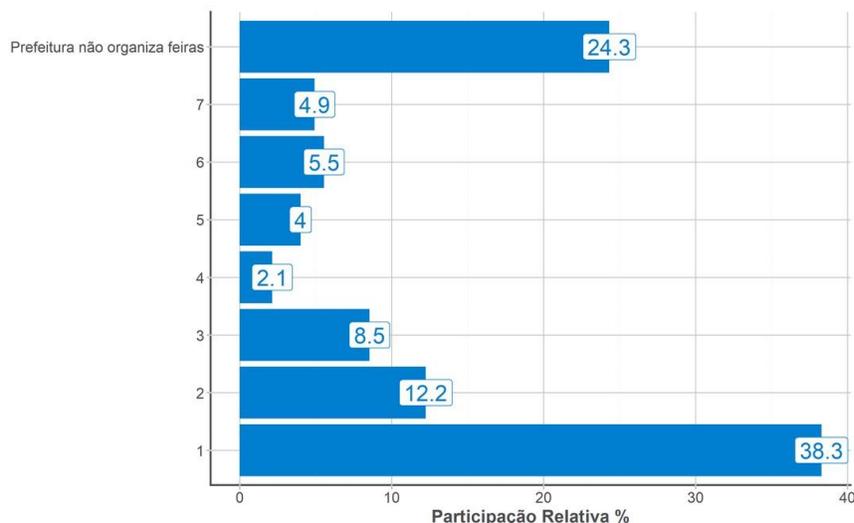


Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

## PRODUÇÃO RURAL

Majoritariamente, nas cidades que realizam feiras, estas ocorrem uma vez na semana (representam 50% das cidades). Por outro lado, constata-se a existência de quase  $\frac{1}{4}$  das cidades que não implementam esse tipo de política pública. Contudo, o dado mais significativo é que 75% das cidades estimulam a economia local por meio de feiras.

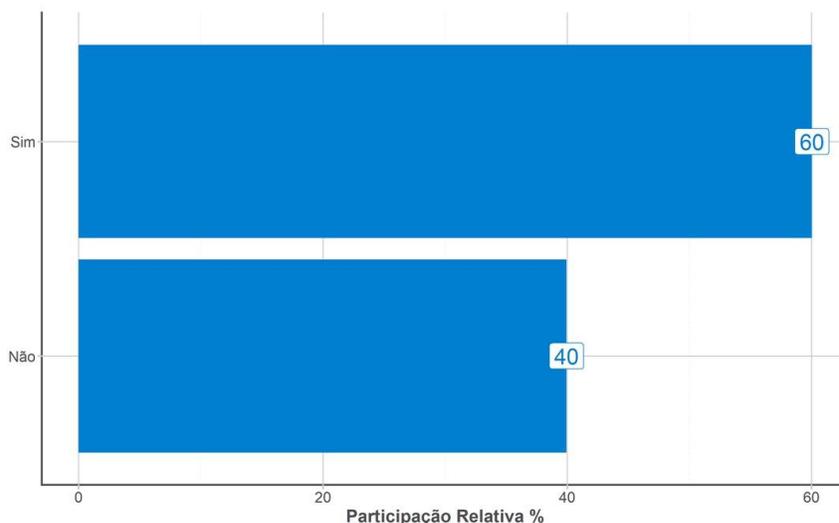
**Figura 109 - Distribuição das respostas segundo frequência de feiras municipais.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

De cada 10 cidades paulistas 6 relatam a existência de cooperativas, associações ou grupos informais (sem CNPJ) destinadas a apoiar e promover os produtores rurais. Ainda assim, a maior parcela observada nos municípios é de número de organizações reduzido – até 5 de cada tipo – tanto de cooperativas (35,4% dos municípios paulistas), quanto de associações (43,7%) e de grupos informais (23,4%). De modo similar ao que ocorre quanto aos coletores/separadores de resíduos sólidos, mais de 50% dos gestores não quiseram ou não souberam responder às questões acerca do número de organizações existentes no território, fator que limita o levantamento de dados. Sem o suporte do poder público local por meio de feiras e outros canais de escoamento da produção, as possibilidades de atuação desses grupos podem ser mais reduzidas. Por outro lado, identifica-se a oportunidade de o poder público municipal apoiar esse público no processo de formalização e estruturação. A pesquisa mostra que há um espaço significativo nessa direção.

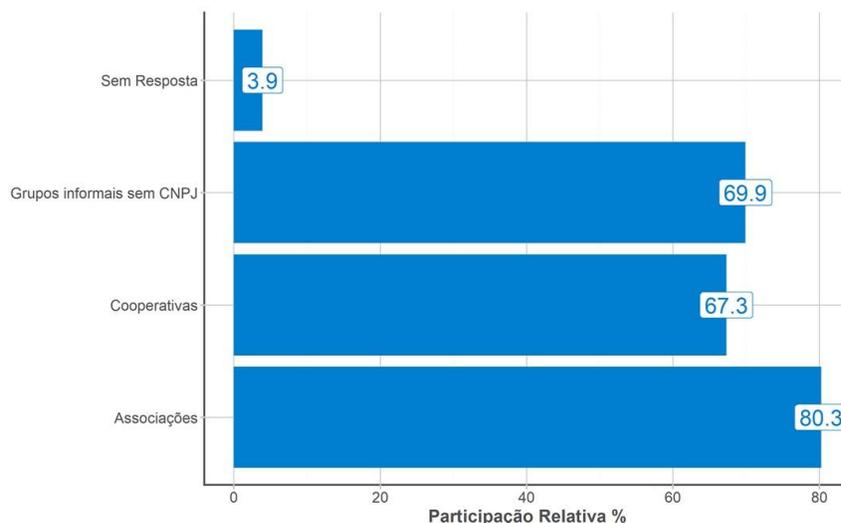
**Figura 110 - Distribuição das respostas segundo existência de cooperativas, associações ou grupos informais (sem CNPJ) de produtores rurais no município.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

De modo similar ao observado quanto aos coletores e separadores de resíduos sólidos, quase a totalidade (96,1%) dos gestores municipais manifestaram interesse em trabalhar em parceria com o SEBRAE-SP para fomentar as organizações de produtores rurais. Contudo, chama atenção que há uma preferência por desenvolver iniciativas com associações de produtores rurais (80,3%), ainda que grupos informais (69,9%) e cooperativas (67,3%) igualmente figurem como alternativas bastante representativas.

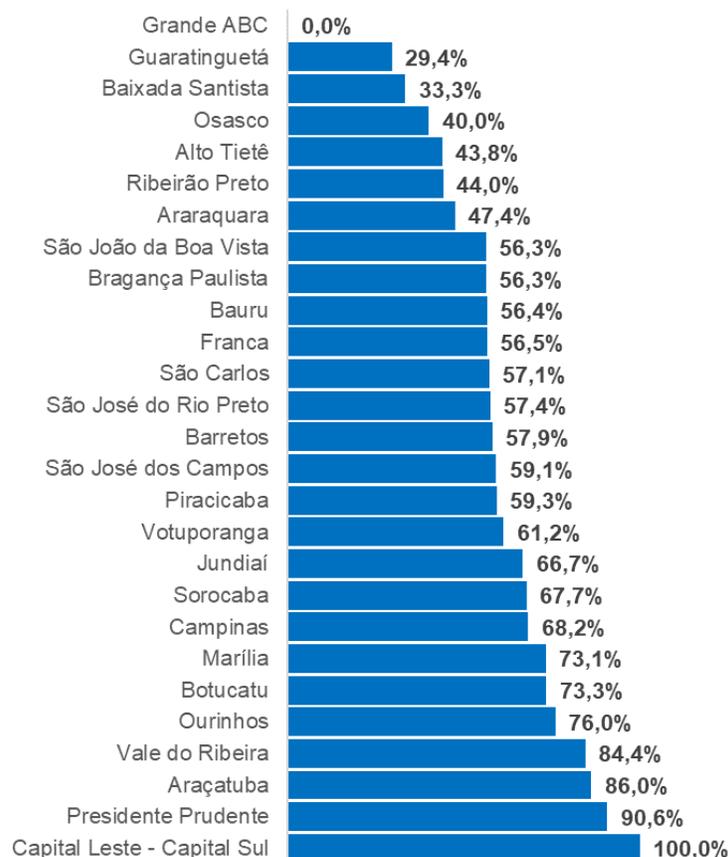
**Figura 111 - Distribuição das respostas segundo grupos de interesse das prefeituras para parcerias com o SEBRAE-SP na gestão e eficiência da produção rural.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

No contexto regional, entre os municípios da região de Franca, segundo dados de 2017 obtidos em pesquisa secundária, 56,5% desenvolviam programas ou ações para associativismo e cooperativismo. Esta informação, quando comparada com as demais regiões, torna Franca uma das menos ativas em políticas de promoção neste quesito.

**Figura 112 – Proporção de prefeituras que desenvolve programa ou ação para estímulo ao associativismo (associação de produtores, cooperativas etc.) por região de articuladores.**



Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, IBGE, 2017.

Quanto aos registros, 12 (52%) municípios responderam possuir registro oficial de associações de produtos – valor este abaixo da média estadual de 58%. Além disso, 65% dos municípios da região afirmaram que existem a atuação destas entidades associativas no território municipal, contra 69% se considerar-se o Estado como um todo.

**Tabela 32 – Entidades de associativismo ou representação de produtores agropecuários com registro oficial na prefeitura (Sim)**

Resposta (SIM)	Municípios da Região	(%)	Municípios do Estado	(%)
Sindicatos rurais	16	70%	258	40%
Associações de produtores	12	52%	377	58%
Cooperativas	6	26%	171	27%
Não possui registro	3	13%	186	29%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, IBGE, 2017.

**Tabela 33 – Entidades de associativismo ou representação de produtores agropecuários que atuam no município**

Resposta (SIM)	Município da Região	(%)	Municípios do Estado	(%)
Sindicatos rurais	20	87%	371	58%
Associações de produtores	15	65%	446	69%
Cooperativas	10	43%	233	36%
Outras	-	0%	20	3%
Nenhuma entidade	-	0%	91	14%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, IBGE, 2017.

## COLETA E SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS

Não é desprezível a existência de cooperativas, associações e grupos informais, de modo que as três alternativas podem ser relevantes para apoiar políticas de inclusão produtiva. Resta identificar as possibilidades, por parte dos governos locais, de atuação específicas com cada um desses três grupos. A Figura 113 é um indicador alinhado com o alcance das políticas de geração de emprego e renda para o setor de coleta e separação de resíduos sólidos, pois indica que em 64% das cidades existem cooperativas, associações ou grupos que trabalham no setor. Vale dizer que a predominância nas cidades é da existência de número limitado – até 5 organizações – tanto de cooperativas (43,8% dos municípios paulistas), quanto de associações (37,1%) e de grupos informais (31,9%). Por outro lado,

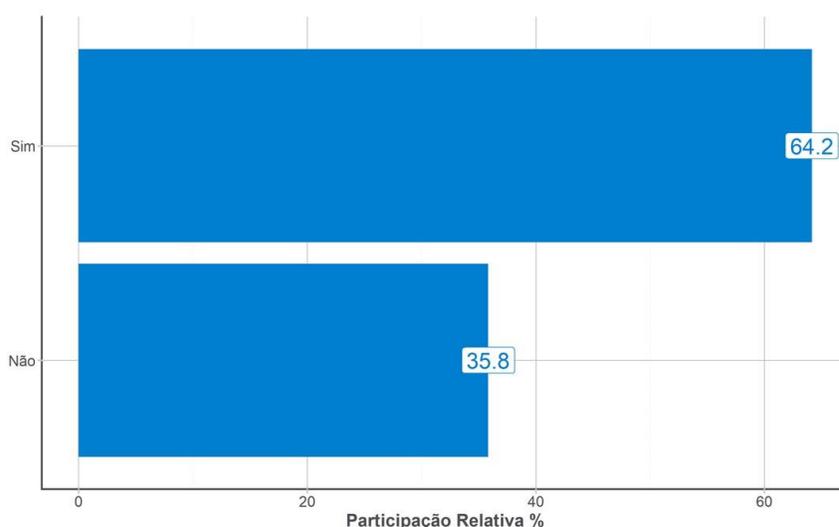
171 / 237

FGV Projetos CE Nº 1156/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

mais de 50% dos gestores não quiseram ou não souberam responder às questões acerca do número de organizações existentes no território, o que revela a existência de uma lacuna informacional importante. Sem o apoio do poder público, essa parcela de trabalhadores encontra maior dificuldade de inclusão produtiva, o que só reforça a importância do mapeamento apropriado e da implementação de políticas públicas com essa finalidade.

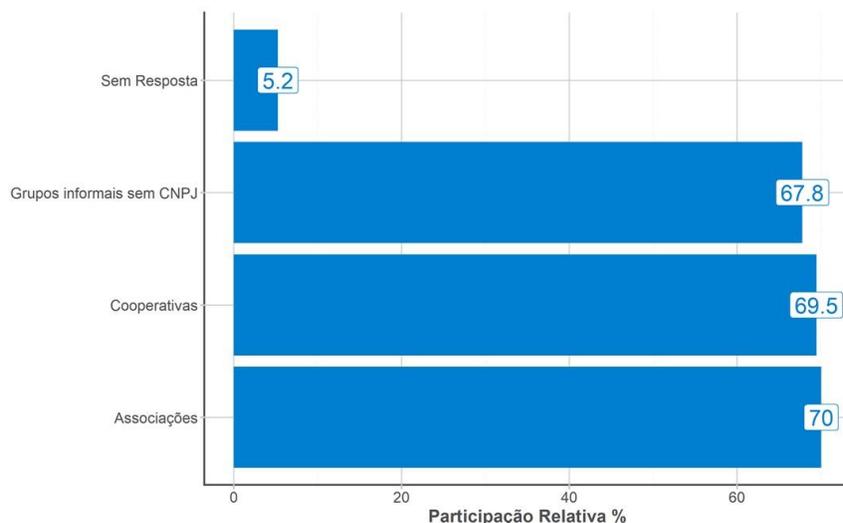
**Figura 113 – Distribuição das respostas segundo existência de cooperativas, associações ou grupos informais (sem CNPJ) de coleta e separação de resíduos no município.**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Conforme indicado na Figura 114, A quase totalidade dos gestores questionados (94,8% do total) revelou interesse em trabalhar em parceria com o SEBRAE-SP junto a cooperativas, associações e grupos informais (sem CNPJ) para melhorar a gestão e a eficiência dos resíduos sólidos, o que denota importante abertura a parcerias.

**Figura 114 - Distribuição das respostas segundo grupos de interesse das prefeituras para parcerias com o SEBRAE-SP na gestão e eficiência no tratamento dos resíduos sólidos?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A Figura 114 mostra que as prefeituras, no geral, não possuem preferência marcada por um tipo organizacional, o que parece indicar que todas opções são canais importantes para implementar políticas de inclusão produtiva.

Finalizando, dados de 2018 coletados através do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) identificaram 4 associações de materiais recicláveis atuando na região e contabilizando um total de 101 integrantes. A Tabela abaixo apresenta as associações identificadas na região.

**Tabela 34 – Nome e Sigla das entidades associativas identificadas na região de Franca.**

<b>Município</b>	<b>Nome e Sigla da entidade associativa de catadores de materiais recicláveis</b>	<b>Quantidade de integrantes</b>
Franca	COOPERATIVA DOS CATADORES DE FRANCA (COOPERFRAN)	40
Orlândia	Cooperloli Cooperativa de Trabalho dos Recicladores de Orlândia CNPJ: 07.759.958/0001-00	37
Restinga	ECOMAR	6
São Joaquim da Barra	Associação de Agentes Recicladores Joaquinenses	18

Fonte: Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, 2018.

É importante mencionar que a qualidade das informações do SNIS inviabilizou o uso e aprofundamento das questões referentes à coleta seletiva, coleta de resíduos sólidos, de material reciclável e economia solidária ao nível regional e municipal, conforme previsto na metodologia inicial deste mapeamento.

### **4.3.3 Considerações referentes ao associativismo e cooperativismo**

A pesquisa realizada com gestores públicos municipais sobre o tema da inclusão produtiva mostra um universo diversificado, mas ao mesmo tempo potencialmente rico de possibilidades de atuação para o SEBRAE-SP. A localização da área na estrutura administrativa municipal não é homogênea, pois secretarias ou diretorias são duas formas organizacionais usuais. Há uma predominância de homens brancos na gestão das unidades responsáveis, o que está em linha com outras pesquisas que mostram a baixa presença mulheres e da população negra em cargos de chefia na gestão pública brasileira e municipal. O perfil etário mais representativo, embora não majoritário, é o de 35 a 45 anos e administração é a principal área de formação acadêmica dos gestores. A grande maioria dos profissionais que respondem pelas políticas de inclusão produtiva não possuem empreendedores nas suas famílias.

Quanto aos temas alinhados com a política de inclusão produtiva, constata-se que 75% possuem serviço de inspeção municipal, mas há uma oportunidade para o SEBRAE-SP atuar para que os demais municípios atendam ao disposto na legislação nacional. Outra informação importante diz respeito à presença significativa de cooperativas, associações e grupos informais de trabalhadores, como é usual

nos setores de coleta e separação de resíduos sólidos e da pequena produção rural. Assim, para o SEBRAE-SP reforça a importância de capacitar as prefeituras para seguir atuando e ampliando suas iniciativas para atender esses públicos como alternativa de geração de emprego e renda. Por outro lado, indica que, dada a presença expressiva desses grupos, há espaço para que o SEBRAE-SP atue junto às prefeituras para desenvolver ações de formalização e de estruturação das organizações, por exemplo, por meio de sua inserção como microempreendedores individuais (MEIs) ou trabalhadores autônomos, dentre outras possibilidades.

Em relação às preferências das prefeituras quanto ao perfil dos grupos com os quais desenvolver iniciativa de coleta e separação de resíduos sólidos e apoio a produtores rurais, constata-se que grupos informais sem CNPJ, cooperativas e associações são todas relevantes. Assim, para o tipo de apoio que o SEBRAE-SP pode ofertar às cidades, a pesquisa mostra que considerar esses três perfis de entidades seria importante.

Por fim, a implementação de feiras é uma alternativa amplamente utilizada nas cidades, ainda que possa ser avaliada a possibilidade de sua expansão, caso de 25% das localidades. Para tanto, deveria ser identificado o perfil desse município, sobretudo seu porte populacional e economia local, para que se verifique a oportunidade de incentivos nessa direção. Esta é, portanto, mais uma área de atuação que se abre ao SEBRAE-SP na sua relação de apoio técnico às prefeituras.

#### 4.4 Compras Governamentais e Agricultura Familiar

As compras governamentais consistem em um importante mecanismo para o desenvolvimento regional, uma vez que as estruturas de governo são responsáveis por volumes significativos de aquisições de produtos e serviços. Não raro as aquisições ocorrem junto a fornecedores locais, promovendo ganhos logísticos devido à não necessidade de transporte de produtos por longas distâncias e, ainda, movimentando a economia local.

Este subcapítulo é dividido em duas etapas principais, na primeira são apresentados os resultados da pesquisa primária realizada para mapeamento da situação relativa às compras governamentais no

Estado de São Paulo como um todo; a segunda etapa traz informações referentes a situação específica da região de Franca, por meio da análise de dados secundários.

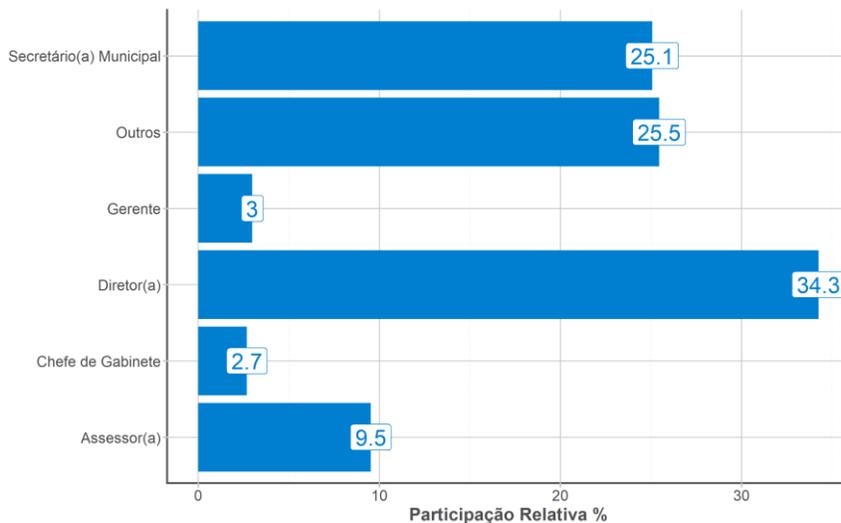
#### 4.4.1 Perfil dos Entrevistados

Para execução da pesquisa primária foram consultados os gestores das secretarias responsáveis por compras em 150 Municípios, distribuídos nas 28 regiões do Estado. Dos 150 municípios sorteados aleatoriamente, fora obtidas respostas de 95, correspondendo a uma taxa de resposta de 63,33%, tendo em vista o universo de Municípios no Estado (645), verifica-se que a amostra corresponde a 14,7% do universo estudado, garantindo a representatividade dos resultados em nível estadual.

Inicialmente serão apresentadas as características dos respondentes, o que é importante para contextualizar e entender melhor as respostas e indicadores apresentados na sequência. Posteriormente passaremos a apresentar as respostas com relação a ferramentas de gestão das compras municipais utilizadas, existência de planejamento anual, caracterização da equipe de compras e dos editais de aquisição de serviços, e ações de incentivos a agricultores familiares e empreendedores.

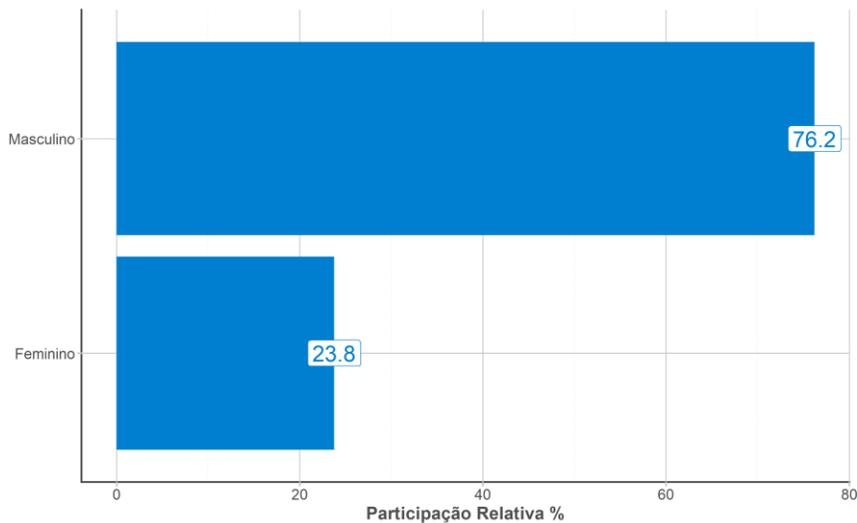
A Figura 115 mostra que 34,3% dos respondentes ocupavam o cargo de diretores e 25,1% ocupavam o cargo de secretário municipal. Ou seja, quase 60% da amostra é composta por pessoas que ocupam um desses dois importantes cargos. Entre os respondentes, 9,5% são assessores, 3% gerentes e 2,7% chefes de gabinete. Além disso, a amostra é composta majoritariamente por homens, e que se autodeclararam brancos, conforme apresentado na Figura 116 e na Figura 117. Ainda sobre as características pessoais dos respondentes, a Figura 118 apresenta a distribuição destes por faixa etária. Observa-se que a amostra possui um perfil jovem, com 21% se situando na faixa de 35 a 40 anos de idade, e 70,8% com 50 anos ou menos.

**Figura 115 – Cargo Ocupado na Prefeitura Municipal**



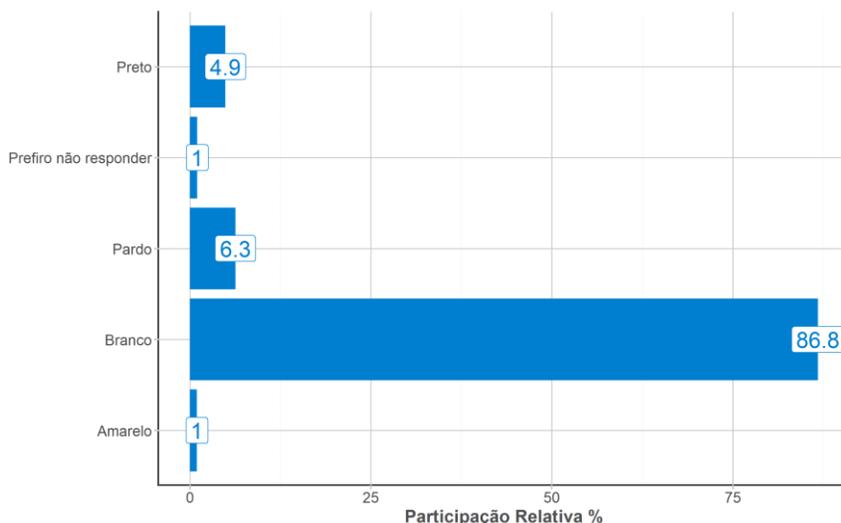
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

**Figura 116 – Gênero**



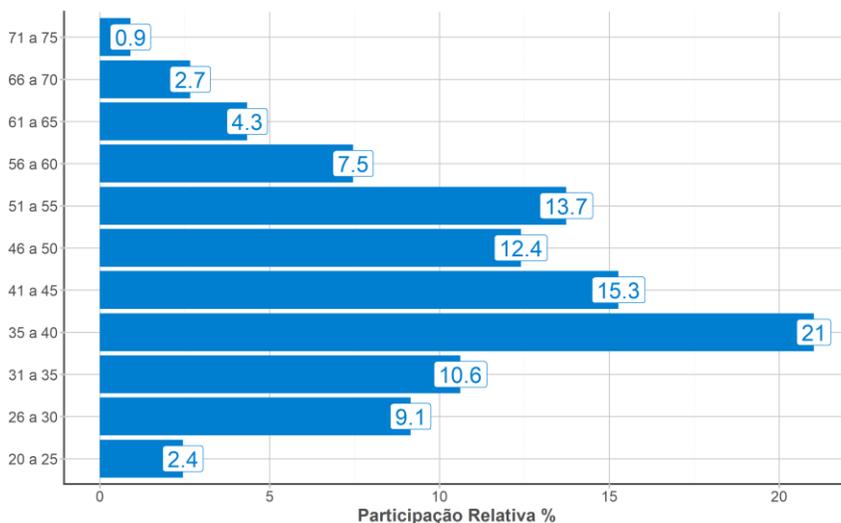
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

**Figura 117 – Raça/Cor Auto Declarada**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

**Figura 118 – Faixa Etária**

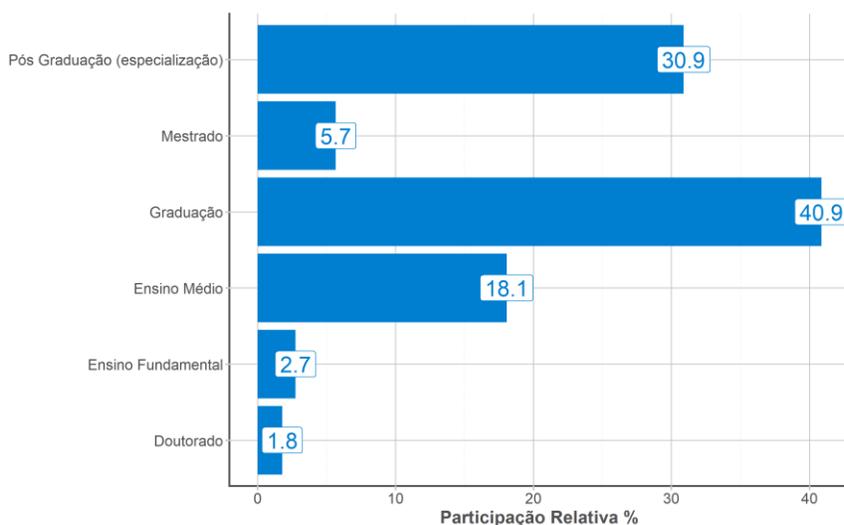


Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Os respondentes possuem um nível de educação formal alto comparado ao perfil médio do brasileiro. A Figura 119 mostra que pouco mais de 75% da amostra possui ao menos ensino superior completo.

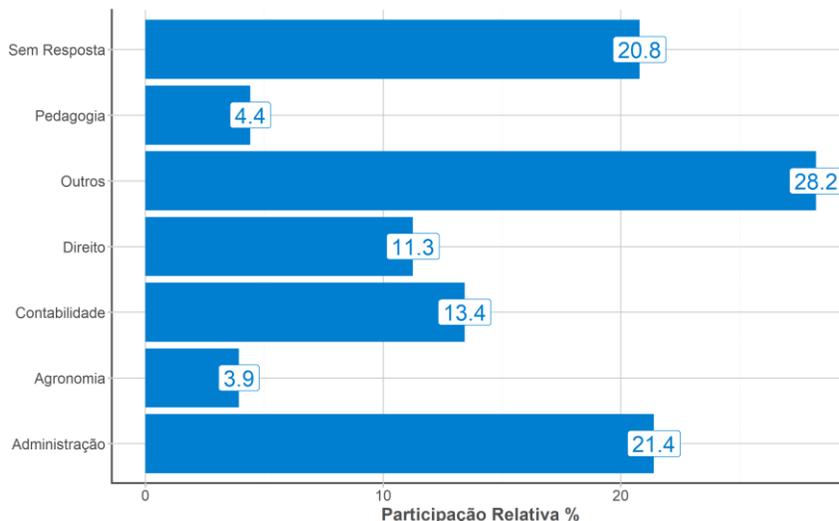
Ou seja, os trabalhadores da gestão municipal que responderam essa pesquisa estão no estrato mais alto de qualificação educacional do país. Apesar de 20,8% não responderem sobre sua formação acadêmica, observa-se na Figura 120, que 21,4% da amostra possui formação na área de Administração, 13,4% em Contabilidade, e 11,3% possuem formação em Direito. Portanto, são pessoas com formação adequada e dentro do esperado para trabalhadores na gestão municipal e com os cargos previamente citados. Essa adequação da formação com a atividade performada fica mais clara ao analisarmos a Figura 120, juntamente com as respostas sobre a atividade profissional, da Figura 121. Nesta, observamos que mais da metade da amostra declarou trabalhar na área de “Administração, Direito e Negócios”. Vale ressaltar que o segundo eixo profissional mais citado foi de “Agricultura, silvicultura, pesca e pecuária”, com 10%.

**Figura 119 – Escolaridade**



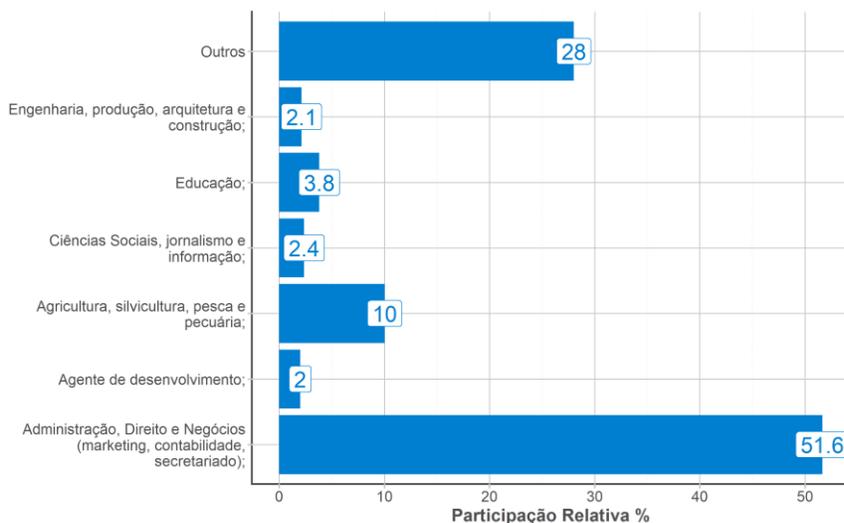
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

**Figura 120 – Formação Acadêmica**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

**Figura 121 – Profissão ou Atividade Profissional**

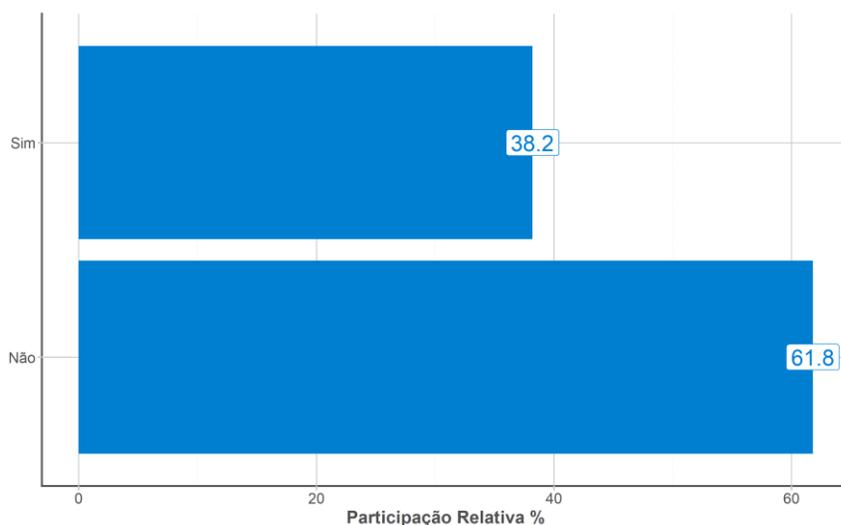


Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

O questionário apresentava dois importantes questionamentos a respeito do perfil do respondente. A primeira pergunta diz respeito se desempenhava atividade profissional empreendedora, e a segunda

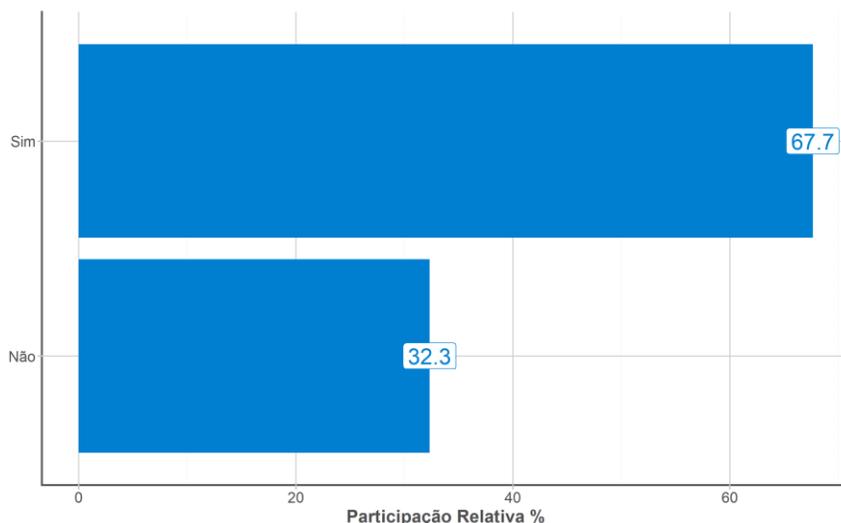
questionava se ele possuía algum empreendedor na família. Essas características são relevantes pois revelam qualidades muitas vezes difíceis de se observar, como propensão a assumir riscos, *know-how* e experiência prévia com gestão de negócios, capacidade de negociação, visualização de possíveis oportunidades, entre outras. A Figura 122 e Figura 123 apresentam as respostas para essas perguntas. Apesar da maioria dos pesquisados afirmar que não é empreendedor (61,8%), o percentual que respondeu de maneira positiva a essa pergunta é considerável, 38,2%, indicando que existe uma certa seleção nesse grupo de respondentes, e que essa é uma característica que pode ser mais estimulada entre os gestores. Ademais, a Figura 123 mostra que 67,7% da amostra possui um empreendedor na família, portanto é razoável pensar que estes já possuem um certo contato com situações e características ligadas ao empreendedorismo.

**Figura 122 – Empreendedor**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

**Figura 123 – Tem Empreendedor na Família**

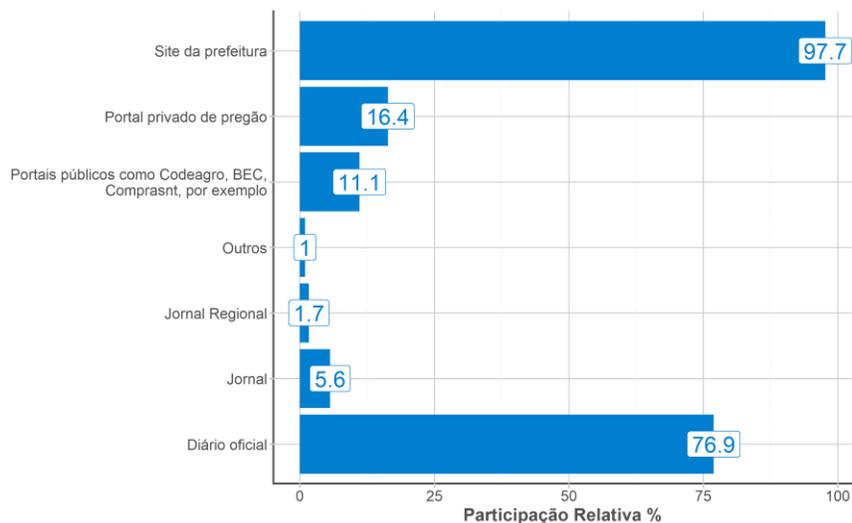


Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

#### 4.4.2 Abrangência

Ao analisar-se as práticas mais utilizadas em relação a gestão de compras públicas em si, vê-se na Figura 124 que praticamente todos os gestores afirmaram que seus municípios utilizam o *site* da prefeitura como ferramenta para dar publicidade na gestão de suas compras. Além disso, 76,9% responderam que utilizam o tradicional canal do Diário oficial para este fim. Apenas 27,5% reportaram utilizar portal privado de pregão e/ou portais públicos. Isso indica que possa existir um espaço para modernização das ferramentas para publicidade na gestão das compras municipais.

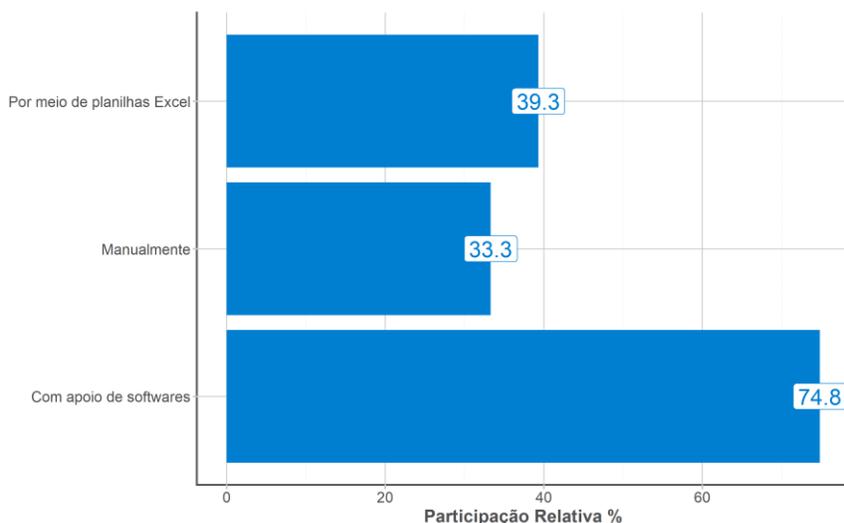
**Figura 124 – Ferramenta Utilizadas Para Publicidade Na Gestão Das Compras**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

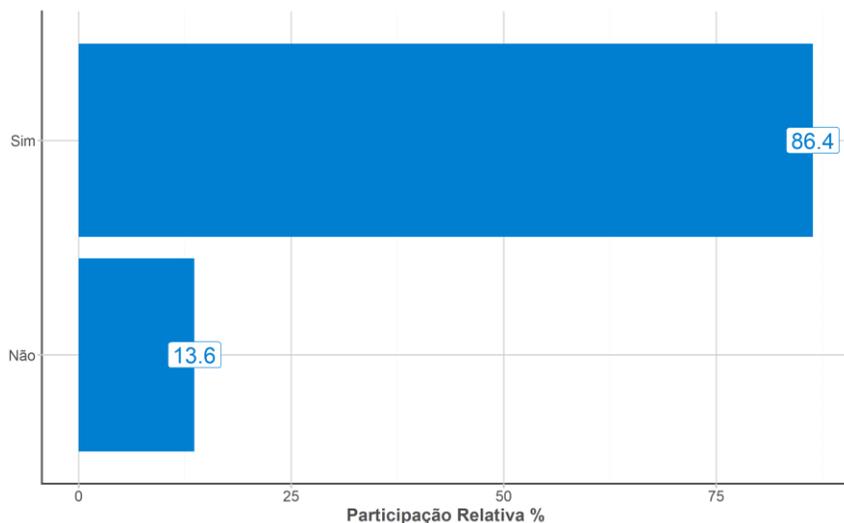
Ainda sobre a Gestão de compras municipais, chama a atenção que, como apresentado Figura 125, 33,3% dos gestores afirmaram que fazem a gestão de contratos de compras públicas de forma manual, o que pode gerar um processo menos eficiente em termos de tempo e precisão. A Figura 126 mostra que 13,6% dos respondentes afirmaram que o município não possui planejamento anual de compras, um número alto, uma vez que este é um passo inicial em termos de boas práticas para uma gestão pública competente.

**Figura 125 – De que forma a secretaria/órgão realiza a gestão dos seus contratos de compras públicas?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

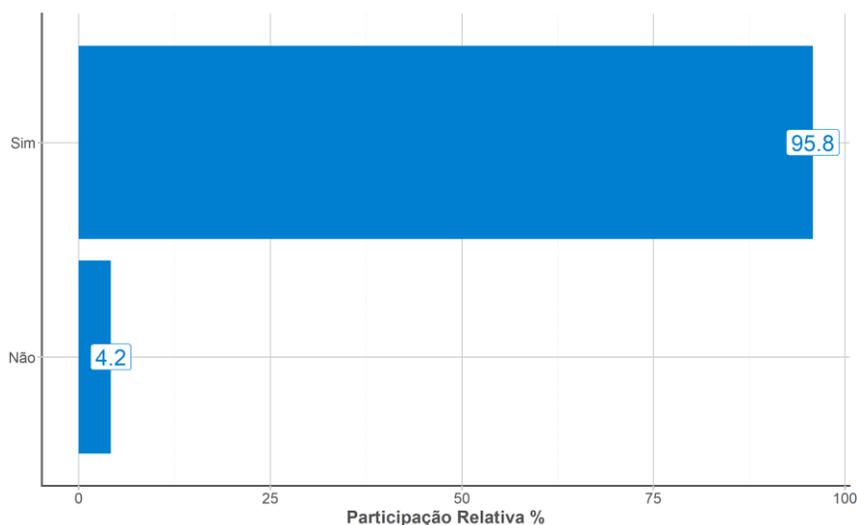
**Figura 126 – Município faz planejamento anual das compras**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

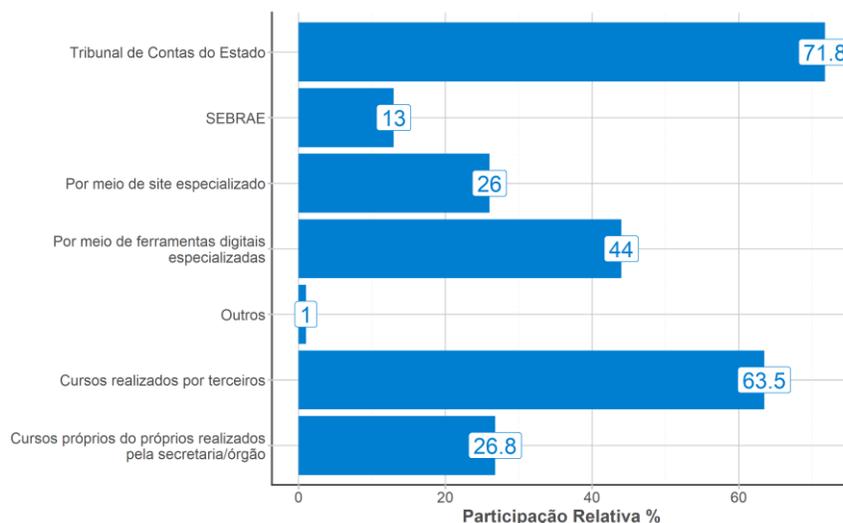
Em seguida, é interessante analisar as características sobre o planejamento anual das compras. Segundo a Figura 127, quase a totalidade dos municípios tem um responsável por essas compras (95,8%). Finalmente, é importante entender como a equipe responsável pelo planejamento se atualiza e se capacita. São diversas opções e as prefeituras podem fazer uso de múltiplos mecanismos, que estão expressos na Figura 128. O método mais presente foi o Tribunal de Contas do Estado (71,8%), seguido por Cursos Realizados por Terceiros (63,5%) e ferramentas digitais especializadas (44%). Destaca-se que o SEBRAE é uma das formas menos utilizada, com apenas 13% de uso.

**Figura 127 – Município possui uma equipe fixa responsável pelas compras**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

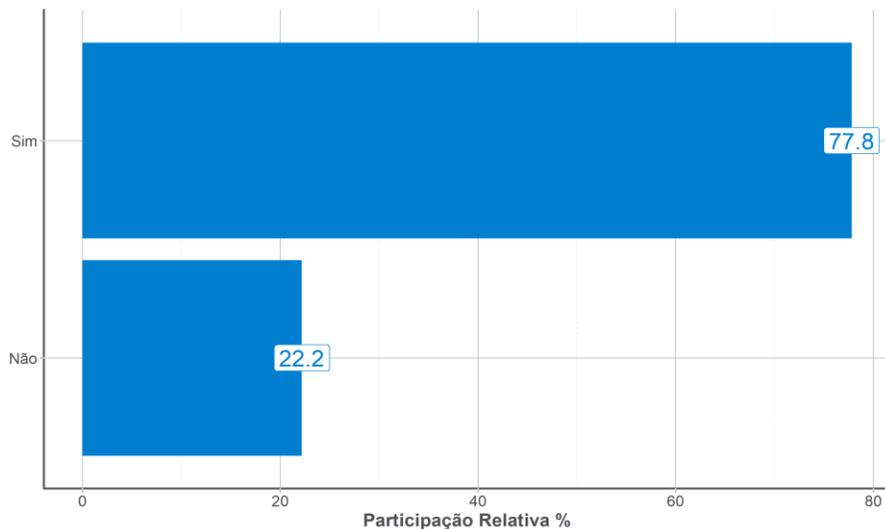
**Figura 128 – De que forma a secretaria/órgão mantém a equipe de compras atualizada/capacitada**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

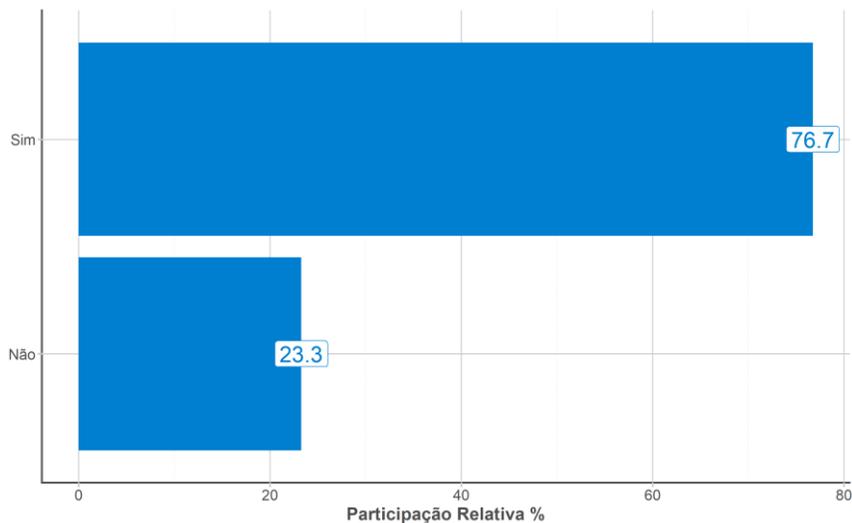
Em seguida pode-se analisar a temática da agricultura familiar. A Figura 129 revela que 77,8% dos municípios teve algum tipo de ação de incentivo à agricultura familiar. Ainda que elevado, esse número mostra que esse é um possível espaço de política. Outro ponto é se a localidade já teve algum edital prevendo benefícios às MPEs, e novamente a maioria (76.8%) respondeu de maneira positiva. Por fim, foi questionada sobre a possibilidade de se estimar a participação das MPEs nos editais de aquisições e serviços à prefeitura no último ano. A maior parte ou não respondeu (23,3%) ou não foi capaz de precisar (19,7%). Dentre aqueles que deram um valor numérico temos conforme a Figura 131 que foi mais frequente a participação de 10% a 30%.

Figura 129 – O município já realizou ações de incentivo à agricultura familiar



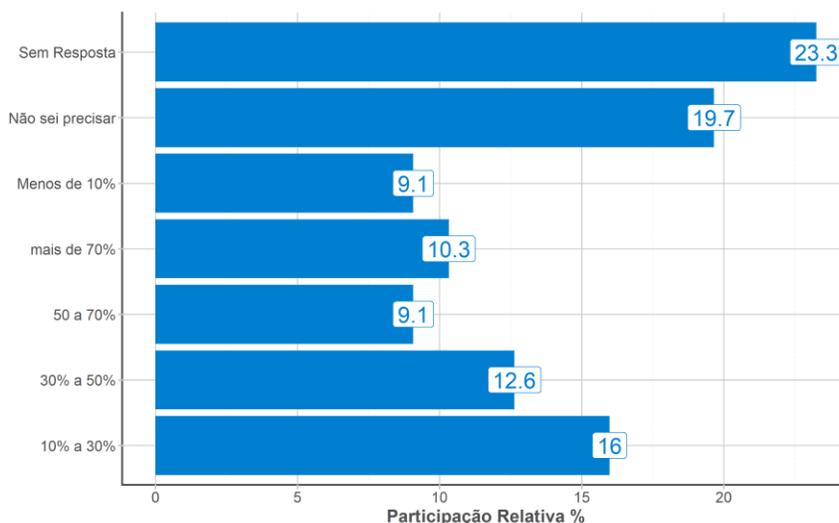
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 130 – O município já publicou algum edital de aquisição prevendo os benefícios às MPEs



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

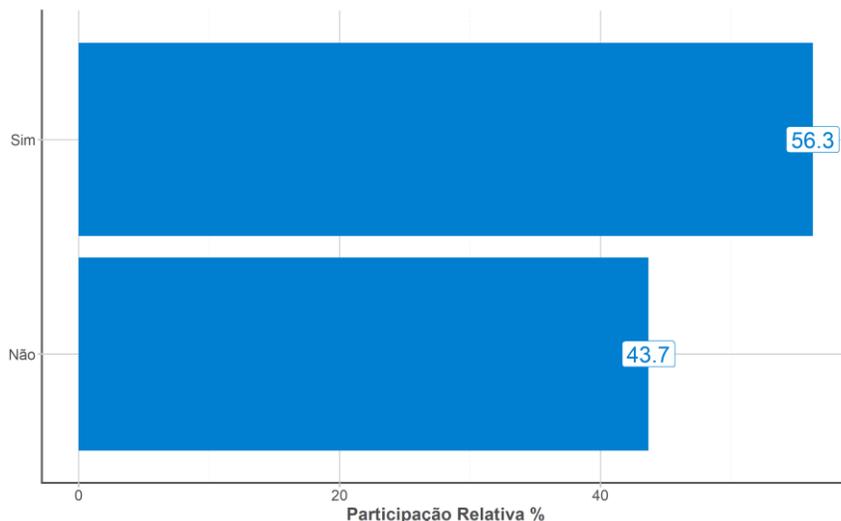
**Figura 131 – É possível estimar a participação das MPEs nos editais de aquisições e serviços à Prefeitura (em %) no último ano (2019)?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

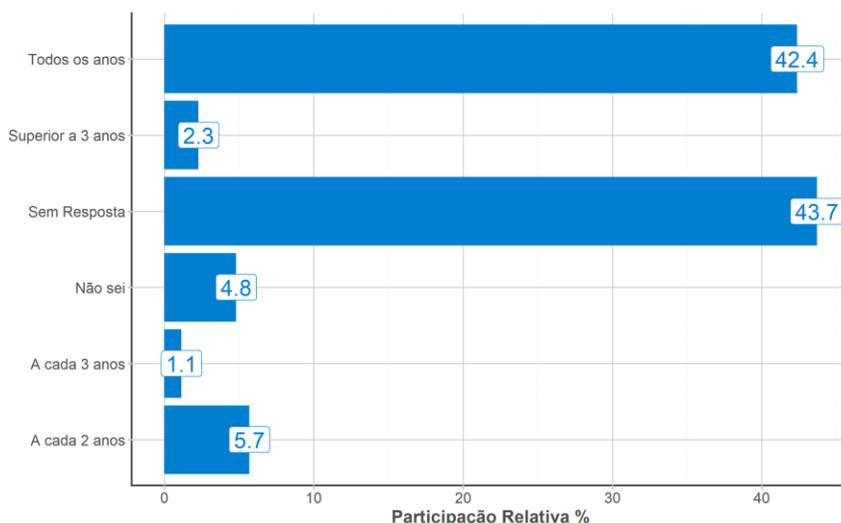
Empreendedorismo também foi uma das temáticas abordadas. Conforme a Figura 132, um pouco mais da metade dos municípios (56,3%) tem cadastro atualizado dos empreendedores da localidade e região. O elevado número de municípios sem registro revela uma importante lacuna que, caso seja mitigada, pode abrir espaço para ações focalizadas e que aumentariam o desenvolvimento. Além disso, tem-se que 42,4% dos municípios atualiza esse cadastro com uma periodicidade anual.

**Figura 132 – Município possui cadastro atualizado dos empreendedores da localidade e região?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

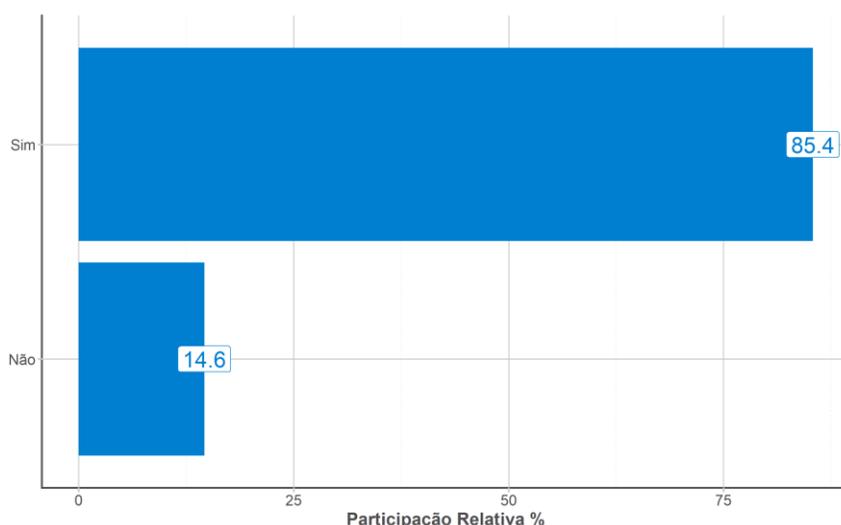
**Figura 133 – Qual a periodicidade da atualização cadastro dos empreendedores da localidade e região?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

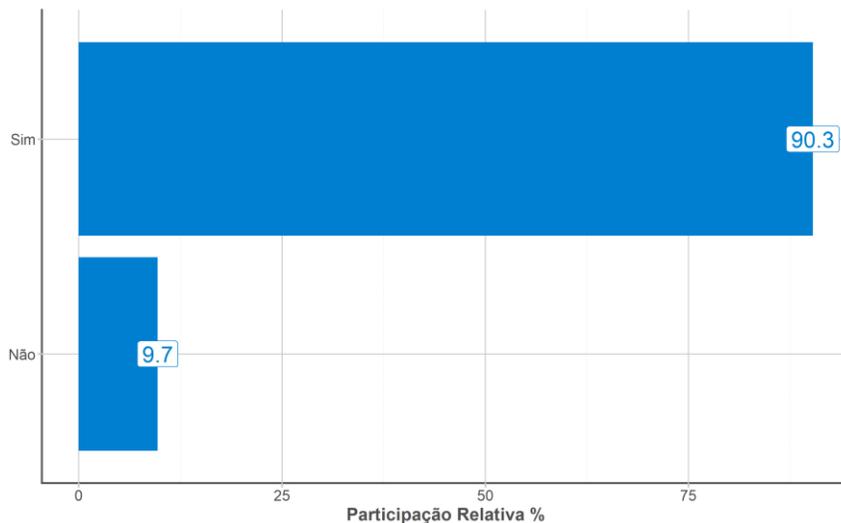
Por fim, o último assunto foi relativo à merenda escolar. Um primeiro elemento é entender o que compõe essa refeição. A Figura 134 mostra que na maior parte das cidades (85,4%) a merenda escolar é composta por alimentos provenientes de produtores familiares locais, enquanto a Figura 135 mostra que produtos regionais são a maior parte da alimentação das crianças. Além disso, a maior parte delas contém frutas (89,2%) e vegetais (89,9%). Por fim, em um pouco mais da metade das cidades, existiam outros produtos regionais além dos citados anteriormente.

**Figura 134 – Município compra algum alimento da merenda escolar de produtores familiares locais?**



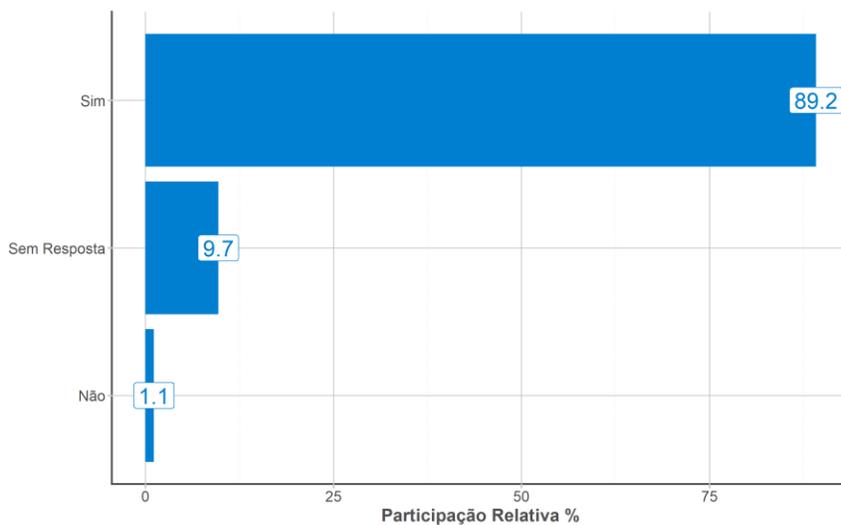
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 135 – Produtos regionais fazem parte do cardápio escolar?



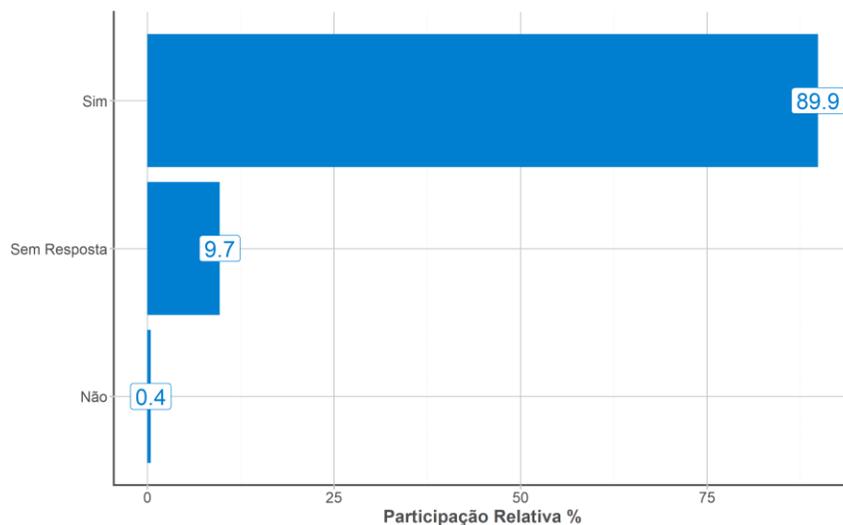
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 136 – Dentre os produtos regionais presentes no cardápio escolar, há frutas?



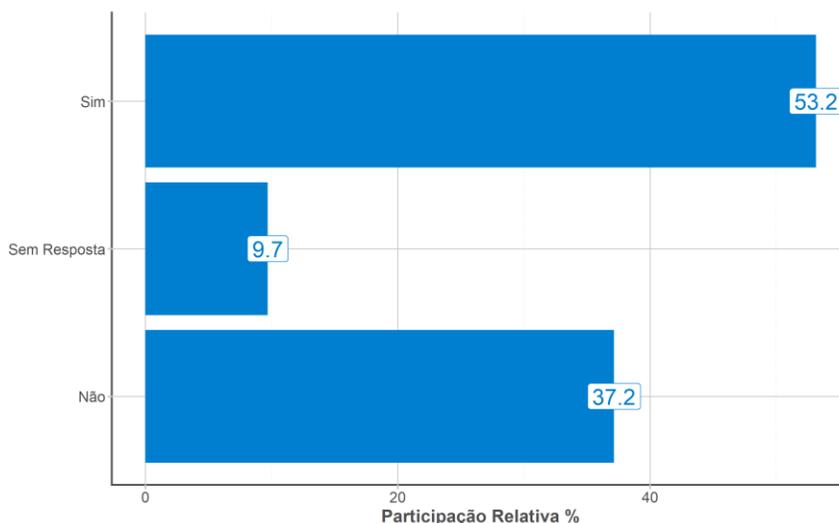
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Figura 137 – Dentre os produtos regionais presentes no cardápio escolar, há vegetais?



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

**Figura 138 – Além dos produtos regionais descrito anteriormente, há outros presentes no cardápio escolar?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

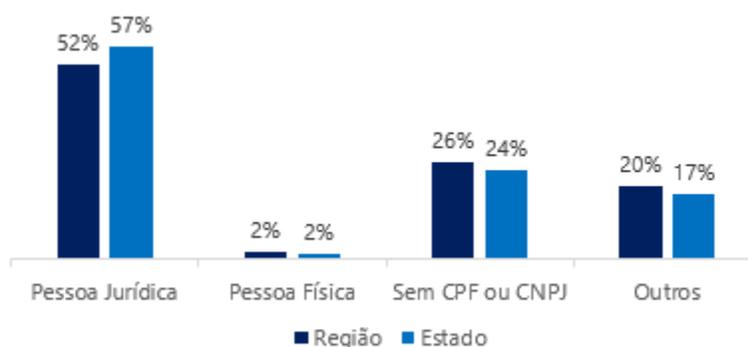
#### 4.4.3 Análise da região de Franca referente às compras governamentais

Conforme demonstrado no subcapítulo anterior, as compras governamentais, especialmente aquelas executadas pelo Municípios, possuem grande relevância para o desenvolvimento local. Buscando aprofundar o mapeamento, este subcapítulo busca agregar informações detalhadas sobre a região de Franca. A seguir são apresentados resultados da análise realizada a partir de dados obtidos sobre despesa detalhada disponíveis no Tribunal de contas do Estado (TCE) e agregados para a região de Franca considerando o período compreendido entre janeiro de 2019 e maio de 2020. Destaca-se que o município de São Paulo não faz parte da jurisdição do TCE, assim, os dados apresentados para as médias estaduais consideram 644 municípios paulistas pertencentes à esta jurisdição.

Conforme disposto na base de dados, só fornecedores que tem como clientes os governos municipais são classificados em 4 (quatro) grupos (Pessoa jurídica, Pessoa física, Sem CPF ou CNPJ e outros), sendo está uma forma de verificar o nível de desenvolvimento do processo de compras, uma vez que é esperado que, quanto mais desenvolvido, mais os fornecedores sejam classificados como pessoa

jurídica. A figura apresentada a seguir mostra a comparação entre o perfil de fornecedores da região de Franca e da média estadual, que contempla todas as prefeituras do Estado.

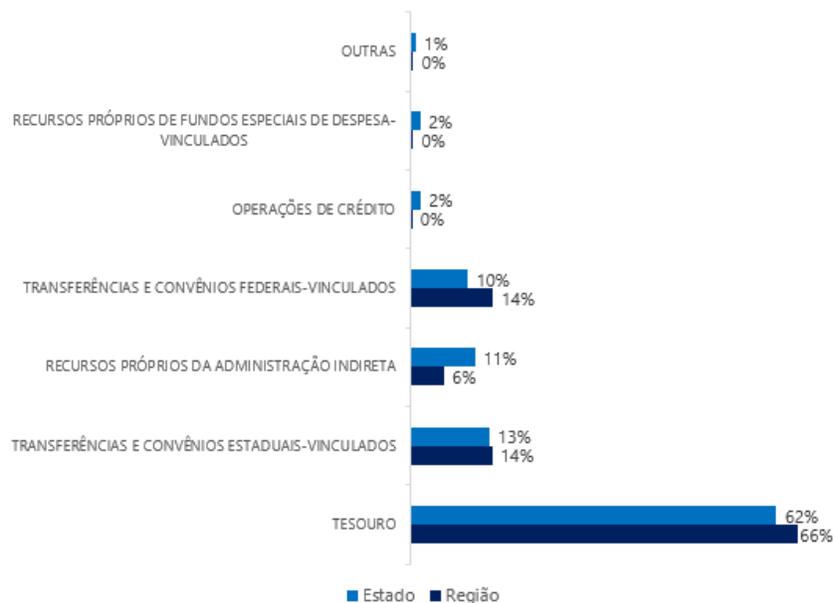
**Figura 139 - Distribuição por tipo de fornecedor na região de Franca em comparação com a média estadual**



Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2019 e 2020.

Os resultados apresentados na Figura 139 demonstram que os Municípios da região de Franca possuem uma distribuição de fornecedores bastante similar ao restante do Estado. Outra informação relevante analisada consiste na análise da fonte dos recursos utilizados para realização das compras municipais, conforme disposto a seguir:

**Figura 140 - Distribuição das fontes dos recursos utilizados para compras municipais em Franca em comparação com a média estadual**

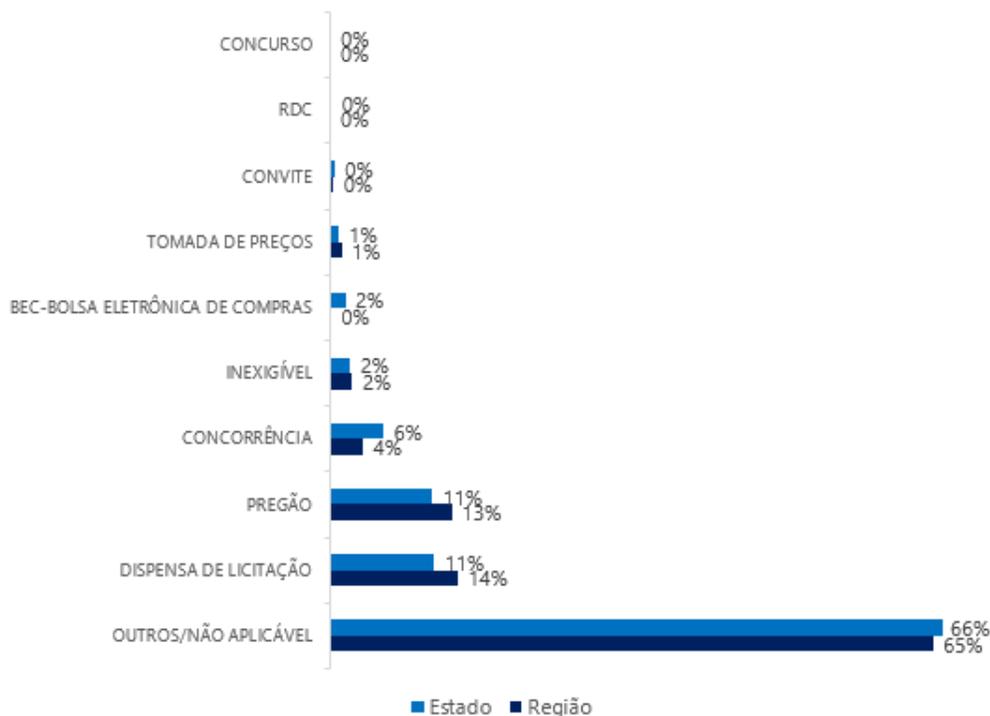


Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2019 e 2020.

Conforme apresentado na Figura 140, a maior parte dos recursos utilizados para efetivação de compras é proveniente do tesouro, sendo esta proporção mais importante na região de Franca do que no restante do Estado, o que revela menor nível de flexibilidade nesta região. Outra diferença significativa é observada nas despesas com recursos provenientes da administração indireta, uma vez que a média regional é de 11%, mas na região de Franca a média é de 6%, revelando que nesta localidade há menor relevância de entidades como autarquias e empresas públicas, que são as principais responsáveis por este tipo de recurso.

Um indicador relevante para a análise da situação das compras se refere à forma com que as aquisições são realizadas. A análise comparativa da forma de implementação das compras na região e no Estado podem ajudar a compreender melhor o status e desenvolvimento dos processos de compras municipais. Os resultados da análise são apresentados a seguir:

**Figura 141 - Mecanismos de implementação de compras municipais utilizados na região de Franca e no restante do Estado**



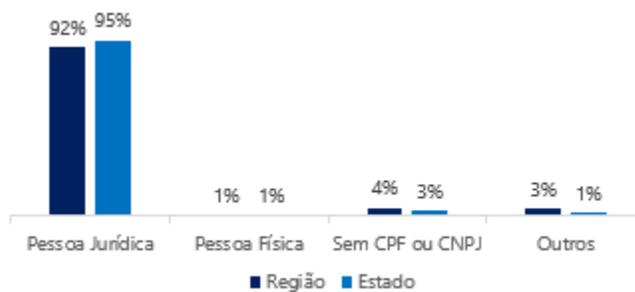
Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2019 e 2020.

Infelizmente as informações disponíveis trazem uma alta proporção do tipo “outros/não aplicável”, impossibilitando a identificação do mecanismo de implementação das compras para parcela significativa das aquisições. Não obstante as limitações encontradas, a proporção do uso de outros mecanismos permite identificar fatores relevantes para compreensão da região.

Para a localidade de Franca se destaca o elevado nível de compras utilizando o mecanismo de dispensa de licitação que, em linhas gerais, é previsto para situações excepcionais e de emergência descritas no artigo 24 da lei de licitações (Lei 8.666/93). Este é um indicador relevante que sugere o menor desenvolvimento das áreas responsáveis por compras nesta região em comparação com o restante do Estado.

Uma vez realizada a análise da situação geral das compras municipais na região de Franca, contemplando todos os produtos e serviços adquiridos pelas prefeituras, passou-se a analisar os dados referentes aos produtos alimentares adquiridos pela administração pública relacionados à educação, uma vez que este é o principal destino dos alimentos adquiridos pelos municípios e possuem potencial para se relacionar com a agricultura familiar e de pequenos produtores locais, foco do presente estudo. Analisando-se os dados específicos para a subfunção de “Educação – Alimentação e nutrição”, é possível obter os mesmos indicadores apresentados acima, iniciando-se pela distribuição do tipo de fornecedor.

**Figura 142 - Distribuição por tipo de fornecedor na região de Franca em comparação com a média estadual para produtos alimentares relacionados à educação**

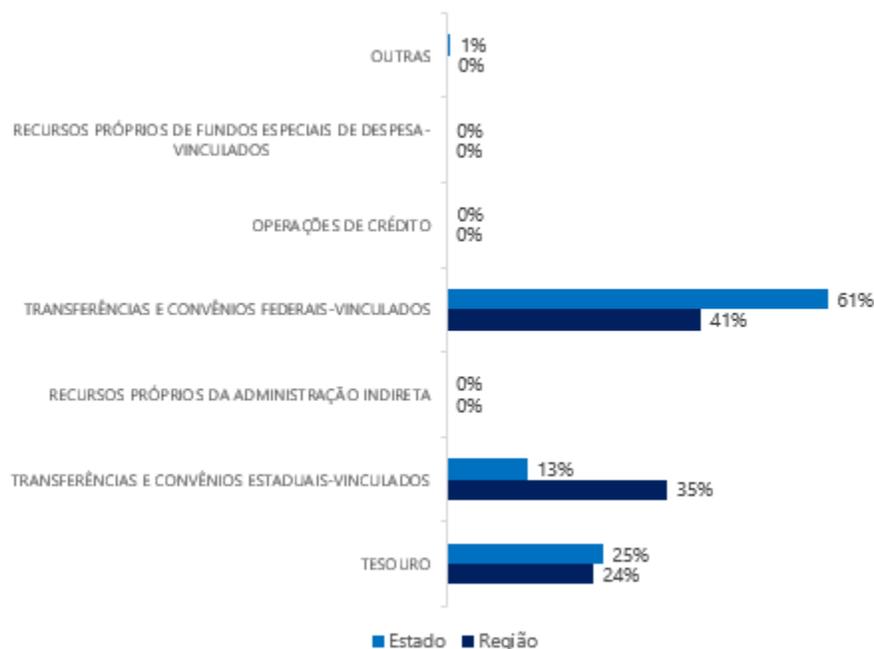


Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2019 e 2020.

Conforme fica evidenciado na Figura 142, a participação de empresas (pessoa jurídica) nas compras relacionadas à alimentos e nutrição na educação é significativamente superior à média geral de 53%, conforme disposto na Figura 139. É possível verificar que o índice de compras de pessoas jurídicas para este grupo de produtos é superior do que na média estadual.

Quanto às fontes de recursos utilizados para as compras, é possível verificar a importância das transferências estaduais e federais, conforme destacado a seguir:

**Figura 143 - Distribuição das fontes dos recursos utilizados para compras municipais de produtos alimentares relacionados à educação em Franca em comparação com a média estadual**

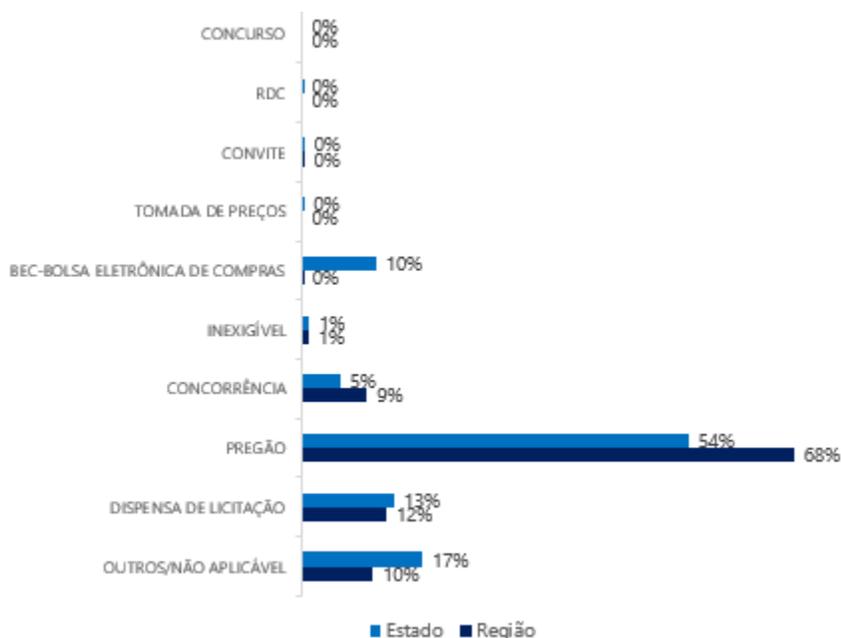


Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2019 e 2020.

A maior diferença entre a região de Franca e o restante do Estado é observada na importância das transferências e convênios federais, que são mais importantes nos demais municípios do Estado do que nos municípios da região de Franca. Por outro lado, esse padrão se inverte quando se olha para a importância das transferências e convênios estaduais.

A última variável analisada se refere ao mecanismo utilizado para a aquisição de alimentos relacionados à educação, conforme apresentado a seguir:

**Figura 144 - Mecanismos de implementação de compras municipais de produtos alimentares relacionados à educação utilizados na região de Franca e no restante do Estado**



Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, 2019 e 2020.

Os resultados apresentados na Figura 144 revelam a priorização do método de pregão, sendo este método mais utilizado na região de Franca do que no restante do Estado, o que é fator de destaque, uma vez que este mecanismo tende a otimizar o processo licitatório. Em contraponto ao índice observado para o mecanismo de pregão, observa-se a ausência do uso de Bolsa Eletrônica de compras, que tem valor igual a 10% na média estadual; este fator revela a possibilidade de incremento deste mecanismo, que busca centralizar a relação entre prefeituras e fornecedores.

#### 4.4.4 Considerações finais sobre Compras Governamentais e da Agricultura Familiar

Neste subcapítulo foram apresentados os resultados da pesquisa primária sobre Compras Governamentais e da Agricultura Familiar, com perfil de respondentes composto majoritariamente por diretores e secretários municipais, com perfil etário jovem, e com alta escolaridade. Como resultado,

38,2% se autodeclarou empreendedor e 67,7% afirmou ter um empreendedor na família, mostrando como esta característica está correlacionada com a gestão municipal. Quase a totalidade dos municípios (97,7%) usa do *site* da prefeitura para publicidade na gestão das compras, e menos de 30% utilizam portais de pregão (públicos ou não). Cerca de um terço afirmou que utiliza controle manual para gestão dos contratos de compras públicas, e 13,6% afirmaram que não possuem planejamento anual de compras. Esses últimos indicadores mostram que existe um espaço para modernização e melhoria das práticas de gestão nas compras municipais.

Além disso, tem-se que 86,4% das cidades faz algum tipo de planejamento anual de compras, com uma grande parcela também fazendo cursos de atualização e capacitação no Tribunal de Contas do Estado. Há um grande volume de programas de incentivo à agricultura familiar, enquanto o cadastro de empreendedores ainda é incipiente. Finalmente, tem-se uma análise sobre a composição da merenda das crianças. A maior parte das cidades tem presença de produtores familiares locais (85,4%). Além disso, a maior parte delas contém frutas (89,2%) e vegetais (89,9%) e uma presença relevante de outros produtos regionais.

Analisando-se os dados secundários detalhados para a região de Franca, é perceptível o espaço para evolução no processo de compras, em especial devido ao alto índice de compras realizadas por meio de dispensa de licitação. Quando observados os dados de compras de alimentos relacionados à educação é possível observar o alto índice de uso do pregão eletrônico, o que é positivo, no entanto vê-se baixa aderência à bolsa eletrônica de compras. Por fim, é possível observar espaço para o aumento de convênios com a esfera federal para aquisição de alimentos, uma vez que o índice regional para este tipo de compra é inferior à média estadual.

## 4.5 Inclusão Produtiva

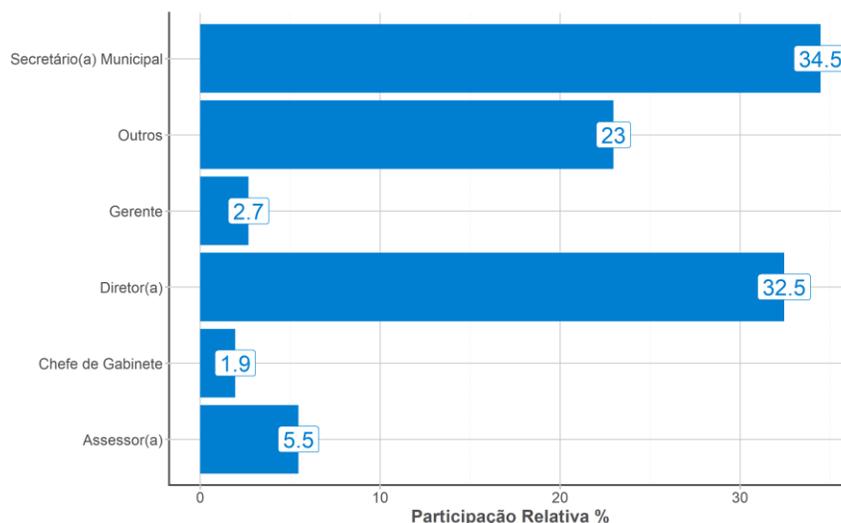
Políticas públicas de inclusão produtiva são voltadas para implementar iniciativa que visem à inserção no mundo do trabalho por meio do emprego formal, do empreendedorismo ou de empreendimentos da economia solidária. Dentre as ações que buscam atender esse objetivo estão aquelas que apoiam microempreendedores e a cooperativas de economia solidária, oferta de qualificação profissional e intermediação de mão de obra. Dessa forma, busca reduzir a vulnerabilidade e a exclusão social de

segmentos de trabalhadoras e trabalhadores que não conseguem gerar alternativas de emprego e renda. Por meio de propostas oriundas do poder público, o objetivo é promover políticas que ampliem o leque de possibilidades para elevação da renda e do bem-estar de setores da sociedade com dificuldades de encontrar colocação formal no mercado de trabalho.

#### 4.5.1 Perfil dos respondentes

A distribuição dos respondentes por tipo de cargo é sempre uma informação importante, ainda que de difícil inferência em si mesma. Contudo, dado que os municípios possuem diferentes portes populacionais, o mais provável é que nas pequenas cidades, a área responsável por essas políticas possua uma hierarquia menor (diretoria). Já nas localidades maiores, geralmente, uma secretaria assume a gestão dessas iniciativas. De toda forma, resta uma questão que pode ser aprofundada em estudos posteriores: analisar o perfil específico dessa área nos municípios paulistas.

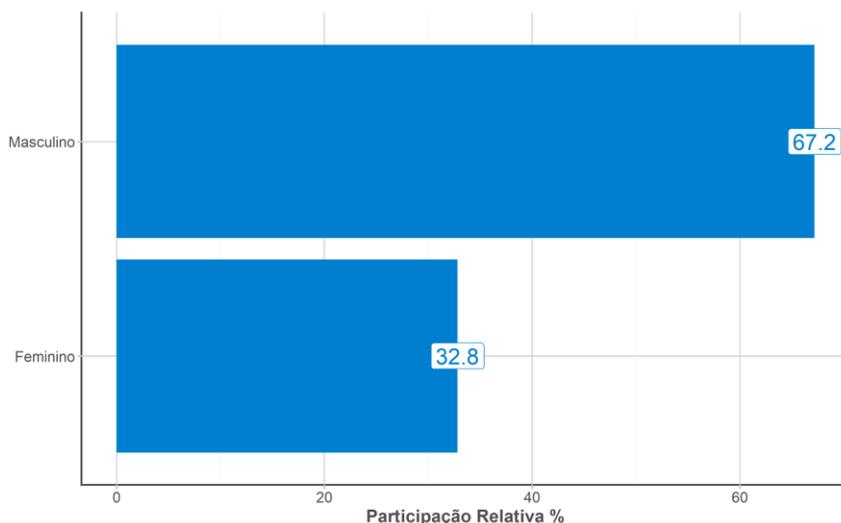
**Figura 145 – Cargo Ocupado na Prefeitura Municipal**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A distribuição por gênero reflete uma realidade da gestão pública brasileira: cargos gerenciais seguem sendo ocupados majoritariamente por homens, embora um pouco menos pronunciada do que na área de associativismo e cooperativismo.

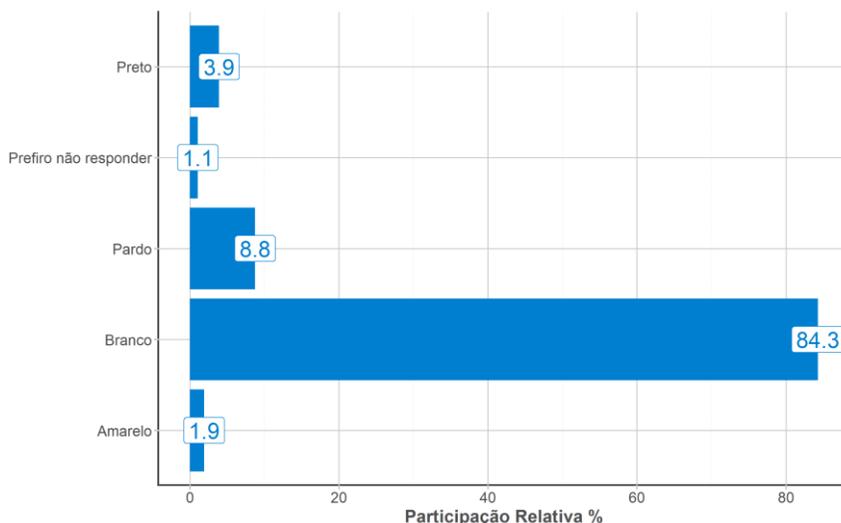
Figura 146 – Gênero



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A distribuição dos cargos gerenciais pelo critério de raça reproduz uma realidade típica da gestão pública brasileira: negros são o segmento amplamente mais excluído dessa possibilidade.

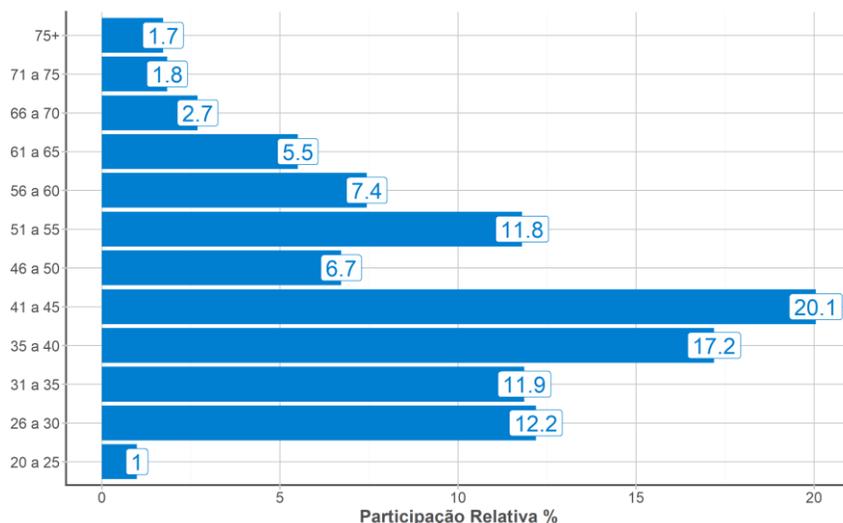
**Figura 147 – Raça/Cor Auto Declarada**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A distribuição dos respondentes por faixa etária mostra que: a) cerca de 37% são profissionais cuja idade varia de 35 a 45 anos; b) 24,1% possuem entre 26 e 35 anos; c) 18,5 % possuem de 46 a 55 anos; d) cerca de 18% possuem mais de 50 anos. Em resumo, o perfil etário predominante é relativamente jovem (61% dos gestores possui até 45 anos), o que pode ser um indicativo da possibilidade para facilitar a implantação de inovações nesse campo de políticas públicas.

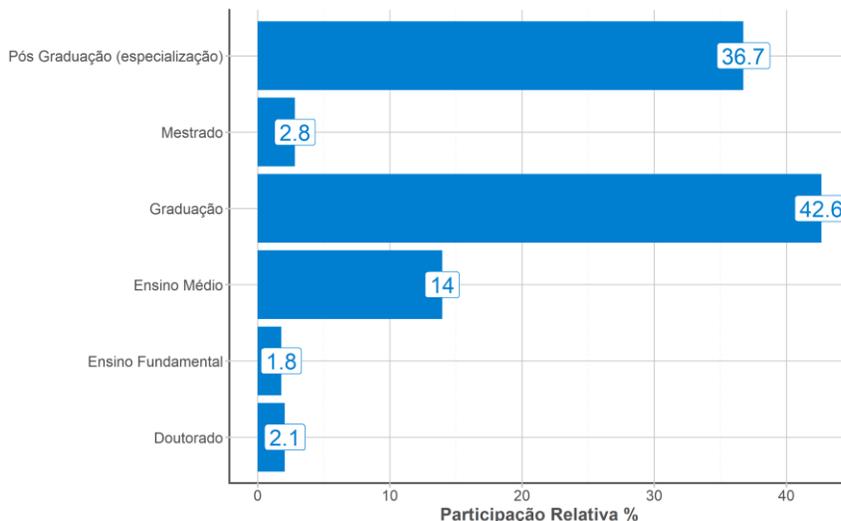
**Figura 148 – Faixa Etária**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A escolaridade dos gestores indica uma formação majoritária com graduação ou especialização (79,3% do total). Por outro lado, 16% possuem ensino fundamental ou médio. Escolaridade não é pré-requisito para ser um bom gestor, mas conhecimento acadêmico costuma ser um instrumento importante para a formulação de políticas públicas. Por fim, 5% dos gestores possuem mestrado ou doutorado, números esses que estão em linha com a baixa prevalência dessa escolaridade na população brasileira.

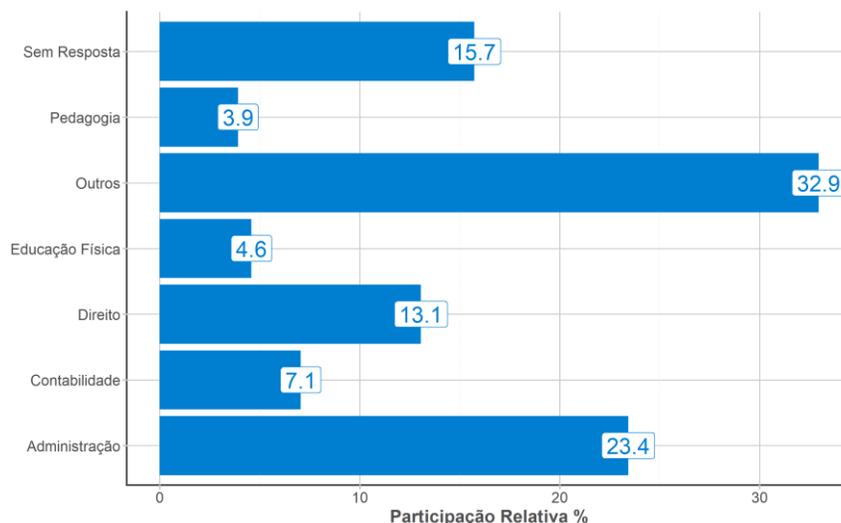
**Figura 149 – Escolaridade**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A formação acadêmica dos gestores indica uma predominância da administração, seguido de direito e contabilidade. A primeira área parece ser a mais alinhada com o tema da inclusão produtiva. No entanto, não se observa nenhum gestor com formação específica em alguma área de administração ou gestão pública.

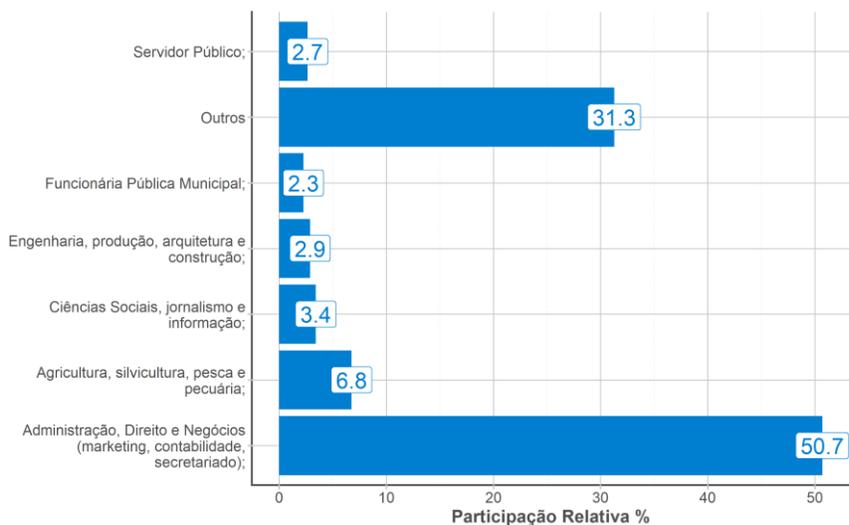
**Figura 150 – Formação Acadêmica**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

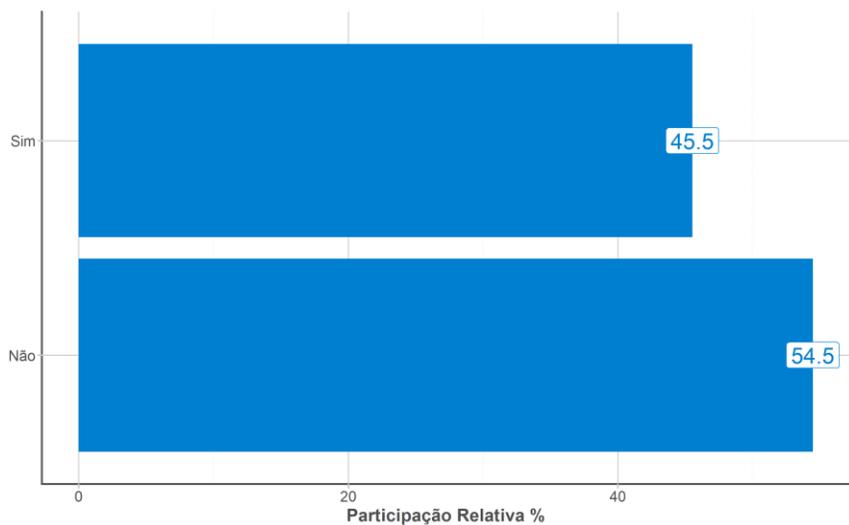
Como se observa as áreas predominantes de atuação profissional coincidem com aquelas de formação acadêmica (administração, direito e contabilidade). Chama a atenção que pouquíssimos são servidores ou funcionários públicos (5%), o que parece indicar que os gestores são cargos de livre provimento. Por fim, as chamadas ciências humanas igualmente figuram baixas, considerando que os temas da inclusão produtiva costumam estar associados a políticas públicas voltadas a segmentos mais vulneráveis que, em geral, são mais alinhados com essa área do conhecimento.

**Figura 151 – Profissão ou Atividade Profissional**



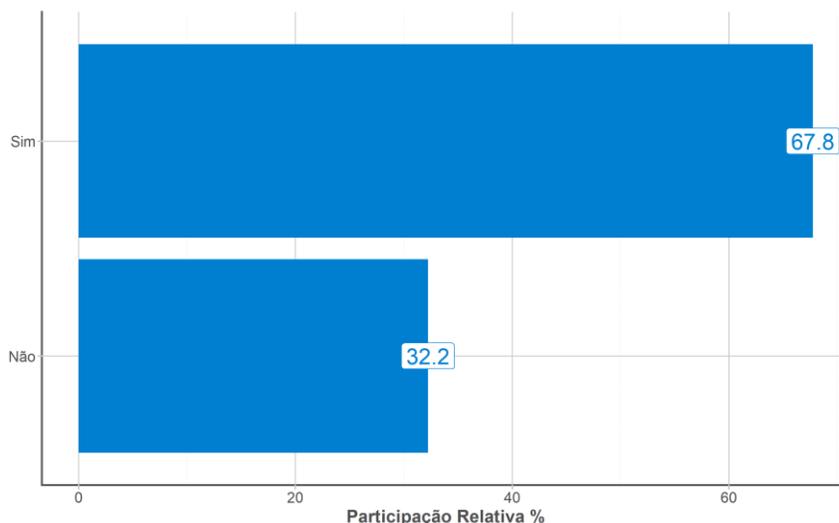
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

**Figura 152 – Empreendedor**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

**Figura 153 – Tem Empreendedor na Família**

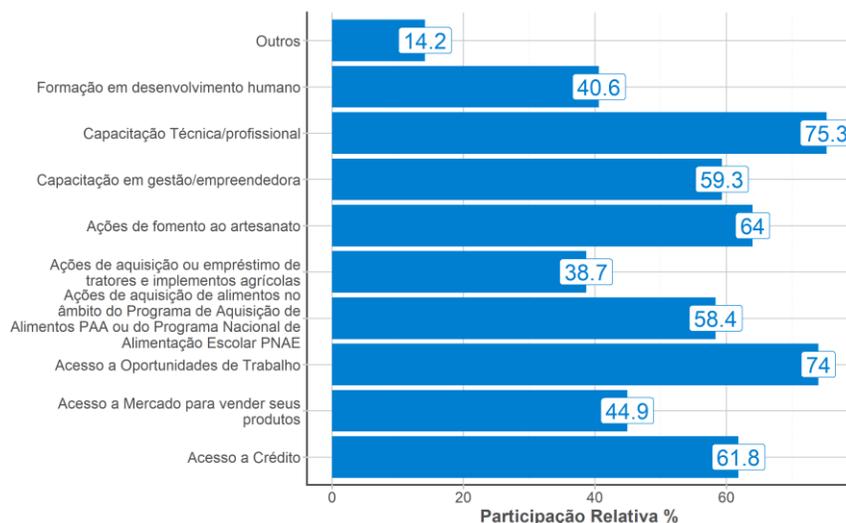


Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

## 4.5.2 Abrangência

Observando-se as políticas implementadas: a) das três voltadas para capacitações prevalece aquelas orientadas para a formação técnica e profissional sobre as habilidades de gestão e empreendedorismo e, em último lugar, qualificação em desenvolvimento humano; b) ações para geração de trabalho predominam sobre fomento ao artesanato; c) estímulo ao escoamento de produtos e compras públicas: acesso ao mercado predomina sobre compras no âmbito do PNAE ou PAA; d) fomento ao crédito: realizado por 62% das cidades e predominante sobre ações mais específicas de outras sobre empréstimos de tratores ou implementos agrícolas. Em resumo, a característica dominante das ações municipais: capacitação técnica e profissional, geração de trabalho, suporte para que produtos sejam escoados no mercado e acesso ao crédito. Esta realidade indica um roteiro de possibilidades de atuação do SEBRAE-SP sobre como e quais temas podem ser orientadores de suas políticas de assessoria e capacitação dos gestores municipais.

**Figura 154 – Quais foram todas as ações de inclusão produtiva desenvolvidas pela prefeitura após 2017? (Marque todas as ações de inclusão realizadas)**



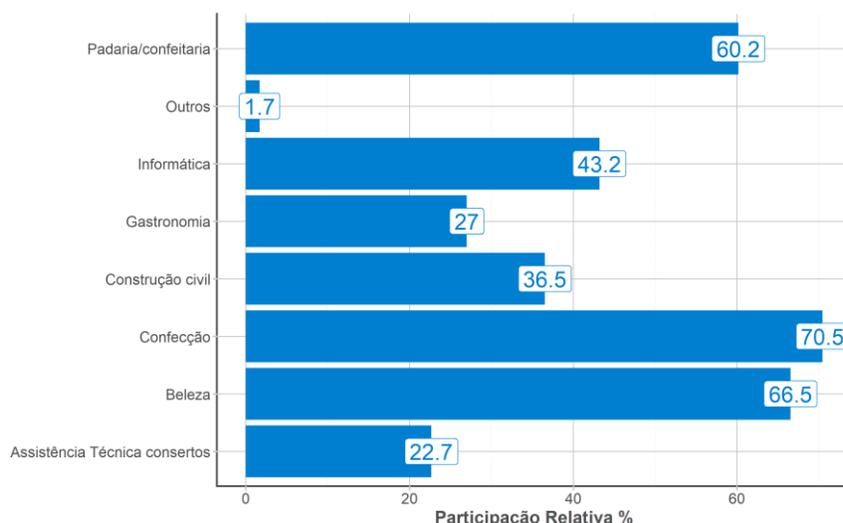
Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Em relação à população vulnerável, os gestores classificaram como muito importante em:

- ▣ 80,8% ações para regularização de documentos;
- ▣ 86,6% ações para acesso a oportunidades de trabalho;
- ▣ 67,3% ações para acesso a mercado para vender seus produtos;
- ▣ 67,8% ações para acesso a crédito;
- ▣ 76,9% ações para conclusão dos estudos do Ensino Fundamental e Médio;
- ▣ 62,2% ações para acesso à cursos de Ensino Superior;
- ▣ 81,2% ações para capacitação técnica e profissional;
- ▣ 69,3% ações para capacitação em gestão empreendedora;
- ▣ 70,4% ações para formação em desenvolvimento humano;
- ▣ 54,9% ações para assistência jurídica;
- ▣ 60,6% ações para assistência psicológica; e
- ▣ 70,7% ações para o acesso a programas de transferência de renda (BPC, PBF, etc.).

Claramente os cursos ofertados estão, predominantemente, em três frentes: confecção, beleza e padaria e confeitaria, sendo os dois primeiros no setor de serviços. O segundo bloco de atividades se concentra em informática e construção civil. O último grupo de iniciativas engloba gastronomia e assistência técnica e consertos. Apenas baseado nesses dados descritivos não é possível gerar-se inferências, contudo pode-se sugerir pistas para a atuação do SEBRAE-SP. A primeira diz respeito a saber se os cursos são organizados pelo lado da oferta (habilidades existentes nos governos locais) ou pelo lado da demanda (são temas requeridos pela população). Se a resposta se inclinar para a primeira opção fica a pergunta sobre a efetividade das iniciativas. A segunda refere-se ao fato de que – excluída construção civil – a ampla maioria das ações são voltadas para o setor de serviços. A terceira é que, ao que parece, as capacitações tanto enfatizam habilidades para atuação para atuar como provedor de serviços como microempreendedor ou outras formas como também para qualificar a atuação como assalariado. Esta talvez possa ser uma nova frente de investigação.

**Figura 155 – Quais vem sendo os temas dos cursos ofertados pela Secretaria ou órgão responsável pela inclusão produtiva na sua cidade?**

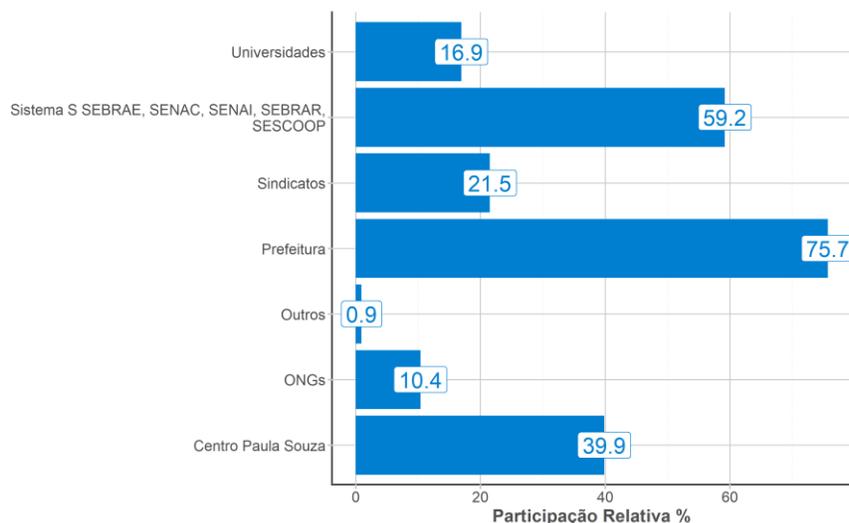


Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Cinco são as observações que resultam do gráfico abaixo. A primeira, a prefeitura é o órgão amplamente dominante na oferta desses cursos, o que parece indicar que a questão da inclusão produtiva é uma política pública inserida no rol de atividades dos governos locais. A segunda, é a

importância do Sistema S como parceiro, embora pareça que as prefeituras atuem mais com seus recursos próprios do que com o suporte das entidades do Sistema S. A terceira, é o papel menos proeminente do governo estadual, pois menos de 40% das localidades indicam a atuação do Centro Paula Souza. A quarta é a menor presença dos sindicatos, pois em tese deveriam ser entidades alinhadas com essas atividades. A quinta refere-se à reduzida presença de ONGs, o que pode indicar tanto a sua baixa presença no território como a ausência de vínculos mais estruturados das prefeituras com essas organizações.

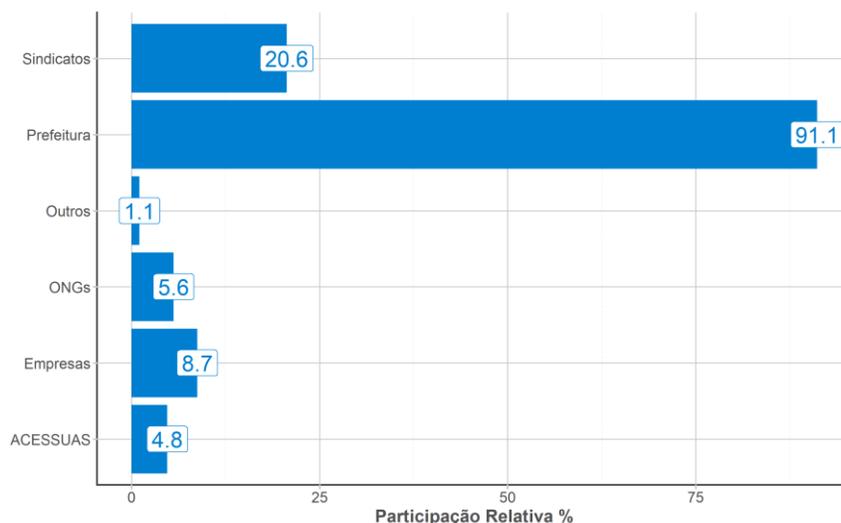
**Figura 156 – Em relação aos cursos desenvolvidos, eles vêm sendo ofertados por quais instituições?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Os dados do gráfico abaixo reforçam o enorme protagonismo das prefeituras na organização dessas atividades e o quanto essa política pública parece inserida na atuação dos governos locais. Em segundo lugar, se os sindicatos são menos ativos na provisão de curso, destacam-se como um parceiro mais atuante no apoio financeiro para garantir a presença dos interessados nos cursos. Vê-se que as empresas são atores que pouco apoiam, de forma que esta pode ser uma janela de oportunidade para a atuação do SEBRAE-SP. Em quarto lugar, a muito reduzida importância do ACESSUAS, o que pelo menos levanta a necessidade de investigar de forma mais detida os porquês dessa baixa relevância.

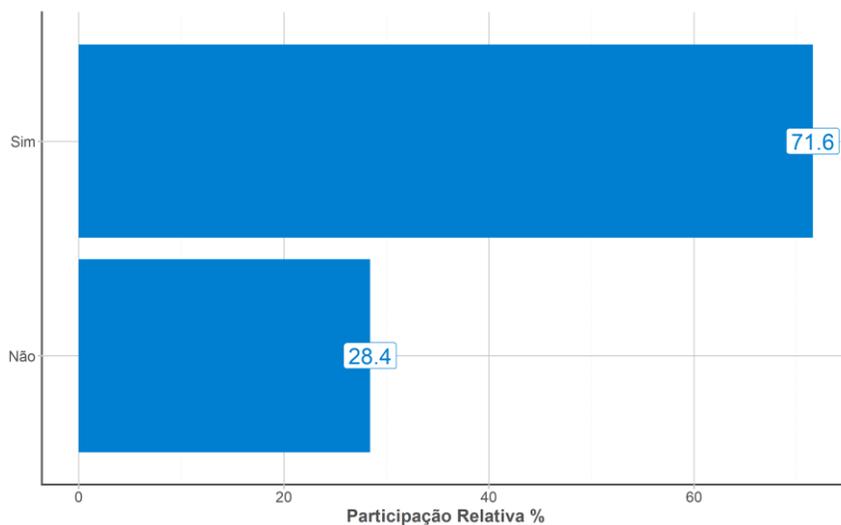
**Figura 157 – Em relação à fonte de financiamento das aulas pertencentes aos cursos de inclusão produtiva, qual vem sendo a origem de seus recursos?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

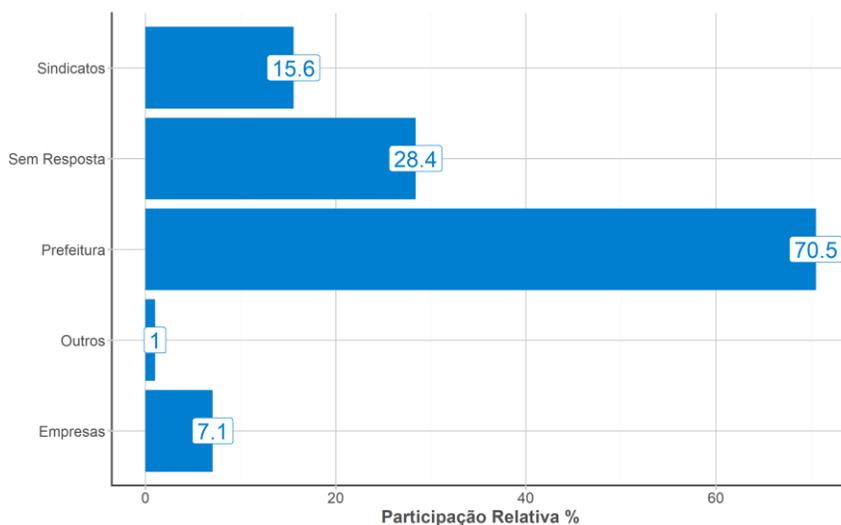
A Figura 158 e Figura 159 confirmam o que já foi acima enfatizado: o poder público local é o principal provedor de recursos para custear as atividades de capacitação. Mais ainda, o órgão responsável por essas iniciativas, em 71,6% dos casos, dispõe de recursos, o que é um indicador positivo da prioridade que as ações assumem na gestão desses órgãos.

**Figura 158 – A Secretaria ou o órgão responsável dispõe de recursos para pagamento de custos para garantir a presença de público nos cursos de inclusão produtiva (como por exemplo, fornecimento de lanche e transporte)**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

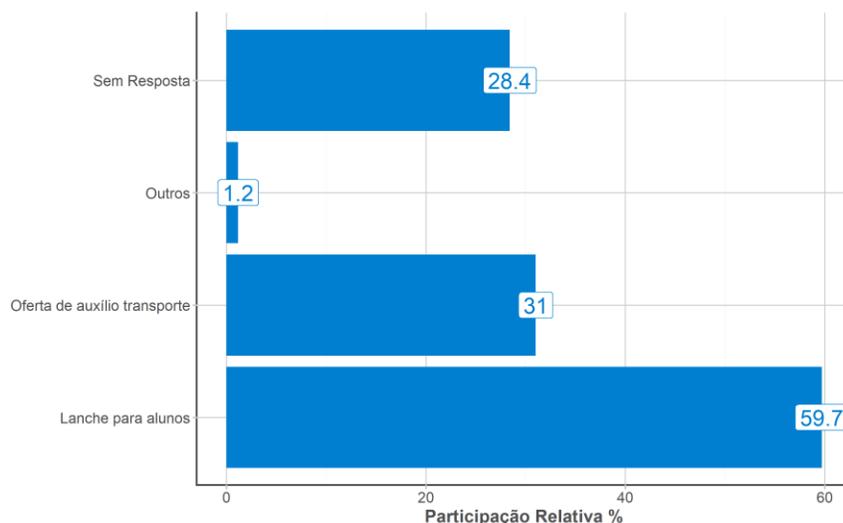
**Figura 159 – De quais instituições, entidades ou organizações provém esses recursos?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Chama atenção os quase 60% de cidades que pagam lanches contra quase a metade que paga deslocamento para os alunos. A questão que merece ser mais bem investigada é se a não oferta de ambos em patamares similares pode prejudicar a presença de alunos.

**Figura 160 – Que tipo de custos vem sendo cobertos para garantir a presença de estudantes?**

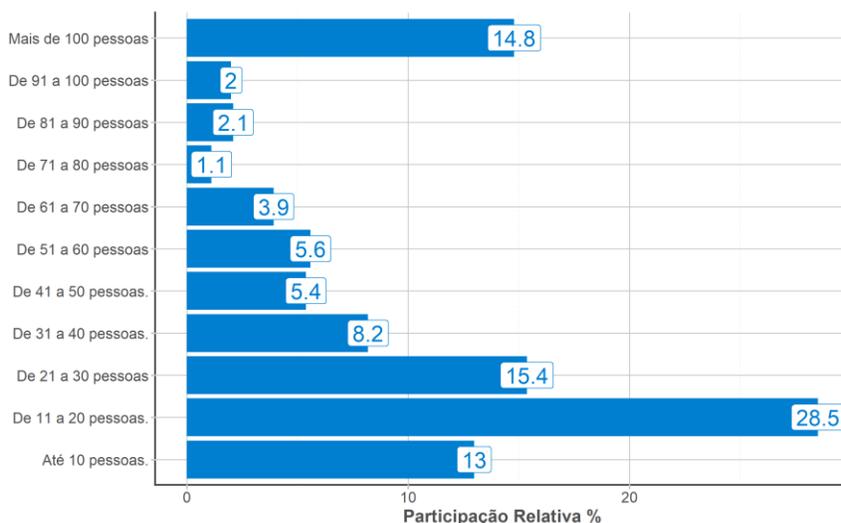


Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

Os números médios mensais de atendimento devem ser vistos com cuidado, mas buscando aproximações. A população média dos municípios paulistas é de 69,2 mil habitantes. A População Economicamente Ativa, em 2019, era de 35,7 mil e o seu desemprego em fevereiro de 2020 era de 12,1%<sup>20</sup>. Assim, se 44% das cidades, na média, atendem de 11 a 30 pessoas por mês, isso representa uma parcela muito reduzida do público-alvo potencial, apenas considerando um indicador bastante singelo. Por outro lado, destaque para 15% das cidades que atendem mais de 100 pessoas. Contudo, tomando os números médios como referência há um bom espaço para a expansão dessas atividades nos municípios, o que pode ser um bom input para as ações de assessoria do SEBRAE-SP.

<sup>20</sup> Fundação SEADE Disponível em: <https://painel.seade.gov.br/evolucao-populacional/>.

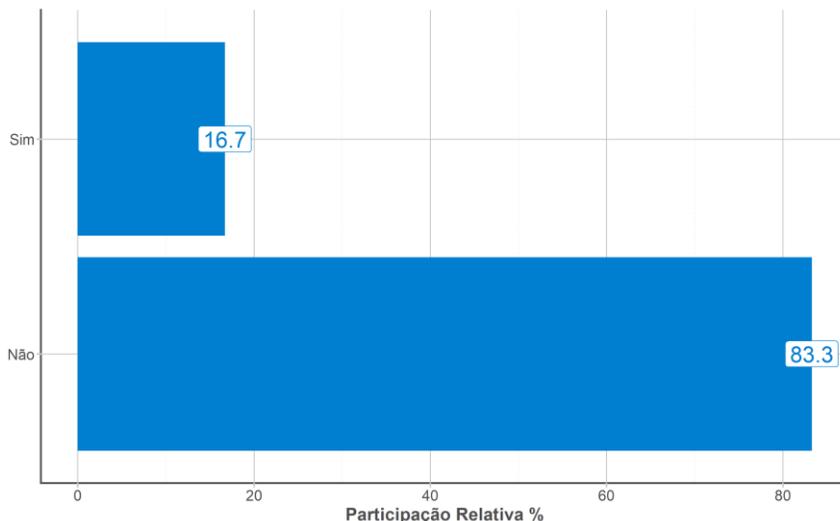
**Figura 161 – Em relação aos cursos de inclusão produtiva, em média, quantas pessoas são atendidas mensalmente?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

O dado fala por si só: a cooperação federativa, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), no caso do ACESSUAS não é uma alternativa que esteja inserida na gestão da grande maioria dos municípios paulistas. A questão é saber se se trata de um problema dos incentivos do SUAS ou de um programa que não atende as necessidades dos municípios.

**Figura 162 – A Prefeitura possui o ACESSUAS?**



Fonte: Pesquisa Primária FGV/SEBRAE, 2020.

A maioria das cidades da região não dispõe de diagnósticos ou estudos sobre desafios da inclusão produtiva, o que pode reforçar o questionamento acima: os cursos são organizados pelo lado da oferta ou da demanda?

**Tabela 35 – Informações sobre atuação dos municípios da região e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: estudos setoriais**

Respostas	Região	(%)	Estado	(%)
<b>Existe algum tipo de estudo setorial e/ou diagnóstico socioeconômico do município que tenha sido realizado no período entre 2015 e 2017</b>				
Sim	2	9%	99	15%
Não	17	74%	393	61%
Não Sabe Responder	4	17%	153	24%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

Apenas duas cidades desenvolvem ações de inclusão na região, tanto rural como para geração de trabalho e renda. Portanto, há ainda um contingente não desprezível de cidades nas quais essas ações não figuram como políticas públicas. Ações de trabalho e renda estão pouco abaixo da média estadual de 70% das cidades.

**Tabela 36 – Informações sobre atuação dos municípios da região e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: ações realizadas**

Respostas	Região	(%)	Estado	(%)
<b>O município desenvolve ações, programas ou projetos de inclusão produtiva para a geração de trabalho e renda</b>				
Sim	15	65%	451	70%
Não	7	30%	135	21%
Não Sabe Responder	1	4%	59	9%
<b>O município desenvolve ações, programas ou projetos de inclusão produtiva rural</b>				
Sim	6	26%	345	53%
Não	13	57%	225	35%
Não Sabe Responder	4	17%	75	12%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

A Tabela 37 mostra que as atividades mais importantes são as ações de assistência técnica, ações de aquisição ou empréstimo de tratores e implementos agrícolas, e ações de fomento a atividades produtivas. Fomento ao acesso ao crédito vem na sequência, com destaque também para ações de aquisição de alimentos no âmbito PAA ou PNAE. O último bloco poderia ser chamado de “apoio logístico”: apoio ao transporte, armazenagem, comercialização, distribuição de alimentos e doação de sementes e pequenos animais.

**Tabela 37 - Informações sobre atuação dos municípios da região e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: iniciativas desenvolvidas na área da inclusão produtiva rural**

Ações	Região	(%)	Estado	(%)
<b>Ações, programas ou projetos desenvolvidos:</b>				
Ações de assistência técnica e extensão rural	4	67%	271	79%
Ações de fomento a atividades produtivas	4	67%	238	69%
Ações de incentivo para acesso ao crédito e ao seguro rural	3	50%	182	53%
Ações de aquisição ou empréstimo de tratores e implementos agrícolas	4	67%	249	72%
Ações de doação de sementes ou matrizes de pequenos animais	-	0%	66	19%
Ações de aquisição de alimentos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	3	50%	286	83%
Ações de aquisição de alimentos para atender a demandas regulares de restaurantes universitários, presídios, hospitais, entre outros	-	0%	89	26%
Ações de apoio a transporte, armazenagem, comercialização e distribuição de alimentos (18)	1	17%	117	34%
Ações de fomento a empreendimentos coletivos rurais (associativismo, cooperativismo e economia solidária)	2	33%	224	65%
Ações de assistência técnico-gerencial a empreendimentos coletivos rurais (para formalização, melhora da produção, aspectos jurídicos e comerciais)	2	33%	163	47%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

**Tabela 38 – Informações sobre atuação dos municípios da região e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: iniciativas de qualificação profissional e intermediação de mão de obra**

Respostas	Região	(%)	Estado	(%)
<b>O município desenvolve ações, programas ou projetos de qualificação profissional e intermediação de mão de obra</b>				
Sim	11	48%	437	68%
Não	10	43%	160	25%
Não Sabe Responder	2	9%	48	7%
<b>Ações, programas ou projetos desenvolvidos:</b>				
Ações de qualificação profissional	10	91%	416	95%
Ações de intermediação de mão de obra	3	27%	274	63%
Ações de mobilização e sensibilização para cursos de qualificação profissional	7	64%	378	86%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

Abaixo da proporção observada, no estado, 11 dos 23 municípios da região de Franca pesquisados afirmaram possuir ações de qualificação de mão de obra. Destes 12 municípios, 11 possuem ações de qualificação profissional e 7 desenvolvem ações de mobilização e sensibilização para custos de qualificação profissional. Por outro lado apenas 3 apresentam ações de intermediação de mão de obra. Este pode ser considerado um canal para melhoria do processo de inclusão produtiva na região.

**Tabela 39 – Informações sobre atuação dos municípios da região e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: iniciativas desenvolvidas na área da inclusão produtiva urbana**

Respostas	Região	(%)	Estado	(%)
<b>O município desenvolve ações, programas ou projetos de inclusão produtiva urbana</b>				
Sim	6	26%	253	39%
Não	13	57%	299	46%
Não Sabe Responder	4	17%	93	14%
<b>Ações, programas ou projetos desenvolvidos:</b>				
Ações de fomento a empreendimentos individuais urbanos	6	100%	182	72%
Ações fomento a empreendimentos coletivos urbanos (Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária urbana e outros grupos não formalizados)	2	33%	156	62%
Ações de assistência técnico-gerencial a empreendimentos individuais urbanos (para formalização, melhora da produção, aspectos jurídicos e comerciais)	5	83%	162	64%
Ações de incubação de empreendimentos	2	33%	87	34%
Ações de fomento ao artesanato	5	83%	225	89%
Ações de doação de equipamentos ou kit básico para desempenho do trabalho	-	0%	61	24%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

O percentual de cidades que realiza ações de inclusão produtiva urbana, não chega a 30%, o que merece um destaque, pois é bem menor que as cidades que desenvolvem ações de inclusão produtiva rural. Fomento a atividades produtivas (artesanato ou empreendimento individuais ou coletivos urbanos) assumem destaque. O segundo grupo são ações de apoio técnico ou de incubação de negócios, embora esse último seja menos relevante por exigir maiores investimento e recursos técnicos. O terceiro grupo são ações de apoio logístico como doação de equipamentos.

**Tabela 40 – Informações sobre atuação dos municípios da região e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: iniciativas desenvolvidas na área de crédito, microcrédito e seguro**

Respostas	Região	(%)	Estado	(%)
<b>O município desenvolve ações, programas ou projetos de crédito, microcrédito e seguro</b>				
Sim	15	65%	385	60%
Não	5	22%	200	31%
Não Sabe Responder	3	13%	60	9%
<b>Ações, programas ou projetos desenvolvidos:</b>				
Ações para promover o acesso a microcrédito produtivo orientado (Programa CRESCER e/ou similar)	3	20%	87	23%
Ações de acesso a crédito por meio do Banco do Povo ou outras organizações congêneres	15	100%	373	97%
Ações de acesso a crédito do Proger urbano	-	0%	35	9%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

A maioria das cidades da região desenvolve ações de crédito, microcrédito e seguro (63% das cidades na região). Destaque para o fato de todas as cidades da região disporem de instrumentos como Banco do Povo. Por outro lado, é muito menos usual a existência de ações de microcrédito produtivo.

**Tabela 41 – Informações sobre atuação dos municípios da região e do Estado relativos à Inclusão Produtiva: iniciativas desenvolvidas na área de geração de trabalho e renda**

Respostas	Região	(%)	Estado	(%)
<b>O município desenvolve ações, programas ou projetos de geração de trabalho e renda</b>				
Sim	12	52%	369	57%
Não	10	43%	215	33%
Não Sabe Responder	1	4%	61	9%
<b>Ações, programas ou projetos desenvolvidos:</b>				
Projeto(s) de apoio à comercialização de negócios, cooperativas e empreendimento solidários	6	50%	255	69%
Projeto(s) de apoio ao associativismo, cooperativismo e economia solidária	5	42%	216	59%

Fonte: Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC, 2018, IBGE.

É representativo o número de cidades com ações na área de geração de trabalho e renda, com apenas 52% possuindo iniciativas nesse campo. O foco das ações parece bem equilibrado.

### 4.5.3 Considerações referentes a inclusão produtiva

A pesquisa realizada com gestores públicos municipais sobre o tema da inclusão produtiva mostra um universo diversificado, mas ao mesmo tempo potencialmente rico de possibilidades de atuação para o SEBRAE-SP. A localização da área na estrutura administrativa municipal não é homogênea, pois secretarias ou diretorias são duas formas organizacionais usuais. Há uma predominância de homens brancos na gestão das unidades responsáveis, o que está em linha com outras pesquisas que mostram a baixa presença mulheres e da população negra em cargos de chefia na gestão pública brasileira e municipal.

O perfil etário mais representativo, embora não majoritário, é o de 35 a 45 anos e administração é a principal área de formação acadêmica dos gestores. Como se observa as áreas predominantes de atuação profissional coincidem com aquelas de formação acadêmica (administração, direito e contabilidade). Chama a atenção que pouquíssimos são servidores públicos (5%), A escolaridade dos gestores indica uma formação majoritária com graduação ou especialização (79,3% do total). A grande maioria dos profissionais que respondem pelas políticas de inclusão produtiva possuem empreendedores nas suas famílias (67%), mas mais da metade dos gestores não são empreendedores (54,5%).

A característica dominante das ações municipais: capacitação técnica e profissional, geração de trabalho, suporte para que produtos sejam escoados no mercado e acesso ao crédito. Esta realidade indica um roteiro de possibilidades de atuação do SEBRAE-SP sobre como e quais temas podem ser orientadores de suas políticas de assessoria e capacitação dos gestores municipais.

Quanto aos temas dos cursos de capacitação ofertados, estão predominantemente em três frentes: confecção, beleza e padaria e confeitaria, sendo os dois primeiros no setor de serviços. O segundo bloco de atividades se concentra em informática e construção civil. O último grupo de iniciativas engloba gastronomia e assistência técnica e consertos. Apenas baseado nesses dados descritivos não é possível gerar-se inferências, contudo pode-se sugerir pistas para a atuação do SEBRAE-SP. A primeira diz respeito a saber se os cursos são organizados pelo lado da oferta (habilidades existentes nos governos locais) ou pelo lado da demanda (são temas requeridos pela população). Ademais, excluída construção civil, a ampla maioria das ações são voltadas para o setor de serviços.

Com relação às entidades que ofertam atividades de capacitação, a primeira, a prefeitura é o órgão amplamente dominante, seguido do Sistema S como parceiro. Em terceiro lugar, o papel menos proeminente do governo estadual por meio da atuação do Centro Paula Souza. Os sindicatos vêm em quarto lugar e, por fim, a ação mais reduzida de ONGs.

Sobre o suporte financeiro para a realização das capacitações, bem como para apoiar a presença de alunos, o maior provedor são as prefeituras e suas secretarias municipais responsáveis por essas políticas públicas. Sindicatos, ONGs, empresas e recursos federais por meio do ACESSUAS são secundários nesse processo. Em termos mais específicos, lanches são as despesas mais custeadas do que o transporte para estimular a frequência de alunos nos cursos.

Particularmente sobre o ACESSUAS, a cooperação federativa, por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) não é uma alternativa que esteja inserida na gestão da grande maioria dos municípios paulistas. A questão é saber se se trata de um problema dos incentivos do SUAS ou de um programa que não atende as necessidades dos municípios.

O número médio de alunos atendidos mostra que, 44% das cidades, na média, atendem de 11 a 30 pessoas por mês, isso representa uma parcela muito reduzida do público-alvo potencial, apenas considerando um indicador bastante singelo. Por outro lado, destaque para 15% das cidades que atendem mais de 100 pessoas. Esta é outra área que merece atenção do SEBRAE-SP para identificar as possibilidades de aportar apoio para as prefeituras, visando a ampliar a quantidade de alunos atendidos.

No tocante às ações de inclusão produtiva na região, a maioria das cidades da região não dispõe de diagnósticos ou estudos sobre desafios dessa área. É significativo o número de cidades com ações de inclusão na região, tanto rural como para a geração de trabalho e renda. Porém, há ainda um contingente não desprezível de cidades nas quais essas ações não figuram como políticas públicas. No campo das ações de inclusão produtiva rural, as cidades investem mais em assistência técnica e extensão rural, fomento a atividades produtivas e aquisições ou empréstimos de tratores e implementos agrícolas.

Nas iniciativas de qualificação profissional, chama a atenção que ações de intermediação de mão de obra que é a menos indicada (27%) no conjunto das ações realizadas como projetos ou programas. Na área da inclusão produtiva rural, fomento a atividades produtivas (artesanato ou empreendimento individuais ou coletivos urbanos) assumem destaque. O segundo grupo são ações de apoio técnico ou de incubação de negócios, embora esse último seja menos relevante por exigir maiores investimento e recursos técnicos. O terceiro grupo são ações de apoio logístico como doação de equipamentos.

No contexto das ações de crédito e microcrédito, a grande maioria das cidades da região desenvolve esse tipo de ação (63% das cidades). Além disso é mais usual a existência de ações de microcrédito na região do que no estado. Por fim, nas ações de geração de trabalho e renda, sua existência é representativa nas. O foco das ações parece bem equilibrado.

Em resumo, as ações de inclusão produtiva, seja considerando a opinião média dos municípios paulistas, seja baseado em dados secundários da região de Franca, mostram que se trata de uma política pública amplamente utilizada, ainda que existam diferenças entre as ações. Este é o aspecto mais importante. Por outro, não é pequeno o número de cidades que não possuem iniciativas nesse campo – que podem ser as mesmas em todas as áreas -, o que indica um espaço grande de atuação para o SEBRAE-SP no sentido de qualificar a oferta dessas políticas em nível municipal.

## 5. Considerações Finais

---

Considerando a análise realizada, vê-se que o leque de oportunidades para a melhora no ambiente econômico, social e institucional na região de Franca é bastante expressivo. Nesse sentido, esse capítulo final elenca as questões mais importantes que podem embasar políticas públicas regionais e a atuação do SEBRAE-SP. Para facilitar a leitura, as questões são apresentadas em forma de tópicos

- 1) Importância de considerar o perfil da região, com um município com mais de 300 mil habitantes (Franca) e quatro municípios que possuem entre 40 e 80 mil habitantes. Juntos, esses 5 municípios são responsáveis por mais de 70% da população da região, o que possui implicação no tipo de política pública e de assessoria técnica.
- 2) População com um nível de envelhecimento abaixo da média estadual. Apesar disto, Franca está entre as regiões com maior razão de dependência. Esta é uma importante característica da região, uma vez que afeta a disponibilidade da PEA, influencia a dinâmica econômica e o perfil do gasto público regional em áreas como saúde e assistência social.
- 3) Vulnerabilidade social não tão elevada, o que se reflete nas taxas de mortalidade próximas a média estadual. Porém, vale ressaltar que o PIB per capita é inferior à média estadual e, apesar de o IDHM é similar a média do estado, ao olharmos apenas para o IDHM de renda, a região se encontra defasada em relação as demais.
- 4) Educação básica majoritariamente pública, com proporção de matrículas por docente bastante similar na região e no estado como um todo.
- 5) Qualidade do ensino fundamental é um tema relevante, considerando as notas do IDEB em níveis pouco abaixo da média estadual. O consorciamento se apresenta como uma saída oportuna, visando realizar a capacitação de professores e demais trabalhadores da educação, a exemplo do que ocorre com a experiência da Câmara Técnica de Educação do Consórcio Intermunicipal do Vale do Paranapanema (CIVAP). Este ponto ganha relevância devido ao baixo nível de consorciamento observado na região.

225 / 237

FGV Projetos CE Nº 1156/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

- 6) Um tema que merece destaque é a educação técnica, visando avaliar sua adequação às vocações econômicas regionais. Nesse contexto destacam-se os municípios da região que possuem ao menos uma instituição de ensino profissionalizante: Franca, Batatais, Ituverava, Miguelópolis, Morro Agudo, Orlandia, Igarapava e São Joaquim da Barra.
- 7) Ensino Superior com grande participação de instituições privadas. A região de Franca se destaca também por possuir mais alunos em cursos superiores a distância do que presencial. Ao compararmos olharmos para o total de matrículas em curso superior a distância no estado, a região em questão é responsável por mais de 10% do total de matrículas nessa modalidade. Nessa etapa do ensino, a maioria das matrículas da região são em cursos superior voltados para Educação.
- 8) Na saúde, o déficit hospitalar de leitos de UTI representa uma questão crítica para a região, pois esta possui menos leitos que a média do estado. Diante do perfil demográfico da população, a saúde pública parece ser uma área com desafios, ainda mais considerando que será a demanda deve crescer no cenário pós-pandemia. Como exemplo dessa questão, a quantidade de respiradores é menor que a média estadual, e coloca a região de Franca entre as piores neste quesito. Uma vez mais a questão do consorciamento se mostra relevante, dado o baixo nível de cooperação intermunicipal observado.
- 9) Assistência social se encontra mais bem posicionada no quesito oferta de equipamentos públicos. Porém, a vulnerabilidade social é mediana, quando olhada pelo número de famílias no Cadastro Único que é similar a média estadual. Quando olhamos para a população em extrema pobreza a região apresenta uma menor proporção da população nesta situação que o restante do estado. Apesar de se situar em nível próximo à média estadual, relevante ressaltar que o nível de pobreza e extrema pobreza, em números brutos, é significativo.
- 10) Apesar da maior parte da população da região viver em municípios classificados como “Equitativos”, segundo o IPRS, existe ainda uma significativa disparidade econômica regional. Observa-se que aproximadamente 10% da população vive em municípios classificados como

“Desiguais”, o que indica que programas redistributivos visando equalizar essas diferenças podem ser políticas públicas importantes, bem como avaliar como esse tema transversal pode ser inserido nos consórcios intermunicipais ou mesmo orientar ações coordenadas pelo SEBRAE-SP. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional.

- 11) Economia regional dominada pela atividade serviços e comércio. Os setores de indústria, e, principalmente, agropecuária são mais importantes para a economia regional do que o observado na média do estado, o que indica caminhos para orientar os benefícios de planos territoriais de desenvolvimento para potencializar e diversificar esses setores. Essa pode ser uma rota para fortalecer o desenvolvimento regional.
- 12) No campo da economia criativa deveria ser analisada as possibilidades de conectar a modernização econômica aliada às vocações regionais dominantes.
- 13) Quantidade de MPEs similar a média estadual, porém sendo a quarta região com maior proporção de vínculos empregatícios em empresas desse porte. Ações visando qualificar a gestão dessas empresas e de capacitação de mão de obra podem ser particularmente importantes, sobretudo considerando os números médios de capacitados captados pela pesquisa primária que indicam existir um amplo espaço para incrementar a oferta de cursos e atividades de educação profissional.
- 14) Informalidade intermediária na região indica um espaço potencial para a expansão dos MEIs tanto na atuação do SEBRAE-SP como das prefeituras. As MEIs da região estão concentradas em comércio e serviços e, em menor escala, na indústria, com destaque para a fabricação de produtos do fumo.
- 15) Pandemia afetou o nível de emprego, sobretudo das MPEs, com a região tendo um saldo negativo entre abril/2020 e junho/2020, o que possivelmente se explica pela atividade econômica ser dependente do comércio e serviços que foram setores mais prejudicados. Antes da pandemia, nos meses de janeiro e fevereiro, a região teve um saldo positivo superior ao observado no restante dos estados. De forma mais geral, observa-se um padrão em que

a região de Franca possui uma maior variância na movimentação de empregos do mercado formal que o estado de São Paulo como um todo. Esta pode ser uma questão importante para orientar as políticas de suporte municipal e do SEBRAE-SP.

- 16) Região caracterizada por alto associativismo entre produtores, o que mostra existir um caminho aberto para fomentar ainda mais esse tipo de cooperação entre agentes econômicos seja pelo SEBRAE-SP como pelos governos locais. De forma mais específica, sobretudo as cooperativas mostram o potencial para o apoio técnico a esses produtores. Nesse sentido, destaca-se que a região possui baixa proporção de produtores recebendo assistência técnica do Governo, podendo este ser um canal importante a ser desenvolvido para aumento da produtividade regional.
- 17) Sistema S com reduzida atuação de assistência técnica mostra um espaço de crescimento dessas atividades junto às empresas. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto como elo entre as cidades e o SEBRAE-SP, ao menos para diagnosticar demandas de apoio técnico.
- 18) Gestão fiscal muito dependente de transferências intergovernamentais e com maior volume recebido do governo federal que o restante do estado. Devem ser identificadas as possibilidades de modernizar a gestão fiscal dos municípios (atualização do valor dos imóveis para a cobrança do IPTU ou a informatização dos cadastros para a cobrança desse tributo e do ISS, por exemplo). Esta é uma área com grande potencial de inovação no setor público municipal.
- 19) Melhorar a gestão das despesas com pessoal é um tema que surge em função de a região gastar mais do que a média estadual. Apesar disso, todos os 14 municípios da região que se tem informação estão em conformidade com a lei de responsabilidade fiscal. No entanto, modernizar as práticas de gestão de recursos humanos é uma oportunidade de inovação na gestão pública municipal, bem como pode ser incentivada pelo intercâmbio de experiências regionais em arranjos consorciados.

- 20) Planejamento de políticas é heterogêneo e onde mais existem são nas áreas em que há indução ou legislação federal. Nas demais áreas que dependem da iniciativa local os números são bem mais modestos. Nesse campo existe um amplo espaço de inovação na gestão pública municipal que pode ser realizado por capacitações e assessorias ofertadas pelo SEBRAE-SP.
- 21) Na mesma linha segue a importância da inovação na gestão pública municipal, visando a incentivar a melhoria do ambiente de negócio (legislações de desburocratização e fortalecimento das MPEs). A análise realizada mostra que essas políticas públicas possuem um espaço muito significativo para serem expandidas.
- 22) De forma geral, a inovação na gestão pública municipal surge como um campo profícuo de oportunidades (planejamento municipal, informatização da gestão fiscal e de compras, qualificar a gestão de pessoal, incentivo aos consórcios, dentre outras possibilidades) que podem reforçar uma atuação mais sistemática do SEBRAE-SP). Estas são áreas com grande potencial de inovação no setor público municipal.
- 23) O consorciamento intermunicipal obedece a uma lógica similar e igualmente é influenciado pela legislação federal. Diante dos números que mostram políticas públicas com menos ênfase no associativismo, o SEBRAE-SP pode ofertar apoio técnico para a instalação de consórcios.
- 24) Políticas de diversidade de gênero, idade e de raça são questões importantes de serem consideradas, pois a pesquisa primária mostra que homens brancos na faixa de 35 a 45 predominam na gestão das políticas de inclusão produtiva, compras governamentais e associativismo e cooperativismo.
- 25) Incentivo ao cooperativismo de setores informais figura como um campo de enormes possibilidades em face do levantamento realizado pela pesquisa primária. O papel dos Agentes de Desenvolvimento assume relevância nesse contexto.



## Anexo Único - Roteiros das Pesquisas Primárias Realizadas

---

230 / 237

[FGV Projetos CE Nº 1156/20](#)

**Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.**

São aqui apresentados os roteiros completos das pesquisas primárias realizadas junto aos 150 Municípios sorteados nas 28 regiões do Estado de São Paulo. As pesquisas foram elaboradas em dois blocos, sendo o primeiro similar para as três pesquisas e o segundo distinto, conforme tema de interesse.

### Bloco geral das pesquisas primárias, incluindo todas as questões relativas ao perfil dos respondentes

Bloco 1 – Questões Gerais											
Informações Pessoais											
Cargo ocupado na prefeitura Municipal											
Secretário(a) Municipal		Diretor(a)		Gerente		Assessor(a)		Outro			
Gênero											
Masculino			Feminino			Outros			Prefiro não responder		
Raça/cor											
Branco		Pardo		Preto		Amarelo		Indígena		Prefiro não responder	
Qual a sua faixa etária?											
20 a 25	26 a 30	31 a 35	35 a 40	41 a 45	46 a 50	51 a 55	56 a 60	61 a 65	66 a 70	71 a 75	75+
Informações profissionais											
Escolaridade											
Ensino Fundamental		Ensino Médio		Graduação		Pós Graduação (especialização)		Mestrado		Doutorado	
Qual é a área de sua formação acadêmica?				Qual a sua profissão ou atividade profissional?				Especifique a área em que você atua:			
Você é um empreendedor/a?						Você tem algum empreendedor/a na sua família?					
Sim						Não					

Elaboração FGV

**Bloco específico da pesquisa primárias referente às compras governamentais e da agricultura familiar**

Bloco 2 – Questões Específicas					
Compras Governamentais					
O município utiliza alguma ferramenta específica para dar publicidade na gestão de suas compras? (Marque todas as ferramentas utilizadas).					
Portal privado de pregão	Portais públicos (como Codeagro, BEC, Comprasnet, por exemplo)	Diário oficial	Site da prefeitura	Não	Outra
De que forma a secretaria/órgão realiza a gestão dos seus contratos de compras públicas? (Marque todas as ferramentas utilizadas)					
Manualmente	Com apoio de softwares	Por meio de planilhas Excel	Não há gestão dos contratos	Outros	
O município faz planejamento anual das compras?					
Sim			Não		
Por que é feito o planejamento anual das compras?			Por que não é feito o planejamento anual de compras?		
O Município possui uma equipe fixa responsável pelas compras?					
Sim			Não		
Por que o Município possui uma equipe fixa responsável pelas compras?			Por que o Município não possui uma equipe fixa responsável pelas compras?		
De que forma a secretaria/órgão mantém a equipe de compras atualizada/capacitada? (Marque todos os recursos utilizados)					
Cursos próprios realizados pela secretaria/órgão	Cursos realizados por terceiros	Por meio de ferramentas digitais especializadas	Por meio de site especializado	Tribunal de Contas do Estado	Outros
Para cada uma das formas indicadas acima especifique o tipo de ação realizada.					
O município já realizou ações de incentivo à agricultura familiar?					
Sim			Não		
Que tipo de ações de capacitação já foram ou vem sendo realizadas?					
O município já publicou algum edital de aquisição prevendo os benefícios às MPEs?					
Sim			Não		

É possível estimar a participação das MPEs nos editais de aquisições e serviços à Prefeitura (em %) no último ano (2019)?					
Menos de 10%	10% a 30%	30% a 50%	50 a 70%	Mais de 70%	Não sei precisar
Liste até três principais dificuldades de seu município na realização de editais de compras voltados aos pequenos negócios?					
Dificuldade 1:		Dificuldade 2:		Dificuldade 3:	
O município possui cadastro atualizado dos empreendedores da localidade e região					
Sim			Não		
Quais os instrumentos utilizados para organizar esse cadastro? (Marque todos os instrumentos utilizados).					
Página de cadastro no site da Prefeitura	Pesquisa presencial (fiscalização)	Gestão dos documentos de abertura de empresa no município		Censo	Censo
Qual a periodicidade da atualização do cadastro?					
Todos os anos	A cada 2 anos	A cada 3 anos	Superior a 3 anos	Nunca foi atualizado	
O município compra algum alimento da merenda escolar de produtores familiares locais?					
Sim			Não		
Produtos regionais fazem parte do cardápio escolar?					
Sim			Não		
Dentre os produtos regionais presentes no cardápio escolar, há frutas?			Quais frutas estão presentes no cardápio escolar?		
Dentre os produtos regionais presentes no cardápio escolar, há vegetais?			Quais vegetais estão presentes no cardápio escolar?		
Além dos produtos regionais descritos anteriormente, há outros presentes no cardápio escolar?			Quais são os produtos?		

Elaboração FGV

Bloco específico da pesquisa primária referente à inclusão produtiva

Bloco 2 – Questões Específicas			
Inclusão Produtiva			
Quais foram todas as ações de inclusão produtiva desenvolvidas pela prefeitura após 2017? (Marque todas as ações de inclusão realizadas)			
Acesso a Oportunidades de Trabalho	Acesso a Mercado para vender seus produtos	Acesso a Crédito	Capacitação Técnica/profissional
Capacitação em gestão/empreendedora	Formação em desenvolvimento humano	Ações de fomento a empreendimentos individuais urbanos	Ações fomento a empreendimentos coletivos urbanos (Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária)
Ações de incubação de empreendimentos	Ações de fomento ao artesanato	Ações de doação de equipamentos ou kit básico para desempenho do trabalho	Ações de incentivo para acesso ao crédito e ao seguro rural
Ações de aquisição ou empréstimo de tratores e implementos agrícolas	Ações de apoio a transporte, armazenagem, comercialização e distribuição de alimentos	Ações de aquisição de alimentos para atender a demandas regulares de restaurantes universitários, presídios, hospitais	Ações de aquisição de alimentos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) ou do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)
O Município não realizou ações relativas à inclusão produtiva desde 2017			Outros
Para cada um dos itens selecionados acima especifique as ações de inclusão executadas pela prefeitura:			

Das opções abaixo listadas indique a sua importância para a população vulnerável na sua cidade?

1: Não é importante  
2: Tem pouca importância  
3: Tem alguma importância  
4: É razoavelmente importante  
5: É muito importante

Regularização de Documentos	Acesso a Oportunidades de Trabalho	Acesso a Mercado para vender seus produtos	Acesso a Crédito
Concluir estudos do Ensino Fundamental/Médio	Cursar universidade	Capacitação Técnica/profissional	Capacitação em gestão/empreendedora
Formação em desenvolvimento humano	Assistência jurídica	Assistência psicológica	Acesso a programas de transferência de renda (BPC, Bolsa Família, etc)

Quais vêm sendo os temas dos cursos ofertados pela Secretaria ou órgão responsável pela inclusão produtiva na sua cidade? (Marque todos os temas dos cursos ofertados).

Beleza	Confeção	Padaria/confeitaria	Gastronomia
Informática	Construção civil	Assistência Técnica (consertos)	Turismo

Em relação aos cursos desenvolvidos, eles vêm sendo ofertados por quais instituições? (Marque todas as instituições parceiras que vêm trabalhando com a prefeitura).

Universidades	ONGs	Sindicatos	Prefeitura
Sistema S (SEBRAE, SENAC, SENAI, SEBRAR, SESCOOP)	Centro Paula Souza		Outros

Em relação à fonte de financiamento das aulas pertencentes aos cursos de inclusão produtiva, qual vem sendo a origem de seus recursos? (Marque todas as origens de recursos que vêm sendo utilizados).

Prefeitura	ONGs	Empresas	Sindicatos	ACESSUAS	Outros
------------	------	----------	------------	----------	--------

A Secretaria ou o órgão responsável dispõe de recursos para pagamento de custos para garantir a presença de público nos cursos de inclusão produtiva (como por exemplo, fornecimento de lanche e transporte)?

Sim	Não
-----	-----

De quais instituições, entidades ou organizações provém esses recursos? (Marque todas as entidades que vêm colaborando com recursos).

Prefeitura	ONGs	Empresas	Sindicatos	Outros
------------	------	----------	------------	--------

Que tipo de custos vem sendo cobertos para garantir a presença de estudantes? (Marque todos os custos que vêm sendo cobertos).

Oferta de auxílio transporte	Lanche para alunos	Outros
------------------------------	--------------------	--------

Em relação aos cursos de inclusão produtiva, em média, quantas pessoas são atendidas mensalmente?

Até 10 pessoas	De 11 a 20 pessoas	De 21 a 30 pessoas	De 31 a 40 pessoas	De 41 a 50 pessoas	De 51 a 60 pessoas
De 61 a 70 pessoas	De 71 a 80 pessoas	De 81 a 90 pessoas	De 91 a 100 pessoas	Mais de 100 pessoas	

A Prefeitura possui o ACESSUAS?

Sim	Não
-----	-----

Indique o quanto os itens abaixo representam resultados obtidos por meio das ações do ACESSUAS:

1: Não foi um resultado verificado  
5: Foi um resultado significativo

Inclusão no mercado de trabalho através de emprego formal	Inclusão no mercado de trabalho através de emprego informal	Inclusão no mercado de trabalho através de empreendedorismo	Capacitação técnica do aluno
---	---	---	------------------------------

Especifique outros resultados obtidos por meio das ações do ACESSUAS:

Em média, quantas pessoas são atendidas mensalmente por meio das atividades do ACESSUAS?					
Até 10 pessoas	De 11 a 20 pessoas	De 21 a 30 pessoas	De 31 a 40 pessoas	De 41 a 50 pessoas	De 51 a 60 pessoas
De 61 a 70 pessoas	De 71 a 80 pessoas	De 81 a 90 pessoas	De 91 a 100 pessoas	Mais de 100 pessoas	
Indique o quanto os itens abaixo representam desafios observados nas ações do ACESSUAS:					
1: Não foi verificado					
5: É um desafio significativo					
Garantir a frequência/ acesso dos alunos aos cursos	Oferecer cursos adequados às necessidades do aluno	Oferecer cursos que respondam às necessidades do mercado de trabalho local	Favorecer o aproveitamento do aluno	Promover a inclusão no mercado de trabalho	
Solicitar os recursos do governo federal	Desconhecimento do programa pela gestão pública	Falta de pessoal	Falta de recursos	Prestar contas dos recursos federais	
Especifique outros desafios para as ações do ACESSUAS					
Cite até três desafios do município nas suas atividades de inclusão produtiva?					
Cite até três aspectos que facilitam as atividades de inclusão produtiva no município?					
Cite até três aspectos que dificultam as atividades de inclusão produtiva no município?					

Elaboração FGV

Bloco específico da pesquisa primária referente ao Associativismo e Cooperativismo

Bloco 2 – Questões Específicas							
Associativismo e Cooperativismo							
No seu município, existe uma área de Serviço de Inspeção Municipal?							
Sim				Não			
Qual o número de dias da semana que são realizadas feiras municipais (com ou sem o apoio da prefeitura)?							
1	2	3	4	5	6	7	Não há feiras
Existem cooperativas, associações ou grupos informais (sem CNPJ) que trabalham com coleta e separação de resíduos no Município?							
Sim				Não			
Qual o número de cooperativas trabalhando com coleta e separação de resíduos existentes na cidade?							
Até 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20	Não sei informar
Qual o número de associações trabalhando com coleta e separação de resíduos existentes na cidade?							
Até 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20	Não sei informar
Qual o número de grupos informais (sem CNPJ) trabalhando com coleta e separação de resíduos existentes na cidade?							
Até 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20	Não sei informar
A Prefeitura tem interesse em trabalhar em parceria com o SEBRAE-SP junto a cooperativas, associações e grupos informais (sem CNPJ) para melhorar a gestão e a eficiência dos resíduos sólidos?							
Sim				Não			
Com quais desses grupos a Prefeitura tem interesse em trabalhar? (Marcar todos os grupos).							
Associações			Cooperativas			Grupos informais (sem CNPJ)	
Existem cooperativas, associações ou grupos informais (sem CNPJ) de produtores rurais no Município?							
Sim				Não			
Qual o número de cooperativas de produtores rurais na cidade?							
Até 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20	Não sei informar
Qual o número de associações de produtores rurais na cidade?							
Até 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20	Não sei informar
Qual o número de grupos informais (sem CNPJ) de produtores rurais na cidade?							
Até 5		6 a 10		11 a 20		Mais de 20	Não sei informar
A Prefeitura tem interesse em trabalhar em parceria com o SEBRAE-SP junto a esses grupos para melhorar a gestão e eficiência dos produtores?							
Sim				Não			
Com quais desses grupos a Prefeitura tem interesse em trabalhar em parceria com o SEBRAE-SP? (Marcar todos os grupos).							
Associações			Cooperativas			Grupos informais (sem CNPJ)	

Elaboração FGV

José Bento Carlos Amaral Júnior

Gerente Executivo

237 / 237

FGV Projetos CE Nº 1156/20

Este relatório contém informações confidenciais. Caso você não seja a pessoa autorizada a recebê-lo, não deverá utilizá-lo, copiá-lo ou revelar o seu conteúdo.

## 1156-20 Produto 2.15.pdf

Código do documento 3de1329f-df91-43fb-a1b5-e8242746f944



## Assinaturas



jose bento carlos do amaral junior  
jose.bento.amaral@fgv.br  
Assinou



## Eventos do documento

### 30 Oct 2020, 18:52:49

Documento número 3de1329f-df91-43fb-a1b5-e8242746f944 **criado** por SAULO DE OLIVEIRA GOMES (Conta f3f7b50a-adf7-4000-8940-ab3c3f893963). Email :saulo.gomes@fgv.br. - DATE\_ATOM: 2020-10-30T18:52:49-03:00

### 30 Oct 2020, 18:53:58

Lista de assinatura **iniciada** por SAULO DE OLIVEIRA GOMES (Conta f3f7b50a-adf7-4000-8940-ab3c3f893963). Email: saulo.gomes@fgv.br. - DATE\_ATOM: 2020-10-30T18:53:58-03:00

### 30 Oct 2020, 18:58:12

JOSE BENTO CARLOS DO AMARAL JUNIOR **Assinou** (Conta dbaec4dd-e51f-4dea-a5b6-5541d7372a7b) - Email: jose.bento.amaral@fgv.br - IP: 177.189.145.177 (177-189-145-177.dsl.telesp.net.br porta: 35616) - Documento de identificação informado: 037.347.748-10 - DATE\_ATOM: 2020-10-30T18:58:12-03:00

## Hash do documento original

(SHA256):dd8fe2dfb0b32c51ce339bfabc0734244eaba49d55d34231339b0e885d25caab

(SHA512):b4b5dc1484bc457782d609c3217630a60c45e113f89a237b3e4d495400532ad25f79f0d4e8fce8f6ed692b9ef41ad10cd4a8e659f5bf4aba9b868609ff411f55

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima

**Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign**